



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37

22ª Reunião Ordinária CONASP

5, 6, 7 de junho de 2013

**Locais:
5/6/2013
Auditório Tancredo Neves, Ministério da Justiça
6 e 7/6/2013
Senasp
Shopping ID, Torre A, 2º andar, Brasília, DF**

Transcrição feita por meio de
Estenotipia presencial computadorizada

38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86

INDICE

05/06/2013 – TARDE:	Pag. 03
06/06/2013 – MANHÃ:	Pag. 25
06/06/2013 – TARDE:	Pag. 53
07/06/2013 – MANHÃ:	Pag. 84
07/06/2013 – TARDE:	Pag. 109

05/06/2013

TARDE

87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do Brasil) – Boa-tarde a todos e a todas. A nossa reunião, regimentalmente, poderá ser iniciada mesmo sem o quórum, desde que tenha representantes dos três segmentos e aqui já temos, poderemos conversar e aproveitar este espaço para um diálogo com o Conasp e também com a Secretaria Executiva que vai conosco dirigir esta 22ª Reunião. Nós poderíamos, neste primeiro momento, fazer a apresentação. Tem alguém que está vindo aqui pela primeira vez? Então, vamos fazer a apresentação da instituição e com isso vamos dando ritmo à nossa reunião.

O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF) – Meu nome é Marco Antônio. Estou representando a Fenaprf. É um prazer estar com os senhores aqui e poder contribuir. Nós estamos à disposição.

A Sra. Silvana Ribeiro da Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra - Fonajune) – Boa-tarde a todas e todos. Meu nome é Silvana. Eu sou do Espírito Santo e represento o Fórum Nacional de Juventude Negra. Não pude vir à posse, mas o Willy veio. Pretendemos dar continuidade ao mandato que o Élder fez. É isso.

O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH) – Eu sou Rildo Marques de Oliveira, representando o Movimento Nacional de Direitos Humanos. Como não pude estar na posse, fomos representados pela Josiane Gamba. Estou aqui para acompanhar as reuniões deste conselho daqui para frente.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do Brasil) – Não temos quórum ainda. Mas nós poderíamos aproveitar este momento para até mesmo algum informe à Secretaria Executiva ou à Presidência. Então, abrimos espaço para que cada instituição tenha a oportunidade de dar algum recado ou alguma manifestação.

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil) – Eu queria, presidente, dirigir-me ao Alex, com todo o respeito, carinho e admiração, pedir que, principalmente nós, os estados menores, que as passagens fossem emitidas com certa antecedência, porque, por exemplo, a minha passagem foi emitida ontem à tarde. Eu peguei um voo saindo de madrugada, eu poderia ter embarcado num voo melhor se tivesse sido comprado com antecedência. E no meu retorno, vou à Campinas para depois ir para João Pessoa, serão 6 horas de viagem, saindo daqui às 18h e chegando às 2h da manhã em João Pessoa. Eu sei que isso é pelo Gabinete do Ministro, mas que você fizesse gestão junto aos órgãos competentes para que as passagens fossem emitidas com antecedência, uma vez que nós confirmamos com antecedência também. Além disso, considerando um estado como o nosso, lá em João Pessoa, a passagem é bem mais cara comprando na véspera da viagem. Eu queria fazer esse apelo, pois, realmente, me sinto penalizado, sair às seis da tarde e chegar às duas da manhã.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Você tem toda razão de reclamar, mas a penalidade não é só de estado pequeno, de estados grandes também. É um problema crônico, desde que entrei no Ministério da Justiça, em 2004, esse

137 problema existe. Existe uma empresa de turismo que é contratada para emitir passagem,
138 já trocaram umas três vezes de empresa, e eles só fazem em cima da hora. Nós temos o
139 nosso prazo regimental de fazer com 10 dias de antecedência, a passagem já deve
140 constar no sistema e aprovada. Nós fazemos isso. Eles poderiam fazer com
141 antecedência, mas deixam para fazer em cima da hora. E não adianta cobrar. Em minha
142 opinião, eu acho que seria mais fácil capacitar 10, 15 funcionários do ministério para
143 emitir passagem, pois o funcionário faz todo o processo, manda para a empresa e depois
144 terá que ficar cobrando. Isso quando não cai sistema, falta um funcionário da empresa,
145 algum problema. Talvez isso se justificasse há 20 anos que não tinha internet, mas, hoje
146 em dia, qualquer pessoa entra na internet e emite uma passagem. Já cansei de falar,
147 sinceramente, não sei o que fazer mais.

148

149 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
150 **Periciais do Brasil)** – Olha, Alex, nós poderíamos fazer um expediente, quando tiver
151 quórum, para o conselho se manifestar oficialmente, pois, para você ter uma ideia, a
152 sorte nossa ainda é a Cíntia que passa a passagem até antes. Se eu for esperar a
153 passagem pelo sistema, ela chega depois que eu viajo. Então, eu acho que poderíamos
154 tirar um posicionamento do conselho.

155

156 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Uma coisa formal, pois está
157 causando prejuízo, por exemplo, até na chegada dos conselheiros, se a passagem tivesse
158 sido emitida antes, eles poderiam se programar, chegar ao aeroporto antes, quem sabe
159 até antecipar o voo, não chegariam aqui atrasados.

160

161 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
162 **Periciais do Brasil)** – Eu, por exemplo, eu preciso sair mais cedo, na sexta-feira,
163 porque o voo é às 18h. Praticamente no período da tarde, se tiver algum tema
164 importante, eu já não participo por conta do deslocamento, trânsito, etc. Então, a minha
165 participação no conselho se encerra ao término do primeiro expediente da sexta-feira. E
166 além dos valores, compra-se mais caro e ainda pega voos loucos como esse da minha
167 vinda às 4h50min. Eu acho que seria importante que esse conselho pudesse manifestar-
168 se a esse respeito.

169

170 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu acho que assim que tiver
171 quórum e estarmos aptos a votar, poderíamos votar uma recomendação ao Ministério da
172 Justiça, para o Gabinete do Ministro, e também para a Secretaria Executiva do
173 Ministério da Justiça, que também tem relação com essa questão, para que as passagens
174 sejam emitidas por questão de custos ao erário, e também a questão de programação dos
175 conselheiros. Por exemplo, mesmo a questão da reunião da mesa, nós ficamos sabendo
176 que na sexta-feira às 17h que não havia passagem para vocês voltarem. Se ficássemos
177 pelo menos sabendo na quarta: “Olha, vamos tentar fazer a reunião na segunda”, você
178 tinha como recorrer. Mas, na sexta-feira à tarde, o que você vai fazer? Nada. Então,
179 realmente, eu acho que com esse documento poderíamos dar uma sacudida mesmo ali.
180 Não há razão para isso, as passagens estão no sistema, são raríssimas exceções. Elas
181 entram com 10 dias de antecedência. Eu não sei como é o sistema, se a remuneração da
182 empresa é por valor de passagem, caso seja, tem uma razão muito forte para
183 acreditarmos que estão deixando isso para a última hora. Eu não sei como é. Mas, de
184 qualquer forma, é bom ter um documento escrito, uma recomendação do Conasp. Não
185 só para o Conasp, mas para todas as passagens que são emitidas no Ministério da

186 Justiça, é sempre assim. Nós vamos tentar evitar com certeza uma torneira de
187 desperdício de dinheiro público.

188

189 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
190 **Brasil)** – Vamos conferir o quórum? Levanta a mão, é uma por representante, se aqui
191 tiver titular e suplente, é um voto só.

192

193 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Estamos com 14 conselheiros,
194 ainda não deu quórum. Quando eles chegarem, poderemos votar.

195

196 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
197 **Brasil)** – Algum conselheiro gostaria de fazer uso da palavra? Ninguém? Bom, nós
198 temos uma pauta muito interessante nesta nossa 22ª Reunião. Houve essa mudança por
199 necessidades técnicas, mas o SUSP, amanhã, será um assunto que nós temos o dia todo,
200 acho que não será suficiente ainda. Nós temos a questão dos grandes eventos. Temos,
201 também, a composição das câmaras temáticas que faz com que o conselho gire, trabalhe
202 através das câmaras. Vocês receberam antecipadamente as câmaras, as existentes e as
203 instituições que participavam dela? Então, verifiquem se permanecem nelas ou se
204 querem mudar. Vamos ao intervalo. Nós estamos esperando dois conselheiros para o
205 quórum e, com essa condição, nós aprovamos a ata e a pauta. Depois do intervalo
206 teremos a apresentação do SUS.

207

208 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
209 **Brasil)** – Nós já estamos com 16 conselheiros, estamos com quórum. Vamos iniciar
210 oficialmente a nossa reunião. Passamos a palavra ao nosso secretário executivo para dar
211 o andamento aos trabalhos com relação à aprovação da ata anterior e a pauta.

212

213 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, a ata foi enviada via e-
214 mail, eu sei que está tendo problema de e-mail, alguns receberam outros não. Então,
215 supondo que todos receberam, pergunto se alguém tem alguma alteração para fazer na
216 ata da reunião anterior? Em não havendo alteração, aqueles que são a favor da
217 aprovação da ata, por consenso? Aprovada a ata. Com relação à pauta desta 22ª Reunião
218 Ordinária do Conasp, foi feita esta proposta de pauta na reunião de mesa diretora que é
219 aquela reunião, para o pessoal que está chegando agora, que reuniu um representante de
220 cada segmento, de gestores da segurança pública, de trabalhadores e de sociedade civil,
221 e aí se fechou esta proposta de pauta. Eu pergunto também se há alguma objeção à pauta
222 que foi acordada na reunião de mesa diretora? Bom, eu acho que a Cíntia distribuiu a
223 todos e foi também encaminhada por e-mail. Então, em não havendo objeção à proposta
224 de pauta, dá-se também por aprovada, por consenso, a pauta desta 22ª Reunião
225 Ordinária. Nós estamos agora aguardando o nosso convidado, Fausto Santos, ele
226 marcou conosco para às 16h30 conosco e vai falar sobre o Sistema Único de Saúde
227 (SUS). É um colega meu de carreira, especialista em políticas públicas e gestão
228 governamental do Ministério da Saúde. Nós achamos que a pauta iria dar mais
229 discussão, mas que bom que conseguimos aprová-la rapidamente. E estamos no
230 aguardo. De novo, abrimos a palavra. Agora, pelo menos, temos quórum para votar.

231

232 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Feneme)** – Quando eu estava chegando, eu vi alguém
233 manifestar-se sobre a pauta. Eu tenho visto que, por exemplo, na sexta-feira a pauta é
234 até às 18h. Não sei os outros, mas é quase impossível chegar ao aeroporto às sextas-
235 feiras com menos de 3 horas o percurso. Os voos são todos no final da tarde. Então, essa

236 pauta, se for realmente até às 18h, alguém sempre perde algo dela. Eu sei que é um
237 problema para administrar, mas, pelo menos, diminua o horário do almoço, faz até mais
238 tarde, eu não sei, algo parecido nas próximas pautas para que possamos acompanhar
239 isso tudo. Eu acredito que muitos aqui, dependendo do voo, tenham o mesmo ou um
240 problema parecido com esse.

241

242 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Justamente por essa questão
243 que nós deixamos a questão do tema livre, dos informes, para sexta-feira à tarde.
244 Esperamos sempre, claro, que dê quórum, mas na sexta-feira à tarde é mais difícil ter o
245 quórum principalmente após 15h ou 16h, que é o intervalo. A experiência nos mostra
246 que na reunião anterior, no período da manhã, o turno atrasou, conseqüentemente,
247 atrasou o almoço e acabou jogando a reunião da tarde para mais tarde. Na verdade, esse
248 é um horário balizador, pois sabemos que às 18h a sala não vai estar cheia. Mas, a
249 reunião está prevista para ser realizada até às 18h, ainda que não tenha quórum naquele
250 momento para votar, é possível prosseguir com os debates.

251

252 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
253 **Periciais do Brasil)** – Aproveitando que já tem quórum, como eu já coloquei e não vou
254 repetir, mas que precisava da manifestação, para que pudesse sair o documento oficial
255 do Conasp com aquela recomendação, ou sei lá. Então, colocar à mesa, para que nós
256 aproveitássemos esse tempinho para a manifestação.

257

258 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** - Como foi
259 apresentado no Fórum pelo colega, conselheiro Alberto, que, além da ata, que fosse
260 apresentado também um resumo da ata. Essa ata que nós temos é uma ata bem extensa,
261 que é importante, mas, além dela, que fizesse um resumo, uma síntese da reunião. É
262 uma sugestão que foi apresentada e eu vim aqui defender.

263

264 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
265 **Brasil)** – A ata do Conselho é um documento realmente extenso. Então, conselheiro
266 Márcio, está pertinente a sua sugestão. Uma síntese. Fica mais fácil. Principalmente os
267 pontos que foram aprovados. Mantenha a ata. Estou dizendo, fazer um resumo daquilo
268 que foi...

269

270 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A Cíntia acabou de me falar
271 aqui já está acertado que, para as próximas vezes, a Tânia vai fazer o relatório da
272 estenotipia e um resumo, um sumário de todos os temas. Fui informado que o
273 palestrante já chegou. Só, então para nós fecharmos o assunto, tem a proposta do
274 conselheiro Humberto de nós aprovarmos então uma recomendação, vamos ver se seria
275 dirigida ao Gabinete do Ministro ou à Secretaria Executiva do ministério, de emissão de
276 passagens com mais antecedência da data dos voos por razões de economia de recursos
277 públicos e de programação de agendas profissionais dos conselheiros. Eu acho que seria
278 essa a proposta.

279

280 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
281 **Brasil)** – Eu sugeriria ao conselheiro Humberto, em vez de ser uma recomendação, nós
282 faríamos uma decisão colegiada, que é mais rápida. O texto, amanhã, você nos traz para
283 aprovação. Ele quer que essa aprovação seja agora, já que tem quórum. Os conselheiros
284 entenderam o que o conselheiro Humberto sugeriu? É que as passagens possam ser
285 emitidas em tempo hábil, e não tão apertado, como ultimamente. Ele vai construir o

286 texto e apresenta amanhã. Nós podemos colocar em regime de votação. Podemos fazer
287 isso? E há consenso? Então, foi aprovada por consenso a sugestão do Humberto. O Alex
288 irá fazer a apresentação do nosso palestrante. Já agradecendo a sua presença aqui
289 conosco que muito nos honra.

290

291 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu quero anunciar aqui a
292 presença de Fausto Santos do Ministério da Saúde. Ele veio aqui contribuir com os
293 debates do Conselho Nacional de Segurança Pública, explicando para nós como
294 funciona o SUS, o Sistema Único de Saúde, que já está consolidado há mais tempo e
295 que, certamente, tem muito a enriquecer os nossos debates. Vou passar a palavra então
296 ao colega Fausto.

297

298 **O Sr. Fausto Santos (Departamento de Regulação, Avaliação e Controle do**
299 **Ministério da Saúde)** – Boa-tarde a todos. Eu gostaria de agradecer ao Alex pelo
300 convite. Eu sou Fausto, sou médico, então com isso eu já me esquivo de qualquer
301 discussão jurídica sobre a constituição do sistema. Mas, eu sou médico, e estou na
302 gestão do Sistema Único de Saúde há quase 25 anos. Já fui de município de pequeno,
303 médio e grande porte, Secretaria Estadual. Estou no Ministério da Saúde desde 2003, e
304 por seis anos eu fui diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar que
305 regula os planos de saúde. E agora eu sou diretor do Departamento de Regulação,
306 Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde. Então,
307 na verdade, eu acompanho a implantação do SUS desde a discussão da concepção, dos
308 primórdios, ainda no início como estudante, depois como residente, como
309 especializando e depois como gestor do sistema. Quando o Alex me falou dessa
310 possibilidade, dessa discussão, bom, primeiro a questão que eu pensei foi um pouco da
311 diferença, das características do setor saúde, quais são as similaridades, quais são as
312 distinções em relação tanto à questão do sistema de assistência social, que é o SUAS,
313 quanto de um eventual SUSP, quais as diferenças, até para não pensarmos que isso pode
314 ser, vamos chamar assim, uma transposição. Então, o setor saúde tem características
315 bem peculiares. E a principal delas é que nenhuma das esferas de governo, nenhum dos
316 entes, é capaz de resolver o problema sozinho. Então, a saúde tem um pouco dessa
317 característica. Raro são os municípios que conseguem resolver a totalidade dos seus
318 problemas. Nem mesmo o município de São Paulo, que é o nosso município maior e
319 mais complexo, tem essa possibilidade e depende de um conjunto de intervenções,
320 muitas vezes, do nível federal ou do nível estadual. Essa questão já gera, por princípio,
321 uma dependência entre os entes. Essa é uma característica do setor. É pouco diferente,
322 às vezes, da educação, por exemplo, que, em tese, dentro do próprio município, você
323 pode fazer todo o percurso operacional. Na saúde é muito difícil que isso aconteça e
324 gera esse processo de dependência que gera, por sua vez, a necessidade de que esses
325 entes sejam articulados. E isso acontece no Brasil e acontece no restante do mundo. Mas
326 nenhum outro sistema no mundo tem essa característica que a Constituição brasileira
327 criou no Brasil que são três entes da Federação, sem nível hierárquico. Digamos que
328 isso é uma realidade para sistemas de saúde bem brasileira. O sistema inglês é um
329 sistema nacional, operado pelo Poder Central. O sistema espanhol é um sistema operado
330 pelas províncias, pela Andaluzia, Catalunha, e tem o papel central do governo, mas os
331 municípios ou as cidades não têm essa preponderância. Na semana passada, nós fizemos
332 uma discussão em São Paulo sobre como os BRICs estão organizando os seus sistemas,
333 e eu vi alguma similaridade do Brasil com a Rússia. Apesar de os entes lá da Federação
334 não terem a mesma característica dos daqui, mas têm algumas similaridades: o papel da
335 cidade, de alguma articulação regional, de articulação federal, embora o sistema russo

336 ainda esteja bastante incipiente no seu modelo de organização. Outros sistemas, como o
337 canadense, que as províncias é que são preponderantes, e o Estado nacional, não é que
338 vou chamar de pouca importância, mas na operação ele não tem essas características. E
339 nós temos essa característica bastante singular, que é dos três entes, e não ter hierarquia
340 entre os entes, o que gera a perspectiva de certo caos, a priori. Isso já é gerador de
341 profundas dificuldades de articulação e de processamento. Bom, essa é uma primeira
342 questão. A segunda questão que eu queria abordar é a questão dos antecedentes. Então,
343 como é que nós chegamos ao SUS. O sistema de saúde brasileiro teve como principal
344 foco, principal norteador da sua origem, os institutos de aposentadoria e pensão. Então,
345 o IAP, IAPB, IAPETEC, IASERJ, o conjunto dos institutos que, durante o regime
346 militar, logo no início, foram unificados no INPS. Então, esse conjunto de institutos que
347 prestavam assistência à saúde foi unificado no INPS, que depois veio dar origem ao
348 INAMPS. Então, nós temos como principal núcleo da origem do SUS um sistema
349 centralizado em uma única instituição. E o INAMPS, para alguns aqui que não conhece
350 o INAMPS, outros sim, o INAMPS era uma grande estrutura centralizada, com
351 superintendências regionais e um modelo de operação único no país, então, uma forte
352 característica centralizada. Enquanto que os estados e municípios, até esse momento,
353 eles tinham unidades básicas de saúde, faziam vacinação, tinham alguns cuidados
354 preventivos; alguns estados construíram redes, mas não eram redes significativas. O
355 grande prestador de serviços no Brasil era o INAMPS, seja através de uma rede própria,
356 o INAMPS tinha hospitais, alguns deles oriundos dos institutos, e era um grande
357 contratador de serviço também do setor privado, e os estados e municípios tinham uma
358 ação relativamente periférica. E a outra característica desses antecedentes era que com
359 isso você tinha um sistema bastante fragmentado. Nesse núcleo nacional de prestação de
360 serviço, que era o INAMPS, que era o grande, com estados e municípios, com hospitais
361 universitários espalhados pelo país, então, era um sistema bastante fragmentado e que
362 tinha também outra característica que quem tinha acesso ao INAMPS era quem estava
363 no mercado formal de trabalho, tinha que ter a carteirinha. E um conjunto de pessoas
364 que não estava no mercado formal de trabalho, era seus dependentes etc., não tinha
365 acesso regular ao sistema. Não se pode dizer que não tinha acesso nenhum, mas era um
366 acesso bastante irregular no sistema. Então, esse conjunto de características, mais a crise
367 que o INAMPS atravessou, no final de 70 e início da década de 80, foram um caldo de
368 cultura que originou os primeiros movimentos da chamada reforma sanitária brasileira,
369 que se pensou na articulação de um Sistema Único de Saúde no Brasil. Nós tivemos, em
370 1986, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que foi a grande formuladora desse sistema,
371 o grande formulador teórico que deu as diretrizes e as bases para a Constituição de 88
372 criar o Sistema Único de Saúde. Nós temos, então, as características próprias do setor e
373 esses antecedentes. Isso tudo é óbvio que teve uma influência muito grande na
374 conformação do sistema de saúde brasileiro do Sistema Único de Saúde. E na
375 Constituição de 88, nós temos o reconhecimento da saúde como um direito de todos.
376 Isso dá uma quebrada naquela visão do mundo segmentado, entre quem tinha a
377 carteirinha e quem não tinha a carteirinha, ou seja, a saúde é um direito de todos.
378 Cravou também, na Constituição, os princípios da organização desse Sistema Único de
379 Saúde que ele deveria ter a participação da comunidade, que ele deveria ser
380 descentralizado e que ele deveria ter comando único em cada esfera de governo. Então,
381 foram dados os princípios norteadores para a organização do sistema, além das questões
382 conceituais da universalidade, da integralidade, como características desse sistema. E é
383 óbvio que um sistema que tinha essas características anteriores que eu citei, tinha uma
384 forte presença do setor privado, já existia, no Brasil, naquele momento, o mercado de
385 planos e seguros de saúde. Então, também, a Constituição ficou no meio do caminho.

386 Ela ficou entre um Sistema Único de Saúde e uma questão que apareceu no art. nº 199,
387 que a saúde era livre à iniciativa privada. Então, gerou certa composição, na verdade, foi
388 feita certa composição aí nesse processo. Ou seja, o processo era único, porém não total.
389 O único aí ficou como o Sistema Único, e depois a Lei nº 8080, que é a Lei Orgânica da
390 Saúde, veio a ratificar isso, é o Sistema Público de Saúde. As ações do serviço de saúde
391 vão constituir um sistema público, o único público de saúde. Então, quando nós estamos
392 falando de SUS no Brasil, é óbvio que isso tem controvérsias também, mas quando nós
393 estamos falando de SUS no Brasil, nós estamos falando do sistema público de saúde,
394 que tem uma participação complementar do setor privado, na forma da lei. Ou seja, a
395 contratação do setor privado deve, de forma complementar, obedecer aos princípios da
396 administração pública, portanto, estão submetidos à Lei nº 8.666/93 etc. Quando nós
397 estamos dizendo do SUS, eu acho que é importante fazer essa demarcação porque, às
398 vezes, tem-se uma discussão da questão da regulação da saúde suplementar, como se
399 isso fosse uma parte integrante, em minha opinião não é. Nós estamos discutindo o
400 sistema público de saúde no Brasil. Então, nós tivemos logo depois da Constituição de
401 88, em 1990, a edição de duas leis orgânicas. Uma primeira lei orgânica, que era a Lei
402 nº 8.080/90, que definia os papéis dos entes para cumprir aqueles princípios da
403 descentralização, da participação da comunidade, da regionalização e da hierarquização
404 do sistema, que definia essas responsabilidades, ela sofreu vários vetos do Governo
405 Collor, principalmente na questão do financiamento e na questão da participação da
406 comunidade, o que originou a edição de uma lei que complementou a primeira Lei
407 Orgânica, Lei nº 8.142/90, que disciplinou a questão principalmente da participação da
408 comunidade. Então, qual é o arranjo que nós tivemos ao final da edição dessas duas leis
409 orgânicas? A definição da responsabilidade dos entes: na organização do sistema, qual é
410 o papel do município, qual é o papel do estado e da União. E tivemos como que se daria
411 a participação da comunidade, através dos conselhos, do Conselho Municipal de Saúde,
412 Conselho Estadual de Saúde, eu vou entrar um pouquinho mais nessa discussão, e
413 Conselho Nacional de Saúde, e a regulamentação da realização das conferências
414 municipais, estaduais e nacional de saúde. E a questão do financiamento, que tinha sido
415 vetada pelo Collor, não foi abordada por nenhuma das duas, isso só veio a ser
416 enfrentada na Emenda Constitucional nº 29, de 2000. Ou seja, 12 anos depois da
417 construção do SUS, pela Constituição, é que a questão do financiamento foi enfrentada
418 por uma emenda constitucional, a Emenda Constitucional nº 29/2000, que foi
419 regulamentada só agora no final de 2011, início de 2012, mostrando que o processo é
420 bastante complexo e de articulação bastante difícil. Fundamentalmente, quais seriam as
421 atribuições de cada um dos entes? Ao ente nacional, ao Ministério da Saúde, caberia,
422 principalmente, o papel de regulamentador, de financiador, normatizador do sistema, e
423 fiscalizador. Em tese não caberia a prestação de serviços ao ente nacional. Em tese por
424 quê? Porque até hoje nós temos ainda alguns institutos que estão sobre a gestão federal,
425 o Instituto Nacional do Câncer (INCA) no Rio, o Instituto Nacional de Cardiologia,
426 Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, o Grupo Hospitalar Conceição, que é
427 uma empresa de economia mista em Porto Alegre, e seis hospitais do Rio de Janeiro,
428 que por toda a complexidade do Rio de Janeiro, não vou me alongar aqui para falar das
429 complexidades do Rio, e como ex-capital etc., mas seis hospitais do Rio de Janeiro
430 continuam sob a gestão federal. Mas, em tese, não caberia à União o papel de prestador
431 de serviço. Essa era uma questão. Aos estados caberia, além de articular os sistemas
432 estaduais de discutir a regionalização, como articular a capacidade do estado de
433 responder ao conjunto das demandas, alguma prestação de serviço, principalmente na
434 questão da alta complexidade que os municípios, eventualmente, não tivessem condição
435 de operacionalizar. E ao município caberia a grande parte da operacionalização. No

436 entendimento, de novo, de que os pequenos municípios seriam referenciados nos
437 grandes, nos maiores, nos médios, nos chamados municípios polos, para garantir o
438 mínimo de articulação e regionalização, porque a saúde precisa de escala. Têm vários
439 procedimentos, várias unidades da saúde que não tem sentido elas serem replicadas no
440 nível de cada município. É preciso ter algum nível de escala, porque são complexas,
441 envolvem alto custo, envolve pessoal especializado. Então, não caberia à constituição
442 do SUS, em cada local, que desse conta de toda a complexidade. Caberia, desde o
443 início, estava na concepção original, que deveria ter um nível de regionalização e de
444 hierarquização no sistema, e o estado teria como principal função essa, de articular esses
445 sistemas regionais, e garantir que aqueles locais que não tivesse essa articulação
446 regional pudessem responder. E ao município, a atenção básica para todos, dependendo
447 da complexidade do município ir agregando funções adicionais. E todo esse processo de
448 prestação de serviço deveria ser fiscalizado e controlado por um nível de controle social.
449 A Lei da Saúde prevê que os conselhos municipal, estadual e nacional devem ser
450 paritários, mas não paritário entre governo e sociedade. Paritário entre usuários e o
451 restante. Então, essa que é a concepção dos conselhos. Os conselhos são 50% de
452 usuários, e 50% envolve o governo, prestadores de serviços e trabalhadores da área da
453 saúde, nos três níveis. E as conferências deveriam ser realizadas com a periodicidade,
454 no caso da nacional, quadrienal, e no caso das estaduais e municipais quadrienais ou
455 menos do que isso. Ou pode ser bianual, anual, isso cada município pode decidir, no
456 mínimo devem ser quadrienais. Nós tivemos a última Conferência Nacional de Saúde
457 em final de 2011, a próxima será em 2015. As conferências são com delegados eleitos
458 nos municípios, que elegem para a conferência estadual, que depois elegem para a
459 conferência nacional. Os conselhos são formados a partir, dependendo da forma de
460 organização da sociedade civil, em cada lugar, normalmente por leis municipais se
461 definem a constituição, respeitada essa questão de que 50% que deve ser de usuário.
462 Então, esse é o formato que se deu para essa organização inicial. É claro que essa
463 organização inicial, também não se deu por um estalar. Agora está construído o SUS.
464 Nós continuamos ainda num processo de constituição nesse período, desde essa época.
465 E aí o Ministério editou, durante esse período, um conjunto de normas tentando
466 organizar um pouco melhor esse processo de articulação interfederativo. Talvez este,
467 depois do financiamento, o nosso maior desafio: como articular o conjunto dos entes da
468 Federação para responder a essas questões. Então, o Ministério foi, ao longo do tempo,
469 editando normas, pactuadas com estados e municípios, para organizar esse processo de
470 descentralização de recursos, de organização de serviços, de definição de
471 responsabilidades. Desde 91, vem sendo editadas normas: uma em 91, depois tivemos
472 outra em 93, 96, 2000, 2006. São normas que vieram sendo atualizadas nesse processo.
473 E ao lado disso se buscou também algum nível de consolidação no marco legal. Nós
474 tivemos, no ano de 2011, através de um projeto de lei, a consolidação desses espaços de
475 articulação interfederativa, que até aquele momento funcionavam, mas que não tinham
476 uma definição legal. Então, o SUS hoje tem, além dos conselhos que fazem, volto a
477 dizer, essa questão mais da questão do controle social, do ponto de vista da articulação
478 dos gestores, foi criado por lei uma Comissão Intergestores Tripartite, que significa uma
479 mesa que se reúne mensalmente, com a participação do ministério, dos estados e dos
480 municípios, através de suas representações, que chamamos de CIT, Comissão
481 Intergestores Tripartite, e criou, no nível dos estados, as CIBs, Comissão Intergestores
482 Bipartite, que têm a representação dos estados e dos municípios, no âmbito de cada um
483 dos estados. E criou, também, por lei, uma representação, que é o CONASS, Conselho
484 Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, e o CONASEMS, que é o Conselho
485 Nacional de Secretários Municipais de Saúde, que são eleitos pelos seus pares etc. E que

486 tem essa representação para fazer esse processo de articulação interfederativa? O
487 processo de articulação interfederativa é um processo relativamente custoso e
488 complexo. Exige uma atuação e um potencial de negociação muito grande. Bom,
489 digamos que esse seria o arcabouço do que seria a questão do controle social e a questão
490 da articulação entre os gestores. E a outra questão que é o financiamento, que é uma
491 situação também bastante complexa, a Emenda Constitucional nº 29 definiu, em 2000,
492 que os estados têm que colocar, no mínimo, 12% dos seus orçamentos fiscais em saúde,
493 e os municípios têm que colocar, no mínimo, 15% dos seus orçamentos em saúde. E a
494 União tem que colocar, no mínimo, o exercício do ano anterior, corrigido pelo PIB
495 nominal, que significa a variação do PIB, mais a inflação. Então, esse é o arcabouço do
496 conjunto dos recursos públicos que são, em tese, destinados para a área da saúde. E
497 depois, na regulamentação dessa emenda, definiu-se claramente, através da Lei
498 Complementar nº 141, de 12 de janeiro de 2012, quais são as ações dos serviços de
499 saúde. Ou seja, no que esses 12%, esses 15% e esse recurso da União podem ser gastos
500 para serem caracterizados como ações e serviços de saúde, pois também gerou, em todo
501 esse período, um conjunto de polêmicas do que são ações e serviços de saúde durante
502 esse período. Então, definido o que são ações e serviços de saúde, definido quais são as
503 fontes de financiamento, definido como se dá a articulação interfederativa e definido
504 como que se dá a questão do controle social, nós podemos dizer que nós chegamos à
505 maturidade do SUS, em termos de arcabouço institucional. Não é bem assim. Esse
506 processo ainda tem um conjunto de dificuldades e um conjunto de questões que precisa
507 ainda ser enfrentado. E hoje, neste momento, o Congresso Nacional vem fazendo dois
508 grandes debates sobre essa questão do SUS. Um primeiro debate é sobre a questão do
509 financiamento, porque esse arranjo se mostrou claramente insuficiente para dar conta de
510 um sistema com essa complexidade. Hoje nós temos 75% da população brasileira que é
511 exclusivamente SUS dependente, e temos 100% da população brasileira que depende do
512 SUS em um conjunto de necessidades, vigilância sanitária, controle de endemias,
513 vacinação. Quer dizer, um conjunto de atividades que são universais, transplantes
514 praticamente são 100% público, grande urgência, hemoterapia, toda a parte do sangue,
515 medicamento, uma grande quantidade de questões que são universais, e algumas outras,
516 a questão da assistência, que tem aí a participação dos planos, em torno de 25% da
517 população brasileira têm planos médicos hospitalares. Então, um primeiro debate que o
518 Congresso tem feito, existem duas subcomissões, neste momento, funcionando, uma no
519 Senado e outra na Câmara, sobre a questão do financiamento da saúde e suas fontes. E
520 outro debate é a discussão da responsabilidade sanitária dos entes. Apesar de a Lei nº
521 8.080/90 ter avançado na definição do que é a responsabilidade de cada estado,
522 município e da União, esse processo, o SUS completa 25 anos neste ano, demonstrou
523 algumas fragilidades que precisam ser equacionadas. Então, nós estamos em uma
524 discussão dentro do Congresso Nacional do molde da Lei de Responsabilidade Fiscal,
525 uma Lei de Responsabilidade Sanitária, que define um pouco melhor o papel e as
526 responsabilidades de cada um dos gestores, pois continuamos tendo no Brasil ainda a
527 figura do não gestor, que é o prefeito que assume e diz: “Eu não vou gerenciar este
528 hospital, porque esse hospital é deficitário”. Nós tivemos com a entrada de novos
529 prefeitos, em janeiro de 2013, pelo menos meia dúzia de ameaças de devolver hospital,
530 de querer repassar. Quer dizer, essa figura da não gestão na área da saúde, a Lei nº
531 8.080/90 ainda não conseguiu responder de uma forma mais definitiva. E a questão da
532 articulação interfederativa, o que temos de novidade é um decreto da presidenta, o
533 Decreto nº 7508, de 28 de junho de 2011, que ao regulamentar alguns aspectos da Lei nº
534 8.080/90, instituiu a figura de um contrato organizativo de ação pública que, na verdade,
535 seria a tentativa de garantir que esse processo de referenciamento e responsabilidade dos

536 gestores possa ser contratualizado no nível de cada região, com a participação do estado
537 e da União, para uma definição mais clara, inclusive com mais transparência para a
538 população, quem é o responsável. Nós já sabemos, de antemão, que um município
539 pequeno não vai ser responsável pela hemodiálise, porque ele não vai ter uma clínica de
540 hemodiálise lá, porque ele não tem escala para isso, ele não tem o número de doentes
541 necessários para aquela clínica ser viável, para garantir ali a presença de um
542 nefrologista, mas ele tem que ter, necessariamente, claro, para ele e para os seus
543 cidadãos, qual é o município que é a sua referência, onde esse cidadão vai fazer
544 hemodiálise, se lá não tem e o cidadão tiver uma insuficiência renal vai morrer. Quer
545 dizer, é a mesma coisa do câncer e outras doenças. A ideia é que no contrato essas
546 questões fiquem mais expressas, nós assinamos esse contrato agora, Mato Grosso do
547 Sul, e uma parte de algumas regiões do Ceará, e estamos em discussão com outros
548 estados. A expectativa nossa é que esse processo da contratualização possa facilitar e
549 deixar um pouco mais claro como se dará esse processo da pactuação e da definição das
550 responsabilidades. Outra questão, mais recente, é uma lei de disciplinamento da
551 incorporação de tecnologia, que é um grande problema no SUS, o Brasil tem um baixo
552 regramento de incorporação de tecnologia. Hoje quem quer instalar um tomógrafo,
553 quem quiser trazer qualquer equipamento do mundo inteiro, desde que tenha registro na
554 Anvisa, ele pode chegar, abrir e começar a funcionar, a gerar a demanda, porque a
555 oferta sempre gera demanda. E para isso foi criada a Lei nº 7.646, de dezembro de 2011,
556 um processo de regramento de incorporação de tecnologia, através de uma comissão
557 nacional de incorporação de tecnologia, com a participação de estados e municípios,
558 para que nós possamos ter também um regramento sobre essa questão da incorporação
559 de tecnologia. Então, assim, eu tinha combinado com o Alex que eu não ia falar muito,
560 mas já falei bastante, mas para principalmente ouvir um pouco e poder tirar dúvidas do
561 processo, porque como é um sistema muito complexo, por mais que eu me alongue, eu
562 não vou conseguir falar de todas as questões. Então, eu tentei fazer uma fala um pouco
563 mais genérica, tentando pegar alguns aspectos que são centrais na organização do SUS,
564 e aí abrir para me colocar à disposição para que nós possamos, não só tirar dúvidas,
565 como debater, e me colocar à disposição dos senhores. Obrigado. (*Palmas!*)

566

567 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Fausto, obrigado, pela sua
568 apresentação. Muito interessante. Nós ficamos aqui tentando pescar o que se poderia
569 relacionar com a questão da segurança. A gestão de hospital não é muito o nosso caso,
570 porque quando se fala que o conselho é dividido em bipartite é usuário e governo. No
571 nosso caso não é. O usuário da segurança é todo mundo, seria a sociedade e o governo.
572 No caso dos conselhos, parece-me que eles são eleitos, com poder de deliberação, e
573 acredito que de fiscalização. Eu queria que você explicasse como são as eleições do
574 conselho, qualquer cidadão se habilita e vota? Como que isso é feito? E o que os
575 conselhos podem deliberar? Quais são as matérias? Não sei se matéria orçamentária
576 também entra entre os poderes de deliberação dos conselhos. Queria que explicasse um
577 pouquinho melhor.

578

579 **O Sr. Fausto Santos (Ministério da Saúde)** – Os conselhos, no âmbito municipal, aí
580 depende muito do tamanho do município e o nível de organização da sociedade civil
581 daquele município. Grandes municípios normalmente elegem seus representantes para
582 uma conferência municipal de saúde e lá a representação dos usuários é escolhida,
583 normalmente, por região. Vou dar o exemplo que eu conheço mais, que é Belo
584 Horizonte. Belo Horizonte é dividida em regiões administrativas. Cada região
585 administrativa elege um conjunto de delegados para a conferência nacional, e depois

586 essas regiões administrativas têm uma expressão dentro do conselho municipal. Os
587 trabalhadores, normalmente, se fazem representar através das suas representações
588 sindicais. O Sindicato dos Trabalhadores, Sindicato dos Enfermeiros, Sindicato dos
589 Médicos, Sindicato dos Servidores Públicos, Sindicato dos Trabalhadores em Hospitais
590 Privados. Então, tem uma forte participação sindical importante. Os prestadores se
591 fazem representar também através das suas entidades: Associação de Hospitais,
592 Associação de Clínicas, também tem um pouco dessa representação. E o governo define
593 como é que se dá. Eu estou dizendo isso do município, à medida que você está
594 discutindo isso em um conselho estadual de saúde, isso já muda um pouco.
595 Normalmente se dá mais por representações da sociedade civil organizada: portadores
596 de patologia, por exemplo, os dialíticos têm uma participação importante, o pessoal das
597 APAEs têm uma participação importante, os diabéticos têm uma associação nacional e
598 que tem repercussão estadual. Então, eles se fazem representar através dessas entidades
599 de portadores de patologia, através de representações de usuários organizados, às vezes,
600 passam também por centrais sindicais etc., para fazer a representação no âmbito
601 estadual. E no âmbito nacional, tem um pouco dessa característica também.
602 Normalmente, eles se reúnem, eles têm um conjunto de vagas que é definido por um
603 decreto, por exemplo, representação dos usuários no Conselho Nacional de Saúde, 24
604 vagas, xis vagas são dos portadores de patologia, xis vagas são das centrais sindicais de
605 âmbito nacional, xis vagas são de entidades de defesa de usuários. Então, a conformação
606 se dá um pouco disso, e os trabalhadores, de novo, têm essa característica sindical, das
607 entidades representativas nacionais, e os prestadores de serviço também pelas suas
608 entidades representativas nacionais: Confederação Nacional de Saúde, Federação
609 Brasileira de Hospitais, Sindusfarma, o Sindicato da Indústria Farmacêutica, as
610 operadoras de plano de saúde, todos eles têm representação no Conselho Nacional. O
611 grande papel dos conselhos, quer dizer, além de aprovação de políticas, de
612 macropolíticas, então, por exemplo, a política de atenção básica, do ministério, quando
613 foi criado o Programa Saúde da Família, ou a política de urgência e emergência, essas
614 políticas são debatidas e deliberadas no Conselho Nacional de Saúde, que também
615 debate o orçamento do ano seguinte. E tem um papel agora, pela Lei nº 141, e aí eu
616 acho que vale a pena quem está estudando isso um pouco mais, se debruçar um pouco
617 sobre a Lei nº 141, porque ela, além de definir quais são as ações e serviços de saúde,
618 ela define muito claramente o papel dos conselhos, principalmente na questão da
619 fiscalização. Então, todo gestor tem que produzir um relatório anual de gestão sobre o
620 que ele fez com os recursos do ano anterior e se ele cumpriu ou não cumpriu o plano
621 nacional de saúde, ou o plano municipal, ou o plano estadual de saúde. Esse relatório é
622 aprovado e faz parte da prestação de contas para o Tribunal de Contas da União. Então,
623 a rejeição de um, que nós chamamos de RAG, Conselho do Relatório Anual de Gestão,
624 é fator impeditivo para a aprovação das contas do prefeito, do governador, ou do
625 ministro. Com a Lei nº 141, o papel dos conselhos foi muito fortalecido nesse sentido
626 fiscalizador. Esse papel definidor de políticas já era um pouco mais exercitado ao longo
627 do tempo. Agora, o papel de fiscalizador foi muito fortalecido com essa lei que
628 regulamentou a Emenda nº 29, e os conselhos passam a ter um papel extremamente
629 importante com essa questão da fiscalização. Não sei se eu respondi a sua pergunta.

630

631 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Doutor Fausto, eu sou de Minas Gerais, de Santa
632 Luzia, tive o privilégio de participar de várias palestras do senhor. Amigo da Nádía, lá
633 de Santa Luzia, ajudando a formação lá atrás. E eu sou daqueles defensores de que o
634 SUS é o sistema perfeito, difícil é quem o operacionaliza. É um sistema perfeito, é
635 modelo para o mundo inteiro. Eu considero que é uma das melhores políticas públicas

636 que este país já pôde produzir. Nós temos o Bolsa Família, tantos outros de
637 transferência de renda que funciona, microcrédito. Mas, o SUS, realmente, é um sistema
638 perfeito. Falta mais é controle. Tendo em vista que nós aqui estamos debatendo
639 segurança, e é importante nós termos essa referência desse sistema perfeito, nós aqui
640 esbarramos em uma quebra de paradigma, que é a dimensão do controle social. Quem
641 faz controle social da segurança? Nós temos controle externo, controle interno e
642 controle social da saúde, mas na segurança pública nós temos controle interno, quando
643 fala de polícia, corregedoria, quando fala de controle externo, Ministério Público, mas e
644 o controle social? Para exatamente formatar a política pública de segurança, exigir os
645 resultados, acompanhar a execução e depois fiscalizar a dimensão de repasse, a
646 execução desses recursos. Eu gostaria que o senhor pudesse explicar um pouquinho
647 para os nossos companheiros como que funciona essa dinâmica dos repasses, no caso do
648 SUS, que tem o valor per capita, para que isso possa servir de referência para nós aqui
649 também. Ainda mais que estamos às portas de discutir a PEC nº 24, que cria o Fundo
650 Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. Mas, no caso, já tem o fundo da
651 saúde. Como é que faz esse repasse da União para os estados e municípios, que seria de
652 fundamental importância para nós aqui também, para esse debate?

653

654 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Essa é uma pergunta
655 interessante, porque a lei previu também que os recursos da saúde deveriam constituir
656 um fundo. Eu não falei disso aqui, nós chegamos agora, há cerca de quatro meses, a
657 100% dos municípios e estados com fundos constituídos, a chamada transferência fundo
658 a fundo. Então, hoje é o principal mecanismo de repasse dos recursos da União para
659 estados e municípios, é o mecanismo fundo a fundo. O mecanismo fundo a fundo foi
660 regulamentado pelo Itamar Franco em 1994. Depois, claro, teve vários aprimoramentos
661 nesse processo. Mas, o recurso fundo a fundo permite que a partir desse processo de
662 pactuação entre estados, municípios e União, e aí definido valores, tem uma parte dos
663 recursos que são transferidos *per capita*, e uma parte dos recursos que são transferidos
664 pela capacidade instalada, pela complexidade dos serviços que são oferecidos. Então,
665 uma parte é *per capita*, e uma parte é, vamos chamar de variável a depender dessas
666 características. A Lei nº 141, a que eu estava me referindo, define 14 critérios, na
667 verdade, espremidos mesmo são 7 critérios que deverão nortear a transferência dos
668 recursos. Então você tem critérios demográficos, epidemiológicos, socioeconômicos, de
669 estruturação de serviços. São sete critérios e que devem ser combinados para garantir a
670 distribuição de um recurso mais equânime, menos discricionário por parte do gestor
671 federal, que é o principal aportador de recurso, mas também por parte do gestor
672 estadual, que também tem uma capacidade de discricionariedade bastante grande. Às
673 vezes, nós nos esquecemos desse potencial do papel do estado, e fala muito da União e
674 dos municípios, esquece um pouco desse ente, que está no meio aí, mas tem uma
675 capacidade de investimento, de financiamento de recurso também bastante razoável. E
676 no caso da segurança pública, aí é o município que tem um papel um pouco mais
677 secundário. E então nós fazemos a combinação desse conjunto de recursos e fazemos
678 transferências em duodécimos para estados e municípios, que, por sua vez, utilizam
679 esses recursos para financiar a sua rede própria e para contratar serviços privados
680 também nos seus respectivos municípios. A União faz muito pouco pagamento de
681 prestador de serviço. Hoje, nós estamos pagando, basicamente, os hospitais
682 universitários, os do MEC, que agora vão para a Empresa Brasileira de Serviços
683 Hospitalares (EBSERH), e alguns procedimentos que nós repassamos para estados e
684 municípios fazerem o pagamento, mas que são autorizados pela União, que são os
685 procedimentos regulados pela Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade,

686 tipo cirurgia cardíaca infantil de um recém-nascido do Acre, que eu pego e o transfiro
687 para São Paulo. Como essa é uma demanda que você não tem como mensurá-la, então
688 esse recurso nós acabamos autorizando, mas repassa para o estado de São Paulo pagar o
689 hospital. Então, a grande maioria dos recursos, a União faz algumas compras
690 centralizadas, naquilo que é preciso escala. Então, por exemplo, toda a parte de
691 hemoterapia, para fator 7 ou 8, o que é da hemoterapia a União compra. A União
692 compra alguns quimioterápicos que precisam de escala, compra uma parte da insulina
693 do país, então, aquilo que é preciso escala, a União compra e distribui com critérios
694 pactuados na Comissão Intergestora Tripartite e depois nas Comissões Intergestoras
695 Bipartites. Então, a União participa dessa forma do processo de transferência. É claro
696 que a União tem um papel indutor muito forte, ela diz o seguinte: “Eu vou transferir o
697 recurso, mas está vinculado a um conjunto de ações que eu quero que seja
698 desenvolvida”. E agora nós começamos a transferir recursos também baseado em alguns
699 resultados alcançados. Principalmente agora na atenção básica, nós estamos com um
700 programa muito interessante de mensuração de resultados das equipes de atenção de
701 saúde da família e de atenção básica, para transferir alguns recursos baseados em
702 alcance de resultados também. Então, na verdade, a transferência de recurso acaba
703 sendo um pouco nesse mix, mas ela é feita de forma automática, todo mês, tem a data, e
704 é do fundo nacional para os fundos estaduais e para os fundos municipais. E
705 praticamente não tem transferência para prestadora, a não ser hospital universitário, que
706 também se dá através de mecanismos, como são hospitais federais também então
707 facilita. Eu não sei se respondi a sua pergunta.

708

709 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) –**
710 Bom, como disse aqui o companheiro que me antecedeu, o SUS talvez chegue quase
711 que perto de um sistema perfeito. E ainda que façamos algumas críticas de operação,
712 como por exemplo, o SUS, infelizmente, não consegue, ainda, na sua totalidade, fazer
713 uma discussão com a questão dos direitos humanos na hora da aplicabilidade dos
714 serviços. Ainda que a concepção toda do SUS, da universalização da saúde, enquanto
715 um direito humano, é fundamentada exatamente na universalidade dos direitos
716 humanos. E o SUS parte de uma vantagem, que é quase como um capítulo
717 constitucional que vai disponibilizar como vai funcionar a saúde, além de elencando
718 direitos, mas também criando deveres e obrigações para os estados, os entes da
719 Federação e a própria Federação, e assim por diante. E eu queria alertar aos
720 companheiros na plenária que a segurança pública é exatamente ao contrário. Nós temos
721 um artigo extremamente fechado que só podemos ter a possibilidade de fazer aberturas
722 quando nós lemos lá no art. nº 144, que se trata de responsabilidades de todos, e aí sim
723 eu tenho que, em cima dessa responsabilidade de todos, criar uma interpretação
724 extremamente laica, mas que também quem está interpretando pode me fechar, e esse é
725 um tremendo de um debate político que eu acho que o Brasil vive hoje. O Brasil vive
726 hoje uma disputa do significado de políticas públicas imensa, sobretudo na segurança
727 pública. Eu posso exemplificar, por exemplo, como no estado da minha origem, São
728 Paulo, em que o SUS, onde o senhor está acabando de expor essa abertura que ele teve,
729 com a ampla participação, onde ele coloca o repasse de verba, onde ele coloca mais ou
730 menos um procedimento de controle social, simplesmente o governo do estado, há 10
731 anos não põe dinheiro no SUS no estado, isso foi denunciado, inclusive pelo Ministério
732 da Saúde. E não há quem o obrigue a colocar dinheiro no SUS. E eu até estou
733 esperançoso, pois o senhor disse que vai ter agora uma lei de responsabilidade como
734 cada qual vai participar dentro do sistema, porque isso talvez seja a falta de um sistema.
735 E a questão da segurança, que é um, vamos dizer assim, dos elementos do estado que

736 está ligado diretamente, infelizmente, ao Poder Executivo dos locais, dos estados, e
737 onde, desculpe a expressão, é onde o pau canta. É onde existe todo tipo de violação de
738 direitos e de direitos humanos, seja do cidadão, seja dos próprios profissionais da área
739 de segurança. Eu, por exemplo, estou convicto que os policiais militares hoje são os
740 servidores mais violados em seus direitos que existem no Brasil. Contrário, por
741 exemplo, dos trabalhadores do SUS que têm essa liberdade, por exemplo, de
742 participação dentro de uma UBS, de um Conselho de Gestão Comunitária, enfim.
743 Então, essa é uma questão. A outra questão é com relação ao SUS que tem, por
744 exemplo, no PSF, uma das maiores ações de política pública, que é a prevenção da
745 saúde. E a nossa Constituição não fala em prevenção à violência, ela fala só em
746 repressão, mesmo no art. 144 que nós falamos responsabilidade de todos, mas quando
747 nós descemos, nós vamos só ver uma segurança pública ligada à repressão. Nós não
748 temos a prevenção como uma forma de entender a segurança pública hoje no país. Por
749 isso que eu digo que nós temos sempre uma grande divisão sobre qualquer debate das
750 políticas públicas, entre elas, a segurança pública. E onde isso vai impactar? Por
751 exemplo, vamos pegar o grande sistema de garantia de direitos da criança e do
752 adolescente. Mal ele consegue ser implementado, e por causa de 200 ou de 300
753 adolescentes um pouco mais agressivos que praticam algum tipo de ato infracional, com
754 base nisso querem reduzir o papel do sistema de garantia de direitos do Estatuto da
755 Criança e do Adolescente. Com base em poucas pessoas, a discussão ideológica
756 ultrapassa o sistema, porque, ideologicamente, ao invés de tratarmos a questão da
757 infância e da juventude, a partir do olhar da proteção integral que o estado deve prover,
758 ou deve pelo menos organizar esse provimento, nós, o sistema de segurança, ele sempre
759 olha com o olhar extremamente repressivo, punitivo, como se essa fosse a grande
760 solução para a questão da infância e da juventude, da violência e dos direitos. E para
761 encerrar, um dos problemas dos sistemas é que muitas vezes eles não se comunicam.
762 Ainda que o SUS se comunique, por exemplo, com a questão da assistência social,
763 existe lá a previsão, muitas vezes do aporte, inclusive, que é difícil inclusive de fazer
764 isso acontecer, veja a saúde mental, por exemplo, que hoje o Brasil passa por uma
765 grande discussão que volta a ideia de trancafiar pessoas. Com a ideia de saúde, eu volto
766 à ideia de violar direitos. Vamos trancafiar pessoas, porque assim a sociedade estará
767 segura, e não fazem abordagem, por exemplo, na questão da saúde, mas sim na questão
768 da segurança. Então, os sistemas, infelizmente, não se comunicam. Por exemplo, o
769 Judiciário tem uma dificuldade de entender o que é saúde pública que eu nunca vi na
770 minha vida. Eu não sei se por que as pessoas olham a saúde privada com melhores
771 olhos, o grande debate que está por aí, exatamente o fortalecimento da saúde privada,
772 como o caso desse prefeito que o senhor disse: “Esse hospital aqui eu não quero dar
773 jeito. É melhor entregá-lo, porque o meu olho está para um interesse privado,
774 provavelmente o grupo político do qual eu venho, o grupo político que eu tenho que
775 defender”, e esse é outro grande problema político que nós temos que afetam as gestões
776 públicas. Mas eu penso que o SUSP, que está se pensando, ele pode cometer um erro
777 sério se ele não for se comunicar com as outras questões da educação, se ele não for se
778 comunicar com a questão da saúde, se ele não for se comunicar, por exemplo, com uma
779 ideia de polícia. Que ideia de polícia nós temos? Porque lá no SUS, existe uma ideia de
780 saúde, ou pelo menos um princípio do que significa tratar de saúde. E que ideia de
781 polícia nós temos? Que ideia, exatamente, de segurança nós temos? Aquela segurança
782 repressiva, ou aquela segurança de direitos, ou a segurança da cidadania, ou a
783 segurança? Qual a segurança que nós estamos falando? Ou é aquela segurança do
784 patrimônio? A segurança, enfim, que promove, retroalimenta ainda mais a violência?
785 Então, eu queria chamar a atenção dos companheiros que o SUSP pode ser um grande

786 sistema, mas nós temos que prestar muita atenção, pois podemos criar um modelo de
787 ideia de segurança apartada do conjunto das outras políticas públicas, entre elas o SUS.
788 Tinha mais coisa para falar, mas eu vou me recolher a essas questões.

789

790 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Dois comentários. Um que
791 eu acho importante, quer dizer, a criação do SUS na Constituição e a questão que
792 embasou a concepção, os princípios, eu acho que são fundamentais para garantir,
793 inclusive, essa capilaridade de implantação que tem até hoje. Então, essa discussão da
794 integralidade, a concepção de que nós estamos construindo um sistema integral, que
795 envolvesse da prevenção até a recuperação, prevenção, atenção, recuperação. A questão
796 da universalidade de ser um sistema que vá atender a todos. Eu acho que essas questões
797 que são basilares na concepção do sistema são importantes e tal. Então, do ponto de
798 vista de concepção, eu acho que ele tem, como política pública, essa perspectiva de
799 articular os entes, a perspectiva da descentralização, do controle social. Então, são
800 várias questões, são princípios norteadores e basilares que garantem ou que apontam
801 para um sistema realmente de uma potência muito grande de intervenção na vida das
802 pessoas. É claro que isso não significa que ele não tenha problemas. Eu já falei aqui de
803 um deles que é a questão do financiamento, temos problemas importantes no
804 financiamento do SUS. E é claro que aquilo que norteia qualquer implementação de
805 política, convencimento dos trabalhadores, essa questão muitas vezes da violência no
806 momento do atendimento. Vocês já viram aí que xis por cento das mulheres de São
807 Paulo revelaram algum tipo de constrangimento ou violência durante o trabalho de
808 parto, submetido pelos profissionais, discriminação, tudo isso que afeta o conjunto da
809 sociedade também atinge o SUS, e nós precisamos, o tempo todo, estar atentos e
810 trabalhando esses aspectos. Também é uma concepção essa questão da articulação
811 intersetorial, da articulação de política. Eu acho que nós temos muitas dificuldades
812 nisso. No estado brasileiro, na implementação das políticas públicas, nós temos essas
813 dificuldades e temos na saúde também. Existem vários programas, tentativas agora de
814 superação, e eu acho que alguns com resultados bons. Nessa própria questão do “Crack,
815 é possível vencer”, têm algumas experiências interessantes de articulação entre a
816 assistência social, a segurança pública e a saúde. Algumas nem tanto. Aí é cada um
817 puxando a sardinha para a sua brasa, com a educação, o programa da Saúde na Escola é
818 um exemplo muito interessante, e agora articulado com projeto de oftalmologia, de
819 corrigir dificuldade de acuidade visual para criança e para adulto, melhorar o processo
820 de aprendizado e também a questão de um conteúdo de promoção à saúde, que é
821 importante que seja transmitido desde o início. Então, eu acho que o tempo todo nós
822 estamos aí tensionados pelo conjunto das dificuldades que permeia as políticas públicas
823 e também o SUS. A vantagem do SUS, em minha opinião, é que ele tem como
824 norteador um conjunto de princípios muito generosos, muito abrangentes, e que o tempo
825 todo tensiona no sentido de uma política pública incluyente e que consiga superar essas
826 dificuldades todas, como dos seus princípios, quer dizer, todo mundo que faz alguma
827 coisa diferente disso, no fundo ele está se sentindo que ele não está fazendo exatamente
828 o que ele deveria fazer e por isso ele é pressionado, imagino, pelo conjunto dos seus
829 pares e pelo conjunto do controle social também que está presente. Então, eu acho que é
830 um pouco disso, apesar de saber que nós temos aí um conjunto de dificuldades.

831

832 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Doutor Fausto, da
833 mesma forma que os outros, eu queria agradecer a presença e até agora parece que é de
834 grande valor essas palavras. E também da mesma colocação que os dois colegas
835 fizeram, eu tenho para mim que o SUS só não é perfeito, porque ele é excelente, só não

836 é perfeito, na verdade, por aquela velha coisa que nós já sabemos que acontece há
837 muito, que é a falta de seriedade do gestor público com a coisa pública. Ou seja, e não
838 só na área da saúde, mas na área da educação, na área da segurança pública, que nós
839 estamos aqui tratando. Por vezes, já é de conhecimento de todos, que não ocorre os
840 investimentos da forma que deveriam ocorrer. O companheiro disse, por exemplo, sobre
841 o ECA, o ECA é perfeito sim e, infelizmente, as aplicações, as questões sociais dele não
842 são aplicadas. E na nossa particularidade, da Pastoral Carcerária, o sistema prisional, a
843 Lei de Execuções Penais, que é o que deveria gerir e que existe desde 1984, já trazia em
844 seu bojo, em seu escopo, muitas questões que vieram a surgir na Constituição, quanto a
845 pontos sobre a dignidade da pessoa, a importância do trabalho, do valor individual. E
846 que, infelizmente, a Lei de Execução Penal nunca foi aplicada por nenhum gestor
847 público nos estados. E a prova disso foi a audiência pública que aconteceu dia 27
848 passado, no STF, na qual representantes do país inteiro trouxeram esses fatos, que já
849 eram de conhecimento da Pastoral Carcerária. Pois bem, a minha pergunta toca um
850 pouco a questão dos conselhos da saúde, pois eu tenho para mim que são participações
851 da sociedade em que você realmente pode trazer contribuições para a administração das
852 entidades, dos órgãos públicos, a exemplo do Conasp. O senhor fez uma colocação
853 quanto à experiência de Belo Horizonte, eu sou de Belo Horizonte. E pontuou aqueles
854 que participam no conselho. E para mim ficou parecendo ser, na grande maioria,
855 representantes das entidades laborativas, sindicais etc. Essa forma de participação no
856 conselho, por vezes, não faz com que cada um queira defender o seu interesse, ou seja,
857 vou defender o meu queijo, entre aspas, e o que interessa, de fato, que é a saúde para a
858 sociedade, a saúde pública para todos, ela pode, por vezes, ficar um pouco de lado. Nós
859 temos assistido isso em conselhos da comunidade ao longo do país que são
860 regulamentados pela Lei de Execução Penal, que, por vezes, quando existem, os seus
861 representantes não defendem, de fato, aquilo que deveriam fazer, fazer funcionar o
862 sistema prisional. E a Pastoral Carcerária participou, na última, por exemplo, reunião do
863 Conselho Estadual de Saúde, porque a CNBB ocupa uma cadeira, e assistiu na prestação
864 de contas do final do ano passado, de certa forma, não apresentação clara de dados, por
865 exemplo, de investimentos na ordem de R\$ 70 milhões de repasses federais para o
866 estado no sistema prisional. Ou seja, porque se foi possível a partir do conhecimento
867 empírico afirmar que não existe investimento na saúde no sistema prisional, mas o
868 estado vinha querendo prestar contas sobre esse repasse. Então, por vezes, aqueles que
869 estavam lá participando, não conhecendo, não dominando o assunto, talvez pudessem
870 ter aprovado aquelas contas, da forma que elas foram apresentadas. Então, primeiro, a
871 pergunta se essa experiência que o senhor expôs realmente valoriza os conselhos e o
872 Sistema Único de Saúde, e se sim, se o senhor não acha que seria importante trazer mais
873 representantes da sociedade civil, de áreas diversas, para poder contribuir para o
874 sistema?

875

876 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Primeiro que o
877 funcionamento dos conselhos é muito heterogêneo. Se você imaginar em mais de 5.500
878 municípios, e dos estados, é muito heterogênea a forma como que isso se dá. No nível
879 dos municípios, a tendência é que a representação se dê de forma mais direta, com
880 representantes de usuários, principalmente usuários de unidades básicas, que muitos
881 lugares têm conselhos de gestão local, e esses conselhos elegem para o conselho
882 estadual, municipal e tal, que têm uma disputa de interesses, como em qualquer outro
883 lugar. Em alguns lugares, os usuários são cooptados, vamos chamar assim, de alguma
884 forma, pelos interesses sindicais e você tem um debate sindical muito forte, isso, muitas
885 vezes, já aconteceu no Conselho Nacional, mas faz parte da política também. Mas, no

886 geral, não é assim, mas é claro que existem lugares que isso acontece. Os trabalhadores
887 têm direito a 25% do conselho; 25% são prestadores de serviços, entre públicos e
888 privados; e 50% dos usuários. Essa coisa dos usuários, quando você chega em nível
889 nacional, por exemplo, é mais complicado. Por isso que eu estou te falando, porque aí
890 acaba sendo representação de instituições. Então, por exemplo, quem representa os
891 usuários no Conselho Nacional de Saúde? A CNBB tem assento, a CUT, a Contag, a
892 Força Sindical, a ABIA, Associação Brasileira de Aids, os portadores de insuficiência
893 renal, o pessoal que faz hemodiálise tem uma associação nacional, os pais dos autistas
894 neste momento têm uma cadeira. Mas, não significa que na renovação do conselho vão
895 ser os mesmos. A Associação de Gays, Lésbicas e Travestis tinha uma representação,
896 agora pela composição e articulação, não tem. Então, depende. Isso aí depende também
897 do processo de articulação da sociedade civil. É um pouco desse aspecto. Agora, são
898 arenas políticas também. Mas já que o conselho é um negócio de beatos e que está todo
899 mundo ali emanados pelo bem comum, não é bem assim, existem interesses
900 corporativos, interesses de prestadores de serviços, a Associação de hospitais está ali
901 para defender um conjunto de visões que tem, hospitais universitários, cada um ali está
902 tentando puxar um pouco a sardinha. O que esperamos é que o vetor desse processo
903 todo seja no sentido de construção de um sistema melhor. Mas é claro que isso aí é um
904 espaço de luta política também, porque cada um ali está tentando defender um conjunto
905 de interesses, de posições.

906

907 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação dos Oficiais da Polícia Militar e dos**
908 **Bombeiros – Feneme)** – Sinceramente, aprendi muito, pois de SUS ouvimos muito,
909 mas um técnico falar é diferente. Realmente, o amigo de Minas Gerais aqui foi perfeito.
910 Realmente, o sistema, claro que não é perfeito, mas ele é um sistema que funciona. E eu
911 vou fazer uma consideração e ao final fazer duas perguntinhas. Parece-me que a
912 segurança pública, ou a ordem pública, como queira chamar, ela hoje talvez seja o tema
913 mais recorrente de qualquer candidato, que é a segurança pública. “Eu vou prender, eu
914 vou arrebentar, vou fazer isso, fazer aquilo”, o companheiro tem razão, e nós sentimos o
915 sentido repressivo. E não é o que a Constituição fala. A Constituição, me permita,
916 quando ela foi construída, em 88, o sistema barra à perfeição se cada instituição
917 realmente usasse. Mas o gestor é que tem que principalmente usar. E aí que eu quero
918 entrar. O gestor não tem controle, não tem quem cobre. O gestor acaba sendo midiático.
919 Ele usa a mídia, vê os programas às 5 horas da tarde, todos eles, aqueles que espremem
920 e saem sangue, e aí entram os profissionais que são obrigados a dar conta, às vezes com
921 recursos que eles não têm, que a saúde pelo menos tem um fundo. Não um fundo que
922 seja construindo ao bel prazer do orçamento. Mas um fundo que tenha a obrigatoriedade
923 de ter percentuais mínimos dentro daquele fundo, a saúde tem, a educação tem, e a
924 segurança pública não tem nada. Aliás, quando tem que fazer um corte no orçamento,
925 em primeiro lugar vem a segurança pública. E isso nós sentimos. E eu pergunto:
926 realmente os conselhos funcionam para mudar essa cultura? Não é só cultura interna, eu
927 não vou falar só em nome da Polícia Militar não, é a cultura externa também. Que o
928 cidadão também quer que a polícia arrebente, que quebre, e se ela assim não o fizer ele
929 cobra, só não pode ser contra ele, só com outro. É o mesmo caso do menor, tem que
930 baixar a idade e tal, que é uma besteira. E tudo que é passional acaba levando problemas
931 e problemas. A Polícia Militar, por exemplo, frequentemente, em alguns estados,
932 faveliza os seus lugares de trabalho porque não tem dinheiro, fica pedindo na esquina. E
933 ninguém dá um conserto de um pneu de viatura, se fizer vai querer alguma coisa em
934 troca depois. Ninguém faz isso. Cidadão brasileiro não faz, ele é hipócrita. Bom, o
935 sistema de saúde já está há alguns anos. Mas, essa cultura, ela partiu dos conselhos?

936 Realmente há um controle efetivo, porque o gestor não gasta dinheiro em bobagem.
937 Parece-me que o Tribunal de Contas pode glosar lá as contas do administrador. Eu
938 venho de uma cidade, em Santa Catarina de 150 mil habitantes, próximo à
939 Florianópolis, que o prefeito montou uma guarda municipal armada, está fazendo o que
940 não pode, o que não deve, não deveria pelo menos. Faz questão de botar assim,
941 “armada”, repressão, e ele tem um só assistente social no município, e tem 100 e
942 poucos, sei lá quantos que tem lá nessa tal guarda. Então, eu pergunto, realmente os
943 conselhos é a essência? Eu acho até que de certa forma já foi respondido, para o
944 controle disso tudo, para que a coisa funcione minimamente, mas funcione. E segunda
945 pergunta, ninguém citou aqui, mas eu ouvi esses dias, o ministro da Saúde dizendo, foi
946 na época da crise lá de Santa Maria, de uma Força Nacional de Saúde. O que é isso? Ela
947 existe? Como é que ela funciona? Até para informar sobre essa novidade. E até a nossa
948 proposta do SUSP, que aí eu acho que tem que ser muito bem pensada, numa coisa
949 assim “vamos resolver numa reunião”. Não é por aí. A saúde está tentando resolver.
950 Mas eu digo, lá teria uma força nacional, enfim, qual é o molde disso? Como é que
951 funciona isso? Rapidamente.

952

953 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Boa pergunta. Bom, a
954 questão dos conselhos, eu já coloquei, é bastante heterogênea. No geral, os conselhos
955 têm cumprido um papel muito positivo. E como a saúde foi criando, ao longo do tempo,
956 um conjunto de regras, para o funcionamento que aumentou a transparência. Hoje o
957 conjunto dos recursos da saúde está disponível nos mecanismos de transparência, pelo
958 menos os recursos nacionais, com muito fácil acesso à população. Então, a população
959 hoje sabe quem participa de conselhos, que dia que o município recebeu o dinheiro,
960 quanto de dinheiro ele recebeu, para que ele recebeu. Hoje, o dinheiro da saúde não
961 pode mais ser sacado em espécie. São só aceitas transferências eletrônicas. O Banco do
962 Brasil, agora, e nós esperamos que a Caixa também possa fazer isso, nós vamos colocar
963 as contas dos fundos disponíveis. Quer dizer, todo mundo vai saber quanto de dinheiro
964 tem na conta do fundo, através de um mecanismo também de transparência. Eu acho
965 que nesse sentido tem tido um vetor, eu vou usar de novo essa expressão do vetor, um
966 vetor positivo. É claro que se você falou que no Brasil inteiro funciona, é tudo. Não,
967 também não é. Não tem interesse político, não tem prefeito que nomeia o conselho com
968 seus parentes? Óbvio que tem; existe Câmara de Vereador que aprova uma lei do
969 conselho que fala que a mulher do prefeito é usuária? Tem. Não vamos tapar o sol com
970 a peneira. Mas, eu acho que tem um vetor positivo muito importante nesse sentido. E
971 esse fato agora do conselho passar a aprovar o relatório anual de gestão, aprovar as
972 contas do ano anterior, poder sustar essa conta, poder não aprovar, etc., vai possibilitar
973 ao gestor negociar mais, a participar mais, pois tem gestor que passa um ano sem ir ao
974 conselho, secretários municipais que ficam um ano sem ir ao conselho. Isso acontece.
975 Nós sabemos que isso acontece, secretários estaduais que passam os quatro anos da
976 gestão sem ir a nenhuma reunião do conselho estadual. Não é que a representação do
977 estado não esteja lá, mas o secretário estadual não vai, os quatro anos ele não vai
978 nenhuma vez. Como teve ministro, também, que nunca foi em reunião do Conselho
979 Nacional. Aqui já aconteceu também. Mas isso tudo são questões que vão sendo
980 aprimoradas com o tempo. A questão da força nacional é claro que nós tivemos certa
981 inspiração na Força Nacional de Segurança. Ela tem, primeiro, um núcleo pequeno de
982 coordenação aqui em Brasília. Ela tem um cadastro grande no país de profissionais. São
983 principalmente profissionais que trabalham nos estados e nos municípios, e nos
984 hospitais universitários. Então, esses profissionais são treinados, ou com cursos
985 presenciais, ou com cursos a distância, e quando eu identifico a necessidade da ativação

986 da força, tem um sistema de e-mails e de contatos que eu mobilizo. Normalmente a
987 minha oferta de pessoas é 100 vezes maior que a necessidade. Aí eu vou localizar quem
988 é que está mais próximo, e o Ministério da Saúde faz os deslocamentos. Nós temos uma
989 articulação com o Ministério da Defesa para transporte de hospital de campanha na
990 medida da necessidade, de instrumental, temos já os kits também já preparados para
991 essa questão. Então, na verdade, nós temos uma coordenação nacional pequena, bem
992 pequena, eu acho que de quatro ou cinco pessoas, um sistema pulverizado de
993 profissionais pelo país, habilitados e treinados que são ativados na medida da
994 necessidade. Uma coisa é atender uma enchente, outra coisa é atender, por exemplo,
995 uma tragédia como a de Santa Maria. Os profissionais são diferentes. E nessa de Santa
996 Maria agora, nós ativamos um conjunto de profissionais que não tinha ativado ainda,
997 que é, por exemplo, de suporte psicológico. Nós não tínhamos ativado, mas agora já
998 institucionalizou, já identificou e está treinando ainda profissionais para esse tipo de
999 ação que nós não tínhamos ainda experiência na Força. Agora, para o pessoal do Haiti
1000 que está entrando no Acre, aí já é um tipo de abordagem e de tipo de profissional, para
1001 enchente é outra. Então, nós temos os kits preparados para cada uma dessas questões, e
1002 temos esses profissionais habilitados, treinados e habilitados no país, e um sistema para
1003 movimentar esses profissionais. Tem uma definição agora de quem ativa a Força,
1004 quando ela é ativada e qual é o nível de ativação. O principal nível de ativação é sempre
1005 o tipo meio batedor. Tem aquele problema, e eu ativo no nível um, que é mobilizar
1006 gente, alguém pelo menos da coordenação, e mais um ou dois para fazer o diagnóstico
1007 da situação. É o mesmo que acontece quase que todo dia. Aí depois disso, tem um
1008 período, aí está tudo normatizado e tal, ele aciona o movimento mais regulado também,
1009 identificação de tipo de equipamento que precisa ser deslocado, que tipo de profissional
1010 que precisa ser deslocado.

1011

1012 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia) –**
1013 Meu nome é Patrícia. Eu represento o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia. Eu
1014 queria, inicialmente, parabenizar a mesa pelo convite ao doutor Fausto, porque
1015 justamente é esse o meu comentário em relação à transversalidade dos temas, de pensar
1016 a questão da saúde e a segurança pública. Porque se nós pararmos, formos refletir,
1017 quanto melhor funcionar a saúde na prevenção, os índices de criminalidade e violência
1018 irão diminuir, e também, no sentido contrário, quanto melhor funcionar a segurança
1019 pública, o orçamento da saúde pode até ser que diminua os gastos nesse sentido. Eu
1020 acho que o Rildo coloca muito bem aqui quando diz da falta de comunicação dos
1021 profissionais lá na ponta. Muitos policiais acabam tendo que tratar como caso de polícia
1022 situações que são de fundo de saúde pública, vamos pensar na questão das drogas, esse
1023 atendimento na questão da saúde mental. E os profissionais da área da saúde têm muitos
1024 elementos que serviriam, e servem, como, por exemplo, nas perícias, que às vezes de
1025 forma secundária são eles que vão dar o suporte lá para um processo criminal, porque a
1026 perícia às vezes não tem aquela informação que o Ministério da Saúde, ou os dados da
1027 saúde vão dar. Também nas questões das estatísticas, que as notas não fecham no
1028 Ministério da Saúde em termos de homicídio. Então, essa aproximação, este olhar
1029 transversal desses direitos fundamentais de saúde e segurança que me pareceu uma
1030 oportunidade muito interessante colocada aqui pelo conselho. Eu acho que nós teríamos
1031 que trabalhar com este olhar. Gostaria, então, que o senhor nos falasse sobre o impacto
1032 em termos de saúde, os gastos que são dimensionados quando falha a segurança naquilo
1033 que seja da questão desde lesão corporal, das violências com menor gravidade, das
1034 violências domésticas, enfim, até depois a questão do homicídio, que aí já deságua em
1035 outro que é na seara da Previdência, das pensões, enfim. Este cruzamento de dados,

1036 essas informações, como os profissionais da saúde poderiam trabalhar de forma mais
1037 aproximada com os da segurança? Inclusive da saúde dos próprios trabalhadores de
1038 segurança, como o Rildo falou, nível de estresse, aposentadorias precoces, todas essas
1039 situações. E outro comentário, que é um gancho que eu quero fazer na fala do
1040 conselheiro que antecedeu o Rildo, que diz respeito ao controle social que nós temos
1041 sim na segurança pública, mas é muito incipiente, que são as ouvidorias de segurança.
1042 Então, eu gostaria de aproveitar esse gancho para dizer que o Conasp é o local adequado
1043 para buscarmos o fortalecimento das ouvidorias de segurança, ouvidorias de polícia que
1044 fazem, ou pretendem, ou procuram fazer o controle social da atividade policial.

1045

1046 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Olha, essa tentativa dos
1047 trabalhos intersetoriais é muito complexa, sempre muito difíceis a operacionalização.
1048 Nós temos um conjunto de informações muito importantes para instrumentalizar a
1049 organização, o planejamento de segurança pública, problemas de violência contra a
1050 mulher, nós temos um conjunto de centros notificadores no país. Nós temos uma
1051 radiografia, por exemplo, da questão da violência contra a mulher no país com muitos
1052 dados. E agora essa discussão também de produção de provas. E nós temos feito essa
1053 discussão. A questão da drogadição também. Claro que tem toda essa discussão que o
1054 crack assumiu aí uma centralidade na discussão, mas nós temos também dados
1055 acumulados já há bastante tempo também, não só sobre esse fenômeno mais recente da
1056 questão do crack, mas anteriormente. E a questão do trânsito que para a saúde está tendo
1057 um impacto brutal. Eu acho que se não desenvolvermos políticas públicas transversais
1058 sobre essa questão do trânsito, a epidemia de acidente de moto é um negócio brutal. Eu
1059 acho que as pessoas não estão tendo a dimensão. Na saúde, nós já temos essa dimensão.
1060 Porque esse acidente de moto, além da morte, aí é uma discussão filosófica, morreu,
1061 acabou, mas tem um conjunto de sequelas que está sendo gerado também. Esse paciente
1062 do acidente de moto sofre, no mínimo, dois tempos cirúrgicos, quando não três, porque
1063 ele quebra o punho, o cotovelo, a clavícula, a perna. Quer dizer, ele tem múltiplas
1064 fraturas. A recuperação desse paciente é extremamente lenta. Essa propaganda que o
1065 Ministério das Cidades está fazendo aí é verdade. O carro eu conserto em uma semana,
1066 a pessoa, em cinco anos. Mas é um problema muito grave a questão dos acidentes de
1067 trânsito, tem tido um impacto sobre a sociedade e sobre o setor saúde muito importante.
1068 E construir políticas públicas sobre isso tem sido muito difícil. Nós temos quase 40%
1069 das pessoas que conduzem moto no Brasil sem habilitação. E, assim, construir políticas
1070 públicas que deem conta disso, certamente não vai ser o setor saúde sozinho que vai dar
1071 conta dessa questão. Nós temos uma polêmica antiga com o setor de segurança, e aí os
1072 IMLs também, que é essa questão do atestado de óbito, e nós temos feito, nos últimos
1073 anos, um esforço muito grande para diminuir fortemente os óbitos por causas
1074 desconhecidas, e isso tem contribuído muito para a melhoria da qualidade da
1075 informação, para detectar, para apontar claramente nichos de violência, nichos para essa
1076 questão de causas externas. Então, nós temos, em vários lugares, trabalhado junto com a
1077 segurança. Em alguns lugares contra porque aí entra o interesse de qual o melhor
1078 atestado de óbito, qual o melhor sistema de informação, quanto que essas informações
1079 são de interesse que sejam divulgadas. Eu acho que tem um aspecto aí importante. E os
1080 sistemas de informação do Ministério da Saúde, é óbvio que eles não são perfeitos, mas
1081 eles melhoraram muito nesse último período. O sistema de mortalidade, o sistema de
1082 notificação de agravos e os sistemas específicos, como, por exemplo, de registro de
1083 violência contra a mulher. Esses bancos de dados são muito pouco usados, por nós
1084 mesmos inclusive, na saúde. Nós temos um conjunto de informações, hoje, muito
1085 precioso. Talvez um dos bancos de dados mais importantes do mundo, porque nós

1086 registramos o conjunto das interações que são feitas no país, por melhor ou pior que seja
1087 aí a AIH, que é a Autorização das Internações Hospitalares. Mas todas elas têm o
1088 motivo da alta, se é uma alta por óbito, se é uma alta por cura, o motivo da internação, o
1089 que usou, qual foi o procedimento que foi feito, quem foi o profissional. Então, assim, é
1090 um conjunto de informações muito valioso, que eu acho que nós utilizamos até bem
1091 menos do que poderia.

1092

1093 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
1094 **Brasil)** – Nós poderíamos combinar aqui, por causa do tempo, fazer a última pergunta.
1095 Quem era o inscrito? Tem mais alguém para fazer? Então, Humberto. Quem mais?

1096

1097 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu acho que uma coisa importante para nós, doutor
1098 Fausto, da segurança, é o que vocês conseguiram, ao longo do tempo, que é
1099 primeiramente a centralização no Ministério da Saúde, porque ele rege, ele normatiza.
1100 Uma vez que ele definiu, o estado não pode contestar, o município não pode contestar.
1101 No caso nosso da segurança, é um monopólio dos estados, uma omissão do governo
1102 federal, ele parece ser uma seara. Eu não posso entrar, porque vou mexer no vespeiro de
1103 governador. Não estabelece nada. Então, o senhor poderia expressar para nós a
1104 importância que é essa autonomia que tem o poder central, o Ministério da Saúde, para
1105 estabelecer, e o que não acontece no caso da segurança pública, que fica uma massa
1106 cinzenta, um vácuo, um buraco negro muito grande, onde a União não normatiza, os
1107 municípios não podem estar proibidos, e o controle social é lastimável o que fazem com
1108 as ouvidorias. No meu estado de Minas Gerais, por exemplo, a ouvidoria funcionava
1109 com certa autonomia na Praça da Liberdade, acessível a todos, uma vez que a função
1110 precípua da ouvidoria é essa acessibilidade e o sigilo de quem vai pedir a denúncia. No
1111 caso de Minas Gerais, uma forma que o governador conseguiu para reduzir as denúncias
1112 contra os policiais foi transferir a ouvidoria para a cidade administrativa, onde tem um
1113 batalhão especial da Polícia Militar, e fica no 12º andar. É o último andar. A pessoa para
1114 entrar tem que se identificar, está sendo filmada por todos os lados, é um local
1115 extremamente suntuoso, onde o pezinho rachado não vai. Ele se sente intimidado de
1116 chegar. E tem que andar só três quilômetros do estacionamento até o 12º. Então, a falta
1117 da padronização na segurança pública comparada com a padronização de procedimentos
1118 na saúde, que eu acredito que seja importante. E também essa lacuna, não temos a Lei
1119 Geral das Polícias Cíveis, não temos um código de ética policial, não temos uma
1120 padronização de procedimentos, ao passo que o código penal é o mesmo, a atuação do
1121 criminoso é a mesma do Oiapoque ao Chuí, a Foz do Iguaçu, e por aí vai. Então, para o
1122 senhor contar um pouquinho sobre a importância dessa padronização. E como que foi?
1123 Foi de uma hora para outra, ou foi ao longo do tempo que vocês conseguiram esse
1124 benefício?

1125

1126 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
1127 **Brasil)** – O conselheiro Humberto, e nós encerramos as intervenções. E doutor Fausto,
1128 quando ele responder, ele já faz as suas considerações finais.

1129

1130 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
1131 Boa-tarde, doutor Fausto. Gostaria de parabenizá-lo pela belíssima apresentação, que foi
1132 muito importante para todos nós. Represento os gestores dos órgãos periciais. E o
1133 senhor tocou aí na perícia, exatamente uma carência nossa é a questão de patologistas,
1134 são carentes nos Institutos Médicos Legais. Mas nós temos o grande problema da saúde,
1135 que reflete diretamente na segurança pública e em particular nos IMLs, que é a questão

1136 do DPVAT que, na verdade, não é competência nossa, mesmo porque a nossa área é
1137 criminal. Queria saber se existe algum estudo junto ao Ministério da Saúde para que
1138 possa, sei lá, ou se deve absorver isso? Ou não há nenhum estudo em relação ao
1139 DPVAT, que como o senhor bem sabe, há um acúmulo enorme dos institutos, um atraso
1140 enorme, porque nós não temos condições, do Brasil inteiro, de realizar esses exames, o
1141 que vem causando uma fila desumana no aguardo dos exames. Obrigado.

1142

1143 **O SR. FAUSTO SANTOS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Bom, a primeira, o papel
1144 normatizador do ministério está previsto na Constituição e principalmente na Lei nº
1145 8.080/90. A Lei Orgânica do SUS prevê o papel normatizador do ministério. E ele tem
1146 sido muito importante. Por exemplo, para se fazer uma campanha nacional de vacina,
1147 você vacinar do Oiapoque ao Chuí, da Região Amazônica mais distante à maior cidade,
1148 todos os postos funcionarem no sábado, por exemplo, como essa vacina de gripe agora.
1149 Então, assim, esse papel normatizador do ministério é muito importante. E a outra coisa
1150 é definir que doenças têm ou são de notificação compulsória, por exemplo. Como fazer
1151 o enfrentamento de uma pandemia de influências? Quer dizer, se o ministério não
1152 tivesse esse papel normatizador, eu imagino que seria um salve quem puder
1153 generalizado. O estado pode agregar, ele não pode fazer menos, ele pode agregar. Se ele
1154 quiser, por exemplo, construir uma vigilância sanitária mais sofisticada e ele tiver
1155 capacidade para isso, ele pode. Agora o mínimo ele tem que fazer. Esse é o papel
1156 normatizador que eu acho fundamental normatizar, traz certa organicidade também
1157 àquilo que é essencial. Agora, por exemplo, nós temos, através da Anvisa, da Agência
1158 Nacional de Vigilância Sanitária, um conjunto de normas que tem que ser seguido por
1159 todos para garantir segurança para o paciente, para garantir o que é um padrão mínimo
1160 de UTI, o que é que é um padrão mínimo de hemodiálise. Então, esse papel do
1161 Ministério, direto ou através das suas agências reguladoras, eu diria que ele é definidor
1162 de uma organização, de uma organicidade maior para o sistema. Se isso não existisse,
1163 eu imagino que seria muito complexo. Eu acho que, mesmo nos Estados Unidos onde os
1164 estados têm uma autonomia maior do que a nossa, ainda assim lá o órgão nacional de
1165 saúde tem um papel normatizador importante. Eu acho que a saúde, sem isso, perde
1166 muita potência. A questão específica do DPVAT, eu não tenho muito conhecimento
1167 pessoal. Agora, a minha impressão é que o DPVAT precisava passar por uma
1168 rediscussão geral. Quer dizer, o modelo que foi organizado, sei lá quantos anos atrás,
1169 me parece um pouco caduco. Eu acho que esse modelo, do jeito que ele está organizado,
1170 quer dizer, qual é a dificuldade? Se essa vítima, vamos dizer assim, foi atendida no setor
1171 público, no hospital de urgência, no João XXIII, qualquer hospital, foi gerado para ela
1172 um prontuário, foi gerado para ela um laudo. Não um laudo formal, mas foi gerado um
1173 diagnóstico, e foi gerado um conjunto de procedimentos que está registrado. Então, qual
1174 é a dificuldade? É que no Brasil nós somos meio herdeiros do direito lusitano, e tudo
1175 tem que passar por um novo documento, uma nova formalização, quer dizer, o
1176 profissional médico que está em qualquer urgência, que tem um CRM e, portanto,
1177 assina o prontuário, ele é responsável. É diferente da questão criminal, que você vai ter
1178 que produzir uma peça que depois vai ser contestada, vai ser juridicamente debatida,
1179 etc. É muito diferente. Ali é só uma constatação de que aconteceu alguma coisa e de que
1180 isso gerou x, y ou z. Uma parte do recurso do DPVAT já vai para o Ministério da
1181 Saúde, pela sua própria definição. O restante, que é o problema da indenização, me
1182 parece que acaba se criando certa chicana burocrática, chicana de procedimentos que,
1183 no final, vai significar uma postergação muito grande da devolutiva, do efetivo
1184 reembolso. No caso, eu acho que valeria a pena uma discussão mais geral sobre ele.
1185 Além de certo buraco negro aí, que é esse recurso que fica sobre a gestão da Fenaseg

1186 que também me parece um pouco transparente, pouco acessível à sociedade do que é
1187 que acontece com esse conjunto de recursos. Então, para finalizar, eu queria agradecer a
1188 oportunidade. Eu já tinha colocado para o Alex a minha disponibilidade e quando vocês
1189 precisarem, independentemente de ser aqui, ou em qualquer situação, qualquer dúvida,
1190 qualquer questão que vocês quiserem debater individualmente, eu estou absolutamente à
1191 disposição. E agradecer, mais uma vez, a oportunidade. (*Palmas!*)

1192

1193 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
1194 **Brasil)** – Eu queria, em nome da doutora Regina Miki, nossa presidente, agradecer a
1195 sua presença. E parabenizar o nosso secretário executivo, Alex, por ter convidado uma
1196 pessoa tão competente. O conselho aqui se enriqueceu hoje. O Alex vai ter a palavra
1197 final para dizer como é que nós vamos nos comportar amanhã.

1198

1199 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Amanhã, então, dando
1200 continuidade à programação, está marcada às 9h a abertura dos trabalhos. Nós
1201 esperamos que dê quórum às 9h, hoje já conseguimos o quórum, acredito que amanhã
1202 não teremos esse problema. Vamos ter a presença do deputado Efraim Filho, a partir das
1203 9h30. É importante dizer que amanhã é lá no Shopping ID, no mesmo endereço das
1204 reuniões anteriores. Então, nós encerramos a sessão de hoje e esperamos nos encontrar
1205 amanhã pela manhã, às 9h.

1206

1207

6/6/2013
MANHÃ

1208

1209

1210 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
1211 **Brasil)** – Bom-dia a todos e a todas. Nós estamos complementando a abertura da nossa
1212 22ª Reunião Ordinária do CONASP, desejando boas-vindas a todos novamente. E
1213 pediria licença aos nossos conselheiros para fazer um registro de uma ação de paz.
1214 Recentemente, em nossa cidade, faleceu, de modo prematuro, um pacificador, pró-reitor
1215 na universidade, um ser que sempre estava abrindo espaço para a cultura de paz e a
1216 segurança pública preventiva. Sugiro que façamos um minuto de silêncio em
1217 homenagem ao professor Luiz Renato Mendes, nosso pró-reitor que sempre estava
1218 atento ao CONASP e lhe dava repercussão do tamanho que ele merece. Então, sugiro
1219 um minuto de silêncio em memória, ele é irmão do nosso conselheiro Humberto Pontes.
1220 Um minuto. Ok. Nós hoje vamos ter um dia que eu acho bastante feliz, porque vamos
1221 tratar de um assunto que nós sonhamos para o nosso país, já tem alguma coisa sendo
1222 construída e o CONASP, certamente, vai se posicionar do modo como sempre fez. Nós
1223 iniciamos a nossa reunião ontem e vamos presidir a reunião de hoje e de amanhã de
1224 modo compartilhado. Ou seja, a reunião será dirigida pela vice-presidência, substituindo
1225 a nossa presidente Regina Miki, mas, hoje, o nosso trabalho será compartilhado, todos
1226 nós somos aqui conselheiros, estamos com o intuito apenas de produzir. Agora, passo a
1227 palavra ao nosso secretário executivo, Alex, para que ele possa dar as informações sobre
1228 o que ocorreu ontem e do que virá agora de manhã, certamente, com a presença do
1229 deputado Efraim Moraes.

1230

1231 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Muito obrigado. Bom, mais
1232 uma vez não havia quórum regimental às 9h. Começamos aqui às 9h30, na segunda
1233 chamada, conforme prevê o regimento. Já havendo quórum, abrimos então a reunião
1234 formalmente com essa homenagem mencionada pelo senhor Almir. Só uns informes
1235 para quem não chegou ontem. Tivemos dificuldade de constituir o quórum em razão de

1236 atraso de voos, fecharam alguns aeroportos centrais do Brasil, Rio – São Paulo, e houve
1237 o efeito dominó na malha aérea, além dos problemas na Esplanada, de manifestações.
1238 Muitas pessoas chegaram atrasadas, mas nós conseguimos quórum por volta das 16h,
1239 houve aprovação da pauta da reunião anterior e a aprovação da pauta para esta reunião.
1240 O conselheiro Humberto fez uma proposta de uma decisão colegiada do CONASP,
1241 dirigida ao gabinete do ministro e à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, sobre
1242 a questão de emissão de passagens com prazo muito exíguo entre o horário do voo e a
1243 informação do voo. Isso é um problema crônico no Ministério da Justiça, mas,
1244 realmente, precisamos fazer alguma coisa com relação a isso. Então, vamos fazer essa
1245 decisão colegiada formalmente. A decisão colegiada já foi aprovada, falta o texto para
1246 ser apreciado pela plenária, provavelmente, vamos fazer isso amanhã, na parte da tarde,
1247 nos temas livres, pois hoje, segundo a pauta que foi proposta pela mesa diretora e
1248 aprovada pela plenária, nós teremos aqui a presença do deputado Efraim; vamos ter o
1249 debate do SUSP, ele vai nos dizer como que está essa matéria no Congresso, e à tarde
1250 SUSP e SINESP, que são as propostas que os conselheiros têm a respeito desses
1251 assuntos. Como na reunião passada, houve as duas apresentações por parte da SENASP,
1252 do SUSP e do SINESP, foi solicitado aos conselheiros que encaminhassem as
1253 propostas, com um prazo de 15 dias. O conselheiro Humberto encaminhou e o
1254 conselheiro Marlon disse que encaminhou, mas ainda não chegou. Fora isso não houve
1255 mais encaminhamento de nenhum outro conselheiro. A SENASP quer ouvi-los, o prazo
1256 foi estabelecido, mas em razão só de duas pessoas terem colocado as propostas, seria
1257 muito improdutivo ficar estritamente atrelado ao regimento, vamos continuar os debates
1258 para que as pessoas possam apresentar suas propostas. Talvez seja difícil em uma tarde
1259 só esgotar um tema que é tão complexo. Em razão disso e em atendimento a uma
1260 proposta levantada na última reunião do CONASP de trazer o especialista do SUS,
1261 ontem também tivemos a presença do Fausto Santos, um colega meu de carreira,
1262 também especialista em políticas públicas de gestão governamental, médico, trabalha no
1263 Ministério da Saúde há muitos anos. Ele explicou como funciona o SUS, deu uma visão
1264 geral de como funciona esse sistema previsto na Constituição de 88, já com mais de 20
1265 anos de implementação, os problemas, as idiossincrasias, as limitações, e contribuiu
1266 para as nossas discussões. Então, nós esperamos que hoje à tarde consigamos evoluir
1267 nisso. Esgotar é difícil, mas vamos caminhar no sentido de o CONASP se posicionar e
1268 formular uma proposta para o SUSP. Como temos aí alguns minutos para a chegada do
1269 deputado, eu pergunto se algum conselheiro tem algum informe ou alguma dúvida?

1270
1271 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Bom-dia a
1272 todos e todas. Prazer estar novamente aqui. Antes do informe, uma questão que eu
1273 queria também dar um retorno. O Alex, secretário executivo, nos enviou uma série de
1274 documentos que foram também solicitados na primeira reunião, recomendações,
1275 moções, decisões colegiadas, regimentos, etc. Tomei o cuidado de fazer uma análise
1276 desse material, até em respeito à diligência da Secretaria Executiva do Alex e da equipe.
1277 Eu queria fazer uma sugestão, que talvez possa nos ajudar a ter uma dinâmica mais
1278 organizativa, mais sistemática, de tudo que é produzido nessa instância do CONASP.
1279 Eu acho que nós precisaríamos ter alguma ferramenta de monitoramento, não só do
1280 registro das recomendações, moções, decisões colegiadas, mas, fundamentalmente, dos
1281 encaminhamentos dados a esses atos normativos que o CONASP produz. De outra
1282 forma, nós acabamos tendo um acompanhamento que, para mim, parece muito
1283 relacionado a um espasmo. Nós acabamos ao sabor das demandas, emergências e crises,
1284 que são muito próprias na nossa temática, nós vamos posicionando o CONASP,
1285 colocando as temáticas em discussão. Vou dar um exemplo para tentar tornar isso mais

1286 objetivo. Eu tenho acompanhado a discussão da Secretaria Nacional de Juventude que
1287 está estimulando o debate, inclusive constituiu um comitê interministerial, sobre o
1288 enfrentamento à violência contra jovens negros, chamado Plano Juventude Viva.
1289 Existem pelo menos três atos normativos do CONASP, previamente a esse plano,
1290 reclamando a necessidade de um plano estruturador dessa temática. A Recomendação nº
1291 02/2011, a Moção nº 04/2012 e a Decisão Colegiada nº 07. Veja, eu entendo que esse é
1292 um resultado, inclusive, do trabalho do CONASP. De todo modo, se nós não estamos
1293 ligados diretamente a esse tema, ou acompanhando a discussão mais amiúde das nossas
1294 agendas institucionais específicas, possivelmente nós sequer saibamos que essa temática
1295 foi previamente discutida aqui. Então, eu sugeriria, Almir e Alex, que se fosse possível
1296 criar uma planilha de Excel, com a tipologia dos atos normativos, a recomendação, a
1297 moção, a decisão colegiada, a resolução, qual é o número, qual é o tema, quando ela foi
1298 aprovada, e qual é o status, enfim, o resultado prático desse processo. E isso pode servir
1299 tanto como um subsídio para as câmaras temáticas, que é uma discussão que nós ainda
1300 faremos, quanto para nortear uma agenda positiva, que eu me propus a discutir no
1301 primeiro encontro. Construir uma agenda positiva que possa nortear as pautas das
1302 nossas reuniões, por exemplo, sugeriria que a Secretaria Nacional de Juventude viesse
1303 até aqui e apresentasse o Plano Juventude Viva como resultado desse processo.
1304 Eventualmente, nós podemos ter outros temas que também estão dispersos, difusos na
1305 agenda governamental e na agenda da sociedade civil, que ganharam corpo e avançou,
1306 institucionalmente, a partir de proposições do CONASP. Então, eu queria sugerir essa
1307 ferramenta de monitoramento, que ela pudesse, por exemplo, nortear o começo de cada
1308 reunião, que pudéssemos ter isso como pauta orientativa dos planos de ação que nós
1309 vamos construir *a posteriori*. E, ao mesmo tempo, talvez aí uma recomendação nova,
1310 que não é tão nova, que imagino que já tenha sido feita, de ampliar a equipe da
1311 Secretaria Executiva, pelo menos uma ou duas pessoas que pudessem ter esse papel de
1312 apoiar e ampliar a capacidade institucional da Secretaria Executiva, pois também é
1313 muito fácil chegar aqui, criar novas demandas para a Secretaria Executiva e na prática
1314 quem já geriu sabe que o RH não aumenta na mesma proporção das demandas. E, por
1315 último, só um informe. Eu distribuí aqui para os colegas, o 3º Fórum Mundial de
1316 Autoridades Locais de Periferia, que vai acontecer na cidade de Canoas, na próxima
1317 semana, 11, 12 e 13 de junho. Nos dias 12 e 13, à tarde, nós vamos ter um debate sobre
1318 segurança, inclusive com colegas aqui do nosso conselho, o Sou da Paz, o ISER, IPEA,
1319 e gostaria de, se possível, convidar a todos a estarem presentes também nesse debate,
1320 nessa discussão. Obrigado.

1321

1322 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
1323 **Brasil)** – Na sexta-feira nós temos o tema livre e, certamente, vamos pegar essa
1324 sugestão do Pazinato e, principalmente, nos reportamos ao apoio à Secretaria Executiva.
1325 Agradecemos pelo convite. E estamos já nos preparando agora para receber o deputado.
1326 Vamos continuar, quando ele chegar nós interrompemos. Mais alguma pessoa que
1327 gostaria de fazer o uso da palavra?

1328

1329 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
1330 **MNDH)** – Seguindo na ideia do Pazinato, mas você disse que vai discutir sexta-feira
1331 nos temas livres? Porque houve uma apresentação extremamente importante aqui
1332 também que foi a questão dos Conselhos de Direito de Segurança Pública nos estados,
1333 que foi aquela pesquisa feita pela UERJ e que tem tudo a ver, por exemplo, com a
1334 questão do SUSP, e que aponta para uma ideia de fragilidade da participação da
1335 sociedade civil exatamente na gestão dos conselhos. Por isso que ontem os debates com

1336 o doutor Santos giraram muito em torno de como é que funcionam os conselhos, etc, da
1337 participação. Porque o que se verificou é que os Conselhos de Direitos Humanos ou de
1338 Segurança dos estados são verdadeiros espaços figurativos, porque de fato não é uma
1339 estrutura de conselho, onde haja de fato uma participação. Mas, como vai ficar para
1340 sexta-feira... houve um estudo apresentado, assim como a Juventude Viva foi
1341 apresentado aqui.

1342

1343 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Mas esse tema que
1344 você está falando, eu acho que tem a ver alguma coisa com o SUSP, nós podemos tocar
1345 nesse assunto.

1346

1347 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
1348 **MNDH)** – Claro. Não, mas ele dá uma ideia interessante de fazer um monitoramento,
1349 havia na gestão anterior e eu acho que precisava recuperar o que foi monitorado para
1350 apresentar. E essa apresentação, por exemplo, do Juventude Viva, que foi apresentado
1351 aqui, que foi extremamente interessante. Quero até lembrar vocês que o programa
1352 Juventude Viva não é só por conta de uma deliberação deste conselho, mas houve toda
1353 uma pressão da Fejune, do CEN, das entidades de direitos humanos, as conferências de
1354 juventude, enfim, que fizeram impactar nessa política. Mas, com certeza, o CONASP
1355 reforçando a partir das suas deliberações, das suas moções, só fez reforçar dentro do
1356 governo a necessidade de criar um programa desse porte. Agora, esse estudo feito pela
1357 UERJ da situação dos conselhos de direito é muito interessante. Talvez fosse o caso de
1358 recuperar esse trabalho da UERJ e reenviar para os novos conselheiros, até para que eles
1359 possam tomar pé desse estudo e também auxiliar nos nossos debates aqui. E com
1360 certeza, se o SUSP prevê algum tipo de participação, ou a partir de conselhos, os
1361 conselhos que nós temos hoje nos estados são pífios, ou pelo menos a forma como eles
1362 funcionam, a direção que é dada por eles, com a interferência direta do Poder
1363 Executivo, é algo que nos deixa tristes por saber que a maioria deles, não tem, por
1364 exemplo, nenhuma estrutura de democracia.

1365

1366 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Isso é uma proposta não para
1367 deixar para frente, mas para discutir no SUSP, porque temos hoje, no Brasil, cada
1368 estado, muitas vezes, cada município, fazendo da sua forma o seu conselho, não
1369 institucionalizado. A ideia do SUSP é justamente centralizar e dizer aos estados como
1370 serão os conselhos, vão se reunir assim, com tal periodicidade, etc. Eu acho que é
1371 proposta para o SUSP.

1372

1373 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente - Grande Oriente do Brasil)** – A
1374 questão da sexta-feira, que eu falei, é a ampliação da Secretaria Executiva, para fazer
1375 essa decisão colegiada, pois é um tema que não está na pauta. Aí fica livre na sexta-
1376 feira. Só foi isso. Mas esse tema cabe hoje aqui.

1377

1378 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Bom-dia aos
1379 que eu não cumprimentei ainda. Ontem eu comentei com o conselheiro Almir sobre esse
1380 assunto que eu vou dizer aqui agora e que acho vai ao encontro do que o colega
1381 Eduardo falou, dessa necessidade de continuidade dos trabalhos passados, e mais
1382 especificamente no que nos toca, a Decisão Colegiada nº 06, de 06 de dezembro de
1383 2012, por exemplo, fez um solicitação ao ministro da Justiça, que eu vou ler aqui,
1384 “...que garanta a participação de representantes do Conselho Nacional de Segurança
1385 Pública (Conasp) junto ao grupo de trabalho do Ministério da Justiça que vai investigar

1386 os problemas do sistema prisional”. Eu encontrei isso, obviamente, no site do Ministério
1387 da Justiça, no link do CONASP, mas não consegui obter mais nenhuma informação. Por
1388 óbvio, a primeira reunião **que houve do CONASP foi a anterior, mas eu queria só**
1389 **ressaltar essas continuidades e essas informações, a quantas andam, de elas serem**
1390 **trazidas para nós a fim que saibamos quais foram os encaminhamentos e as**
1391 **formas, porque eu vi, pelas atas passadas, e como eu disse ao conselheiro Almir,**
1392 **que foram feitos diversos encaminhamentos e que ficaram para esta gestão. Então,**
1393 **nós temos que ficar atento a isso, para poder não se perder o trabalho nessas**
1394 **mudanças de gestão que foram relevantes da outra vez. Obrigado.**

1395

1396 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-presidente-Grande Oriente do Brasil) –**
1397 **Esse é o nosso desafio, continuidade. O nosso grande desafio. Queria registrar a**
1398 **presença de todos aqui, são bastante, mas a presença do conselheiro desde a comissão**
1399 **organizadora da conferência, e que construiu tudo isso aqui que nós estamos tentando**
1400 **recuperar, o conselheiro Gandra da Cobrapol.**

1401

1402 **O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
1403 **Civis - COBRAPOL) –** Bom-dia a todos e todas. Nós, na reunião de preparação da
1404 mesa diretora, pelo contencioso que nós podemos ali perceber e até pela própria
1405 natureza da temática que nós hoje aqui estamos discutindo, que é segurança pública e
1406 cidadania, a eventualidade é o fenômeno natural no nosso meio. Está sempre
1407 acontecendo fatos relevantes e que merecem e carecem da nossa posição, da nossa
1408 reflexão, da nossa intervenção, se podemos assim dizer, haja vista a finalidade do
1409 conselho que é a participação popular e o controle social. E nós ficamos preocupados de
1410 ver que reuniões bimestrais não dão para sequer tomar conhecimento, interferir, quando
1411 você quer posicionar, o assunto já está caduco; é como Maximiliano pôde colocar,
1412 acaba tendo essa descontinuidade de uma reunião para outra. Então, a sugestão que eu
1413 coloco aqui para apreciação dos companheiros e companheiras é que houvesse uma
1414 regularidade maior. “Não dá para vir, porque os conselheiros são de outros estados”,
1415 que nomeie o suplente, mas que nós não deixemos esses assuntos sem debate. Ainda
1416 agora pela manhã, tivemos a informação de que mais um indígena da comunidade foi
1417 assassinado ontem. Então, isso é complicado. É um problema, é um conflito que se a
1418 Funai não está dando conta de resolver, alguém tem que resolver, alguém tem que
1419 interferir nisso aí. Então são assuntos que acabam nos pegando de sobressalto, de
1420 atropelo, e acredito que o conselho tem que ter esse protagonismo, esses debates, sim
1421 intervir, participar, cobrar, porque é para isso que nós estamos aqui. Então, uma
1422 ponderação que eu gostaria de fazer que houvesse uma periodicidade menor, um fluxo
1423 maior de reuniões, e que elas fossem propositivas nesse sentido.

1424

1425 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
1426 **Brasil) –** Ok. Eu acho que para sexta-feira, também tema livre, como está pautado. Eu
1427 queria, neste momento, aproveitar também o espaço de tempo para conhecer os
1428 conselheiros que estão vindo pela primeira vez. Eles vão fazer uma breve apresentação
1429 para depois iniciarmos os trabalhos.

1430

1431 **A Sra. Silvana Ribeiro (Fórum Nacional da Juventude Negra-Fonajune) –** Bom-dia
1432 a todas e todos. Meu nome é Silvana. Eu sou do Espírito Santo e represento o Fórum
1433 Nacional Juventude Negra.

1434

1435 **O Ten. Cel. Mesquita (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Comandantes**
1436 **Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG-PM/CBM) –**
1437 Bom-dia a todos e todas. Sou secretário geral do Conselho Nacional dos Comandantes
1438 Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Estou representando o
1439 presidente, coronel Carlos Alberto Davi dos Santos.

1440

1441 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz) –** Bom-dia a todos e todas. Sou
1442 Luciana Guimarães. Sou advogada, de São Paulo. Sou fundadora e diretora do Instituto
1443 Sou da Paz. E nós temos uma cadeira compartilhada, alternando a titularidade e
1444 suplência com o Instituto São Paulo Contra a Violência.

1445

1446 **O Sr. Marco Antonio Pampulha (FENAPRF) –** Bom-dia a todos. Eu sou o Marco
1447 Antônio Pampulha, da FENAPRF. Sou PRF no Tocantins. Prazer estar com os
1448 senhores.

1449

1450 **O Sr. Carlos Magno (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
1451 **Transexuais) –** Bom-dia a todos e a todas. Eu sou Carlos Magno. Atualmente, eu sou
1452 presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e a
1453 organização de base (?) -MG com sede em Belo Horizonte. E é a primeira vez que eu
1454 estou participando do Conselho de Segurança Pública.

1455

1456 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
1457 **Brasil) –** Bom, nós vamos cumprir a pauta agora. Dizer da satisfação de estar conosco
1458 aqui o deputado federal Efraim Moraes Filho. É do nosso estado, da Paraíba. E foi, no
1459 ano passado, em 2012, o presidente da Comissão de Segurança da Câmara. E é um
1460 deputado ativo com a cidadania, com os direitos humanos, com a paz. Nós conhecemos
1461 o seu trabalho. E dizer que o CONASP se sente honrado com a sua presença e que esta
1462 manhã possa ser muito produtiva com relação ao tema do SUSP. Passando a palavra ao
1463 deputado, porque aí ele se posiciona como está hoje, depois da sua experiência como
1464 presidente dessa comissão. Deputado Efraim, a palavra é sua.

1465

1466 **O Sr. Efraim Moraes Filho (Deputado Federal-DEM/PB) –** Primeiramente, bom-dia
1467 a todos e a todas. É uma alegria em poder estar aqui presente aceitando o honroso
1468 convite dos senhores e senhoras. Em nome do nosso vice-presidente, Almir Laureano,
1469 do nosso colega também, Humberto Pontes, que já compartilhou conosco várias lutas no
1470 Congresso Nacional a respeito do tema da segurança pública. E em nome do Alex
1471 Canuto, nosso secretário Executivo, saudar a todos conselheiras e conselheiros. Apenas
1472 uma breve apresentação. Eu estou no meu segundo mandato, com 34 anos, e tive a
1473 oportunidade de ser vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, presidente
1474 da Comissão de Segurança Pública no ano passado. Este ano, devido à rotatividade,
1475 continuamos como membro titular da Comissão de Segurança Pública. E acredito que o
1476 tema que me traz aqui, além da presidência da Comissão de Segurança Pública, e a
1477 experiência adquirida para nós compartilharmos aqui, o fato de ter sido designado
1478 relator da subcomissão especial que estuda a estruturação de um novo modelo de
1479 segurança pública para o Brasil. Na análise primária e superficial do que temos o
1480 modelo estabelecido pela Constituição de 1988, já com mais de 25 anos, um
1481 desenvolvimento das relações, em uma velocidade das transformações sociais muito
1482 significativas, e que novos conceitos apareceram, e que merecem ser trabalhados sob o
1483 prisma do plano legislativo, para que se permita alcançar a sociedade e a cidadania.
1484 Então, essa é uma responsabilidade que nós podemos perceber, e os senhores e senhoras

1485 que estão, mais do que ninguém, vivenciando o dia a dia, a rotina da sociedade, da
1486 segurança pública, têm uma experiência absolutamente valiosa, imprescindível,
1487 reconhecida por nós. Então, esse momento aqui de diálogo, ele é um momento de
1488 crescimento, em que a sociedade faz uma relação transparente, saudável e valiosa com o
1489 Poder Legislativo, para que as leis possam, sem dúvida alguma, exprimir o sentimento
1490 da sociedade, dar um retorno às demandas que existem, se aproveitar da experiência
1491 adquirida de vários atores aqui que dentro do seu segmento são, sem dúvida alguma,
1492 protagonistas. E que nós sejamos capazes realmente de produzir uma lei que não seja
1493 uma lei fria, nem letra morta da lei, mas que ela realmente possa representar um novo
1494 modelo. Eu vou usar essa expressão entre aspas, porque ela é muito mais ampla, mas
1495 para facilitar, o novo modelo de segurança pública vai desde a regulamentação ou até
1496 quem sabe da modificação do art. nº 144 da Constituição Federal. As leis
1497 infraconstitucionais, como as que nós vamos tratar aqui, que é a lei do SUSP, que é o
1498 Sistema Único de Segurança Pública, que é o tema principal da pauta. Mas, sem dúvida
1499 nenhuma, ele está agregado, no meu entender, com mais uma série de leis satélites, mas
1500 que trazem um avanço legislativo significativo para as políticas públicas de segurança.
1501 A lei, por exemplo, e eu trouxe aqui, da qual eu também sou relator, que trata dos
1502 princípios e diretrizes básicas da instalação das UPPs, das Unidades de Polícia
1503 Pacificadora, e isso aproveitando a experiência do Rio de Janeiro para que possa ser
1504 multiplicado por todo o país. Esse mês passado, tivemos uma audiência pública, com o
1505 secretário Beltrame, secretário do Rio de Janeiro, lá na Comissão de Segurança Pública,
1506 e foram feitos aperfeiçoamentos nesse relatório. Projeto aprovado ainda semana
1507 passada, também da minha relatoria, projeto até de autoria do Poder Executivo, que fala
1508 sobre a atualização e a modernização das leis que tratam das medidas de
1509 indisponibilidade de bens, principalmente daqueles frutos do crime organizado,
1510 especialmente do tráfico de entorpecentes. Então, nós temos uma nova legislação
1511 aprovada na Comissão de Segurança Pública, logicamente vai ao plenário da Câmara
1512 ainda e ao Senado. Esperamos que com regime de urgência, para que dê a capacidade da
1513 antecipação da alienação desses bens, porque hoje nós costumamos ver aí nas
1514 manchetes na mídia, na pauta, casos de bens adquiridos, mansões, carros, até aviões,
1515 lanchas, que se deterioram nos depósitos e acabam não sendo, em tempo hábil, em um
1516 valor considerável, revertido, inclusive, no próprio orçamento da segurança pública e
1517 ajuda no combate ao crime organizado, principalmente esse crime, que se caracteriza
1518 pela sua transnacionalidade, além das fronteiras. Outros temas também vinculados à
1519 questão da gestão da segurança pública e da tecnologia. Foi aprovado, recentemente, um
1520 projeto que parece muito simples, mas que de ações simples, se forem implementadas,
1521 elas gerarão excelentes resultados. Esse que diz mais respeito à questão da execução
1522 penal. Uma coisa simples, como um software, que conjugando com a base de dados, do
1523 sistema nacional de informações que é uma política pública hoje já em implementação.
1524 Um software que nos presídios terá um controle da duração das penas dos encarcerados
1525 e com avisos automáticos ao Ministério Público, ao diretor do presídio, e ao juiz da
1526 execução penal, de prazos, e aí com certa antecipação, de que determinada pena estará
1527 prestes a cumprir, a vencer ou a cumprir algum daqueles prazos que permitem uma
1528 avaliação ou progressão. Porque infelizmente hoje a lei já existe, mas a carência de
1529 recursos financeiros, e que levam à carência de recursos humanos, não permite que essa
1530 avaliação se dê no tempo hábil, e hoje nós vemos o grande número de casos de
1531 apenados que cumprem a pena de forma excessiva, que o impedem de tentar a
1532 reinserção na sociedade, e contribuem para a superlotação dos nossos presídios, que é
1533 um dos temas hoje mais difíceis de encontrar uma solução, pois o déficit é tão grande,
1534 tão grande, que em números brutos aqui, nós temos 300 mil vagas, são 450 mil

1535 apenados, e o mais grave, mais de 400 mil mandados não cumpridos. Ou seja, se a lei
1536 funcionar hoje, nós não teríamos onde colocar todos aqueles que merecem pagar a
1537 sociedade com a sua restrição da liberdade, ou outro tipo de pena. Então, o debate aqui
1538 foi para isso que eu entendi o convite do CONASP, é para fazer uma breve explanação,
1539 sem nada muito didático, nem com um interesse aqui de demonstrar a vocês o que se
1540 está fazendo. É muito mais aqui no sentido de vir pedir a ajuda na convergência de
1541 opiniões. Estando na presidência da Comissão de Segurança Pública, ano passado,
1542 como eu falei, nós montamos essa subcomissão, na qual eu fui designado relator, e é
1543 com ela que eu vou trabalhar em 2013. E ela será o nosso fórum de preparação a esse
1544 projeto de lei que está aí, que é do Poder Executivo, e é sobre ele que nós vamos falar,
1545 pelo menos será a espinha dorsal na nossa conversa de hoje. O próprio Poder Executivo
1546 hoje, o Ministério da Justiça, já disse que ele não está bom. Não está bom no sentido de
1547 que precisa de aperfeiçoamentos. E pediu ao Congresso Nacional que pudesse avançar
1548 nesses debates com a sociedade civil organizada, com a academia, com cientistas da
1549 segurança pública. Enfim, com vários atores, para que produzíssemos um texto que
1550 pudesse avançar. E esse é sem dúvida nenhuma o grande desafio. O que ao final da
1551 nossa conversa, eu espero sair daqui, se não hoje, pois acredito que ninguém tenha
1552 trazido isso pronto, ou se porventura o tenha, é melhor ainda, mas que essas
1553 contribuições cheguem para nós do ponto de vista pragmático. E aí é uma questão muito
1554 do meu perfil. Eu, entre outras funções, eu assumo hoje uma das sub-relatorias do novo
1555 Código de Processo Civil. Vai ser votado, se Deus quiser, até o final de junho, na
1556 comissão especial. Já foi aprovado no Senado, para ir para o plenário da Câmara. Mas
1557 como sub-relator da parte geral, que é a primeira e a maior, até o art. nº 291, foi uma
1558 experiência muito valiosa que pode nos ajudar até em um trabalho mais, não vou dizer
1559 mais eficiente, porque o outro foi muito eficiente, mas que seja até mais bem
1560 aproveitado o espaço de tempo, e a ideia é não nos perdermos em debates
1561 exclusivamente filosóficos para tratar de temas que são convergentes, conceitos que
1562 cada um de nós temos, mas que quando se pede para fazer o projeto de lei, como é que
1563 se tem a segurança pública, ela tem que ser um dever do estado, responsabilidade de
1564 todos, direito do cidadão, tudo certo, mas como é que eu transformo isso em lei? Vou
1565 entrar aqui no tema. A integração das polícias. É integração? É unificação? É? Não é?
1566 Do jeito que está hoje, está bom? Não, não está, tem que mudar. Então, como é que nós
1567 botamos isso para um projeto de lei? Certas coisas nós convergimos, mas o desafio é
1568 transformá-las em letra. E esse é realmente o debate maior que eu acredito que nós
1569 temos nessa subcomissão e que eu peço o apoio dos senhores, no fim do debate e no
1570 transcorrer dos meses que virão, apontamentos, sugestões pontuais, pragmáticas,
1571 emendas aditivas para adicionar ao que está faltando na nossa legislação, emendas
1572 supressivas para retirar da nossa legislação que porventura tenha em excesso, que seja
1573 nocivo, emendas modificativas para adaptar algum texto de lei ou algum artigo da lei
1574 que precise avançar. Rapidamente, e se puder ir percorrendo o texto, vocês verão aí, o
1575 projeto é do Poder Executivo, que fique bem claro, ele é feito de 30 artigos. Mas só não
1576 tem, pessoal, a numeração dos artigos, infelizmente não sei por que. Mas, por exemplo,
1577 esse artigo aí é o art. 1º, em sequência é o art. 2º. Então, a minha intenção aqui, muito
1578 mais do que falar sobre o projeto, é falar sobre os procedimentos que serão adotados, o
1579 *modus operandi* com que nós iremos proceder na comissão. O que eu quero é só passar
1580 rapidamente. Não vamos ler um a um. Todos vão ter em mãos. Mas para vocês
1581 entenderem a estrutura do documento. Então, capítulo 1, “Dos princípios e diretrizes da
1582 segurança”. Ele vem aí repetindo conceitos que são do conhecimento de todos, art. 3º.
1583 art. 4º ele começa a falar dos princípios, proteção dos direitos humanos, respeito aos
1584 direitos fundamentais, resolução pacífica, o uso proporcional da força, eficiência na

1585 prevenção e repressão, eficiência nas ações; art. 5º, participação comunitária,
1586 atendimento imediato ao cidadão, planejamento estratégico, integração dos órgãos,
1587 unidade de comando, coordenação, cooperação, distribuição, deontologia policial,
1588 unidade, curso de formação e aperfeiçoamento, ampliação da matriz curricular nacional,
1589 processos científicos, unidade e registro de ocorrência policial, o sistema integrado de
1590 informações, dados eletrônicos, e por aí vai. Todos estão lendo. Capítulo 2, Sistema
1591 Único de Segurança Pública. Vai conceituar o que é o sistema baseado no art. nº 144.
1592 Mais uma vez, ele vai no art. 7º, parágrafo único, exclui as guardas municipais dentre o
1593 rol desses projetos satélites a que eu me referi. Ano passado, sob a nossa presidência,
1594 conseguimos fazer talvez a maior conquista da Comissão, que foi aprovar o Estatuto das
1595 Guardas Municipais. Eram nove anos que esse projeto tramitava na Comissão de
1596 Segurança Pública sem conseguir consenso, em uma grande disputa corporativista. E
1597 quando eu chamei esse texto à responsabilidade, que eu fui conversar com a Polícia
1598 Militar, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Polícia Civil, cada um tinha o seu receita,
1599 eu descobri que o projeto tinha, sei lá, 60 artigos. A dificuldade da Polícia Militar era
1600 uma, a dificuldade da Polícia Federal eram dois artigos, os agentes de trânsito tinham
1601 um. Então chamamos essa mesa redonda, fizemos a mediação, podamos os excessos,
1602 avançamos onde podia, e depois de nove anos conseguimos a aprovação no projeto por
1603 unanimidade. Passou na Comissão de Segurança Pública, está agora na Comissão de
1604 Finanças e Tributação para ver a questão de impacto orçamentário. Está lá demorando
1605 um pouco, mas esperamos que seja votado. Então, são temas onde avançamos, e ano
1606 passado era ano de eleições municipais. E, principalmente nas médias e grandes
1607 cidades, mas até mesmo nas menores, guarda municipal foi projeto, programa, carta-
1608 programa de qualquer um dos candidatos que puderam disputar as eleições nessas
1609 médias e grandes cidades do país. E são dados concretos que, às vezes, está debaixo do
1610 nosso nariz e nós não percebemos que há quatro anos não existia. Nas campanhas
1611 municipais de 2008, o tema guardas municipais era um tema apresentado como
1612 novidade, era inovação. Agora, praticamente era obrigatório na cartilha ou na carta-
1613 programa de cada um dos senhores prefeitos para mostrar como a responsabilidade do
1614 município, que hoje ainda é periférico no nosso arquétipo constitucional e legal, ela
1615 precisa ser trazida a lume, mais uma vez justificando por que temos que avançar na
1616 legislação. Ele vem tratando aí, pessoal, de detalhes do SUSP e tal, dos conselhos
1617 regionais, o art. nº 10, falando exatamente sobre a questão dos conselhos, que interessa
1618 basicamente mais do que nunca aqui, a este fórum: "...poderão ser criados conselhos de
1619 segurança pública, no âmbito federal, regional e demais entes federativos", "O Conselho
1620 Nacional de Segurança Pública, com atribuições, funcionamento, composição e
1621 regulamento contará com a participação e representação do Ministério da Justiça...". O
1622 Capítulo 3. Ele vai trazer, mais uma vez, as ações. Apoiar, implementar. Promoção
1623 qualificacional, atividade de inteligência. Aí trata da Força Nacional de Segurança
1624 Pública. Como eu disse, eu não vou querer me deter. não vamos discutir inciso por
1625 inciso, pois acho que este não é o momento de discutir inciso por inciso. Eu acho que
1626 vocês vão se debruçar sobre isso e trazer essa discussão preparada para nós avançarmos.
1627 Agora entramos na questão da educação e valorização profissional, os cursos de
1628 capacitação e qualificação. É por isso que esse projeto, hoje, inclusive está na Comissão
1629 de Educação, antes de chegar à Comissão de Segurança Pública, e lá está parado. Está
1630 parado na relatoria do deputado Biffi, do PT de São Paulo. O próprio governo pediu que
1631 tivesse uma parada, porque entendeu que alguns conceitos aí precisam melhorar. Tema
1632 tratando de toda essa parte de qualificação. Vem tratando da segurança cidadã, com os
1633 conceitos que estão aí expostos. E trata aí das disposições finais e transitórias.
1634 Perceberam, em um olhar muito superficial, exatamente essa questão de muitos

1635 conceitos, de muitas ideias, e que nós precisamos avançar na implementação dessas
1636 ideias. Eu volto a dizer, o nosso grande problema hoje, talvez hoje seja, mas as ações
1637 que estão em curso, não serão a pauta legislativa da segurança pública. A parte de
1638 políticas públicas de segurança, hoje, nós temos um rol de projetos e de ideias em
1639 andamento que nos ajudarão a avançar, a desenvolver dentro dos conceitos, hoje, que eu
1640 imagino que sejam completos entre nós. O nosso grande desafio hoje, e eu aí eu vou
1641 chegar para abrir ao debate, eu considero dois pilares: é a gestão da segurança pública e
1642 o orçamento da segurança pública. E nisso tem um pilar transversal que se chama
1643 tecnologia, que tem que estar presente aí em todas as ações, primeiro para suprir uma
1644 carência que, infelizmente, existe hoje de recursos humanos. Então, a tecnologia tem
1645 como avançar nessa questão. E outra é para permitir que realmente nós possamos usar
1646 os meios que estão disponíveis aí, para que eles sejam colocados à disposição da
1647 segurança. Para vocês terem uma ideia, os pontos-chaves desse projeto são
1648 modernização no combate ao crime, a questão da gestão integrada dos gabinetes de
1649 segurança, o disciplinamento do uso da Força Nacional, inclusive agora com a MP dos
1650 portos, só uma complementação, o próprio comércio marítimo hoje, com as fronteiras
1651 dos portos para os terminais privados, tende a avançar muito, principalmente nessa
1652 questão das drogas, onde terá que ter uma fiscalização absolutamente rigorosa. Então,
1653 os eixos, que é exatamente o que nós vimos. Gestão unificada da tecnologia da
1654 informação, gestão do sistema de segurança, formação e aperfeiçoamento de policiais,
1655 valorização das perícias e a melhora da produção de prova, prevenção da violência e
1656 instalação de ouvidorias independentes e modernização da gestão da segurança pública
1657 nos órgãos de segurança, das ouvidorias e das corregedorias, criando condições para
1658 reduzir a vulnerabilidade social e criminal dos jovens, criar novos paradigmas de
1659 segurança pública na sociedade, integrar as políticas públicas de segurança dos entes
1660 federados, aumentar a capacidade de gestão das organizações de segurança pública,
1661 democratizar o debate e a formulação de políticas públicas de segurança e oferecer à
1662 população uma segurança para exercer os seus direitos públicos. Isso tudo é da própria
1663 justificativa do projeto, ou seja, *mens legis*, que o Poder Executivo tenta transferir
1664 dessas consultas. Por último, pessoal, é uma pena não...

1665
1666 **O Sr. Efraim Moraes Filho (Deputado Federal-DEM/PB)** – Vamos tirar xerox, eu
1667 vou passar para vocês. Mas eu acredito que não tenha o projetor aqui não para projetar a
1668 transparência. Será que consegue escanear rapidamente? Isso aí é sobre orçamento.
1669 Então, enquanto nós concluímos sobre o tema do orçamento, é bom com a tela para que
1670 todos percebam os dados que nós queremos trazer e esses realmente são os mais
1671 desalentadores. Eu peço a todos que puderem tomar nota, porque vocês gostarão de
1672 analisá-lo depois, bastante completo o Projeto de Lei nº 370/2011 que estabelece
1673 princípios e diretrizes para promoção e instalação de programas, projetos e ações de
1674 pacificação social, policiamento comunitário e unidades de polícias pacificadoras ou
1675 órgãos assemelhados em todo o território nacional e dá outras providências. Então,
1676 pessoal, rapidamente passar para vocês, nesse 370, que trata exatamente dessa
1677 promoção e instalação de programas, projetos e ações de pacificação social,
1678 policiamento comunitário em unidades de polícia pacificadora, ele vem definindo o que
1679 é unidade de polícia pacificadora, policiamento comunitário, programas, projetos e
1680 ações de pacificação social, serviços públicos comunitários, ele é bem interessante e é
1681 espinha dorsal, também, desse novo texto, desse novo modelo que se pretende produzir.
1682 Eu quero chamar a atenção exatamente para o fundamento dele, princípios e diretrizes
1683 para promoção, instalação de programas, projetos e ações de pacificação social,
1684 policiamento comunitário, unidades de polícias pacificadoras, ou órgãos assemelhados.

1685 Aí ele vem, no art. 3º fazendo essa conceituação de cada um deles. Aí no art. 4º, ele vem
1686 falando dos serviços públicos mencionados, que é exatamente esse conceito do
1687 policiamento comunitário, que ele não é só ação repressiva, mas ação integrada com a
1688 educação, com a saúde, com o esporte, com o lazer, geração de oportunidades para os
1689 jovens. Aí o inciso I, instalação de creches, construção de áreas de lazer, inciso III,
1690 unidades de ensino técnico profissionalizante; o IV, acesso gratuito à banda larga, redes
1691 de energia elétrica e saneamento básico; o V, garantia do acesso ao programa de
1692 primeiro emprego pelo jovem. Aí vem o capítulo três, princípios e diretrizes. Aí está lá
1693 no primeiro, promoção aos direitos humanos, cultura de paz, apoio ao desarmamento,
1694 criação e fortalecimento de redes sociais comunitárias, respeito e promoção de
1695 tecnologias, garantia de acesso à justiça, especialmente nos territórios vulneráveis,
1696 garantia por meio de medidas de urbanização, aí fala do Pronasce, no seu inciso;
1697 programas profissionalizantes, promoção de estudo, transparência de execução,
1698 sociedade civil, respeito à diversidade, intersetorialidade, integração das estratégias
1699 estaduais, nacionais e internacionais. Capítulo quatro, execução e gestão de programas,
1700 projetos e ações. Então, ele fala das ações coordenadas. A Secretaria de Segurança
1701 Pública, Educação, Cultura, Trabalho, Assistência Social e órgãos similares. No
1702 capítulo cinco, disposições finais e transitórias. Então, rapidamente nós passamos pelo
1703 Projeto nº 370/2011, que traz conceitos absolutamente modernos e atualizados, no meu
1704 entender, sobre esse tema da pacificação social, da promoção e instalação de programas
1705 comunitários de unidade de polícia pacificadora. Peço, mais uma vez, que vocês possam
1706 se debruçar sobre ele para fazer sugestões para que possamos aprimorá-lo. Agora, o
1707 documento sobre o orçamento. Eu acredito que seja uma matéria que não seja estranha
1708 aos senhores. A dificuldade que temos hoje, infelizmente, com contingenciamentos,
1709 com a baixa execução orçamentária, o excessivo número de restes a pagar que acaba
1710 dificultando a implementação de todos esses programas. Deixe-me começar logo por
1711 um tema muito árido, que é exatamente os recursos do FUPEN, o Fundo Penitenciário.
1712 As crescentes receitas do FUPEN, integradas por custas judiciais, loterias federais,
1713 recursos próprios não financeiros e recursos próprios financeiros, são vinculadas, não
1714 podendo serem remanejadas. Com o baixo nível de execução financeira, o balanço
1715 patrimonial registrou, em 2012, um saldo financeiro de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão,
1716 com superávit de R\$ 380 milhões, fruto em parte dos saldos em caixa, não utilizados,
1717 que é a Lei nº 4.320/64, art. nº 43, considera como fonte de recursos possíveis para
1718 atender créditos adicionais. A leitura é de que o governo tem preferido utilizar esses
1719 recursos para justificar o superávit primário, ou seja, essa disponibilidade financeira
1720 para o Fundo Penitenciário, de R\$ 380 milhões, só em 2012, que deveria ter sido
1721 aplicado na segurança pública, acabou no balanço deste ano servindo como colchão,
1722 expressão técnica-orçamentária lá que usamos, servindo para o pagamento da dívida
1723 interna e para o superávit primário. Então, uma das grandes dificuldades nossas hoje,
1724 que são as cadeias públicas, as prisões, o sistema carcerário, enfim, teve no ano de 2012
1725 um saldo de R\$ 380 milhões que não foram aplicados, e que ao final do ano serviram
1726 para justificar o superávit primário como contingenciamento. Então, essa é uma
1727 demonstração dessa dificuldade de trabalhar todos esses conceitos legislativos. Se não
1728 nos for permitido ter o recurso orçamentário para colocá-lo em voga, em sua plena
1729 eficácia, nós estaremos enxugando gelo. E nós temos aí desde temas importantes no
1730 Congresso Nacional hoje, como a questão do adicional de fronteira, já que as nossas
1731 fronteiras são um espaço de 17 mil quilômetros, eu tinha esses números exatos, mas
1732 cerca de mil e poucos profissionais, 1,2 mil, 1,3 mil, servidores da Polícia Federal são
1733 destinados ao trabalho de área de fronteira, se fossem colocados todos, imagino que é
1734 em turno, cada um teria que cuidar de mil e poucos quilômetros de fronteira, e eles

1735 trabalham em turnos. Então, é uma dificuldade que nós temos o adicional de fronteira, é
1736 um tema importantíssimo, pois não produzimos armas em grande quantidade e droga, e
1737 elas entram, logicamente, pelas fronteiras, tráfico de pessoas, de armas e de drogas. Eu
1738 queria encerrar com essa demonstração para vocês verem a dificuldade que nós temos.
1739 Não adianta fazerem leis ideais se for um sistema distorcido. Então, essas são as
1740 despesas, o orçamento do Ministério da Justiça. Você vê que vem crescendo, e
1741 infelizmente, em 2013, nós tivemos, apesar de toda a demanda social que existe no tema
1742 de segurança pública, que em qualquer rincão deste país, a segurança pública, quando
1743 não está em primeiro, está em segundo lugar nas enquetes de opinião pública, e quando
1744 está em segundo, é porque perde para a saúde, que é em primeiro. Mas quando entra o
1745 tema da violência, segurança pública e drogas, geralmente eles conseguem chegar ao
1746 primeiro lugar das enquetes. E apesar de toda essa demanda, em 2013, nós tivemos um
1747 decréscimo do orçamento da segurança pública do Ministério da Justiça do país, uma
1748 queda de aproximadamente 10%, vocês podem perceber, o disponibilizado ali é por
1749 contingenciamento. O decreto de contingenciamento da presidente Dilma, este ano, foi
1750 mais ameno, o que permitiu que tivéssemos recursos disponibilizados, ou seja, não
1751 contingenciados, com perspectiva de serem trabalhados este ano, um pouco maior,
1752 apesar de o valor aprovado ser menor. Vamos aí para o segundo quadro. Então, aí
1753 vamos falar apenas de investimento. Porque dentro daquele primeiro orçamento tem o
1754 custeio da própria máquina, de pagamentos de salários, enfim. Em 2010, nós temos,
1755 mais uma vez, uma evolução de valores de investimentos que vem crescendo. Em 2012,
1756 um salto substantivo e, mais uma vez, reduzido para 2013. Apesar de que o orçamento
1757 para o ano, com a perspectiva hoje de maio, o orçamento está aprovado, pode ser que de
1758 repente algum novo plano da presidente aí para o segundo semestre, talvez equipare
1759 esses investimentos. E vamos para os empenhos. Tivemos o empenho em 2011 muito
1760 baixo, melhorou em 2012, em 2013, mais uma vez, com a ressalva de que é só até maio.
1761 Tivemos o empenho desses R\$ 236 milhões. Aí vem o percentual do empenhado sobre
1762 o aprovado, ou seja, aquela ideia de que o orçamento, muitas vezes, é fictício. Então, ele
1763 traz essa leitura do empenhado pelo aprovado. Vocês podem notar que em 2011 ele foi
1764 bastante duro. Em regra, para vocês terem uma ideia do que foi pago de 2010 até hoje,
1765 foi 16% do que foi o orçamento da segurança pública para o país. Para 2011, 11%, para
1766 2012, 10%, e até agora, pagos, 0,02%, apesar de termos 8,53%, que já foi empenhado
1767 para o orçamento 2013. Mas nós estamos em maio. As datas até dia 25 de maio. Cinco
1768 meses, quase a metade do ano. Deveríamos estar próximos aí da meta de 50%, mas não
1769 foi feito. Por último, as inscrições em restos a pagar: R\$ 500 milhões em 2010, em
1770 2011, R\$ 596 milhões, em 2012, R\$ 1,4 bilhão e quatrocentos milhões inscritos em
1771 restos a pagar. Isso são os anulados. Os restos a pagar pagos em cada ano, que foi pago
1772 do exercício anterior. E o que temos aí a pagar, ainda de 2010, de 2011 e de 2012.
1773 Então, esse é um pouco do cenário econômico que torna muito difícil, às vezes, as
1774 políticas públicas serem efetivas. Agradeço a atenção de cada um de vocês. E queria
1775 abrir ao debate. Muito obrigado. (*Palmas!*)

1776

1777 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
1778 **Brasil)** – Obrigado, deputado Efraim por sua excelente participação. Queria fazer uma
1779 consulta à plenária. Eu acho que todos nós vamos querer nos posicionar. Se nós
1780 podíamos estabelecer um tempo para ser um pouco mais organizativo? Se isso seria
1781 pertinente, nós estabelecermos logo para não criar situações. Eu queria fazer a consulta.
1782 Qual seria o tempo que nós poderíamos fazer de uso de cada conselheiro? Dois
1783 minutos? Consenso? Ok. Com a palavra o conselheiro Marlon Tesa, depois o Alberto,
1784 Joel, Alberto, Rildo.

1785

1786 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**
1787 **Estaduais - Feneme)** – Bom-dia, deputado. É um prazer tê-lo aqui, eu acompanhei o
1788 senhor no ano passado na Comissão de Segurança Pública e foi um ano bem produtivo
1789 mesmo. Ontem nós ouvimos uma palestra sobre o SUS. E eu, particularmente, conhecia
1790 muito pouco do SUS. O que eu notei que, para funcionar o SUS, que funciona, embora
1791 tenha problemas, mas funciona, e culturalmente, dentro do sistema de saúde, já está bem
1792 divulgado, coisa que não ocorre na segurança pública. Mas, são duas premissas básicas
1793 que eu senti naquele sistema para funcionar. Porque os projetos do SUSP, ele fala de
1794 conceitos, tal, mas não é incisivo quanto ao determinado de fazer, de cumprir. Nos
1795 estados é muito pior ainda, com certeza, em alguns estados. São pontos que são cruciais.
1796 Primeiro, o poder dos conselhos, por exemplo, a lei não pode dizer que os estados e
1797 municípios poderão criar conselho. Não, eles têm que criar conselho. O SUS tem
1798 conselho funcionando. E o principal, além de dizer que tem que criar os conselhos, não
1799 sendo optativo para o estado, como está hoje é “poderão ser”. Esse é um ponto crucial,
1800 tem que ter. E mais, esse conselho tem que ter poder. Por exemplo, o SUS, segundo
1801 informações, ele tem o poder de denunciar, conforme orçamento anterior, por não ter
1802 cumprido as metas, denunciar ao Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas vai glosar
1803 as contas lá do Executivo quando ele não cumprir aquelas metas que o Conselho achar
1804 que não foram dentro daquilo que ele pactuou, digamos assim. Então eu acho que esse é
1805 um dos pontos, tem que ter conselho e tem que ter poder esses conselhos. Segundo, é o
1806 problema que o senhor falou agora muito bem. É o problema do contingenciamento.
1807 Hoje a segurança pública, além de não ter uma verba carimbada, como se diz
1808 popularmente, como tem a educação e a saúde, que é o caso do SUS, além disso, as
1809 verbas são contingenciadas absurdamente. Tem estado que o gestor se programa, o
1810 gestor, que tem os seus problemas também, o gestor em qualquer área que seja, em
1811 qualquer instituição que seja de segurança pública, ele se programa, faz um plano
1812 estratégico em cima de um orçamento que ele tem, mas ele não tem o orçamento. E aí
1813 ou ele dá calote ou fica a mercê de toda a corrupção indireta, digamos assim, para
1814 conseguir recursos.

1815

1816 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL – DEM/PB)** – Permitam-se só
1817 acrescentar uma informação que eu deveria ter passado, e foi bem lembrado. Uma das
1818 teses, e aí não é vinculado ao SUSP, mas tem uma resistência muito forte do Congresso,
1819 mas nós defendemos, mas é a questão do Fundo Nacional de Segurança Pública,
1820 vinculado em 5% do orçamento, assim como a saúde e a educação tem 25%, a saúde, no
1821 município, tem 15%, nós iríamos também com 5% de segurança pública, mas há uma
1822 resistência dentro do Governo Federal e leva esse problema.

1823

1824 **O Sr. Joel Malta de Sá (Conselho Nacional das Guardas Municipais)** – Bom-dia a
1825 todos e a todas. Deputado Efraim, é uma honra tê-lo aqui apresentando esse trabalho,
1826 tão importante. Meu nome é Joel Malta de Sá. Eu sou secretário executivo do Conselho
1827 Nacional das Guardas Municipais e fui comandante-geral da Guarda Civil
1828 Metropolitana de São Paulo, uma guarda hoje com 6,5 mil homens, a maior guarda do
1829 Brasil. Fui comandante-geral por cinco anos. Deixei o comando agora, dia 17 de
1830 janeiro. Mas, continuamos ainda o trabalho aqui no Conselho Nacional das Guardas, e
1831 sou conselheiro, desde o ano passado. E dizer dessa alegria que nós temos das guardas
1832 municipais do Brasil estarem inseridas no Sistema Único de Segurança Pública.
1833 Acompanhei ontem uma fala do coronel Mário, uma preocupação de algumas guardas,
1834 sobre armamento, e isso nos deixa bastante preocupados. E dizer que esse trabalho do

1835 SUSP é um trabalho que nós já acompanhamos. Nós fizemos, no ano passado, aqui
1836 encabeçado tanto pelo CONASP, como pelo Conselho Nacional das Guardas
1837 Municipais, o ministro da Justiça e a secretária Regina, nós elaboramos um trabalho
1838 chamado Marco Regulatório das Guardas Municipais. Esse projeto de Lei é um projeto
1839 que nos preocupa, porque nós conseguimos cadastrar o ano passado cerca de 770
1840 guardas municipais no Brasil. Nós sabemos que existem mais de mil guardas municipais
1841 atuando no Brasil, e essa preocupação que nós temos do conselho, e esse marco
1842 regulatório que será uma lei federal, que ela dará as diretrizes de atuação das guardas
1843 municipais em todo o Brasil. Que hoje nós temos muitas guardas que atuam, vamos
1844 dizer assim, de qualquer jeito. Não tem uma legislação padrão no Brasil. Não temos
1845 uma padronização sequer de uniforme, sequer de atribuições. Nós temos a lei que
1846 permite as guardas serem armadas, mas é uma lei que são muitos requisitos e tem que
1847 ser assim mesmo, corregedoria, capacitação psicológica, técnica. Então, dizer que hoje
1848 no Conselho das Guardas, nós temos essa preocupação para que as guardas realmente
1849 atuem dentro daquilo que a Constituição Federal traz, e estamos preocupados, sim, com
1850 a formação e com a padronização da atuação. E parabenizar o trabalho do deputado,
1851 inserindo, através da comissão, as guardas neste Sistema Único de Segurança Pública.
1852

1853 **O Sr. Alberto Cabral (Grande Oriente do Brasil)** – Deputado Efraim, bom-dia. Bom-
1854 dia a todos. Eu sou Alberto Cabral, Grande Oriente do Brasil. Deputado, nós temos 300
1855 mil vagas, 450 mil apenados, ou seja, 150 mil almas passando grandes dificuldades. Daí
1856 a questão dos clamores, por exemplo, dos direitos humanos. Quatrocentos mil fora
1857 desse sistema. Ou seja, o modelo prisional do estado falhou. Nessa perspectiva, a
1858 percepção de impunidade na sociedade é crescente. O Sistema Único de Segurança
1859 Pública é requisitado quando tudo falha. Falhou. O PL nº 370/2011, parece-me que vem
1860 na perspectiva do retorno da presença do Estado, ou seja, o Estado não existe, o Estado
1861 falhou, e esse PL nº 370/2011, parece-me que vai exatamente nessa direção. Ora,
1862 voltando ao Sistema Único de Segurança Pública, onde é que está o financiamento
1863 desse sistema? E mais ainda, se o Estado é responsável pela política pública, pelo
1864 modelo de gestão, por que ele também tem que ser o responsável pela sua execução?
1865 Será que não existe a possibilidade de se discutir inclusive a execução dessa política
1866 pública por outro ente, por outra unidade, por um outro indivíduo, por uma outra
1867 personalidade jurídica? Visto que, aparentemente, 400 mil fora, 150 mil em péssimas
1868 condições. Parece-me que não temos condição de resolver isso. Então fica, política
1869 pública, modelo de gestão, e a pergunta: a execução dessa política pública de segurança
1870 pública tem que ser exclusiva do estado? Nós não podemos buscar parcerias nessa
1871 direção, para que dê uma resolução, senão imediata, o mais rápido possível para a
1872 sociedade? Obrigado.
1873

1874 **O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
1875 **Civis - COBRAPOL)** – Deputado Efraim, é um prazer tê-lo aqui na nossa jornada por
1876 mudanças. Mas minha pergunta é simples. Eu mais uma vez eu fico frustrado em ver a
1877 gênese e a seta do projeto 370. Ele é o melhor de todos que estão aqui sendo
1878 apresentados, porque mais uma vez é um projeto de emenda. E a sociedade brasileira, e
1879 todos nós operadores de segurança pública, operadores do direito, nós temos uma
1880 convicção que esse modelo não dá resultados. É preciso romper paradigmas. Mais uma
1881 vez nós vemos o Governo Federal como mero suplementador. Poderá, observar-se-à,
1882 mas não rompe o modelo. O modelo de polícia, o modelo de mais uma vez colocar na
1883 mão dos governadores de estado a gestão, o financiamento, a operacionalização, a
1884 blindagem dos serviços de segurança pública. Porque assim, uma segurança pública

1885 meramente reativa, e não proativa. E aí a pergunta que eu faço, por que não romper esse
1886 paradigma? Por que não romper essa tradição bissecular? Uma Polícia Militar de 250
1887 anos, uma Polícia Civil de 205 anos, a Guarda Municipal que começou agora, e quer
1888 substituir as polícias, ou quer... Mas não se fala em um modelo preventivo. Ainda há
1889 outros devaneios de PPPs, privatizar presídio, privatizar aqui, mas a sociedade fica para
1890 trás. Por que não romper esses paradigmas? Teoria do caos, destruir tudo para começar
1891 tudo de novo, porque não funciona. Um sistema prisional com 400 mil presos, meio
1892 milhão de presos, o princípio da ressocialização foi embora. E como falar em
1893 ressocialização, se sequer socializou aquele indivíduo? Por que não romper esse
1894 paradigma? Financiamento. Nós vemos o SUS, se o bem jurídico estruturado pelo
1895 direito à saúde, à vida humana, ao SUS, no nosso caso também, a vida humana, a
1896 liberdade, a integridade física, por que não copiar esse modelo do SUS? Assumir de
1897 fato, o Governo Federal, a segurança pública como tema primordial?

1898

1899 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) –**
1900 Bom-dia, deputado. Alguns companheiros que me antecederam já levantaram a
1901 preocupação. Mas, a experiência na luta que nós temos, historicamente, pelos direitos
1902 humanos, e como há essa ideia, essa perspectiva de se construir um Sistema Único de
1903 Segurança Pública, seria importante que vocês tivessem contato com uma coisa
1904 chamada Plano Nacional de Direitos Humanos III, não só pelo seu conteúdo, mas pelo
1905 seu histórico de construção. Essa ideia de sistema foi construída na base do debate
1906 amplo com a sociedade e também com os entes estatais, a partir de conferências locais,
1907 conferências estaduais e conferência nacional. Porque eu creio que assim, não só se teria
1908 a oportunidade de ouvir uma série de propostas, ideias e emendas a uma ideia de
1909 Sistema Único de Segurança, como também se garantiria a participação mais ampla da
1910 sociedade. Eu não sei como é que está a discussão da segunda CONSEG, talvez devesse
1911 ser um dos grandes pontos da discussão do CONSEG, seria exatamente essa ideia de
1912 sistema de segurança para que haja, efetivamente, uma participação ampla dos
1913 movimentos sociais, da sociedade civil e de outros entes que têm muita dificuldade,
1914 eventualmente, de acessar esse debate aqui dentro, na Câmara dos Deputados, em
1915 Brasília. Então, eu estou pensando na ideia de processo. Assim, qual é o processo de
1916 discussão na construção, de fato, de um sistema que venha a ser, de fato, um sistema
1917 único de segurança pública, e que venha a atender? E para encerrar, eu acho que alguns
1918 companheiros já tocaram, a forma como está escrita a lei ou essa proposta, eu fico muito
1919 preocupado, porque ela não responsabiliza nada e nem ninguém. São diretrizes, é uma
1920 ideia de padronização, de conceitos, enfim, é importante também, isso falta, mas não
1921 responsabiliza ninguém. E nós temos muitas leis no país que não responsabilizam
1922 ninguém e ninguém as cumpre. Então, o art. 5º, da Constituição, se cumprido pelas
1923 forças policiais, nós não teríamos, por exemplo, violação de direitos. Então, se todos
1924 cumprissem a Constituição, já seria um grande salto para a nossa nação. E essa ideia de
1925 construir um sistema só com diretrizes, parece-me que vamos repetir um pouco as
1926 coisas que já são conceituais dentro dos princípios constitucionais, se nós não criarmos
1927 um sistema que faça a obrigação que torne obrigatório que os entes desse sistema eles,
1928 de fato, executem aquilo que está proposto nas diretrizes.

1929

1930 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
1931 **Brasil) –** Obrigado, conselheiro Rildo. O conselheiro Márcio Godoy. Conselheiros,
1932 vamos cumprir os dois minutos que combinamos, isso não quer dizer que os senhores
1933 não possam tê-los novamente. Nós tivemos cinco participações. O deputado vai
1934 responder as cinco, depois continuaremos.

1935

1936 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL – DEM/PB)** – As opiniões que
1937 foram aqui trazidas, claro, todas aqui sugestões que nós anotamos, têm um ponto em
1938 comum, e que eu iniciei o debate, mais uma vez, dizendo, nós estamos trabalhando em
1939 cima de uma espinha dorsal, que é um projeto do Poder Executivo, e em cima desse
1940 projeto do Poder Executivo buscar a contribuição dos diferentes protagonistas, seja a
1941 sociedade civil organizada, a academia, a universidade, o Fórum Brasileiro de
1942 Segurança Pública, as polícias, enfim, que façam com que esse projeto saia do plano
1943 filosófico para ir para o plano pragmático e dê implementação. Mais uma vez eu digo
1944 que é hoje o grande desafio da segurança pública é a gestão da segurança, e não as
1945 políticas de segurança. Esse é um conceito, que pelo menos comigo eu trago muito
1946 arraigado e estou convencido dessa situação. O nosso grande desafio, hoje, não são as
1947 políticas de segurança. Essas devem ser melhoradas, devem ser aperfeiçoadas e estão
1948 sendo. Existem lacunas que merecem ser preenchidas. Mas o grande desafio nosso é a
1949 gestão da segurança pública. E aí por essa linha passa o Marlon, que fala sobre fazer e
1950 cumprir, e eu acho que isso é importante, que foi também a fala do Queiroz,
1951 principalmente, falou das obrigações e responsabilidades. Talvez, pela gênese, e o
1952 Denilson falava da gênese, ter sido do Poder Executivo, ele tenha sido mais brando
1953 nessa questão de colocar responsabilidades para o gestor, mas cabe a nós, o Poder
1954 Legislativo, que representa o povo, fazer com que essa lei ganhe corpo e musculatura,
1955 no sentido de fazer com que essas obrigações e responsabilidades fiquem mais claras.
1956 Eu acho que vai por aí, e é por isso que ouvindo vocês, essas contribuições vão
1957 fortalecendo os nossos argumentos e o nosso convencimento. Falou-se sobre a questão
1958 das verbas vinculadas. Concordo, nós rodamos, rodamos, rodamos e voltamos para a
1959 questão do orçamento, porque as políticas são boas. Imagina se nós tivéssemos no ano
1960 de 2012, R\$ 1 bilhão de restos a pagar. Mais R\$ 1 bilhão na segurança pública brasileira
1961 já daria, talvez, outro aspecto. Então, o que precisa realmente é priorizar a segurança
1962 pública, que hoje, do ponto de vista político, se você é um gestor municipal, até mesmo
1963 estadual, se você tem elementos que dizem que construir um hospital dá maior
1964 repercussão do que você equipar a guarda, o que você vai fazer? Se você não tem uma
1965 diretriz, e aquilo ali fica na sua discricionariedade, na discricionariedade você vai fazer
1966 uma opção que você entende que dá maior resultado ou visibilidade. Então, o tema
1967 segurança pública hoje, até por ele ser essa mão invisível do estado, porque você atuar
1968 na segurança pública, ninguém conta quantos homicídios foram evitados, você conta
1969 quantos aconteceram. Não, nós conseguimos evitar mil homicídios, dois mil. Quer
1970 dizer, esse é o número que pode talvez entrar aqui na cabeça do cientista, mas do
1971 homem médio do povo não conta, não faz isso. E a classe política, os gestores, ainda
1972 não absorveram o conceito de que o bem-estar da sociedade, a qualidade de vida, a
1973 sensação de segurança pública, possa se reverter, realmente, do ponto pragmático, em
1974 resultados de uma avaliação positiva de uma gestão. Hoje, o conceito que se tem é que a
1975 escola aponte, e o calçamento rende mais do que o investimento em segurança pública.
1976 E eu não estou falando isto: “Não, parece a cabeça do prefeitinho do interior”. Não é a
1977 cabeça do prefeitinho do interior, nós estamos falando do orçamento da União Federal.
1978 Tem um contingenciamento exacerbado no tema segurança pública. Nós vemos que
1979 outras prioridades, infelizmente, têm sido adotadas. Então, eu acho essencial sim a
1980 questão das verbas vinculadas, inclusive acho que nessa questão das verbas é a própria
1981 defesa, que tem uma frente parlamentar, da qual eu faço parte, de que apesar de achar
1982 que estamos aí partindo já para 39 Ministérios, de ser um número extenso e demasiado,
1983 mas o Ministério da Segurança Pública não sai. E é preciso, hoje, tratar o tema da
1984 segurança pública com uma estrutura adequada para isso. Eu digo isso porque o

1985 ministro Cardoso foi meu companheiro de CCJ durante quatro anos. Estive com ele.
1986 Tenho um excelente relacionamento, na presidência da Comissão de Segurança Pública
1987 esteve lá conosco, nos recebeu, nos prestigiou, foi o fórum escolhido por ele para se
1988 reportar quanto a questão da Operação Porto Seguro que ocorreu no seio da chefia da
1989 Presidência, em São Paulo. Foi lá na Comissão de Segurança Pública que ele foi junto
1990 com o Daiello, que é o diretor geral da PF, e o Troncon, que é o superintendente de São
1991 Paulo, expor. Então, a relação boa existe. E, muitas vezes, ele mesmo me disse. Por
1992 exemplo, a agenda do Ministério da Justiça hoje está tomada pelo quê? O conflito dos
1993 índios. Então, existem temas hoje que o Ministério da Justiça não trata só da segurança
1994 pública. A SENASP precisa de musculatura para poder cumprir a demanda que existe
1995 da sociedade. Então, passando aqui pelo que todos falaram, eu acho que a segurança
1996 pública merece, no Ministério da Justiça, mais do que uma janela. Ele merece,
1997 realmente, um equipamento que seria essencial, porque para coordenar toda essa guerra
1998 silenciosa que existe no Brasil do tráfico de drogas de 27 federações, de suas fronteiras,
1999 crimes transfronteiriços internos, crimes transnacionais, problemas de fronteira,
2000 pirataria, crime organizado, drogas, você tem que ter alguém pensando nisso 24 horas, e
2001 com estrutura muito grande, e arquitetando, e juntando, e juntando as pontas, para que
2002 isso aconteça. É a questão da integração. Nós temos hoje um grande problema de falta
2003 de integração vertical e horizontal. A vertical, União, estados e municípios. E a
2004 horizontal, Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Bombeiro, Ministério
2005 Público, Justiça, isso não há comunicação. Então, essa falta de integração vertical e
2006 horizontal tem prejudicado, e quem sabe essa responsabilidade tem que ser convocada, e
2007 aí eu vi aqui falando, pela União Federal, que não chama para si a responsabilidade dos
2008 projetos de lei que nós falamos. Então, Joel, não é isso, que falou sobre guardas
2009 municipais? Nós tratamos sobre o tema. Eu, particularmente, sou a favor de que a
2010 guarda municipal possa ter o armamento. Isso é uma posição minha. Eu sei que é
2011 polêmica, mas se as forças de segurança não puderem estar armadas, é difícil passar a
2012 ideia de um estado com capacidade de reagir. Eu acho que aquelas ações do PCC, por
2013 exemplo, que aconteceram em São Paulo, aquilo foi uma afronta ao estado, aquilo foi
2014 uma afronta ao Poder Público, é uma afronta que não se pode deixar passar
2015 despercebida. Então, eu acho que as forças de segurança do país merecem estar
2016 protegidas. É uma posição minha. A sociedade ela tem de ter o controle, mas no
2017 conceito ainda de sociedade que nós temos, que não é a Inglaterra, nós temos, e defendo
2018 que ela, mediante curso de qualificação, de capacitação, exame psicotécnico, eu acho
2019 que isso deve existir. Aí nós vamos para a valorização do profissional, do servidor, a
2020 PEC nº 300, o salário da Polícia Militar. Falava que, sobre essa questão das guardas,
2021 porque é inadmissível, se você tem um policial que recebe o salário, ou um guarda
2022 municipal que recebe o seu salário, não tem condição de ter a casa própria, tem de
2023 alugar, muitas vezes, a casa na periferia, e está ali cercado, e ele sabe que tem
2024 marginais, ele vai se sentir estimulado a perseguir esses marginais, sabendo que ele sai
2025 de casa e deixa mulher e filho lá! E na hora que o cara quiser revidar! Então, você tem
2026 que ter programas, inclusive, do Minha Casa, Minha Vida, que prestigiam os servidores
2027 da segurança pública com programas específicos para que essas políticas
2028 intersetorializadas possam avançar. O Alberto falava exatamente sobre essa questão do
2029 modelo exaurido, absolutamente esgotado. E é por isso que está sendo repensado.
2030 Concordo com você. E repensar de forma plural. Rildo, as linhas das conferências são
2031 interessantes, mas eu acho que esses próprios projetos que surgiram já foram baseados
2032 nas conferências de segurança pública que aconteceram. Não sei se o Poder Executivo
2033 pretende repeti-las. Mas eu acredito que se nós não restringirmos o fórum com os
2034 representantes da sociedade civil organizada, ele traz um conceito de resolutividade um

2035 pouco melhor, porque, em tese, eu trago o conceito que vocês que representam o
2036 Conselho Nacional de Segurança Pública, representando e reverbalizando aquilo que os
2037 segmentos de cada um de vocês, que é representativo da sociedade, diz. E é por isso que
2038 o modelo que eu adoto na Comissão, é exatamente partir de uma espinha dorsal. Essas
2039 conferências, debates, audiências públicas, que eu estímulo que vocês façam. Não
2040 precisa ficar concentrado no Poder Legislativo, no relator, não. Vão para a base. Juntem
2041 seus segmentos. Essa é a vantagem de ter uma espinha dorsal, é dizer: “Pessoal, o que
2042 está sendo pensado é isso. É ruim de todo? Tem que jogar, amassar e jogar no lixo tudo?
2043 Tem. Não dá para aproveitar? Dá. O que é que tem que ser modificado? O que é que
2044 tem que ser suprimido?” Isso, para mim, traz uma resolutividade para a discussão muito
2045 maior. Você trabalha tendo uma espinha dorsal, que veio das próprias conferências de
2046 segurança pública, com dois projetos, que eu falei aí e outros que nós podemos agregar.
2047 Mas, a partir daí, você tem uma discussão eficiente. E trazer para nós o resultado dessa
2048 base. Eu estou querendo compartilhar responsabilidades. Eu estou querendo que vocês
2049 vão e tragam esse sentimento. E aí, para concluir, o Denilson falou exatamente sobre a
2050 questão do modelo repressivo para o modelo preventivo. O 370, ele já vem um modelo
2051 preventivo bastante avançado, tratando, inclusive, desses conselhos intersetoriais, que
2052 envolvam a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação, geração de empregos para os
2053 jovens, rede elétrica, saneamento. Então, evolui nessa questão e está à disposição para
2054 que possam ser acrescentado outros delineamentos que possam colaborar.

2055

2056 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Bom-dia, a
2057 todos. Deputado, eu quero aqui agradecer a presença do senhor neste conselho, e que
2058 veio aqui trazer muitas informações, conhecimento. E para nós ia ser muito importante
2059 ter um representante no Congresso lá, na Câmara Municipal, militante da área de
2060 segurança pública, participando aqui conosco, trazendo as ações que vem ocorrendo
2061 naquela Casa, e isso, para nós, é muito importante. Importante, também, porque nós
2062 precisamos, e vamos precisar muito de estar juntos nesse trabalho. E eu que tive a
2063 oportunidade de conhecer o trabalho do senhor já há algum tempo, venho
2064 acompanhando lá no Congresso, sempre dedicado em todos os aspectos, mas
2065 principalmente na área de segurança pública. Essa dedicação, com muito afinco, com
2066 muita vontade, com muito idealismo. E hoje o senhor mostrou, com muita propriedade,
2067 esse conhecimento da área de segurança. E eu, aqui, em toda a sua fala, eu chego a
2068 concordar com quase tudo que o senhor apresentou aqui. Alinha as ações que
2069 precisamos desenvolver para buscar melhorias na área de segurança pública. E também
2070 nos preocupa, ainda mais, é quando nós vemos o orçamento que é pouco que é aprovado
2071 e pouco ainda que é empenhado. Então, nós ficamos preocupados, porque, como o
2072 senhor bem disse, precisa de gestão, e orçamento. São os dois pilares. E o orçamento é
2073 preciso, principalmente, que nós temos estados aí com muita dificuldade, onde a maior
2074 parte da fatia da receita está no governo federal, e aí nós temos essa dificuldade. Então,
2075 precisa ter um investimento, uma atenção especial nessa área de segurança pública, que
2076 nós possamos realmente avançar ao combate à criminalidade. Então, deputado, mais
2077 uma vez agradecer o apoio e parabenizar por esse trabalho.

2078

2079 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz)** – Deputado, a minha pergunta é
2080 bem pontual. Eu queria saber conjuntura, entender um pouco em que pé está para que
2081 nós possamos também, diante disso, ter uma noção do que se dá para fazer. Eu acho
2082 muito importante ter um SUSP, eu acho que essa é uma bandeira, mas eu realmente
2083 acho que está muito ruim o projeto. É fácil fazer contribuições pragmáticas, quando se
2084 tem, de fato, alguma coisa que são mudanças pontuais. Eu acho que é bastante ruim, eu

2085 acho que teve pouquíssima discussão. Então, eu queria entender um pouquinho como
2086 está a conjuntura no Congresso para que nós possamos, a partir disso, pensar a nossa
2087 organização.

2088

2089 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
2090 **Sindarspen)** - Deputado, demais conselheiros, de fato o tema é bastante complexo essa
2091 questão da segurança pública, e nós tivemos acesso a esse material na última sessão do
2092 conselho, e eu tive a curiosidade de ler também. E eu não observei nenhuma discussão
2093 aqui relativa ao sistema penitenciário. Eu entendo que não discutir o sistema
2094 penitenciário como área de segurança pública, como eixo de segurança pública, a
2095 continuar nesse formato, certamente os problemas da área de segurança pública deverão
2096 acontecer. Eu entendo que o sistema de segurança pública envolve, entre outras áreas,
2097 entre outras temáticas, entre outros assuntos, o sistema penitenciário. Então, esse
2098 assunto que eu gostaria que fosse também aprofundado.

2099

2100 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Bom-dia, deputado. E
2101 por coincidência aqui vou complementar a fala do colega Coutinho, da nossa
2102 experiência, de fatos, de dados que temos, por exemplo, do Conselho Nacional de
2103 Política Criminal Penitenciária, doutor desembargador Herbert Carneiro, que é de Minas
2104 Gerais, esteve em um seminário que organizamos, no final de outubro do ano passado, e
2105 eu queria ler aqui os slides que ele apresentou, os 12 pontos de problemas do sistema
2106 prisional, pois no projeto de lei nós não encontramos nada que fale, e para nós é
2107 também uma falha grave, pois apesar de não estar no art. nº 144, faz sim parte do
2108 sistema de segurança. 1 - A superlotação, dados do DEPEN, aproveitando, inclusive,
2109 para atualizar os dados, porque dia 27 de maio passado ele esteve no STF, na audiência
2110 pública sobre o sistema prisional e trouxe os dados de 543 mil presos no Brasil, dados
2111 do DEPEN; 2 - Falta de estabelecimentos prisionais distintos, de acordo com a natureza
2112 do delito, idade e sexo do apenado; 3 - Falta de escolas penitenciárias para capacitação
2113 dos agentes; 4 - Ociosidade do preso, a falta de trabalho e estudo, que apesar de Lei nº
2114 12.433, de 2011, ter sido sancionada para poder tentar revigorar o que já existia na Lei
2115 de Execução Penal, os estados continuam dando de ombros para tal; 5 - A carência de
2116 políticas públicas efetivas sobre as alternativas penais, ou seja, é só o sistema de punir,
2117 punir, punir, endurecer, endurecer, e trancafiar, trancafiar, que na prática já está
2118 demonstrado, não resolve nada; 6 - Participação pálida da sociedade na execução penal
2119 dos conselhos de comunidade, pastorais carcerárias etc., no caso do sistema
2120 penitenciário. E aqui eu abro um parêntese para poder falar, inclusive, do artigo que o
2121 senhor disse, que para nós é de extrema relevância, o art. nº 10. Como o colega
2122 Denilson falou, aqui o art. nº 10 fala: “Poderão ser criados conselhos de segurança
2123 pública, no âmbito federal, regional e dos demais entes federativos”. Nós achamos, é a
2124 alteração que inclusive o senhor disse, isso deveria figurar como deverão, porque a
2125 participação e as discussões é que promovem as melhorias do sistema, que é o que nós
2126 estamos buscando, inclusive, fazer aqui. Um último ponto que eu acho importante
2127 chegar ao conhecimento do deputado, que é o item 8, que ele citou, que é a falta de
2128 interatividade entre os poderes públicos, União, estados e municípios sobre a execução
2129 penal. Ou seja, são as consequências que nós estamos assistindo, isso são análises do
2130 presidente do conselho que trouxe para nós e que nós temos que trabalhar aqui para
2131 poder tentar resolver.

2132

2133 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
2134 **Brasil)** – Com a participação da conselheira Patrícia, nós fechamos o segundo bloco.
2135 Inicia o terceiro com a conselheira Ana.

2136
2137 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –
2138 Deputado Efraim, obrigada pela sua participação aqui neste conselho. E eu gostaria de
2139 me somar ao que já foi colocado ali ao conselheiro Denilson e conselheiro Marlon a
2140 respeito dessa ambiguidade do sempre poderão. Quero me focar, especificamente, no
2141 art. nº 16, que trata da questão das ouvidorias e corregedorias, pois eu estou aqui
2142 representando o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, e acho que é uma
2143 oportunidade de ouro de que se diga que é necessária a criação de corregedorias
2144 independentes e autônomas, com um quadro próprio, com orçamento, enfim, é a
2145 oportunidade de que sejam criadas corregedorias e ouvidorias que possam realmente
2146 trabalhar de forma efetiva. Porque a nossa realidade hoje, os resultados apresentados
2147 pelas corregedorias, em termos de controle interno, é constrangedor, vamos dizer assim.
2148 Existe um corporativismo muito forte. Nós sabemos que não há, efetivamente, essa
2149 correição. Ela é, basicamente, incipiente. E as ouvidorias foram criadas, 20 estados do
2150 Brasil têm ouvidorias, mas todas muito precárias ainda, com dificuldades de recursos
2151 humanos e também materiais. Então, é nesse aspecto que eu vejo que o SUSP poderá
2152 sim, ou deverá, vamos dizer assim, deixar isso estabelecido de forma clara e direta, que
2153 deverão ser criadas, e não que poderão ser. Porque o poderão também poderão não ser.
2154 E também assim, em relação ali no art. 2º, quando fala de que as ouvidorias poderão
2155 receber de qualquer pessoa, deveria dizer que, inclusive os policiais. Existe uma
2156 demanda imensa, eu vou me focar na questão das polícias militares, onde os praças, os
2157 soldados, enfim, não buscam, por exemplo, o serviço das ouvidorias, porque
2158 responderão a um processo administrativo disciplinar por quebra de comando. Então,
2159 não é possível isso, com base no regimento, o policial ser punido porque procurou a
2160 ouvidoria, porque não teve atendida a sua demanda, a sua reclamação internamente na
2161 corporação, por motivos óbvios. Então, nesse sentido, gostaria que o senhor se
2162 manifestasse a esse respeito. Obrigada.

2163
2164 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL–DEM/PB)** – Perfeito.
2165 Agradecer ao Márcio que realmente acompanhou uma parte do trabalho lá no Congresso
2166 Nacional, muito ativo na defesa do segmento e conquistas importantes foram obtidas,
2167 fruto desse trabalho no Congresso Nacional. E aí eu, juntando a sua presença, Márcio,
2168 inclusive com a tela que me é colocada aqui à frente, me inspira, e foi bom que me
2169 lembrou, exatamente dessa leitura de que talvez um dos pontos que o projeto traga
2170 positivos, seja exatamente a valorização da perícia envolvida em um conceito de que a
2171 investigação precisa ser valorizada para exatamente acabar com a mensagem da
2172 impunidade, que é tão nociva para a comunidade quanto o próprio delito cometido. A
2173 mensagem da impunidade é talvez o grande mal a ser combatido, a grande mazela,
2174 porque nós temos hoje, infelizmente, o que vige no país, é uma política do populismo
2175 penal. Quando acontece um crime de repercussão, se endureçam as penas, se criem
2176 crimes, se repitam tipificações do código penal, porque segundo conceitos que eu ouvi
2177 da tribuna da Câmara, o que a bunda não prejudica, então, aí bota dois, três, quatro,
2178 cinco crimes idênticos do Código Penal. Então, esse populismo penal, infelizmente,
2179 vem prejudicando as nossas políticas públicas. E a questão da impunidade é, realmente,
2180 um crime grave, um fato grave. Eu não tenho aqui a certeza dos dados, mas eu sei que
2181 tem um número de crimes cometidos e desses um número X chega a ser investigado.
2182 Dos que chegam a ser investigados, um número X chegam a ser concluídos. Mas o

2183 número que eu me lembro muito bem, se alguém o tiver, por favor, me diga, ou me
2184 corrija, se não for esse, é de quem chegam aí atrás das grades, apenas 8%, 6%, depende
2185 da fonte e do tempo também. Às vezes, o meu número é mais antigo, esse seja mais
2186 atualizado, mas nessa faixa aí de 6% a 8%, que chegam atrás das grades que cometem
2187 realmente homicídios e mereciam estar. E nós temos aquele conceito, pelo menos
2188 aquele sentimento que nós temos: “Quando a polícia quer, ela resolve”. Quando é um
2189 crime de repercussão, que vai atrás, que coloca os meios em ação, que chama a perícia,
2190 que chama o delegado, que todo mundo trabalha, que vai, ouve testemunha, agora
2191 resolve. Então, isso, no meu entender, é fruto de que? É deficiência de vontade? Não. É
2192 deficiência de recursos humanos, de orçamento, de instrumentos. Quando tem um crime
2193 de repercussão, se direciona a isso, e se consegue resolver. Então nós, nessa questão da
2194 impunidade, nós temos que saber se vamos trabalhar com conceito ideal, ou se vamos
2195 trabalhar com conceito da realidade distorcida que nós vivenciamos. Se nós
2196 vivenciamos numa realidade distorcida, eu concordo com o que está ali exposto que os
2197 homicídios têm de ter, realmente, prioridade nas investigações e no combate de polícia.
2198 Se ela não dá conta de tudo, que deveria dar, mas eu não quero fazer aqui uma fala
2199 burocrática. Nós estamos tentando buscar soluções, se tiver de escolher prioridades, os
2200 homicídios, sem dúvida alguma, o crime contra a vida, para mim, é nefasto. A Luciana
2201 que falou sobre a questão da conjuntura, Luciana, vamos tratar primeiro sobre a
2202 conjuntura. Está na Comissão de Segurança Pública, uma subcomissão especial, que
2203 tem a vantagem de ser reduzida, ou seja, com seis membros, exatamente para que dê
2204 oportunidade de nós convergirmos em uma subcomissão que vai produzir um texto
2205 baseado nessa espinha dorsal. Se a sua avaliação, e eu a respeito, é de que o projeto não
2206 presta, nada aí pode ser aproveitado, o que é que presta? O que é que deve ter aí nesse
2207 projeto? Eu estou plenamente aberto e apto para ouvir: “Deputado, não é isso daqui não.
2208 Risca, rasga, joga fora. O que deve ser é isso aqui”, e essa produção, vir. Logicamente
2209 que nós não vamos exigir técnica legislativa, isso aí é o trabalho do Congresso
2210 Nacional, mas que ideias, que conceitos, que obrigações, que responsabilidades devem
2211 vir nesse alinhamento. Então, estamos abertos para essa linha. Qual é a vantagem dessa
2212 subcomissão que estou à frente? É que ela já nasce com um diálogo com o Ministério da
2213 Justiça, o Poder Executivo, chegou a nós, participa o SENASP, com o Poder Legislativo
2214 e a Comissão de Segurança Pública integrado, com a sociedade, através da
2215 representação de alguns membros do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, agora com
2216 essa reunião no CONASP, e outras audiências que irão se somar. Ou seja, totalmente
2217 aberta à participação, pontual ou ativa. Se quiser estar conosco acompanhando esse
2218 trabalho das comissões, o CONASP direcionar um, dois, três, 10 membros, fique a
2219 critério de vocês. Quando vocês vierem, estar ali ao lado, passo a passo. Então, serão
2220 bem-vindos, pois eu tenho o mesmo sentimento, o texto é imperfeito, merece ser
2221 aperfeiçoado e estamos abertos, de forma plural, construindo esse texto. O Augusto e o
2222 Massimiliano trabalharam sobre o sistema penitenciário. E aí me permitam, mais uma
2223 vez, dizer do meu sentimento. A grande falha do SUSP é não tratar em nada do sistema
2224 penitenciário. E essa foi a minha primeira fala, quando eu vi lá atrás, me lembrou
2225 demais quando você apontou, pois dentro daquele conceito de integração vertical e
2226 horizontal que eu falei, de União, estados e municípios, e dos entes, Militar, Civil,
2227 Ministério Público e Justiça, o conceito hoje de segurança pública tem que ser
2228 ampliado, tem que envolver, no meu entender, entre outros, mas um eixo com Polícia,
2229 Justiça e sistema carcerário. Não adianta você resolver o problema da polícia, se você
2230 não resolver o problema da justiça. Não adianta você ir e mudar a questão da justiça,
2231 botar mais juízes, se o sistema carcerário não aguentar a demanda que vai vir de mais
2232 julgamentos. Vamos supor que você consiga fazer a polícia mais eficiente, com perícias,

2233 descobrindo os homicidas, a justiça agindo sem morosidade, os condenando, e o sistema
2234 penitenciário não funcionar. E o inverso se aplica. Nesses três eixos, você tem que fazer
2235 com que eles funcionem para que a impunidade, e até me permitam, não estou tratando
2236 termo de segurança pública, que envolve cidadania, tal etc. Estou tratando tema da
2237 impunidade. Então, para a questão da impunidade, esse eixo, esse tripé, ele tem que ser,
2238 sem dúvida alguma, pensado e corrigido, tanto é que eu fiz questão do meu orçamento,
2239 começar pelo DEPEN. E aí, para vocês dois, principalmente, aqueles que se
2240 interessarem, e também uma lacuna minha, fui relator também de um projeto de autoria
2241 do deputado Domingos Dutra, que foi o relator da CPI do Sistema Carcerário, e é um
2242 projeto extremamente complexo, que ele vem fazendo quase um SUSP, ou um 370, só
2243 para o sistema penitenciário. Dizendo que tem que ter psicólogo, educador, que o diretor
2244 tem que ter formação em direção de presídio, regulamentando a questão do comércio
2245 dentro dos presídios, dos preços praticados para venda de alimentos. Aí entra,
2246 Massimiliano, em percentuais de contratação dos apenados e dos egressos nas obras
2247 públicas, para que o cara quando sair da prisão, não saia para ficar pedindo carona no
2248 ponto do ônibus, que ele tenha condições de ter algum recurso para reconstituir a sua
2249 vida, pois senão a volta ao crime é o caminho natural. Eu não tenho o número aqui, me
2250 perdoem a falha, mas se interessarem pela busca, na página da Câmara o autor do
2251 projeto, são vários autores, mas o primeiro é o deputado Domingos Dutra, e eu fui o
2252 relator. Por esses dois dados, em uma pequena pesquisa, eu acho que vocês conseguem
2253 identificar o número desse projeto, foi recém-aprovado, mês passado, na Comissão de
2254 Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Permitam-me até dizer, nós
2255 costumamos chamar Comissão de Segurança Pública. A nossa comissão é Comissão de
2256 Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, exatamente para reforçar essa ideia
2257 de aceitar impunidade. A Patrícia e o Massimiliano falaram sobre a questão dos
2258 conselhos, de reforçar. Concorde. No conceito do SUS, já que vocês falaram no SUS,
2259 tem lá os conselhos tripartites, que são os conselhos com a participação dos três entes.
2260 Esse específico entendimento dos projetos, ele recebe o nome de Gabinete de Gestão
2261 Integrada, que tem que existir e está previsto esse alinhamento. E, sem dúvida nenhuma,
2262 excelente ponto da Patrícia, que é o fortalecimento das corregedorias e das ouvidorias,
2263 também não com o poderão, mas com o deverão, e políticas realmente de valorização,
2264 de fortalecimento, de anonimato, e segurança para quem quer expor as mazelas. Eu acho
2265 que isso é importantíssimo.

2266

2267 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
2268 **Brasil)** – Com essa terceira rodada, nós temos agora a conselheira Ana e o conselheiro
2269 Almir. Tem alguém mais que gostaria? O conselheiro Humberto, para podermos fechar,
2270 por conta do tempo, do horário. Então, com essas inscrições nós encerramos, e depois
2271 passamos a palavra ao deputado para as suas considerações.

2272

2273 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
2274 **Ministério Público)** – Bom-dia a todos. Bom-dia deputado Efraim Moraes. Meu nome
2275 é Ana Rita Nascimento. Eu sou promotora de Justiça. Sou membro do Conselho
2276 Nacional do Ministério Público, sou membro auxiliar lá. E sou subcoordenadora
2277 nacional da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. Fui eu quem pediu que
2278 fosse colocada essa tela agora. A estratégia nasceu, vou tentar ser rápida, porque com
2279 dois minutos é muito pouco tempo. Ela nasceu em 2010 com CNMP, CNJ e Ministério
2280 da Justiça. Bem, deputado, o senhor tocou em dois pontos fulcrais quando o senhor
2281 falou na falta de diálogo entre as instituições que fazem a segurança pública, que fazem
2282 parte do sistema de Justiça, e a escolha errada de prioridades pelos gestores. Eu não sei

2283 se eu vou lhe trazer uma boa notícia. Até convido-o logo para a nossa reunião que vai
2284 ocorrer no dia 12 próximo, no MPM, reunião de dia inteiro desse grupo. Fizemos esse
2285 levantamento em junho do ano passado. A meta dois, o senhor já deve ter ouvido falar,
2286 da ENASP, porque saiu nos jornais, televisão, foi a meta em que nós escolhemos o
2287 crime de homicídio para que víssemos o que não estava funcionando no sistema de
2288 justiça e na segurança pública. Fizemos um grande levantamento, e vimos que até o ano
2289 de 2007, e escolhemos este ano de corte, e daqui que eu dissesse a razão desse corte, os
2290 meus dois minutos iriam. E vimos que tínhamos 136 mil inquéritos de crimes de
2291 homicídio não concluídos em todo o país. Eu peço desculpas aos meus colegas, até para
2292 que eu entre nesse pequeno contexto.

2293

2294 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
2295 **Brasil)** – Eu pediria a conselheira, assim, a gentileza mesmo, que possa fazer as
2296 considerações.

2297

2298 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
2299 **Ministério Público)** – As considerações mais rápidas. Mas até para que eu possa
2300 contextualizar.

2301

2302 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
2303 **Ministério Público)** – Exatamente. E hoje em dia, deputado, esse nosso grupo de
2304 perseguição, que existe já há dois anos e meio, agrega as polícias civis, Ministério
2305 Público, TJ, Defensorias e perícias, todos em uma mesma sala, como esta aqui, falando
2306 sobre como deslindar os gargalos da segurança pública. A taxa, e aí os senhores vão me
2307 desculpar, mas de crimes resolvidos era de 8%. Nós estamos com os nossos inquéritos
2308 com a taxa de 30%, inquéritos chamados já de *cold cases*. Aqueles que não havia a
2309 possibilidade de se chegar ao fim. Por um esforço integrado, e aí eu peço que vá para a
2310 página número 49, por gentileza. Vimos o quê? Por que não estava dando certo o
2311 sistema de justiça? O que estava funcionando para se ter 136 mil inquéritos não findos?
2312 Ou seja, uma cidade de médio porte, em tese, de vítimas e de réus. E aí chegamos a
2313 números absurdos. Por mais de 10 anos, a polícia judiciária e a técnica foram
2314 sucateadas. Foi aquilo que o senhor disse, é a mão invisível do Estado, é o que não dá
2315 voto, e o senhor está certíssimo. O projeto, eu já li, e eu vou discordar do caro
2316 conselheiro aqui. Não é a teoria do caos.

2317

2318 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
2319 **Brasil)** – Conselheira, eu pediria, por gentileza, que pudesse concluir. Já foi dado mais
2320 100% do tempo.

2321

2322 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
2323 **Ministério Público)** – Pois é, mas eu quero propor.

2324

2325 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
2326 **Brasil)** – Mas é fazer a proposta.

2327

2328 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
2329 **Ministério Público)** – Mas, eu preciso.

2330

2331 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
2332 **Brasil)** – Vamos ouvi-la.

2333

2334 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
2335 **Ministério Público)** – Mas, se eu não contextualizar todos que estão aqui, parece uma
2336 loucura o que eu vou falar para que o deputado saiba. A minha, como eu acho que deve
2337 ser, e o senhor trouxe bem, não é a teoria do caos. O projeto é muito bom, têm pontos
2338 muito bons, mas eu acho que nós já poderíamos aqui até mesmo formar alguns grupos
2339 para que não versemos apenas em questões menores. Eu não diria menores, mas pouco
2340 produtivas, como os conselhos que não vão deliberar. Mas de nós trazermos, quem faz a
2341 política pública, para um diálogo com quem a cumpre. E daí trazer sim as propostas
2342 reais para o seu projeto de lei. Eu entendo que audiência pública só não. Eu acho que
2343 nós tínhamos que tirar daqui talvez uma pequena comissão para que junto com a sua
2344 comissão, e o Executivo, pudéssemos pensar em projeto, e dar uma eu não diria
2345 melhorar, mas desse alguns detalhes que nós temos já, através desse grande
2346 levantamento, para que nós não tenhamos um retrabalho. A minha sugestão é essa.

2347

2348 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
2349 **Brasil)** – Obrigado, conselheira Ana Rita. Conselheiro Almir. Deputado Efraim, no art.
2350 nº 10 desse arcabouço, desse esqueleto, ele fala dos conselhos. A maior e talvez a
2351 melhor experiência de conselho, nos últimos tempos, que foi vivenciada, foi com o
2352 advento da primeira conferência nacional, onde mais de 500 mil pessoas foram
2353 envolvidas, e um conselho, que era de gabinete, fora transformado em um conselho
2354 provisório nacional de segurança e depois efetivo de votação, com a participação. E nós
2355 vemos a sugestão no arcabouço apenas com as polícias que devem participar, polícia,
2356 bombeiro, e nunca a sociedade civil. Eu quero dar uma sugestão, que o Conselho
2357 Nacional de Segurança Pública, deputado, que é tripartite, 30 conselheiros: 9 gestores, 9
2358 trabalhadores e 12 da sociedade civil, 30, 30, 40. Então, essa foi a fórmula que nós
2359 encontramos para todos os envolvidos, sociedade, trabalhadores e gestores, pudessem
2360 estar. E esse modelo não está aqui. Então esse deveria ser, talvez, a espinha. Em vez de
2361 nós, deverão, criar no espaço de tanto tempo. Não deverão criar, porque aí o deverão
2362 estaria no prazo estabelecido. Essa é a nossa sugestão. Conselheiro Humberto.

2363

2364 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
2365 Bom-dia a todos. Nós queremos, inicialmente, ao mesmo tempo parabenizá-lo e
2366 agradecer sua presença conosco aqui no conselho. Mas dizer que já o conhecemos, o
2367 trabalho. Vossa Excelência é do nosso estado, o que muito nos honra. E conhecemos
2368 parte do seu trabalho no tocante, não só a segurança pública, mas com vários temas que
2369 o senhor desenvolve, que trabalha em prol da sociedade. Não é à toa que chegou tão
2370 jovem deputado à presidência de uma comissão tão importante como a CCJ. Então, a
2371 nossa reflexão, deputado, por que os projetos de segurança pública tramitam em uma
2372 lentidão tão grande? Então, os projetos que, enquanto a sociedade clama por justiça, o
2373 Poder Executivo, os próprios políticos entendem que a segurança pública é prioridade,
2374 no entanto, os projetos caminham em passos lentos, muito lentos, no Congresso
2375 Nacional. A exemplo, parece-me o senhor falou da Lei nº 3.734, que está dormindo um
2376 pouco na Comissão de Educação. Então, a nossa preocupação e a nossa reflexão é o
2377 porquê de temas tão importantes demorarem tanto, tramitarem 12, 15, 20 anos, e muitas
2378 vezes não progridem, são arquivadas. Essa é a nossa reflexão. E pedir ao deputado que
2379 se empenhe nessa questão do SUSP, que é muito importante para o trabalho da
2380 segurança pública e a questão do investimento. E, por fim, eu queria tomar a liberdade
2381 de sugerir a Vossa Excelência que possa analisar essa proposta, inclusive a doutora Ana
2382 Rita é mais ou menos nesse sentido, de solicitar ao CONASP uma representação para

2383 lhe assessorar ou colaborar nesse projeto no qual Vossa Excelência é o relator.
2384 Obrigado.

2385

2386 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – Bom-dia a todos. Bom-dia,
2387 deputado. Agradecer a presença do senhor aqui enriquece o nosso debate. Muitos
2388 colegas falaram a respeito de enriquecer esse projeto de lei. Tem muitos pontos aí que
2389 eles precisam ser revistos. Outros nem vistos foram, como é o caso do nosso sistema
2390 carcerário. Eu queria chamar a atenção do senhor e leve aos seus pares, inclusive, para
2391 que nós possamos fazer uma revisão em certos pontos nele. E eu chamo a atenção para a
2392 incoerência de alguns aspectos. Todos os órgãos que são mencionados aqui no SUSP,
2393 eles devem agir combinadamente, com planejamento e com tudo mais. E para nós, da
2394 FENAPRF, chama a atenção o art. nº 13, que vai contra, justamente contra a esse
2395 pedido de planejamento, de harmonia desses órgãos. Por exemplo, o art. nº 13 diz que
2396 esses órgãos podem agir em rodovias estaduais, federais, que a comunicação deve
2397 ocorrer após esse procedimento. Nós entendemos que isso é um pouco até temerário. E
2398 nós aqui, na própria comissão, nós vamos debater isso, eu pretendo trazer à mesa para
2399 conversar com os colegas. Mas eu gostaria que fizesse parte de sua revisão inclusive, e
2400 que o senhor possa falar até dessa harmonia, ou não, que está aqui neste projeto de lei.

2401

2402 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL–DEM/PB)** – Vamos lá.
2403 Começar aqui por onde terminou. Você falou aqui no art. nº 13, e como nós não
2404 passamos de artigo em artigo, quando você leu o sequencial, que é o 14, nós vemos a
2405 questão da problemática das responsabilidades e do dever fazer. Aí quando fala art. nº
2406 14, aplicação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública deve respeitar a
2407 competência constitucional dos órgãos que integram o SUSP, e critérios científicos que
2408 contemplem os aspectos geográficos populacionais e socioeconômicos dos entes
2409 federados. Não, dá uma tese de mestrado aqui para você fazer a interpretação do que
2410 está aqui. Esse é o tipo do artigo que você tem de sair, nós falamos muito lá no regional,
2411 debulhando o milho. Então, tem que sair abrindo, parágrafo por parágrafo etc. Esse é o
2412 que o olhar do Legislativo, é como eu disse, o projeto foi preparado pelo Executivo, não
2413 vou entrar no juízo de valor aqui se concordo ou não. Vou dizer que eu compreendo que
2414 quanto menos amarras ele puder estabelecer, e puder dar a ele discricionariedade. Tanto
2415 é que até pouco tempo nós tínhamos a DRU, que era a Desvinculação da Receita da
2416 União, que o que era vinculado, era possível ser disponibilizado para outras áreas,
2417 falando de saúde e educação. Infelizmente, a caneta na hora da repartição dos ônus e
2418 dos bônus nem sempre segue essa transferência equânime. Então, a Ana, perfeito Ana, o
2419 trabalho. Acho que esse expertise de cada um dos segmentos é importantíssimo na soma
2420 geral do que se pretende ser apresentado. Eu não sei se tem alguém aqui da Polícia
2421 Federal. Eu conversei com o Daiello, que é o diretor geral da PF, mas lá eles têm um
2422 setor, dentro da Polícia Federal, que é para pensar políticas públicas. Mas isso nunca
2423 interagiu conosco do Congresso, por exemplo. E o Ministério Público, enfim, cada um
2424 tem setores de pessoas, eu quero dizer assim, que foram fazer doutorado em políticas de
2425 segurança pública. Existem pessoas dentro das instituições dos senhores que tem essa
2426 capacidade do pensar acadêmico e com a experiência do pensar cotidiano da vivência e
2427 da realidade, que é outra escola, é outra universidade, extremamente importante. Mas
2428 somar essas forças e trazer esse trabalho essencial. Então, eu quero encaminhar, como
2429 encaminhamento, que ele foi encaminhado por vocês, quem sabe a possibilidade
2430 exatamente de fazer grupos de trabalho, mas não o famoso grupo de trabalho, que não
2431 resolve nada, gestor público quando não quer resolver alguma coisa, ele monta um
2432 grupo de trabalho. Então, eu acho que essa questão de grupos de trabalho aqui, porque

2433 eu estou pensando em grupos de trabalho para não fazer um grupo só, porque você tem
2434 um sistema carcerário que já conhece, tem uma realidade, você tem alguém que vai
2435 trabalhar com a questão da investigação, da perícia, do homicídio. Enfim, de acordo
2436 com as convergências, de pensar e propor. E é por isso quando você diz que as
2437 audiências públicas serão promovidas por esses grupos no que entenderem, mas com o
2438 objetivo de trazer para nós não as notas taquigráficas de audiência pública, não adianta,
2439 não resolve. Não adianta chegar, e dizer, deputado, fizemos aqui 10 audiências públicas,
2440 estão aqui as notas taquigráficas para o senhor ler. “Não, daqui nós entendemos que isso
2441 aqui tem que ser melhorado”. E aí nós vamos fazer depois uma compilação, uma
2442 consolidação dessas sugestões para que nós possamos sentar e rever. Esse é o *modus*
2443 *operandi* com que eu pretendo operar. Dar liberdade para que as contribuições possam
2444 vir, e para que possamos sentar, com o apoio do CONASP, com o apoio do Fórum, com
2445 o apoio de outras instituições, de ONGs, para que tragam sugestões para que, aí sim, ter
2446 o trabalho nosso do Legislativo, que pode ser feito plural, de consolidar isso, e produzir
2447 um texto que atenda as expectativas. Logicamente, vão ter ideias que são contraditórias.
2448 Uma vai dizer que quer a investigação pela Polícia Militar, outra pelos delegados, outra
2449 pelo Ministério Público. Nós vamos ter que decidir, não entrando no juízo de valor
2450 agora, e dizer: dá para ser os dois? Não dá? Tem que ser um, tem que ser outro? O
2451 sistema carcerário vai dizer que tem que ser mais rigoroso ou menos rigoroso. Enfim, é
2452 essa a leitura que eu quero fazer. Eu achei excelente, Almir, a sua sugestão de que o
2453 deverão devia acompanhar de um prazo para estabelecimento, sob pena inclusive de
2454 multa ou responsabilização do gestor que não criar o conselho. Eu acho que é por aí.
2455 Dentro de em um prazo de 180 dias, por um exemplo, 120, será criado um conselho
2456 com a composição. Ou se vai, ou se deixar a coisa aberta, como está aí também, não
2457 chega.

2458
2459 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
2460 **Brasil)** – E a participação da sociedade.

2461
2462 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL – DEM/PB)** – Claro. É isso
2463 que eu estou dizendo, você vai trazer uma ideia. Se essa ideia vai ser aceita, não quer
2464 dizer que vai ser, mas a ideia que eu estou pensando em um projeto deverá, por
2465 exemplo, esse artigo que diz que “...poderão ser criados conselhos”, deverão criados
2466 conselhos com a seguinte composição, 30% da sociedade, 30% de gestores, 30% de
2467 trabalhadores, com capacidade de resolver isso e isso, com as seguintes
2468 responsabilidades. Enfim, vocês têm essa experiência aqui melhor do que eu. O
2469 Humberto falou sobre a questão das prioridades lá, Humberto. Se você for perguntar, ou
2470 fazer entrevista com qualquer político hoje, ele vai dizer que segurança pública é
2471 prioridade. A grande diferença são os discursos e as ações. Então, não tem ninguém que
2472 vai dizer que a segurança pública, hoje, está boa. Não vai, mas, o que você está fazendo
2473 para tentar melhorar ou aperfeiçoar? Às vezes, ser vitrine é difícil, o bom é ser pedra.
2474 Ser pedra é muito fácil. E fazer dessas pedras um castelinho para poder sair uma
2475 construção bacana, eu acho que é o grande desafio que todos nós temos. E por último, o
2476 Marco falou aí, o art. nº 13 mostra realmente essa incoerência, Marco, de quão é preciso
2477 sair do discurso da integração para ir para a prática dos atos. O art. nº 13 explicita bem
2478 quão distante nós estamos da perfeição aí nesse projeto, como foi dito aí desde o início.

2479
2480 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
2481 **Brasil)** – Deputado, o senhor me daria um aparte?

2482

2483 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL-DEM/PB)** – Aparte concedido
2484 e previamente acolhido.

2485

2486 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
2487 **Brasil)** – Aparte é apenas para permitir ao conselheiro Rildo que pediu uma palavra, e
2488 já tinha sido encerrado. Mas que nós possamos ouvi-lo.

2489

2490 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** – O
2491 deputado, eu acho que ele foi avançando positivamente nessa ideia de fazermos aí uma
2492 interlocução entre o trabalho da Câmara e o CONASP, enfim, e outros mecanismos
2493 também de participação social, de contribuição ao PL. Mas eu queria dizer ao deputado
2494 que, embora ele diga assim: “Não, queremos de uma maneira muito pragmática”, nós
2495 não vamos escapar do debate político, deputado, que está por trás, inclusive, da questão
2496 dos conceitos. Nós já vimos aqui, nesse próprio conselho, que ele tem participação da
2497 sociedade civil, de representantes das entidades de policiais, e representantes de agentes
2498 públicos, inclusive do poder público, e aqui o debate encontra, muitas vezes, os seus
2499 encontros e desencontros também. Mas, nós não vamos conseguir fugir muito do debate
2500 político de fundo, que está por trás, sobretudo de uma ideia de segurança pública hoje,
2501 porque podemos ter 392 conceitos. E aí o sistema precisa, como por exemplo no SUS,
2502 que nós ouvimos ontem, que parte de um conceito unificado na questão da saúde
2503 pública, o que dá essa sustentabilidade hoje para o SUS. E o SUS que foi, inclusive,
2504 objeto de várias participações, de várias conferências, até chegar na sua conformação.
2505 Então, eu acho que para o sucesso do SUSP, que como os senhores estão perseguindo
2506 dentro da Câmara, é fundamental que se crie uma metodologia. Já foi apontada aqui a
2507 sugestão da doutora Ana, de criar os grupos de trabalho, mas nós precisávamos, talvez,
2508 não sei se dá tempo hoje, de aperfeiçoarmos uma metodologia, para fazer essa
2509 interlocução, para que de fato tenhamos um bom SUSP.

2510

2511 **O Sr. Efraim Moraes Filho (DEPUTADO FEDERAL – DEM/PB)** – Essa
2512 preocupação com o *modus operandi* é desde o início, é ponto fulcral da minha vinda
2513 aqui e acho que podemos trabalhar nela agora. Mas eu acho que vocês vão ter a tarde aí,
2514 me parece para debater sobre isso. Eu acho que é no período da tarde que vocês vão
2515 montar essa metodologia, em 15 minutos aqui nós não vamos conseguir. Mas, o debate
2516 político vai existir. E aí vocês, claro, têm que se preocupar com isso. Mas aí tem uma
2517 expressão regional nossa lá, que eu acho que ela é compreensível, que diz “cada agonia
2518 ao seu tempo”. A nossa agonia, hoje, é preparar o que deve ser apresentado. E esse
2519 *modus operandi* que você está dizendo, por isso vocês vão ter a tarde todinha, vou tentar
2520 resumir ele aqui, meio sem trazer nada preparado, seria ótimo que eu tivesse me
2521 preparado para isso, mas a minha preocupação agora, por isso que eu digo cada agonia
2522 ao seu tempo, é preparar o texto. Um texto construído de forma plural, integrado,
2523 inserindo todos os segmentos. Volto a insistir, as polícias, academia, a sociedade, os
2524 gestores, para que possamos produzir um texto. Esse conflito vai existir? Vai. Alguém
2525 vai ter que ter a responsabilidade de compilar isso. Eu estou chamando a
2526 responsabilidade para a Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados. Ela
2527 começou a mediar esse trabalho. E vamos construir esse texto. Depois de construir esse
2528 texto, vai ser unanimidade? Não. Depois de construído esse texto pela Comissão de
2529 Segurança Pública, recebendo esse diálogo de todos, nós vamos voltar com esse texto
2530 para dentro dessas esferas para apresentá-lo, e dentro da Câmara dos Deputados,
2531 principalmente, construir. Se nós vamos encher de responsabilidade para o governo
2532 federal, o governo vai ser favorável? Não sei, não dá para antecipar agora. Mas, se nós

2533 construímos esse texto com o apoio do CONASP, com o apoio do Ministério da Justiça
2534 há uma grande chance de contar com o aval do governo. Se você está chamando a
2535 oposição para participar desse processo, inclusive para conduzi-lo, entendendo que é um
2536 tema técnico e não político, há uma grande chance de você ter convergência no plenário
2537 da Câmara? Há. Se a sociedade se sentir contemplada, se foi ouvida, se as suas
2538 sugestões foram acatadas, você consegue uma unanimidade? Não. Consegue uma
2539 compreensão majoritária? Talvez sim. Então, esse é o *modus operandis* que eu estou
2540 imaginando aqui, de forma muito bruta, sem lapidá-lo. E essa interlocução da
2541 Comissão, da qual eu sou o relator, com o CONASP, eu acho que ele pode acontecer de
2542 duas formas: a primeira é essa que nós falamos, que é a questão dos grupos de trabalho,
2543 um só, ou diferentes, e aí vocês vão passar a tarde pensando isso. Não vamos discutir
2544 isso agora. Mas vocês vão pensar nesse modelo, como discutir isso internamente.
2545 Permita-me até posicionar isso. Vai ter que ter uma visão interna do CONASP e depois
2546 uma interlocução externa, com a Comissão. Então, vocês vão ter que pensar essa
2547 interlocução interna, como vocês vão se organizar dentro do CONASP, para que venha
2548 uma proposta embasada, com selo, vamos assim dizer, do CONASP e vão ter que
2549 elencar um número de representantes para fazer essa interlocução externa com uma
2550 comissão, que aí é comigo, e como relator eu tenho plena autonomia para nomear,
2551 designar, porque na minha consultoria técnica estarão os membros A, B e C, que eu me
2552 comprometo a receber as indicações que vieram de vocês aqui. Não quero lista de cinco,
2553 para eu escolher dois. Nem lista de nove, o que vier de vocês, será contemplado por
2554 mim, porque eu acho que essa é uma autonomia que vocês disponibilizam. Então, eu
2555 acho talvez aí nós avancemos nessa interlocução interna. A interlocução interna, que eu
2556 digo, não precisa ser só dentro do CONASP. A interlocução interna, que eu digo, é você
2557 com o seu segmento lá, no instituto da Luciana, com a Federação da Polícia, vai
2558 promover lá na Federação encontros com quem esteja interessado, para trazer ideias lá
2559 da Federação. Nós conseguirmos articular todas essas audiências, que elas estejam
2560 concatenadas, como seria o ideal, em que um relator pudesse ouvir a todos, não dá.
2561 Então, nós fazemos um modelo de representatividade, eu confiando no filtro que serão
2562 vocês, que por estarem aqui, já são um filtro dotado de fé pública e conhecimento de
2563 causa, ou eu me sirvo desse filtro, ou eu, realmente, não consigo produzir, porque fica
2564 longe demais. Então, realmente, a vinda, e essa responsabilidade que eu estou
2565 compartilhando com vocês, é uma mão estendida para que realmente vocês possam me
2566 ajudar, quando eu digo me ajudar, ajudar a Comissão de Segurança Pública, para que
2567 nós produzamos esse texto, e dando a vocês, delegando a vocês a missão de ir à base,
2568 consultá-la e chegar com as sugestões e opiniões. A nós caberá o papel, e aí é a
2569 responsabilidade do parlamento, compilar e consolidar essas sugestões na melhor
2570 legislação possível. Está certo, pessoal? Muito obrigado. Bom dia a todos. (*Palmas!*)

2571

2572 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
2573 **Brasil)** – Bom. Gostaria de pedir desculpas aos meus colegas conselheiros pelas
2574 intervenções de pedido de tempo, porque não é vontade própria, mas é para que
2575 realmente nós possamos produzir. Eu reconheço que dois minutos não são suficientes
2576 para nada. Eu queria pedir desculpa, mas por conta disso, foi possível, neste Conselho,
2577 também digo a vocês com a experiência neste conselho, sem faltar a nenhuma reunião,
2578 desde que ele existe, essa foi uma das manhãs mais produtivas, uma das manhãs mais
2579 interlocutivas deste Conselho. Parabenizar ao deputado Efraim Filho por essa
2580 disponibilidade, inteligência, jovialidade e, acima de tudo, maturidade com relação a
2581 esse tema. E agradecer o convite dele para que o CONASP possa participar disso. Quero
2582 dizer, deputado, que, certamente, esta plenária, hoje à tarde, vai deliberar a respeito

2583 dessa participação. Nós agradecemos ao convite. Agradecemos a gentileza dos
2584 conselheiros em nos perdoar com relação às intervenções, pedindo desculpa sobre esse
2585 telefone que toca e nos dá susto. Efraim, neste conselho, encontre uma dimensão que
2586 reconhece o seu trabalho. Obrigado por ter vindo aqui. Almoço. Quatorze horas.

2587

2588 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – 14h a primeira chamada. E
2589 não havendo quórum, 14h30, e começa de qualquer jeito.

2590

6/6/2013

2591

TARDE

2592 **O SR. ALMIR LAUREANO** –A segunda pauta é debater sobre o sistema único que
2593 foi trabalhado hoje de manhã com o deputado. Algum conselheiro teria alguma sugestão
2594 a respeito de como vamos iniciar o nosso trabalho? A plenária quer debater o que
2595 aconteceu hoje de manhã? Dois minutinhos cada um? Ou querem criar uma
2596 metodologia de trabalho para hoje à tarde?

2597

2598 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – É só concordar com a
2599 proposta de, em dois minutos, nós falamos e depois vamos ao debate aqui rápido.
2600 Apenas isso.

2601

2602 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Não, acho que
2603 é fundamental que nós debatemos, mas talvez se nós pudéssemos definir previamente a
2604 tua proposição sobre a metodologia de trabalho, até para que nós possamos nortear o
2605 escopo dessa discussão e, sobretudo, os desdobramentos dessa discussão. E eu só queria
2606 lembrar que existem vários fóruns, que já estão debatendo o tema do PL. E nós temos
2607 alguns temas de casa, que talvez, com essa definição prévia da metodologia, nós
2608 poderíamos definir mais inteiramente os marcos, o desenho dessa construção.
2609 Objetivamente tem questões que nós precisamos orientar, previamente, diretrizes, para
2610 que nós não fiquemos em um debate a tarde inteira, dando voltas em torno do próprio
2611 eixo.

2612

2613 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
2614 **Brasil)** – Sem dúvida. Alguns conselheiros que não vieram de manhã, certamente,
2615 seriam beneficiados pelo bate-papo que nós faríamos. E também a ideia de uma
2616 metodologia **já nos daria um norte para sermos pragmáticos no que vamos debater**
2617 **e como deliberar, pois hoje à tarde nós temos essa possibilidade de deliberação,**
2618 **inclusive de a plenária decidir aceitar o convite feito pelo deputado para**
2619 **formarmos uma comissão do CONASP, e participar também, junto com o Fórum,**
2620 **junto com outras instituições que já estão lá, participar na interlocução.** E tudo isso
2621 nós vamos fazer agora de tarde. Então nós vamos construir o que seria, primeiramente
2622 agora, o que seria essa metodologia ou o bate-papo? Estão aí essas duas propostas para
2623 nós decidirmos. Como tem duas propostas, nós vamos ter que nos manifestar. Então,
2624 quem for a favor do debate? Podemos ir para um regime de votação? Está tranquilo com
2625 relação a isso

2626

2627 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Meu
2628 nome é Edson. Eu sou da Redes da Maré do Rio de Janeiro. Eu acabei chegando
2629 atrasado por conta de voo cancelado e só cheguei no final da manhã. Então, se houvesse
2630 a possibilidade dos conselheiros que estavam mais cedo, fizessem um debate, ou
2631 pudéssemos pensar pelo menos os pontos principais que foram conversados, num tempo
2632 limitado. Parece-me que não mais do que de esclarecimentos, 15, 20 minutos, e aí seria

2633 interessante se as pessoas pudessem, também, já fazer encaminhamentos, propostas. O
2634 conselheiro disse que já tem, inclusive, um debate acumulado de alguns grupos. Então,
2635 seria interessante se nós pudséssemos passar também, quem já tem esse debate
2636 acumulado, pudesse falar um pouco de como que isso está, dando uma apresentação,
2637 mesmo que seja uma apresentação mais rápida.

2638

2639 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
2640 **Brasil)** – Algum outro conselheiro gostaria? É a terceira proposta. A terceira querendo
2641 reforçar a primeira.

2642

2643 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Na
2644 verdade, eu estou tentando juntas as duas. Eu estou concordando que é preciso ter um
2645 debate.

2646

2647 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
2648 **Brasil)** – Então, vamos fazer assim: tem alguém que não gostaria de falar? Ou tem
2649 alguém que gostaria realmente de debater? Porque eu não vou falar. Eu vou entrar na
2650 metodologia. Mas vai ter um momento do debate que quem não quiser, não fala. É
2651 somente isso. Eu acho que para juntarmos as duas coisas, nós teríamos 20 minutos para
2652 esse debate. Fala as pessoas que querem, e que foi sugerido, por exemplo, Eduardo, já
2653 disse que tem outros fóruns. E nós pegamos de cada segmento uma pessoa que possa
2654 debater. Aí leva os 20 minutos. Não fica assim mais em conta? Então, do segmento da
2655 sociedade civil, Eduardo Pazinato, que ele já deu a indicação. Dos trabalhadores? O
2656 Massimiliano. E dos gestores?

2657

2658 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Desculpa, Almir. Eu não
2659 sou dos trabalhadores não, sou da sociedade civil também. Mas eu queria fazer uma
2660 colocação também.

2661

2662 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
2663 **Brasil)** – Sim, tranquilo. Então, Eduardo e Massimiliano. Clóvis. Então, vamos iniciar?
2664 Eu pediria a Eduardo, porque ele já tem algumas informações que certamente vai
2665 agregar aos outros. Ele pode fazer a sua visão da reunião de hoje de manhã, e a
2666 contribuição que já está sendo efetivada. Com a palavra o conselheiro Eduardo
2667 Pazinato. Três minutos.

2668

2669 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eu vou tentar
2670 situar menos os fóruns e as instâncias, mas uma rápida contextualização dos espaços em
2671 que nós conselheiros do CONASP estamos envolvidos, ou deliberações que aqui já
2672 tiramos, e estou me limitando a 2013, no caso a primeira reunião do ano. Naquela
2673 primeira reunião nós tiramos o encaminhamento de que a SENASP iria nos subsidiar
2674 com uma proposta de um projeto que vem sendo discutido internamente, em um grupo
2675 de trabalho da SENASP, e o CONASP, então, iria, de posse desse material, fazer os
2676 devidos encaminhamentos, sugestões, a pedido da presidência do Conselho, a secretária
2677 Nacional de Segurança. Na mesma oportunidade, o conselheiro Alberto Koptittke
2678 sugeriu e ficou responsável por minutar uma proposta de um parecer do CONASP sobre
2679 o Sistema Único de Segurança Pública. Na manhã de hoje nós recebemos, então, o
2680 deputado Efraim Filho, que foi o presidente da Comissão de Segurança Pública e Crime
2681 Organizado, e que na sua saída assumiu a relatoria desse projeto, que é um projeto,
2682 originalmente, proposto pelo Poder Executivo. Não é um projeto de lei proposto por ele.

2683 Ele apresentou, hoje pela manhã, o projeto de Lei nº 3734/2012, assim como outro
2684 projeto de Lei nº 370/2011. Mas, no que toca ao assunto desta tarde, nós nos referimos
2685 ao projeto de Lei nº 3734/2012, que é o que versa sobre o SUSP, e propôs, nessa
2686 ocasião, depois de uma rápida apresentação desse PL, que o CONASP integrasse uma
2687 subcomissão que foi montada no âmbito desta comissão mais ampla de Segurança
2688 Pública e Crime Organizado, que é presidida por ele, que é uma subcomissão de
2689 reforma do sistema de segurança pública, que está conduzindo uma série de diálogos,
2690 estabelecendo uma série de interlocuções com a SENASP, com outras entidades da
2691 sociedade civil, a exemplo do Fórum Brasileiro de Segurança, agora com o CONASP.
2692 Portanto, franqueou a possibilidade da nossa participação. Bom, em síntese, então, nós
2693 temos um tema de casa, um pleito, e com certeza a corresponsabilidade de colaborar
2694 para o aperfeiçoamento desse projeto, que foi um pedido original da secretária Nacional
2695 de Segurança Pública, que ficou de nos subsidiar com um projeto que está sendo
2696 discutido na SENASP. Ao mesmo tempo nós temos o encaminhamento tirado de que
2697 façamos a produção de um parecer, um parecer técnico que subsidie, então, o nosso
2698 entendimento do CONASP sobre o SUSP. E agora essa possibilidade também de nós
2699 nos inserirmos nesse debate mais amplo da Câmara dos Deputados, a partir dessa
2700 subcomissão. No primeiro encontro, o Fórum Brasileiro ficou também responsável por
2701 levar essa discussão para o seu conselho, o que fizemos logo depois da primeira
2702 reunião. E nós tiramos, como encaminhamento da nossa entidade, de produzirmos uma
2703 pesquisa de opinião interna, com cerca de 200 associados do fórum, e apresentarmos os
2704 resultados dessa pesquisa no Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança
2705 Pública, é a 7ª edição, nos dias 17 e 19 de julho agora, em Cuiabá. Que é uma forma
2706 objetiva de nós também ouvirmos os demais associados, e podermos qualificar as
2707 contribuições dos Fórum, não somente no âmbito da sua representação formal, por mim
2708 e pelo coronel Washington, mas por outros interlocutores, mas na totalidade do Fórum
2709 Brasileiro de Segurança Pública. Então, de alguma forma isso também é um momento
2710 para nós prestarmos contas do que nós ficamos responsável. Mas, em síntese, eu acho
2711 que temos o parecer, a participação na subcomissão, e o tema transversal é, quais serão
2712 as contribuições deste Conselho em relação a um projeto de lei que estruture,
2713 institucionalize o Sistema Único de Segurança Pública. Obrigado.

2714

2715 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – A colocação que eu iria
2716 fazer é para que o que nós assistimos hoje aqui de manhã, para mim, uma crítica pela
2717 fala do deputado, é que as coisas continuam sendo construídas isoladas. Ele apresentou
2718 o projeto de lei, do qual ele é relator, apresentou o Projeto de Lei nº 370, e apresentou
2719 um projeto de lei que, em princípio, vai trabalhar as questões dos sistema prisional. Ou
2720 seja, aí já são três. Três, que por vezes lá no Legislativo, podem não se comunicar. Ele
2721 próprio relatou aqui para nós o fato de que montam audiências públicas, chegam
2722 informações para ele partidas, picadas, e que ele não consegue condensar aquilo para
2723 tirar proveito. Então, com o nosso trabalho aqui que é justamente reunir essas
2724 informações e sugerir, eu queria que nós pudéssemos talvez criar informações e levá-las
2725 a essa comissão. Então, eu acho que nós deveríamos trazer alguns conhecedores para
2726 poder formatar uma base de informação, no mínimo, senão de ideias, para todos nós.
2727 Porque nós temos especialistas nacionais em segurança pública, por exemplo, em Minas
2728 o Crispi, em São Paulo, o Neve. São cientistas estudiosos há anos da segurança pública,
2729 que sempre relatam problemas. O próprio Marcos Rolim, lá do Sul, que esteve ao lado
2730 do Luis Eduardo Soares aqui no SENASP, e é um grande conhecedor da questão da
2731 formação das polícias, do desenvolvimento das polícias, dos problemas, com dados
2732 estatísticos, não meras alegações. Então, nós podermos tirar, eleger alguns nomes e

2733 trazê-los aqui, havendo verba por parte do Conselho para esses convites, e aí nós
2734 poderemos extrair dessas pessoas e caminhar com os debates. Eu, a exemplo, tenho o
2735 nome do próprio desembargador, Herbert Carneiro, sobre os problemas do sistema
2736 prisional, porque ele era juiz da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, que
2737 tem competência em um universo de algo em torno de quatro mil presos, hoje
2738 presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que sempre foi
2739 muito realista e pé no chão com uma fala muito positiva, crítica, e que talvez possa
2740 contribuir para o conhecimento de todos aqui para poderemos caminhar nesse ponto.

2741

2742 **O Sr. Clóvis Souza Nunes (Rede Desarma Brasil)** – Boa-tarde a todos e todas. Eu
2743 penso que a propositura de criarmos um grupo aqui do Conselho para se integrar à
2744 qualificação ou potencialização de valorização do projeto da lei do SUSP, ela passa por
2745 uma condição indispensável. Eu concordei, em parte, com a Luciana, quando disse que
2746 o projeto não está muito bom. Ele é um resumo, condensado, das decisões que foram
2747 feitas na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, na qual se pensou o SUSP lá.
2748 Era um dos eixos temáticos dessa conferência e estava contida a elaboração do SUSP.
2749 Como eu acompanhei bem de perto, estava lá na elaboração, participei do Fórum que
2750 organizou a conferência e participei dela, eu tenho o documento. Se vocês pegarem lá, e
2751 lerem isso aqui, é uma compilação, quase que *ipsis literis*. E falta muita coisa a ser
2752 contemplada. Porque na hora que esse documento foi elaborado lá, que foram os
2753 princípios e diretrizes coletados nas conferências municipais e estaduais desse produto.
2754 Mas, por exemplo, aqui dentro, no Sistema Único de Segurança Pública, não tem a
2755 predominância da criação de políticas preventivas de segurança. Não está aqui dentro o
2756 Estatuto do Desarmamento, nem a campanha do desarmamento. Algo indispensável. O
2757 Brasil fabrica sim muitas armas, embora o deputado, que não é só dele essa
2758 desinformação, é do senso comum. O Brasil é o terceiro maior fabricante de armas do
2759 mundo. E o Brasil fabrica mísseis, o Brasil fabrica bombas de gás lacrimogêneo, o
2760 Brasil fabrica bombas incendiárias, o Brasil fabrica bomba *cluster*, que é uma bomba
2761 proibida em 93 países. O Brasil não assinou o acordo para deixar de fabricar bomba
2762 *cluster*. Só para vocês terem a ideia do que é essa bomba, ela explode no ar e solta de 40
2763 a 120 mil explosivos. Cai numa área equivalente a três estádios de futebol, 70% dos
2764 explosivos são na hora, e 30% espera até 20 anos, e explode como as minas, e matam
2765 população rural, crianças, mulheres e idosos. O Brasil fabrica, estoca e exporta para 44
2766 países, essas bombas. Vendeu para a Síria, vende bomba para guerrilhas, para ditadura
2767 sanguinárias, para regimes totalitários, para regime de opressão. Isso tudo estava
2768 escondido. Depois dos documentos da transparência que o jornalista da Folha do Estado
2769 de São Paulo pressionou, saíram as informações. Mas nós exportamos pistolas,
2770 metralhadoras, submetralhadoras, granadas, tanques de guerra, aviões de guerra e
2771 veículos de transporte de armas pesadas para guerrilhas e guerras potentes. Então, o
2772 Sistema Único de Segurança Pública não pode passar despercebido disso. É um
2773 contraditório, o Brasil está enfrentando agora a campanha do desarmamento, como lei
2774 federal, e há toda uma estrutura escondida, ocultada por trás do poder das armas, do
2775 império das armas. Nós, inclusive, somos os maiores exportadores para os Estados
2776 Unidos. A Taurus Rossi que estão juntas exportam para os Estados Unidos, anualmente,
2777 eles compram 220 mil pistolas e revólver 38, que é outra coisa que nós produzimos
2778 muito. Então, nós temos que encarar o problema com mais complexidade, e se há uma
2779 política preventiva de segurança pública no Brasil, é a campanha do desarmamento.
2780 Porque os números que o Ministério da Justiça tem, da pesquisa que foi feita, nós não
2781 tínhamos número no Brasil, apareceu a pesquisa, são 16 milhões de armas que circulam
2782 no Brasil. Dois milhões estão nas mãos das polícias, 14 milhões na mão da sociedade

2783 civil. Nós somos o campeão mundial por assassinato em arma de fogo. Matamos mais
2784 que a China, que a Índia, matamos mais que os Estados Unidos que estão mais armado
2785 que nós. Então, não faz sentido esse documento não contemplar o estatuto, que é lei
2786 contra o uso da arma e a campanha do desarmamento. Então, eu penso que o nosso
2787 grupo, o nosso time, vai ajudar muito a isso ser fortalecido e qualificado.

2788

2789 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
2790 **MNDH)** – Então, se eu já entendi bem a ideia que fizeram assim como uma explicação
2791 para o companheiro que chegou, e já estamos discutindo um pouco da ideia da
2792 metodologia, não é isso? Então, eu acho que nós vamos ter que construir uma boa
2793 metodologia se nós conseguirmos entender um pouco o escopo, a importância, a missão
2794 e o que se espera deste conselho. E o debate da missão e o que se espera desse conselho
2795 são temas recorrentes neste conselho. O CONASP é uma conquista, no fruto de um
2796 debate que existiu, e ele é um espaço político, reivindicado, inclusive, pela sociedade
2797 civil, onde esse espaço é possível se discutir as questões de segurança pública no país.
2798 E, muitas vezes, não fica claro se este conselho é uma fonte que produz materiais para
2799 discutir, se ele delibera sobre as políticas ou a política de segurança pública. Ou seja, o
2800 que é o CONASP? Por que eu estou dizendo isso? Porque hoje nós temos um objeto na
2801 mão, que é esse debate com o SUSP, proporcionado aí especificamente pela mesa
2802 diretora que buscou esse canal e esse contato diretamente com o Congresso, que eu
2803 quero inclusive parabenizar pela iniciativa de fazer essa interlocução entre esse espaço
2804 público e político, com outro espaço político, que é o Congresso, que, de fato, é quem
2805 produz e quem aprova as leis. E achei muito interessante que o deputado tenha vindo
2806 aqui e ter se colocado à disposição de abrir esse canal de interlocução, de abrir essa
2807 possibilidade de podermos, não só este conselho, mas outros fóruns, outros espaços, de
2808 responder propostas de emendas sobre isso que se pretende construir, que é o SUSP. E a
2809 minha preocupação decorre, exatamente, de uma boa metodologia, mas que incorpore
2810 também essa missão do CONASP. Porque ou o CONASP vai ser um conselho onde tem
2811 aqui as pessoas que representam os diversos segmentos e com uma espécie de espaço de
2812 notório saber, como colocou aqui o companheiro da Pastoral Carcerária, que existem
2813 diversos especialistas de notório saber que poderiam colaborar, ou o conselho, de fato,
2814 ele se demonstra como um ente importante para a sociedade. O que estou querendo
2815 dizer com isso? Ou nós vamos elaborar uma metodologia de gabinete, de estudiosos, de
2816 pessoas especializadas, especialistas, para fazer as opiniões, ou o CONASP vai criar
2817 uma metodologia para a sociedade. Ou ele vai se inserir de fato nos espaços públicos e
2818 políticos, inclusive nos territórios, para que haja uma maior participação política no
2819 sentido de construir de fato um sistema. Se essa é a ideia desse projeto de lei, ou da
2820 Câmara, de construir o sistema, tanto o que foi apresentado aqui, como a metodologia
2821 que está exposta, nós estamos muito longe de um Sistema Único de Segurança Pública,
2822 porque ele com certeza não vai atender a população. O companheiro falou da
2823 inexistência do tema do desarmamento, eu posso falar aqui da inexistência da questão
2824 de um sistema de proteção de direitos humanos, das pessoas em situação de ameaça,
2825 hoje das questões dos crimes de ordens levantados por setores fundamentalistas
2826 religiosos que provocam ainda mais violência na sociedade. Porque se vamos discutir
2827 prevenção, temos que discutir como o Estado brasileiro vai fazer e provocar processos
2828 educativos de afirmação de direitos, que se discuta diversidade, que se discuta, de fato, a
2829 pluralidade, os princípios da constitucionalidade, porque é nisso que eu vou chegar a
2830 uma ideia de segurança, como um bem que eu de fato quero, como nós vimos na
2831 questão do SUS, exposto muito bem ontem pelo Dr. Santos. Então, nós temos dois tipos
2832 de metodologia: ou nós vamos reafirmar e afirmar este conselho no Brasil, no país,

2833 como um conselho de suma importância com um espaço público de produção de
2834 discussão política, ou nós vamos nos tornar um gabinete de opiniões, de especialistas,
2835 enfim, ficando muito aquém da sociedade, muito aquém, inclusive, para quem se deve
2836 prestar o serviço público de segurança. Então, eu gostaria de reafirmar aqui entre os
2837 conselheiros que possamos chegar aqui em uma metodologia para discutir o SUSP, e
2838 que possamos chegar, de fato, ao máximo do ideal de democracia possível, reafirmando
2839 o papel e a missão deste conselho em prol da sociedade.

2840

2841 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Feneme)** – Observando as falas desde a manhã, para ser
2842 bem objetivo, minha opinião particular, está um pouco confuso o debate agora do que é
2843 o SUSP, na verdade, o SUSP é a regulamentação do § 7º, do art. nº 144. É isso.
2844 Inclusive, a Constituição exige que tenha essa argumentação e está sendo feito pelo
2845 governo através do SUSP, muito bem. O SUSP é o Sistema Único de Segurança
2846 Pública. Ele não pode misturar, na minha opinião, modesta opinião, sistema
2847 penitenciário, sistema de arma, sistema de justiça, no SUSP, senão vai ser o estatuto de
2848 não sei quantos capítulos ou coisa parecida. E o que me pareceu aqui, tem que ser mais
2849 objetivo. O que me pareceu, que o deputado aqui de manhã, que é, na verdade, aqueles
2850 que vão decidir, vão fazer com que as leis, na verdade, cheguem para sanção, são os
2851 parlamentares, veio pedir socorro. Foi isso. Na verdade foi isso: “Me socorre”. Ele deu
2852 um diagnóstico do que ele acompanha, de isso não ter verba, como nós já sabemos, etc.,
2853 e os governos, alguns usam politicamente, enfim, ele pediu socorro. Se o CONASP não
2854 produzir algo muito objetivo, concreto, com o pé no chão para socorrer o deputado,
2855 talvez perca, no Sul falamos, o cavalo passa encilhado e ninguém monta nele. Então, eu
2856 acho que tinha que partir para um lado de objetividade. Por exemplo, quando eles
2857 apresentaram propostas aqui, que foi dado um prazo para apresentar, não é? Quantas
2858 pessoas? Parece-me que praticamente ninguém. Nós apresentamos uma proposta até,
2859 claro, sujeita às modificações. Eu acho que tem que partir para essa objetividade. E se
2860 começar a colocar, dentro do SUSP, algumas coisas, teorias muito avançadas, é
2861 verdade, mas que não são objetivas, parece-me que nós vamos ter muito problema lá no
2862 Congresso, para quem conhece o Congresso, para serem acatadas as propostas, porque
2863 elas têm divergências de grupos, e lá dentro funciona a negociação pura mesmo. Então,
2864 opinião minha, objetividade para ser concreto, para ter resultado, senão não tem.

2865

2866 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz)** – Eu queria fazer eco à fala do
2867 Rildo, porque entrarmos na discussão do SUSP, e tentar tirar algum consenso, neste
2868 momento, para influenciar, ou serão opiniões individuais, institucionais, eventualmente
2869 de quem representa algum fórum maior e tal, um pouco mais amplo, ou nós vamos
2870 demorar um pouco de tempo, e aí pode ser trazendo outras pessoas, trazendo grupos que
2871 já estão montando, o próprio Fórum Brasileiro de Segurança Pública já se debruçou na
2872 construção de um outro projeto, a proposta de um outro projeto de lei, que
2873 eventualmente pode ser apresentado aqui. Quer dizer, ou nós podemos tentar trazer
2874 pessoas e grupos que estão fazendo essa discussão, e se somar. Mas me parece que nós
2875 demoraremos um pouco para tirar um consenso, para de fato ser alguma coisa que
2876 represente o CONASP nessa discussão. Talvez isso não precise ser abandonado, mas ter
2877 outro tempo de contribuição, para que não sejam contribuições individuais, etc., ou
2878 talvez possamos ir por outro caminho, que é nos debruçar sobre qual é o papel que um
2879 Conselho Nacional de Segurança Pública teria em um sistema. E aí fizemos uma
2880 discussão de qual seria o papel do CONASP, por exemplo, dentro de um sistema. Qual
2881 é o papel que um conselho nacional tem no SUSP? É bacana? Não é? Tem dado certo?
2882 Não tem? Qual é o papel de participação nesse processo? Como que isso deve estar

2883 garantido? E fazer essa discussão, que me parece bastante próxima da discussão que nós
2884 acabamos fazendo sobre nós mesmos, sobre o nosso papel aqui, e sobre o nosso papel
2885 então diante de um sistema. Porque na hora que nós olhamos, inclusive o projeto que
2886 está apresentado pelo deputado Efraim, art. nº 10, “poderão ser criados conselhos de
2887 segurança pública no âmbito federal”. Já existe um conselho de segurança pública em
2888 âmbito federal. O que isso quer dizer? O que será feito com o CONASP? E aí a hora
2889 que fala alguma coisa do Conselho Nacional de Segurança Pública, que é o § 1º, fala
2890 com atribuições, funcionamento e composições estabelecidos em regulamento, contará
2891 com a participação de representantes do Ministério da Justiça, dos comandos da Polícia
2892 Civil e Militar, dos Corpos de Bombeiros Militares dos estados e do Distrito Federal. Já
2893 parece uma versão piorada do CONASP. Então, eu acho que assim, se nós nos
2894 debruçarmos em alguma coisa que tenha a ver com nós mesmos, e ao mesmo tempo
2895 com o SUSP, talvez seja uma contribuição que possa ser dada nesse processo, junto
2896 com uma discussão de qual é o papel de conselhos em sistemas, em processos como
2897 esse. Eu queria fazer um pouco de eco aqui à fala do Rildo, avançando um pouquinho
2898 numa proposta, nesse sentido, nós nos debruçarmos sobre o papel do CONASP no
2899 SUSP. Porque do jeito que está aqui, eu acho que diminui. Não consigo nem saber se a
2900 hora que se criar esse conselho, o que somos exatamente nós, aqui, este grupo, neste
2901 processo. É esquisito.

2902

2903 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eu concordo
2904 integralmente com o que o Rildo disse. Na nossa primeira reunião, eu manifestei e até
2905 talvez com um menor grau de ponderação, uma preocupação sobre o funcionamento do
2906 CONASP. Parece que parte das dificuldades que nós temos para enfrentar qualquer
2907 tema que ganha eco, aqui no Conselho, se deve justamente à forma como nós estamos
2908 organizados como conselho, o que imaginamos dele, e o potencial que efetivamente
2909 temos de produzir soluções, proposições a partir dele. Então, eu sei que esse é um tema
2910 que vai ser objeto de discussão amanhã, que é justamente a forma de organização do
2911 conselho, uma das formas de organização do conselho são as câmaras temáticas, mas
2912 não só, mas acho que nós ficamos, de alguma maneira, reféns dos problemas
2913 alegadamente existentes no sistema de segurança pública e justiça criminal, da falta de
2914 articulação institucional, da falta de integração, e o CONASP é um pouco expressão
2915 disso, porque nós clamamos por um fórum que fosse representativo, e que pudesse
2916 estabelecer de forma participativa, de forma participativa não formal, mas substantiva
2917 em relação com as pessoas. E temos um tema, que é absolutamente fundante, inclusive,
2918 da CONSEG. Eu só discordo que a CONSEG tenha encaminhado o que é o SUSP. Se
2919 usar o que saiu da CONSEG, nós temos 55 concepções do que é o SUSP, e opiniões,
2920 inclusive, contraditórias no próprio texto final da conferência. Mas, o fato é que eu acho
2921 que nós precisamos nos debruçar previamente à forma como o CONASP está
2922 estruturado. É pleno? São câmaras temáticas? O nosso site é um portal que permite uma
2923 interatividade para além das reuniões a cada dois meses? Nós produzimos publicações?
2924 Nós temos condições de construir essa metodologia aqui sem uma ajuda externa? Essa
2925 metodologia vai contemplar, inclusive, diálogos regionais, lá na base, onde estão as
2926 pessoas, para além das questões departamentais ou de gabinete? São questões que nós
2927 não temos condições de responder objetivamente, precisamos de um debate sobre isso.
2928 E aí nós temos agora o tema do SUSP, como eu manifestei, que não sairá parecer
2929 técnico do SUSP sem que isso esteja previamente acordado. Nós não vamos chegar a
2930 um consenso do que é o SUSP, se sequer o funcionamento e o papel do CONASP não
2931 estiverem razoavelmente claros. Então, não é uma fala muito propositiva, mas de
2932 reflexão a respeito das nossas responsabilidades nesse contexto.

2933
2934
2935
2936
2937
2938
2939
2940
2941
2942
2943
2944
2945
2946
2947
2948
2949
2950
2951
2952
2953
2954
2955
2956
2957
2958
2959
2960
2961
2962
2963
2964
2965
2966
2967
2968
2969
2970
2971
2972
2973
2974
2975
2976
2977
2978
2979
2980
2981
2982

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do Brasil) – Bom, ainda está aberto para sugestão de metodologia. O deputado disse aqui que já tem um escopo, mas muita coisa dele pode ser que não concordemos, ou quase nada. A metodologia talvez seja em direção de melhorar esse escopo. Agora, como vamos fazer isso para poder subsidiá-lo de forma pragmática é que nós temos que encontrar aqui. Com reuniões de dois em dois meses, dá para fazer isso? Sem equipe, dá para fazer isso? Então, nós temos que pensar em uma maneira de trabalhar para sugerir a nossa secretária, que é a presidente, e ao ministro, para fazermos o trabalho. Mas eu queria que nós não perdêssemos que o deputado está lá com o escopo dele. Eu acredito que o nosso trabalho de metodologia tem que saber melhorar esse corpo aí.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação-FENAPPI) – Boa-tarde. Eu queria ver o seguinte, o Sistema Único de Segurança Pública, qualquer discussão, seja teórica, passa necessariamente pela questão de recursos. Eu acho que é o foco para qualquer projeto ter a sustentabilidade financeira. Se isso vai ser envolver os estados e os municípios, se isso está vinculado às políticas estaduais, municipais, também de recursos ligado ao Fundo Nacional, alguma coisa, eu acho que seria uma coisa principal no projeto, na posição do conselho nesse sentido, de garantir que o governo federal vincule uma coisa para o Sistema Único de Segurança Pública. O SUS tem tido muitos avanços, e foi, sobretudo, pela questão financeira. Está vinculado a um recurso específico. Eu acho que é uma coisa que nós deveríamos valorizar, às vezes muito mais do que discussão periférica que podem vir depois desse projeto, pois senão vai ficar anos discutindo, sem garantir recurso, e pouca coisa avança.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do Brasil) – Não tem mais inscritos. Estamos em um beco sem saída.

O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis - COBRAPOL) – É mais na linha do que o Maciel apontou. Porque se o deputado e a base da qual ele faz parte, ele não está nessa sozinho, é uma bancada, é uma comissão, ele foi claro aqui conosco, ele disse isso de forma textual que vê dois desafios na questão da política de segurança pública neste país, que é gestão e financiamento. E nesse sentido ele percebe a ausência de uma estrutura normativa, orgânica, que ele dá o nome de Ministério da Segurança Pública. Nós já fizemos esse debate em outros fóruns aqui. Então, nós esbarramos na gestão e financiamento. Se nós pegamos esse projeto nº 3.734/2012, como eu disse na parte da manhã, que eu acho que causou até espanto em alguns conselheiros, a questão da política do caos, é do caos porque está emendando de novo o que não deu certo, respeitada a autonomia dos estados, dos entes federados. Que autonomia é essa que fracassou? Que autonomia é essa que só se resigna a pagar salário de polícia, construir delegacia, comprar viatura? Não é essa a política que queremos. Enquanto a União não dizer a que veio para estancar essa veia aberta, esse morticínio de 180 mil assassinatos por ano, de droga, de crack, de todos esses problemas que nós estamos vivendo, fica difícil. Nós temos que partir do pressuposto que se ele tem um escopo que é este aqui, ele não nos serve. Então, que nós tenhamos a ousadia de fazer um novo projeto, que rompa com esse princípio de depender dos estados, de depender dessa lógica feudalística, se o governador não quer, não faz, se o prefeito não quer, não faz. Foi muito iluminada a palestra de ontem, do Fausto, que mostrou uma estrutura que pelo menos dá certo. Lá o problema não é financiamento, o problema é gestão. O problema do SUS é quase

2983 perfeito. A gestão começa a dar problema quando chega no patamar de estado e
2984 município. Então, nós temos que ter essa coragem. Aí eu estou provocando os
2985 conselheiros aqui também. Vamos produzir outro projeto, que é para criar ministério,
2986 que tenha uma estrutura normativa, com punição para quem não cumpre nos estados e
2987 municípios, igual tem a Anvisa, que faz o papel de auditoria, que faz o papel de
2988 fiscalização, que corta mandato, que manda para a cadeia, que manda a Polícia Federal
2989 prender, tem que ter, pois se formos respeitar autonomia de estado, nós vamos dar
2990 passos muito pequenos. Ou melhor, vamos ficar no mesmo lugar. Este art. 3º aqui
2991 matou o projeto todo. Nós estamos emendando. Vou emprestar um conceito aqui do
2992 grande mestre, “Não se emenda roupas velhas com emendo novo, e nem coloca vinho
2993 novo em odre velho”. Eu acho que esse modelo é arcaico, é apocalíptico. Nós vamos
2994 continuar caminhando para um buraco muito fundo. Ou faz outro projeto, ou não tem
2995 conversa.

2996

2997 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Parece-
2998 me que existem algumas inquietações que estão muito claras. Uma delas é o papel do
2999 conselho e de que forma ele se propõe a funcionar, intervir na realidade. Parece que nós
3000 temos um momento privilegiado aqui com a discussão do SUSP, pois essas duas
3001 questões, o papel do CONASP e a abertura que foi dada aí pela apresentação do
3002 deputado colocam exatamente em *check*, ou apresentam, com muita clareza, qual o
3003 papel do CONASP. Então, essas duas discussões estão ligadas ao debate sobre esse
3004 documento que está aqui, e talvez por isso, pelo menos eu entendi assim, essa questão
3005 tem aflorado agora, logo depois da fala do deputado. E eu acho que o exercício de
3006 trabalhar esse documento ajudaria a caminhar nessa resolução dessa questão mais
3007 conceitual, que papel tem o CONASP e, ao mesmo tempo, isso está ligado às propostas
3008 que vão sair daqui. Nem abriu ainda o debate sobre o documento e já apareceu uma
3009 série de críticas. Essas críticas precisam ser sistematizadas, pois estamos discutindo
3010 pontualmente o documento e, na verdade, estamos falando em fazer propostas, mas nós
3011 não conseguimos sistematizar quais são as críticas. Apareceram três ou quatro que são
3012 fundamentais, e tem que estar claro para todo mundo quais são as críticas, qual é o
3013 limite, e tenha coragem de fazer essa crítica, inclusive, e concordo com o conselheiro,
3014 eu não sei se fazer outro mas, a nossa posição em relação ao documento. Eu acho que
3015 isso precisa ficar claro, tanto para o deputado, quanto para nós. Então, a minha proposta,
3016 para ser objetivo, é que nós pudéssemos encontrar uma maneira, hoje ou amanhã,
3017 sistematizarmos as nossas grandes questões do documento, fazer uma crítica a esse
3018 documento. A primeira coisa é fazer uma leitura crítica dele, alguns já fizeram, já estão
3019 mais avançados, e nos posicionarmos a partir daí.

3020

3021 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3022 **Brasil)** – Nós estamos falando no papel do CONASP e tal. Talvez pela complexidade
3023 do que é tentar sintetizar todo o conhecimento e experiência para formatar o SUSP, nós
3024 achamos que o CONASP não tem um papel. Ele tem um papel. O Decreto nº 7.413 diz
3025 assim: “O Conselho Nacional, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa,
3026 que integra a estrutura básica do Ministério da Justiça, tem por finalidade respeitada as
3027 demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública,
3028 formular e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas para a promoção da
3029 Segurança Pública, prevenção e repressão à violência e à criminalidade, e atuar na
3030 articulação e controle democrático. § Único: A função deliberativa deste conselho está
3031 limitada às decisões adotadas no âmbito do colegiado”. Aí no art. 2º “Compete ao
3032 CONASP”. Então, ele tem o papel de atuar na formulação de diretrizes e no controle da

3033 execução da política nacional de segurança pública. Agora, é um papel ainda que
3034 precisa ser ampliado, que é o meu sonho desde que entrei na Comissão Nacional, é ver o
3035 Conselho Nacional ser um conselho de Estado. Eu estou na esperança de ainda surgir
3036 isso.

3037

3038 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – Bom, vamos lá. Nós estamos
3039 começando a criar diálogo aqui. A verdade é a seguinte: nós temos que abrir mão do
3040 que interessa para cada categoria e ver o que vai beneficiar a sociedade, como um todo.
3041 Eu compactuo um pouco aqui com o que os colegas Martins e Luciana disseram, dá
3042 para pegar um pouco de cada um. Hoje de manhã, eu citei um trecho do PL, do SUSP,
3043 que atinge diretamente a Polícia Rodoviária Federal. Claro, me interessa aquilo e
3044 interessa para a minha categoria. Nós temos que ver o que interessa para cada um?
3045 Logicamente. Até o deputado, de manhã, foi interessante a proposta dele para o Conasp
3046 selecionar, fazer um apanhado e levar para ele. Este projeto de lei deixa muito a desejar.
3047 Inclusive para nós aqui do CONASP. Ele enfraquece o CONASP. Esse projeto que você
3048 citou, para fazer um paralelo com o Projeto de Lei nº 3.734/2012, vai nos prejudicar.
3049 Então, não é um absurdo o que o Martins falou. Existe um escopo? Existe um corpo
3050 formado já? Existe um corpo formado que não nos serve. A verdade é essa. Vamos
3051 sentar todos juntos? Claro, são categorias diferentes, situações diferentes que temos que
3052 ponderar, e aqui nós temos que deixar um pouco de lado essa questão funcional da
3053 coisa. Vamos ver o lado da sociedade. Vamos ter que fazer tudo de novo? Pode ser.
3054 Pode ser o caminho. Então, só para compactuar com o que o Martins falou, não é um
3055 absurdo o que ele falou, no meu ponto de vista, nós temos que fazer tudo de novo.

3056

3057 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3058 **Brasil)** – Só para esclarecer, quem foi que achou que é absurdo aqui?

3059

3060 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – Ele mesmo citou que
3061 algumas pessoas acharam que poderia ser um absurdo a quebra de paradigmas. Para
3062 mim, não.

3063

3064 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3065 **Brasil)** – Não. Aqui ninguém disse absurdo. Achei estranho.

3066

3067 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
3068 **MNDH)** – Eu acho que o Marco, não está surdo não. Eu acho que teve gente que achou
3069 que o que o Denilson estava falando é um absurdo. Eu, particularmente, concordo muito
3070 com a estrutura do pensamento do Denilson, no sentido de que talvez nós estejamos
3071 diante da construção de um Frankenstein, porque temos que fazer, por uma questão
3072 formal. Porque tem que regulamentar o art. nº 144. E eu acho que, pelo menos na nossa
3073 expectativa, na ideia de construção de um sistema, à luz do que foi exposto ontem pelo
3074 doutor Fausto Santos, é de que nós tenhamos um sistema que tenha como princípio a
3075 segurança, a segurança enquanto um direito, e um direito humano, e um direito
3076 consagrado, um direito universal, um direito indivisível de todos os cidadãos e cidadãs.
3077 Que esse é o que movimenta e o que mobiliza o SUS. Da forma como está partindo
3078 aqui, o SUSP, ele não é um sistema, ele é uma lei que vai fazer algum tipo de
3079 regulamentação. Porque um sistema tem que ter quem o compõe, o que faz, como
3080 executa, quando executa. Ele tem que propor, se não executar, o que acontece, quem é o
3081 responsável, quem vai se responsabilizar, como que ele vai ser controlado, como que ele
3082 vai ser monitorado, como ele vai ser financiado, quais são os objetivos finais dele. E da

3083 maneira como está esse projeto apresentado aqui hoje, ele não é um sistema. Ele tem
3084 nome de sistema, mas não é um sistema. O que o Denilson propõe é a construção de
3085 fato de um sistema. Aí a pergunta é: na tarefa da construção de um sistema, este
3086 conselho tem envergadura para isso? Ele vai ter, segundo a leitura do decreto, que fez o
3087 Almir, que cabe ao conselho inclusive fazer esse tipo de proposta, nós vamos ter
3088 recursos e financiamentos, e vamos ter agenda, e vamos ter apoio para poder trabalhar
3089 na ideia da construção de um sistema? E uma construção que não fique apenas dentro
3090 deste conselho, mas que se expanda para fora. Mas que este conselho seja, de fato,
3091 depois, o relator desse debate que ocorra. Por isso que eu voltava a falar da conferência
3092 como um método extremamente interessante, de onde pode nascer a ideia e uma
3093 concepção de sistema, do que nascer de um gabinete. É isso que eu queria aqui
3094 reafirmar e reforçar. Eu, pessoalmente, já estou convicto e já apoio a proposta do
3095 companheiro Denilson Martins, de que eu acho que temos que partir para outra coisa do
3096 que ficar tentando remendar essa proposta. Se nós tínhamos que fazer uma avaliação,
3097 segundo a sugestão do conselheiro Edson, é verdade, eu acho que a crítica que existe, e
3098 que pessoalmente eu aqui concluo, é que isso que está sendo apresentado não é um
3099 Sistema Único de Segurança Pública. Ele pode regulamentar o art. nº 144, mas ele não é
3100 um sistema. Aqui não fala, por exemplo, da questão dos trabalhadores da segurança, só
3101 fala da capacitação, mas não fala, por exemplo, das isonômias, não fala dos direitos
3102 humanos, inclusive, dos policiais. Não toca aqui na questão dos modelos de polícia
3103 preventiva. Ou seja, não é um sistema. Ele fala da integração, mas a integração,
3104 qualquer um pode se integrar conforme o momento e o desejo. E ontem nos foi falado, o
3105 SUS, que é uma lei, com base constitucional, o governo do Estado de São Paulo não
3106 repassa dinheiro para o SUS, e ninguém faz absolutamente nada. E aqui, como alguns já
3107 observaram, está escrito, “poderá”, “deverá”. Isso não é um sistema. Isso aqui é uma
3108 ideia, é uma carta aos amigos, é uma carta de boa intenção de promover uma integração
3109 entre os sistemas de segurança. E, para finalizar, tem o SINESP. O SINESP está se
3110 transformando em um projeto de lei, segundo eu tive informação, foi aprovado. E aí
3111 alguém possa me corrigir, salvo engano, parece que o SINESP propõe que quem não
3112 fizer o que está proposto lá, não vai receber o dinheiro que tem direito lá para a
3113 segurança pública. Quer dizer, é uma um sistema até mais perfeito do que o que está
3114 proposto aqui, porque cria responsabilidade e obrigação. Então, eu concordo com o
3115 Denilson. Denilson, olha, nós temos que realmente partir para a construção. E essa é a
3116 crítica, Edson, que isso aqui não é um sistema.

3117
3118 **O Sr. Clóvis Souza Nunes (Rede Desarma Brasil)** – Bom, ainda insisto naquela
3119 afirmação minha. Vocês sabem por que aqui está dizendo que “poderá ser criado
3120 conselhos”? Porque esse foi o texto copiado na Conferência Nacional de Segurança
3121 Pública. O CONASP não tinha sido criado ainda. Então, o CONASP foi criado, e o
3122 texto está envelhecido. Foi compilado para isso aqui. Então, o CONASP já existiu, já
3123 foi fundado, já está na segunda gestão de colegiado, e o texto ainda está atrasado para
3124 fazer o SUSP. É isso que eu queria que vocês entendessem que é grave. Eu concordo,
3125 aqui não se mostra um. Aqui são só ideias para princípios e diretrizes que estariam
3126 contidos em um sistema que ia ser criado. E me recordo bem que, na última reunião
3127 quando Regina Miki distribuiu isso aqui, ela falou que era um texto-base, que não era
3128 bem um sistema, era uma coisa introdutória a ser trabalhada.

3129
3130 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3131 **Brasil)** – Tranquilo. Apesar de respeitar Clóvis nessa explanação, pois eu estava junto
3132 com ele na Conferência. Esse texto aí não expressa muito, porque a Conferência surgiu

3133 pela segurança pública e cidadania, esta última está se perdendo. E naquela época, já se
3134 questionava o conselho com a participação tal, e para poder este conselho provisório
3135 existir foi uma bronca danada lá dentro da Conferência, e não contempla a participação
3136 da sociedade. É um texto caduco mesmo. Já existia, mesmo na Conferência, a
3137 participação cidadã desde a preparação.

3138

3139 **O Sr. Henrique Mendonça de O. Queiróz (Associação Nacional dos Peritos**
3140 **Criminais Federais – APCF)** – Boa-tarde a todos. A fala do Clóvis exprimiu bem aqui
3141 o que eu iria falar, era o meu sentimento. Esse texto aqui é basicamente um texto com
3142 algumas diretrizes mesmo para a elaboração de um sistema único, pois diz aqui que as
3143 ações têm que ser combinadas, planejadas, mas não fala como vai se dar isso. Por
3144 exemplo, “poderá ser criado gabinetes de gestões integradas”. E assim, vamos dar
3145 atribuições a esses gabinetes. E agora, pegando aqui um pouco da fala do conselheiro
3146 Rildo e do conselheiro Massimiliano, eu concordo que nós devemos refazer o projeto.
3147 Não sei a melhor forma de fazer isso. Mas, por outro lado também, eu acho que seria
3148 interessante, pelo menos de minha parte, conhecer os pontos de vista de alguns
3149 pesquisadores, como o conselheiro propôs aqui. Eu acho que talvez isso possa
3150 enriquecer. Agora não sei também se isso seria possível, talvez tenha gente já até com
3151 algum projeto mais bem formatado, que não seja do meu conhecimento. Só essa
3152 intervenção. Obrigado a todos.

3153

3154 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Eu acho que
3155 nós temos consenso de que evidentemente esse texto não é um texto sequer razoável a
3156 significar nenhuma ideia sistêmica e, tampouco, observa a melhor técnica, inclusive
3157 jurídica, de construção de um projeto de lei. O proponente deste PL é o Poder
3158 Executivo. Então, a questão importante a ser feita, e talvez o Alex possa nos ajudar
3159 nessa intermediação é: este é o projeto de lei da SENASP sobre o SUSP?

3160

3161 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A não ser que ele tenha sido
3162 encaminhado muito tempo atrás. A SENASP está discutindo atualmente um grupo de
3163 trabalho, as suas ideias aí sobre o SUSP, que não estão consolidadas.

3164

3165 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Ok. Então, este
3166 projeto de lei é anacrônico, não guarda nenhuma relação com a política nacional, está
3167 completamente desatualizado, e não tem nenhuma razão pela qual nós estamos
3168 discutindo este PL? Não é SUSP, é evidente. Este PL como sendo síntese do SUSP?
3169 Para dialogar com o que o conselheiro Denilson e o Rildo falaram. Então, perfeito. Nós
3170 temos que discutir sobre o SUSP. Como é que faremos? Que é a discussão da
3171 metodologia. Eu acho que nós precisamos montar, então, a comissão do CONASP que
3172 vai dialogar não só com a subcomissão da Câmara dos Deputados, mas
3173 fundamentalmente com a SENASP, para que a SENASP e o seu grupo de trabalho
3174 venham na próxima reunião, 23^a, e apresente qual é a proposta, já que esta não é. Porque
3175 aí parece que nós ficamos em uma discussão que...

3176

3177 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Sim. Eu não sei quando, eu
3178 sei que esse projeto foi renumerado. Está aqui do Poder Executivo e do MJ. Só que ele
3179 foi renumerado. É um projeto antigo.

3180

3181 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Isso é do MJ e é
3182 antigo. Evidentemente, isso aqui não dá conta da realidade. Tanto que não observa a lei
3183 aprovada do SINESP, não observa o CONASP.

3184
3185 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Não. O SINESP foi retirado
3186 daqui. Não, não. Ele foi renumerado. Ele era do ano anterior...

3187
3188 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Então, eu vou
3189 voltar para o questionamento. Se este aqui é o projeto atual do Ministério da Justiça
3190 sobre o SUSP. Existe um GT criado, junto à SENASP, que tem um conjunto de
3191 discussões, e por certo já deve ter amadurecido uma contribuição, senão um novo PL,
3192 como sugere o Denilson, um substitutivo a esse, para que nós queimemos etapas do
3193 processo legislativo, mesmo que o substitutivo a esse seja outro, mas só para fins de
3194 melhor técnica legislativa, para não entrar na comissão exatamente. Então, a minha
3195 sugestão é muito objetiva em termos de metodologia. Eu acho que nós precisamos
3196 montar uma comissão no CONASP, que vai dialogar com a subcomissão da Câmara e
3197 vai dialogar com a SENASP, que, inclusive, vai dialogar com o conselheiro Alberto
3198 para, em várias mãos, elaborar, ao final, um parecer, e os dois temas serão consolidados
3199 na próxima reunião do CONASP. E aí a SENASP e o grupo de trabalho formado,
3200 porque não faz sentido nós termos um grupo de trabalho paralelo, construindo um
3201 debate que nós não sabemos do que se trata, e nós aqui construindo outro debate
3202 paralelo, a subcomissão um terceiro debate paralelo, e cada um de nós em um 15º
3203 debate paralelo. Então, eu acho que nós temos que canalizar as energias, e ter
3204 convergência, para que nós montemos sim, como foi sugestão do deputado, como foi
3205 sugestão da secretária Nacional de Segurança, uma comissão para debater o tema, para
3206 manter essa articulação direta com Câmara e SENASP, com o encaminhamento bastante
3207 objetivo, que em agosto o grupo de trabalho da SENASP apresente a proposta mais bem
3208 acabada. Se não estiver bom, esta não será, evidentemente, porque ela não dá conta. Eu
3209 acho que temos consenso nisso. Nenhuma das nossas preocupações, até do ponto de
3210 vista da melhor técnica jurídica, ela é mal construída. Quer dizer, não passou sequer por
3211 uma revisão formal de encaminhamento. E, ao mesmo tempo, consolidamos um parecer
3212 técnico sobre o SUSP. E aí, bom, seguimos acompanhando com a comissão as
3213 instâncias para que esse processo do âmbito Legislativo receba a chancela, o apoio do
3214 CONASP e das nossas entidades. E só para terminar, porque eu acho que a sugestão do
3215 companheiro da Pastoral, eu acho que é importante. E aí dou como sugestão indicativa,
3216 nós vamos ter um 7º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança, que será em
3217 julho. Nós estamos em junho, em julho o encontro, e em agosto a 23ª Reunião do
3218 CONASP. Quem sabe, então, em julho nós levamos esse debate para dentro do encontro
3219 anual, inclusive amadurecendo, e a comissão tirar daqui, fica como corresponsável para
3220 estabelecer essa interlocução. Nós do fórum temos interesse e podemos colaborar, para
3221 amadurecer esse debate no meio do caminho, e chegar, em agosto, com algo mais
3222 amadurecido, mais consolidado. Eu só faço questão de dizer isso, se este aqui é o
3223 projeto de lei da SENASP, bom, aí realmente eu concordo com o Denilson, vamos
3224 reestabelecer aí a teoria do caos. E o problema é que nós estamos no segundo andar, não
3225 é? E o suicídio coletivo vai ser um dever, não é? Porque se for o melhor que nós
3226 conseguimos produzir na história democrática sobre segurança, por favor.

3227
3228 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**
3229 **Estaduais - Feneme)** – O que me parece é que o próprio governo cometeu um grande
3230 equívoco, se foi o MJ que mandou. Misturou SUSP, com regulamentação do § 7º do art.

3231 nº 144. Já misturou aí e está criando essa celeuma toda. Existem coisas que são técnicas
3232 de regulamentar o § 7º, que não tem nada a ver com o sistema. O sistema vai necessitar,
3233 como foi o SUS, quem sabe, mudança constitucional, de fundo, dessa coisa toda,
3234 financiamento, Então, as questões aqui foram misturadas, feitas às pressas. Se olhar
3235 aqui no último artigo, cita um artigo 32 que não existe. Um erro completo. Qual era o
3236 objetivo disso? Sei lá, realmente criar confusão. Mas foi misturado algo que tinha sido
3237 construído. Tanto que existem outros PLs que regulamentam o art. nº 144. Eu tenho até
3238 aqui, nós fizemos o levantamento, são quatro ou cinco PLs, de 2000, 2002, que
3239 regulamentam. E misturou-se tudo. Aí trouxe princípios para dentro de uma
3240 regulamentação. E essa, me parece, que é a grande confusão, porque foi o MJ que
3241 mandou. A pretexto do que tanta pressa? Não se sabe. E o Conasp tem que cuidar para
3242 que as suas deliberações não caiam no descrédito daqui a pouquinho. Nós deliberamos
3243 alguma coisa e ninguém dá bola. Então, tem que tomar cuidado com isso, tomar que
3244 tomar posições firmes. E separar as coisas: regulamentar a 144 é uma coisa, SUSP vai
3245 mais além que isso. E tem que planejar isso, planejar o que já está se falando aqui, para
3246 depois, se for construída uma proposta, realmente essa comissão ter as ideais principais,
3247 e como é que construiu.

3248
3249 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, dando esclarecimentos.
3250 Este projeto do Poder Executivo foi enviado em data bem anterior a 2012, não temos
3251 aqui a informação da data. Ele foi renumerado em 2012 com esse número, porque a
3252 parte do SINESP foi retirada desse projeto de lei e aprovado à parte. Então, passou a ser
3253 um projeto de lei, com toda essa matéria, menos o SINESP, e, portanto, recebeu esse
3254 novo número. Então, se a ideia é formatar um novo sistema, e aí existem matérias que
3255 não cabem em nível de projeto de lei ordinária ou complementar, teriam que ser uma
3256 emenda, então tem que discutir uma emenda constitucional. O que pode ser feito aqui é
3257 o CONASP elaborar um projeto de SUSP, transformar isso em texto legal, e aí a batalha
3258 vai para o Congresso. É questão de fechar a proposta. Também a sugestão do
3259 conselheiro Pazinato é cabível, até já conseguimos articulação com o deputado, com o
3260 grupo que tem de discussão no Congresso Nacional. É claro, a SENASP, eu fui
3261 informado na reunião interior, já tinha projeto de discussão interna, já vinha fazendo
3262 discussão, o que não exclui essa discussão aqui. Ainda que o CONASP seja uma
3263 instância com certa independência, é uma instância do Poder Executivo. E quando fosse
3264 fechar uma proposta do Poder Executivo para o Congresso, é claro que tem que sentar a
3265 SENASP e o CONASP. Isso aí é uma coisa óbvia. Então, com certeza, a sugestão do
3266 Pazinato, cabe ao CONASP definir o que quer, e depois traduzir em lei. Se couber em
3267 projeto de lei, ou emenda constitucional, não sei.

3268
3269 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
3270 **FNOP)** - Perfeito o que o conselheiro Marlon coloca. Por isso que é de difícil
3271 compreensão. Quando se lê no art. 1º: “...disciplina, organização e funcionamento dos
3272 órgãos responsáveis pela segurança pública”. Quem são os órgãos responsáveis? A
3273 Polícia Federal, o Departamento de Polícia Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária
3274 Federal, Polícia Civil, PM. Esses são os órgãos. Cada um desses organismos já tem o
3275 regramento próprio de organização e funcionamento. Este projeto iria alterar como fez
3276 por vias transversas, em relação, por exemplo, à Polícia Rodoviária Federal? Porque ali
3277 está falando de organização. Então, parece-me que houve um gancho no art. 7º para
3278 tratar de outra matéria. Assim, por que é de difícil compreensão? Não fecha, começa a
3279 trabalhar no art. 1º, e depois desnorteia e depois vai trabalhar em outra matéria. Quer
3280 dizer, isso, então, é o primeiro ponto. Por exemplo, se temos uma ideia de uma proposta

3281 de emenda constitucional, por que não, por exemplo, colocar uma corregedoria
3282 independente e autônoma como órgão da estrutura do funcionamento ali, como no
3283 mesmo *pari passu* com as polícias, por exemplo? Então, é isso que nós temos que
3284 pensar, clarear e tirar deste grande caldeirão que fizeram para aproveitar o espaço, uma
3285 lacuna, aparentemente existente na Constituição Federal, para criar coisas em termos de
3286 segurança. Então, o nosso papel, neste momento, é conseguir separar, clarear essas
3287 questões, e aí sim achar uma metodologia adequada para fazer propostas coerentes para
3288 que sejam enfrentadas no Congresso Nacional. Seria isso. Obrigada.

3289

3290 **O Sr. Carlos Magno Silva Fonseca (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
3291 **Travestis e Transexuais)** – Na verdade, a minha fala é mais já no sentido de
3292 encaminhamento. Porque pelo debate que eu estou percebendo aqui, há muitos tópicos
3293 que não estão sendo refletidos nessa proposta desse projeto. E acho, pelo menos pela
3294 experiência que temos na Secretaria Especial de Direitos Humanos, se formar um grupo
3295 de trabalho, para que não só do ponto de vista técnico e jurídico, mas político, pois
3296 como existem várias questões dos próprios movimentos sociais, dos setores da
3297 sociedade civil, que não estão refletidas nesse projeto, o próprio conselho poderia
3298 constituir esse grupo de trabalho, para depois trazer uma proposta para que nós
3299 possamos discutir aqui no Conselho essa proposta. E que essas propostas baixassem
3300 para os estados, pois, quando eu ouvi algumas falas, eu fiquei assim, será se isso veio
3301 mesmo das conferências? Essa proposta veio das conferências? Está refletido todo esse
3302 acúmulo de debate, de proposta? Não sei. Então, para nós termos uma proposta de
3303 projeto forte para apresentar, inclusive para o Congresso Nacional, é preciso que vários
3304 atores estejam envolvidos nesse processo. Então, a minha proposta de encaminhamento,
3305 constituir um grupo de trabalho que tenha participação da sociedade civil, porque
3306 também só um GT do ministério também pode não refletir outras questões. E que nós
3307 possamos fazer um movimento de que essas propostas estejam com um envolvimento
3308 maior da sociedade para poder apresentar para o Congresso. Porque aprovar dessa
3309 forma é ruim. Então, eu acho que é preciso acumular força e participação para
3310 apresentar um projeto melhor.

3311

3312 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional)** – Eu queria complementar
3313 a fala que eu fiz. E, de fato, as falas que se seguiram, elas completam, estão corretas em
3314 diversos pontos. Porque, de fato, nós precisamos de objetividade. De fato nós
3315 precisamos esclarecer se existe um processo paralelo. Então, nós estamos tendo uma
3316 série de problemas. O que eu queria alertar a todos aqui é sobre a questão da obrigação
3317 da União, ou seja, a obrigação da União, dos estados e dos municípios às questões de
3318 competência. Competência para poder legislar. Então, essa lei surge como uma norma
3319 geral, tudo que for entrar aqui, nós temos que ter essa visão das propostas, porque ela,
3320 de fato, tem um cunho mais político do que efetivar, sancionar etc. Não podemos nos
3321 esquecer de pontos de sancionar, sem dúvida nenhuma, mas se tentarmos ficar criando
3322 mecanismos, deliberando, indo e vindo, faltando objetividade, não vai passar no
3323 Congresso de jeito nenhum. E o que eu li da lei, aqui logo no seu *caput* “...disciplina,
3324 organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos
3325 termos do § 7º do art. nº 144, da Constituição, institui o SUSP, dispõe sobre segurança
3326 cidadão e dá outras providências”. Ou seja, então, no mínimo, três parâmetros essa lei
3327 tem. E é daí que vêm as proposições, as ideias, de não somente o art. nº 144, que está lá
3328 falando especificamente, *ipsi literis*, quem é da segurança pública, mas outros agentes
3329 de lá para cá, de 1988 para cá, entraram no fator de segurança pública. Como eu disse
3330 na reunião passada, o sistema prisional, essa falha do sistema prisional volta para a

3331 própria Polícia Militar, Polícia Civil, e a sociedade sofrendo com essa ineficiência toda.
3332 Então, nós focarmos, sermos objetivos, colher as sugestões do colega Pazinato. E a
3333 minha ideia de trazer alguns aí, talvez senão a próxima reunião, é para nós podermos
3334 ver os problemas gerais, e poder ter sim essa objetividade que nós estamos vendo aqui e
3335 que está difícil de sair. Obrigado.

3336

3337 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) –**
3338 O que nós pudemos observar, inclusive hoje, quando o deputado falou, é que o projeto
3339 está na Comissão de Educação. E até ele estranhou que estivesse lá parado e tal. Então,
3340 deve ter sido em função disso. Mas o que causa estranheza é que se nós observamos se
3341 trata de um PL que foi encaminhado pelo governo. Aí o governo monta um GT, e tem o
3342 CONASP paralelo. Então, todo o trabalho que nós fizemos aqui, obviamente, se o
3343 SENASP montou um GT, a orientação virá do GT. Então, a minha sugestão é, ou o GT
3344 vem ao CONASP, ou que nós pudéssemos ter um representante do CONASP no GT da
3345 SENASP. Ou as duas coisas. Agora, não adianta fazer aqui um trabalho paralelo e
3346 acreditarmos que o que vai prevalecer é o nosso. Então, é lógico, se o MJ montou um
3347 GT é com o objetivo de fazer um trabalho para ele. Então, a minha sugestão à mesa é
3348 exatamente o GT vem ao CONASP, ou o CONASP se insere nesse GT, ou as duas
3349 opções. Não sei. Eu coloco para discussão.

3350

3351 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
3352 **Brasil) –** Nós podemos projetar alguma? Eu acho que já está começando a se delinear a
3353 proposta, e nós vamos sintetizando. O que nós percebemos é que me parece consenso de
3354 que nós não gostaríamos de trabalhar isso aqui. Mas, como é do governo, e nós fazemos
3355 parte do governo pelo conselho, porque nós somos um conselho de governo. Se somos
3356 conselho e aceitamos isso, como Eduardo sugeriu, temos que ter caminhos que nós
3357 possamos realmente trilhar até chegar aos espaços que isso será construído de forma
3358 mais participativa. Eu acredito que há uma coincidência feliz, mas se não tivesse essa
3359 coincidência, certamente, seria uma possibilidade, é que nós tivéssemos uma audiência
3360 com a nossa secretária nacional, que, coincidentemente, é a nossa presidenta. Mas se ela
3361 não fosse a presidenta, certamente nós íamos ter aqui para poder se relacionar com esse
3362 grupo de trabalho, um contato com a nossa secretária Nacional. Eu acho que nós
3363 podemos encaminhar propostas nas quais possamos ter esse primeiro diálogo com a
3364 nossa secretária nacional, para ver a nossa possibilidade desse grupo de trabalho e
3365 colher o que já foi feito. Vamos colocar aí as propostas. E nós vamos acrescentando,
3366 tirando e chegando a uma síntese, a melhor possível. Mas nós precisamos dialogar com
3367 a SENASP, não precisamos? Se precisamos dialogar com a SENASP, felizmente, nós
3368 vamos dialogar com a nossa própria presidente do conselho. Então, vai ser uma coisa
3369 boa. Eu gostaria que o conselheiro Pazinato colocasse a proposta dele. Vamos
3370 colocando as propostas, se não colocarmos, não conseguiremos a síntese.

3371

3372 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) –** O Humberto
3373 sugeriu que nós tirássemos como encaminhamento uma participação nossa no grupo de
3374 trabalho da SENASP, e que o grupo de trabalho viesse aqui fazer a apresentação do
3375 resultado desse trabalho já acumulado. O único reparo que eu faço, é o seguinte: Esse
3376 grupo de trabalho, eventualmente, é um grupo de trabalho interno que reúne gestores,
3377 funcionários da SENASP, se nós não fomos convidados, por certo não há o interesse,
3378 neste momento, de abrir uma cadeira para a nossa participação. O que eu acho que nós
3379 deveríamos fazer, neste contexto, mantendo a proposta de dialogar com o GT, é tirar
3380 uma comissão do CONASP que vai manter um diálogo com o GT, e vai construir com

3381 esse GT, inclusive, a apresentação do trabalho do GT na próxima reunião originária do
3382 CONASP. E, ao mesmo tempo, esta comissão, que tem autonomia para tal, legitimado
3383 por este pleno do CONASP, vai estabelecer o mesmo nível de diálogo com o deputado e
3384 a subcomissão. Portanto, seria esta a minha proposta, dialogando com o Humberto. Eu
3385 acho que não são conflitantes. Pelo contrário.

3386

3387 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3388 **Brasil)** – Só um aparte, Pazinato. Em vez de nós fazermos para ir para esse grupo de
3389 trabalho e não ir para a secretária, para nós sentarmos com a secretária Nacional, que o
3390 grupo de trabalho deve ter sido formado por ela. Sentar com ela.

3391

3392 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Mas não pode
3393 ser com ela junto com o grupo de trabalho?

3394

3395 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3396 **Brasil)** – Sim. Com ela, e não diretamente só com o GT, porque tem que ter um espaço
3397 de decisão.

3398

3399 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - É que a
3400 comissão que eu estou propondo no CONASP, tripartite, vai verificar a melhor tática.
3401 Vai conversar com a secretária, pedir para que ela organize uma reunião como o GT e
3402 com ela, e nesta reunião seja apresentada à comissão, e prepare a socialização desses
3403 resultados na próxima reunião ordinária.

3404

3405 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
3406 **Periciais do Brasil)** – E qual seria a nossa participação? Só de acompanhamento?

3407

3408 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Não, eu acho
3409 que não de acompanhamento. Eu acho que nós teríamos que conhecer, porque esse
3410 projeto aqui está descartado.

3411

3412 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
3413 **Periciais do Brasil)** – Sim. Esse projeto não existe.

3414

3415 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Não existe. Eu
3416 não consigo compreender como um projeto dessa natureza, isso que eu, dialogando com
3417 o Denilson. Como é que um projeto dessa natureza vem parar aqui no CONASP, e nós
3418 vamos ficar achando que esse é o projeto. Esse não é o projeto. Por favor, isso aqui é
3419 uma cortina de fumaça. Não quero discutir isso aqui. Não quero discutir isso aqui. Isso
3420 aqui eu acho que não tem nenhum fundamento. Ninguém é ingênuo de achar que a
3421 SENASP entende que isso aqui é a síntese de um Sistema Único de Segurança.
3422 Portanto, o nosso debate não pode ser sobre isto aqui.

3423

3424 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
3425 **Periciais do Brasil)** – Eu só queria entender da nossa fala qual seria a participação
3426 dessa comissão do CONASP junto ao GT. Seria só de acompanhamento, ou não estaria
3427 também dando sugestões, sugerindo, e construindo esse documento junto?

3428

3429 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - A Comissão
3430 pode ser um espaço que consiga acolher e sistematizar sugestões, que até o momento

3431 são pequenas dos conselheiros, são de duas entidades, pelo que eu entendi, não é, Alex?
3432 Junto com a Secretaria Executiva faria essa sistematização, junto com o conselheiro
3433 Alberto, que está designado para a relatoria do parecer, construiria um parecer, e essas
3434 duas questões apareceriam na próxima reunião ordinária, junto com a apresentação.
3435 Porque eu acho que há um PL que não é este. E tem o grupo de trabalho da SENASP, e
3436 a partir disso nós faríamos a síntese. As contribuições do CONASP iriam ser acolhidas,
3437 dentro de um debate democrático, com a proposta do Poder Executivo, e ao mesmo
3438 tempo teríamos um parecer técnico norteador disso. E ao mesmo tempo, porque nós
3439 temos autonomia para tal, disse o Alex, disse bem, nós vamos ficar atrelados nos
3440 diálogos que a SENASP vai fazer com o Congresso. Nós estamos estabelecendo, a
3441 convite do deputado, com esta comissão, uma participação na subcomissão. Só que nós
3442 estamos trabalhando com convergência. Eu, particularmente, se me perguntar, é a favor
3443 da emenda constitucional ou um projeto de lei? Não. Em nível ideal, eu acho que é uma
3444 emenda constitucional. Três quintos para aprovar, um Congresso rachado, fracionado,
3445 com toda a sorte de interesse. Eu prefiro segurar o bastião lá do 144, e regulamentar
3446 minimamente com um PL, que não é este, que possa ser um pouco mais aprofundado.
3447 Uma questão tática. Mas é a minha opinião. Agora a comissão pode debater isso e trazer
3448 para o pleno, como um elemento a ser discutido, a ser encaminhado. Então... Inclusive
3449 do Fórum, que acredita que um PL, não este, substitutivo ou não, em uma questão de
3450 processo legislativo. Que eu posso botar o substitutivo aqui, e totalmente contrário. E
3451 evitar que eu tenha que passar pelo périplo que esse projeto já passou. Guarda só a vaga.

3452

3453 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3454 **Brasil)** – A proposta do Pazinato e a proposta do Humberto se juntam com a maioria
3455 das pessoas aqui, está tudo parecido aí. Mas nós temos que ir com uma decisão, porque
3456 nós somos o órgão formulador da política pública de segurança, entre aspas, neste país.
3457 Nós vamos formular alguma coisa, o CONASP? Então, qual é a ideia? Seria assim, a
3458 plenária decidiu que não vai trabalhar esse esqueleto, porque não representa o que ele
3459 pensa, e vai formular o SUSP, na visão do CONASP. Pede condições ao governo para
3460 que isso possa ocorrer. Vai ser uma verdadeira conferência. Não pode ir só para
3461 participar de um grupo de trabalho. Que função é essa do conselho?

3462

3463 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Mas olha só,
3464 nós não conseguiremos debater uma proposta do SUSP, se nós não tivermos uma outra
3465 instância para manter esse texto. É igual o gabinete de gestão integrada, se não tiver um
3466 grupo de trabalho, uma câmara temática, que encaminhe um protocolo, um debate
3467 prévio, e jogue ao pleno para consolidar, para acrescentar para ajustes, por isso que é
3468 importante o método, não só o que vamos dizer, mas como nós vamos dizer. Porque
3469 também nós estamos rechaçando este PL, mas nós ainda não temos uma posição sobre
3470 substitutivo a ele, ou emenda. Nós vamos ter que montar uma comissão. Essa comissão
3471 vai estabelecer um diálogo com o GT. O GT tem vir aqui compartilhar o que está feito.
3472 Nós vamos até à Câmara discutir as instâncias da Câmara, e vamos amadurecendo. Pode
3473 ser que não seja uma conferência agora, mas sejam diálogos regionais, preparatórios,
3474 consultas, pesquisas.

3475

3476 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3477 **Brasil)** – Mas a ideia de ir ao governo pedir condições para fazer valer isso, eu falei
3478 conferência, que é o estágio mais dispendioso e tal. Mas existem outras etapas,
3479 consultas, tudo o que nós já fizemos aí com o CONASP. O CONASP mesmo já fez
3480 consulta para a eleição, rodou o país. Então, a ideia é esta, que nós queremos formular e

3481 pedimos essa condição ao governo, ao ministério, que nós possamos ter essa condição
3482 de realmente nos preparar. E aí sim, nessa nossa preparação, não tem como deixar de
3483 estar articulado com o grupo de trabalho, com as informações que já existem, para fazer
3484 isso. Senão apenas integrar o grupo, mas se juntar lá na frente. Nós podemos decidir
3485 para que uma comissão já comece isso. Mas, o que é que o conselho quer? Formular o
3486 SUSP? Sim, é um desejo nosso. E queremos formular um corpo. E pede condição para
3487 fazer isso.

3488

3489 **O SR. ALEX (SECRETÁRIO EXECUTIVO)** – Bom, mais informes aqui. Eu acabei
3490 de checar a informação do GT. O GT foi criado por Portaria do Ministro. Então é um
3491 GT do Ministério da Justiça, não é da SENASP. A SENASP participa também,
3492 juntamente com a PF, PRF e três especialistas, entre os quais Renato Lima e o Saporì,
3493 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

3494

3495 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eles estão
3496 como especialistas de segurança. Um é professor da PUC, o outro é da PE. O Fórum,
3497 entidade, está compondo o CONASP. Eu não conheço. Eu gostaria de conhecer o
3498 resultado do GT. Não só como membro do Fórum, mas como conselheiro do CONASP.
3499 Aí é uma coisa que eu falei na primeira reunião, quando eu joga o Fórum assim, parece
3500 que nós estamos legitimando a proposta, e estamos fazendo dois discursos. Não pode
3501 ser assim, pois é o seguinte, o Fórum é grande, existem vários interlocutores, com várias
3502 identidades. Eu, como conselheiro, titular do Fórum, não conheço a proposta, e gostaria
3503 que na condição de conselheiro do CONASP, esse tema fosse trazido para cá. Porque
3504 senão assim, são discussões bilaterais. Eu conheço uma parte, não conheço a outra,
3505 Alex, eu acho que esse cuidado tem que ter. É a segunda vez que o Fórum Brasileiro,
3506 daqui a pouco parece que nós estamos fazendo agente duplo, tem um lá para cuidar tal
3507 coisa, eu aqui para cuidar tal coisa, faço uma proposição, ela não é genuína, não para aí.
3508 O que o Fórum encaminhou internamente é uma pesquisa que, inclusive, o instituto que
3509 eu sou um dos sócios, que está conduzindo uma pesquisa interna, no Fórum, de opinião.
3510 Esse é o encaminhamento do Fórum. Tem um encontro anual, em julho, e nós estamos
3511 aqui como membros conselheiros, na mesma condição de igualdade dos demais,
3512 sugerindo essa proposição. Então, o grupo de trabalho, se tem uma contribuição...
3513 Agora, eu duvido que seja esta, pelo quilate das pessoas que estão envolvidas, que
3514 apresente ao CONASP para que nós possamos também incrementar e avançar sobre o
3515 tema, porque senão nós vamos ficar dando voltas.

3516

3517 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Essa Portaria foi de abril,
3518 recentemente, se não me engano, deve ter tido uma reunião. Não sei. Eu não faço parte
3519 do GT, não estou acompanhando. É um GT do gabinete do ministro, do Ministério da
3520 Justiça, que inclui a SENASP também. Eu acho que é cabível sim fazer esse diálogo,
3521 fazer um convite para que eles venham aqui, ou que venha representante um
3522 representante que seja, aqui na próxima reunião. Segundo o que a Paula me passou
3523 agora, é possível que na próxima reunião já tenha, inclusive, tirado algum esqueleto.

3524

3525 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Aquele
3526 esqueleto que enviaria cinco ou quinze dias da primeira reunião.

3527

3528 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Uma coisa é reunião. Assim,
3529 o grupo da SENASP, que é a reunião de diretores da SENASP, foi aquele esqueleto que
3530 já mandamos no e-mail, diretores da SENASP, aí foi uma conversa informal. Não tem

3531 Diário Oficial, não tem nada, foi reunir as pessoas e discutir internamente, bater papo a
3532 respeito do SUSP. Outra coisa é o GT, criado pelo ministro, o ministro nomeou pessoas,
3533 e a SENASP também, nomeou pela SENASP, nomeou a assessora Paula Guerra para
3534 cuidar desse assunto. Que é outra coisa que vai ser produzido nesse GT. Então, um
3535 grupo de diretores da SENASP sentou para discutir, e enviou aqui ali que a secretária
3536 disse que ia enviar na primeira reunião. Foi enviado, no mês de maio, comecinho de
3537 maio. Então, está esclarecido?

3538

3539 O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do
3540 Brasil) – Vamos tentar construir agora?

3541

3542 **O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
3543 **Civis - COBRAPOL)** – Mais uma vez, só para reforçar e nós perdermos um pouco
3544 daquele sentimento de vira-lata. Tem um grupo de trabalho, tem o ministro, tem a
3545 Polícia Federal. Mas, poxa, tem o CONASP! Eu conheço vocês, eu sei de onde vêm, as
3546 entidades que vocês representam, o talante que têm. Podemos produzir, sim, uma
3547 proposta de emenda constitucional. Podemos. Aqui está o substrato da sociedade de
3548 quem pensa, de quem teoriza e de quem põe em prática a segurança pública deste país.
3549 De forma tripartite, trabalhador, gestor e a sociedade civil organizada. Porque eu quero
3550 aqui, não é teoria da conspiração, mas está muito batom na cueca. Você pegar um
3551 projeto para fazer o SUSP, e aqui no art. 6º vem legalizar o que todas as forças de
3552 segurança estão cobrando, querendo a extinção da Guarda Nacional, da Força Nacional.
3553 E aqui está legitimando. Só tem três reformas neste país que é mais problemática do que
3554 essa que nós estamos propondo aqui: é a reforma política e a reforma tributária. Nós
3555 temos que ter peito para fazer essa reforma da segurança pública. Porque na reforma
3556 política ninguém está morrendo, no máximo está indo para a cadeia. A reforma
3557 tributária tem gente sonogando e estado perdendo dinheiro. Agora, nessa reforma que
3558 nós estamos falando, tem gente morrendo. São 180 mil pessoas morrendo. Tem gente
3559 ficando esclerosada pela droga. E o erro está no modelo. Então, nós temos que ter essa
3560 coragem de discutir esse modelo e fazer essa mudança, porque é minimizar o Fórum
3561 Brasileiro de Segurança Pública, falar que esse projeto aqui é o SUSP. Quando a
3562 COBRAPOL colocou o Alberto aqui como meu suplente, porque é um cara que teoriza,
3563 que pensa, que já fez parte aqui, que queria fazer o resgate da CONSEG. Essa era a
3564 nossa intenção. Então, é uma pessoa mais preparada que temos hoje na Cobrapol. Agora
3565 colocar isso tudo para debater isso aqui? Então não faz nem sentido nós estamos aqui.
3566 No máximo isso aqui serve para discutir a segurança pública de Santa Luzia, lá em
3567 Minas Gerais, município de 300 mil habitantes. Mas para o Brasil? Esse é o desafio
3568 nosso. Então, eu acho que nós poderíamos tirar aqui como proposta de encaminhamento
3569 um prazo para que nós apresentássemos aqui um esqueleto do que seria esse SUSP. E
3570 eles que estão no grupo de trabalho, e eles, que é o ministério, que digam o que fazer
3571 com isso que nós produzimos, porque vamos olhar então a questão política aqui. Se essa
3572 estrutura realmente passar, que nós estamos pensando em ser, que nós imaginamos ser,
3573 é maior do que uma SENASP, é maior do que uma Secretaria. Aí eu pergunto: a
3574 secretária está a fim de peitar isso, até ao ponto de ser substituída? Até ao ponto de
3575 deixar de ser Secretaria? Ou ousar querer crescer, ter estrutura de ministério. Outra
3576 pergunta: será que o ministro da Justiça não vai se sentir ofuscado quando fala que tem
3577 que perguntar a ele se nós podemos fazer ou não? Quem pariu Mateus, que o embale. Se
3578 nos colocou aqui, então segura o ônus de colocar gente que quer pensar e que quer
3579 mudar. Até sair de fora dele, emancipar. Crie outro Ministério. Vamos fazer plebiscito,
3580 vamos fazer projeto de iniciativa popular. Uma emenda constitucional, quantos milhões

3581 de assinatura nós precisamos ter? Vamos correr atrás. Cada instituição aqui correr atrás
3582 de buscar essas assinaturas para legitimar esse projeto. Então, de coisas ousadas assim
3583 que eu gostaria de discutir. Porque cada um de vocês só tem dois anos para ficar aqui,
3584 não se esqueçam disso. Então, que marque o seu período que está aqui de uma forma
3585 digna, de uma forma honrada, e deixe o seu nome na história. No meu período que eu
3586 estive lá, eu propus um projeto que realmente podia mudar este país. É só.

3587

3588 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – Então, vamos lá. O Almir
3589 falou o seguinte: o Almir falou que nós devemos ir com calça, camisa, gravata. O colega
3590 lá falou com o Pazinato: “E nós vamos participar como? Vamos participar como nesse
3591 GT? Se nós formos só para dar conselho, vai entrar por um ouvido e sair pelo outro”. Eu
3592 acredito que o Almir tenha colocado que nós devamos participar efetivamente. É isso?
3593 Fazer parte do grupo?

3594

3595 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3596 **Brasil)** – Quando eu disse isso foi por conta de tudo que percebi que vocês estão
3597 falando.

3598

3599 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – É o que deveria acontecer.

3600

3601 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3602 **Brasil)** – Um novo corpo, alguma coisa... Agora, não dá para pensar em um novo corpo,
3603 fazer alguma coisa, somente de calça curta.

3604

3605 **O Sr. Marco Antonio P. Gomes da Silva (FENAPRF)** – Com certeza. Agora, o
3606 Pazinato falou bem ali, se não nos convidaram antes, é por que não nos queriam lá.
3607 Mas, o conselho merece respeito. Este conselho é formado por gente que tem muita
3608 capacidade. E eu acho que ele deveria ser privilegiado, ele deveria participar desse
3609 grupo de trabalho, e acho que o senhor também pensa assim. Não é verdade? Porque se
3610 o senhor falou para entrarmos, não só para fazer número, e nós temos como chegar e
3611 apresentar propostas, e isso aqui nós temos aqui. Eu sou novo aqui, é a minha primeira
3612 reunião, mas olha a impressão que eu estou tendo. É ótima a impressão que eu estou
3613 tendo dos colegas aqui. E eu acho que podemos dar outro norte para essa situação.

3614

3615 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Só para
3616 reiterar a questão da objetividade. O colega Eduardo Pazinato está fazendo umas
3617 colocações muito ponderadas, muito certas. O colega Denilson. Mas um projeto de lei é
3618 sempre muito difícil e tortuoso. Concordo com o Denilson, nós temos poder, inclusive,
3619 de fazer uma proposta a partir do apoio popular. O Ficha Limpa surgiu porque a CNBB
3620 apoiou, a OAB apoiou e diversas outras entidades apoiaram. Então, nós podemos sim.
3621 Então, se for seguir por esse caminho, que nós consigamos pelo menos criar uma pauta
3622 de objetividades de trabalho para podermos então colher frutos. Não passar essa gestão
3623 discutindo, discutindo. Obrigado.

3624

3625 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
3626 **MNDH)** – Olha, o pessoal está fazendo uma leitura agora mais profunda dos porquês
3627 políticos, por que não? Se o governo retirou o SINESP de dentro disso, é porque ele
3628 mesmo não tem interesse nisso aqui, está certo? Isso para mim está muito claro. Eu até
3629 queria perguntar por que o CONASP trouxe isso aqui já, trouxe um deputado, muito
3630 bem intencionado, etc. Aí eu perguntei: “Almir, isso aqui está no ponto de bala para

3631 votar?”, ele disse: “Não”. Então, qual é a nossa pressa? Por que nós estamos com
3632 pressa? Eu não acho que o governo banque isso aqui, tanto é que retirou o SINESP de
3633 dentro e repatriou com outro número de projeto, alguma coisa. Porque acho que o
3634 governo deve ter ponderado a necessidade, de fato, de fazer um debate amplo sobre a
3635 situação da construção de um sistema, etc. Deve ter constituído esse GT com essa
3636 preocupação, deve ter olhado para isso e falou: “Isso realmente não é um sistema”. E eu
3637 não acredito que nem a doutora Regina Miki, que eu conheço, lá de Diadema, e nem o
3638 ministro José Eduardo Cardoso, que é meu contemporâneo da Pontifícia Universidade
3639 Católica tenha mandado isso aqui, ou achado que isso aqui é um sistema. Eu não
3640 acredito nisso. Mas, de toda sorte, eu acho que nós temos a oportunidade de ressuscitar
3641 esse debate como nos encomendou, não só a CONSEG, mas como nos encomenda
3642 aquele ao qual nos representamos aqui. Eu acho que as nossas instituições, sejam elas
3643 representativas dos trabalhadores, mas sejam, sobretudo, nós da sociedade civil, que
3644 aguentamos o problema lá na ponta, não é, Silvana? Que estamos lá misturados com as
3645 vítimas, que estamos lá misturados com todo tipo de violação, que estamos aí atentos,
3646 focalizando e monitorando a questão das violações de direitos humanos, as vítimas é
3647 que pagam a conta, de fato, e os trabalhadores também, de certa forma, por essa
3648 desorganização, por essa inexistência de um sistema de segurança com fulcro nos
3649 princípios constitucionais. Então, eu fico pensando, o que nós vamos dizer para o
3650 deputado que veio aqui atender ao pedido, fazer um debate? “Senhor deputado, sinto
3651 muito, passa amanhã”. Eu fico imaginando o que falar para o Efraim Filho, porque
3652 talvez nós devamos, de fato, ter um diálogo claro com o ministério: “Escuta, o que o
3653 Ministério da Justiça vai fazer?”. Porque o Ministério da Justiça pode ter uma vontade
3654 política de não querer mexer nisso também, viu, Eduardo? Não sei se ele vai fazer isso
3655 em 2013, botar um projeto desses em 2014. Em 2014, eles vão botar um projeto assim
3656 no Congresso?

3657

3658 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Eu acho que a
3659 estratégia do SENASP é não trabalhar com emendas constitucionais, e trabalhar com
3660 projetos de lei. Por quê? O SINESP foi um exemplo, o *(Ininteligível)* lembrou um, que é
3661 o substitutivo que a PL mandou para o Congresso, *(Ininteligível)* tem 1.332/2003, que
3662 regulamenta o § 8º, e agora para mim é a tática. A tática é: o substitutivo ao PL nº
3663 3.734/2012, que pode ser essa a tática, em minha opinião. Eu acho que é correto, desde
3664 que contemple esse processo.

3665

3666 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
3667 **MNDH)** – Não, eu entendi, Eduardo. Eu acho até que o governo tem a lógica dele. Ele
3668 deve buscar sempre a lógica dele. Quando é bom, nós apoiamos, quando não, não
3669 vamos. Nós, pelo menos do Movimento Nacional, não vamos apoiar. Como não
3670 apoiamos o PL nº 7.663, encabeçado pela ministra Gleisi Hoffmann. Não apoiamos, não
3671 vamos apoiar. Nunca vão apoiar essa política antidroga extremamente higienista, porque
3672 somos contra, porque ela é contra um modelo de sistema de saúde de tratamento.
3673 Tratamento não é trancando, que eu trato pessoas doentes. Mas, enfim, quando nós
3674 temos que divergir, nós divergimos. Também porque esse é o nosso papel. Mas
3675 objetivando aqui um pouco, por que eu estou falando isso? Porque aqui, Almir, eu acho
3676 que nós temos que aproveitar o momento e buscar esse diálogo sim com o governo, seja
3677 com o GT, ou formar essa comissão, que eu concordo plenamente. Mas acho que o
3678 CONASP tem a missão política de buscar a construção desse sistema, ou de uma ideia
3679 de sistema, pelo menos. E eu acho que nós não temos pressa para isso. E acho que todas
3680 as entidades que estão aqui, pelo menos algumas, eu nunca conversei com ninguém aqui

3681 que fala assim: “Não, o art. 144 da Constituição deve continuar”. Todos nós aqui somos
3682 pela reforma do art. nº 144. Às vezes não no mesmo tom ou na mesma medida, às vezes
3683 não com a mesma estrutura. Mas ninguém gosta. Esse art. nº 144 não agrada a ninguém.
3684 Não agrada trabalhador, não agrada governo e não agrada a sociedade civil. Então, acho
3685 sim que o CONASP tem a missão política de peitar a ideia sim de uma emenda
3686 constitucional. Por que não? Porque não agrada a ninguém. Porque nós discutimos,
3687 discutimos, aí depois dizemos assim: “Não, aí é muito difícil ter dois terços do
3688 Congresso, aí é muito difícil aprovar emenda”. Eu também não tenho a ilusão de que
3689 nós conseguimos algo popular, como a Ficha Limpa, porque o povo não vai entender
3690 esse debate que é proposto aqui nesta mesa, porque o povo gosta de redução de
3691 maioria penal, trancar drogado, torturar as pessoas. O povo gosta dessas coisas.
3692 Porque nós não temos uma mídia forte o suficiente para alavancar, por exemplo, esse
3693 sentimento. Nós não somos donos de jornal. Eu não sei se tem alguém aqui que é dono
3694 de jornal e que possa vir propor um sistema, de fato, de segurança, que atenda aos
3695 princípios da democracia, de uma Justiça enquanto ideal etc. E nós podemos caminhar.
3696 Eu ainda acredito que um pouco aí na proposta do Eduardo, e um pouco do Humberto,
3697 que se crie sim um caminho de diálogo com o governo para saber o que fazer com isso,
3698 entender se tem o substitutivo, se não tem, o que pretende fazer como estratégia. Mas
3699 independentemente disso, eu acho que nós devemos buscar, enquanto uma missão
3700 política deste conselho, a construção sim de um sistema ideal, ou chegar mais perto
3701 dele. Isso que propõe o Denilson. Eu acho que nós devemos nos debruçarmos nisso.
3702 Constituir aqui pessoas, GTs. Acho que todas as entidades deveriam debater um
3703 sistema. Ou seja, você não é de um coletivo? O seu coletivo tem que se posicionar o que
3704 ele entende como um sistema.

3705
3706 O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do
3707 Brasil) – Conselheiro, eu acho que já seria a metodologia. É, lá na frente.

3708
3709 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
3710 **MNDH)** — Já é uma ideia de metodologia. O Fenop não está aqui? O Fórum de
3711 Ouvidores de Polícia? Então, o que é que pensa os ouvidores de polícia, no Brasil, sobre
3712 isso? O que pensa os guardas metropolitanos? O que é que pensa o Conselho Federal? O
3713 Movimento de Direitos Humanos? Enfim, os sindicatos aqui, as associações? E aí sim
3714 nós poderíamos estabelecer um prazo, que houvesse essas contribuições, para uma
3715 comissão que faria uma espécie de relatoria de sistematização. Para depois nós
3716 começarmos a desenhar uma ideia de sistema, já que não temos pressa de votação, já
3717 que ainda vamos ter que dialogar com o governo. E chamar a Câmara, a Comissão de
3718 Segurança Pública da Câmara, até para, junto conosco, pensar esse sistema. Eu acho que
3719 essa é um pouco a linha do que eu penso. E que nós avancemos nessas consultas
3720 regionais nos estados, de envolver o maior número de pessoas possíveis, porque o tema
3721 da segurança não é só dos trabalhadores. O tema da segurança abrange outros setores da
3722 sociedade. Abrange também a educação, abrange os... os trabalhadores da saúde,
3723 abrange todo tipo de representação que hoje está na sociedade. Porque todo mundo sofre
3724 com o problema de ausência, ou excesso de segurança, não é?

3725
3726 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3727 **Brasil)** – Sim. Tem um esclarecimento. Todo mundo vai ter a palavra. Sem estresse.

3728
3729 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Só um esclarecimento. O
3730 pessoal fala às vezes do projeto de lei que o Executivo trouxe. O que confunde muito, é

3731 que está escrito aqui projeto de lei tal do Poder Executivo. Esse projeto aqui tinha sido
3732 enviado em gestões anteriores, ministro anterior. Acho que talvez na época do ministro
3733 Tarso. Não sei, não temos a data aqui, mas é de muitos anos atrás. Quem trouxe hoje
3734 para a discussão foi o deputado. Nós não combinamos nada. “Deputado vem aqui, e fale
3735 a respeito do que está acontecendo no Congresso, do SUSP”. Ele trouxe o projeto,
3736 porque é o que tem lá. É tanto que a SENASP está amadurecendo as discussões, é tanto
3737 que o ministro entendeu por bem chamar um GT. Tudo isso paralelamente ao trabalho
3738 do CONASP. Eu não conversei com o ministro, não sei a posição dele, mas acredito que
3739 isso aqui não é viável. Houve estratégias por razões que eu não sei, não estava na
3740 articulação quando tirou o SINESP disso aqui. Mas só deixar claro que isso não foi
3741 combinado. Foi o deputado que quis trazer o projeto, porque é o que tinha, o material
3742 que tem para discutir é esse. Não é porque acha que é ideal. Ele mesmo está aqui para
3743 ouvir, está aberto. Então, só queria dizer que não é uma coisa que a SENASP quer
3744 empurrar goela abaixo. Não é isso. Só deixar isso claro.
3745

3746 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
3747 **Periciais do Brasil)** – Neste mês eu estou aqui na mesa. Eu não entendi bem quando o
3748 Rildo perguntou a razão pela qual ter colocado isso em pauta. Eu acho que se não
3749 tivéssemos colocado isso em pauta, não saberíamos em que pé estava essa discussão.
3750 Colocamos em pauta exatamente para ter conhecimento de como anda o projeto. Se nós
3751 não tivéssemos pautado isso, não saberíamos essa bagunça que está essa questão.
3752

3753 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
3754 **Identificação-FENAPPI)** – Eu queria só colocar, como o Rildo falou, o Ministério da
3755 Justiça, em várias questões na área de segurança, que está na pauta do Ministério. Por
3756 exemplo, em relação a perícia, eu represento os papiloscopistas, existe os peritos
3757 criminais, os médicos legistas. Isso é uma discussão hoje. A perícia, no Brasil, foi feito
3758 um diagnóstico pela SENASP. Quem viu a apresentação sabe que é um caos,
3759 praticamente não existe dentro do processo da importância da persecução penal. A
3760 perícia no Brasil contempla, sei lá, 5% da população. Então, realmente é um caos os
3761 IMLs, os institutos de identificação, medicina criminalística. Estão todos defasados, e
3762 tudo mais. O governo criou um GT também para discutir. E lá nesse GT, que eu faço
3763 parte, Humberto também faz parte, vai ser um PL ou uma PEC? Para o 144 também.
3764 Porque a perícia oficial não existe, enquanto polícia, e existe vários estados que a têm
3765 independente. Agora, semana passada, no estado de São Paulo, que é uma perícia que
3766 foi a primeira que saiu, está bem consolidada, a Associação dos Delegados entraram
3767 com uma Adin. Certamente, vai derrubar, porque não tem ordenamento jurídico que
3768 garanta essa polícia técnica independentemente da estrutura da polícia judiciária. Aí fica
3769 isso, nós ficamos à margem, a perícia fica à margem de investimentos, de aumento do
3770 quantitativo. No meu estado, por exemplo, tem 30 anos que não aumentou quantitativo.
3771 A população era 300 mil na capital, hoje é 1,5 milhão, com o mesmo tanto de
3772 papiloscopista. E nós estamos discutindo isso nos GTs. Eu acho que, de repente, o
3773 próprio CONASP poderia ajudar, neste momento, nós criarmos uma proposta de
3774 regulamentar isso no 144, ou que se crie uma carreira única para perícia no Brasil, o que
3775 pode ser uma alternativa. Eu quero falar o seguinte: da mesma forma que o SUSP tem
3776 uma preocupação, a perícia também tem. Então, o MJ criou o GT também. Então, de
3777 repente, existe até uma boa vontade do governo, do ministério de buscar uma solução.
3778 Porque senão seria uma coisa pontual só.
3779

3780 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3781 **Brasil)** – Sim. O conselheiro Humberto está falando que o GT foi constituído aqui,
3782 fruto do trabalho do CONASP. Da resolução daqui.

3783
3784 **O Sr. Henrique Mendonça de O. Queiróz (Associação Nacional dos Peritos**
3785 **Criminais Federais – APCF)** – Só para sistematizar então, a princípio, então, nós
3786 temos a proposta do colega Pazinato que seria, até agora, no meu ponto de vista,
3787 primeiro chamarmos o grupo de trabalho que está sendo formado, porque eles já estão
3788 pensando nesse projeto há algum tempo. Às vezes eles já têm um projeto melhor lá, e
3789 nós podemos começar a trabalhar em cima desse projeto. E paralelamente tem outra
3790 proposta do conselheiro Rildo e do conselheiro Denilson, eu acho que falando mais ou
3791 menos a mesma língua, de pensar em uma coisa muito maior, que levaria um tempo
3792 maior, é claro, como o próprio Rildo colocou. Então, eu acho que nós poderíamos, na
3793 minha opinião, já partir para uma deliberação de talvez convidar, então, esse grupo de
3794 trabalho para a próxima reunião, para que eles apresentem um resultado, ou resultado
3795 prévio do trabalho deles. Nós podemos pensar, também, em outra apresentação, como
3796 propôs o colega Massimiliano, até para formarmos essa crítica, para depois nós
3797 pensarmos em outra deliberação, no caso, na próxima reunião, para daí, talvez, nós
3798 pensarmos na formação de um grupo de trabalho da própria CONASP, é a minha
3799 intervenção.

3800
3801 **A Sra. Silvana Ribeiro da Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra - Fonajune)**
3802 – Não, eu acho que é nesse sentido também, do que os companheiros já falaram, de que
3803 voltemos para as nossas organizações, pensando mesmo um novo projeto de SUSP,
3804 paralelo. Que chamemos esse grupo, mas que também comecemos a pensar no que nós
3805 achamos disso, para trazer nessa próxima reunião. Eu acho que seria isso como
3806 encaminhamento.

3807
3808 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Só para clarear.
3809 O regimento fala em comissão temporária, estou correto? Comissão temporária quando
3810 é uma comissão montada para um tema específico, com prazo determinado?

3811
3812 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
3813 **Brasil)** – É, tem a comissão temporária.

3814
3815 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – O prazo, eu
3816 acho que nós temos que discutir qual seria. Mas eu acho que precisaria montar uma
3817 comissão temporária, que teria pelo menos seis funções: 1 - estabelecer interlocução
3818 com o Ministério da Justiça sobre o GT e com a Câmara dos Deputados, através da
3819 subcomissão, o deputado Efraim; 2 - sistematizar as contribuições que as entidades que
3820 compõem o CONASP enviarão para esta comissão, junto com a Secretaria Executiva; 3
3821 - auxiliar e colaborar com o conselheiro Alberto, que está com a relatoria do parecer
3822 sobre o SUSP. Inclusive ele manifestou, nos e-mails, que não recebeu, obviamente, e
3823 que precisa receber para ajudar a compor esse parecer técnico; 4 - construir esse método
3824 de radicalização do processo de participação popular do próprio SUSP, a partir do
3825 CONASP; 5 - estabelecer interface com o pleno. Nós temos aí mais três reuniões este
3826 ano. Três reuniões, a cada dois meses, então se nós não tivermos o encaminhamento
3827 objetivo, nós não vamos chegar. E, por fim, que eu acho que completa a ideia do Rildo,
3828 é construir essa metodologia da disputa política em relação à ideia de um sistema na
3829 área da segurança, que é algo muito mais amplo, que, eventualmente, pode transformar

3830 a própria comissão temporária em uma comissão permanente, ou até se incorporar como
3831 um debate transversal do CONASP. Eu acho que é essa a proposta que eu estou
3832 fazendo. E claro, objetivamente, esta Comissão vai convidar o GT para vir aqui na
3833 próxima reunião. Esta Comissão vai fazer o diálogo da subcomissão, mas vai alimentar
3834 o pleno, inclusive, da sistematização dessas contribuições, para que nós não fiquemos
3835 debatendo em abstrato, em ideias ou apenas negando o que está posto, mas não
3836 conseguindo construir a proposição. Que eu acho que aí também enfraquece a nossa
3837 legitimidade. O companheiro Marlon falou sobre isso, nós vamos perdendo
3838 credibilidade, tem uma janela aberta, e nós não conseguimos ocupá-la. Então, nós
3839 precisamos fortalecer tanto o monitoramento das resoluções, moções decisões
3840 colegiadas. Está aí outro exemplo, o GT que surge inclusive como proposta do
3841 CONASP. Só sabe quem está envolvido com a temática, porque não se consegue
3842 recuperar tudo isso. E agora aqui nós temos outro exemplo, que é o próprio SUSP, que
3843 já tem um conjunto de resoluções, decisões colegiadas etc., sem falar nos resultados da
3844 CONSEG, que vão nesse sentido.

3845

3846 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Boa-tarde a todos. Meu nome é Sandro, do
3847 Viva Rio. Rio de Janeiro. Como os senhores sabem, não participei das discussões e das
3848 apresentações da parte da manhã. Cheguei no finalzinho, por conta do nosso voo lá da
3849 GOL. Concordo com basicamente tudo o que foi dito aqui. Mas me preocupa a
3850 objetividade e celeridade das questões. Toda vez que nós pensamos em questões muito
3851 amplas, se não tiver objetividade, nós acabamos por perder o trem do tempo. E nós
3852 temos aqui uma atuação de dois anos. Neste ano, só teremos aí mais três reuniões. Eu
3853 concordo sim com o encaminhamento de conhecer aquilo que o grupo temático vem
3854 trabalhando, e já deve ter algo avançado. Já sabemos que o que tem na Câmara podemos
3855 descartar. Mas se não soubéssemos, não tivesse sido apresentado, poderíamos imaginar
3856 que algo melhor, para aqueles que são otimistas, como o Rildo. Não é o meu caso. Mas
3857 já sabemos que esse trabalho aqui não nos serve. Mas temos sim que conhecer o que
3858 tem lá no grupo temático da SENASP, e analisar um pouco os porquês das construções
3859 daquilo que está sendo colocado aqui no nosso conselho. Nós temos visto que, por
3860 exemplo, esse documento, para o governo, vem atender aquilo que vem sendo a fala do
3861 governo federal, de voltar a um passado que eu acho que alguns já imaginavam
3862 superados, de que meramente reportar aos estados a responsabilidade por tudo que diz
3863 respeito à segurança pública. Pensamos que isso já tinha passado, mas vemos que, em
3864 uma fala ou outra da administração atual, ela vem sendo voltada, e nesse documento ela
3865 está consubstanciada. Preocupa-me a celeridade e objetividade para que nós, realmente,
3866 nesses dois anos, tenhamos alguma produção consubstancial.

3867

3868 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** - Parece
3869 que há um consenso, enfim, a partir da crítica ao texto, há uma série de consensos. E eu
3870 queria então fazer a proposta de que nós pensássemos na comissão. Já que há uma
3871 proposta de formação de uma comissão aqui do CONASP, o tamanho da comissão, e
3872 quem serão os conselheiros que farão parte dessa comissão. E, bom, não sei se dá tempo
3873 agora, ou se nós faríamos amanhã. Tem uma pauta aí. Eu ia propor até que fizesse a
3874 composição das câmaras amanhã.

3875

3876 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do
3877 Brasil)** – Amanhã vai ser.

3878

3879 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Sim. Aí
3880 podia discutir essa comissão também, que nós ganharíamos um tempo, inclusive maior
3881 para pensar, com um pouco mais de calma aí. Mas, enfim, eu queria fazer a proposta
3882 objetiva, que nós pensássemos já na formação dessa comissão, o tamanho dela, como
3883 ela funciona, e como é que ela vai fazer o *feedback*, fazer o retorno para o pleno, para os
3884 outros conselheiros. Para nós, a partir daí, me parece que nós precisamos objetivar, já
3885 que as pessoas estão sentindo a necessidade disso. Então, só para encaminhar, como
3886 proposta, eu acho que nós podemos pensar nessa comissão, que vai ser muito
3887 importante para tudo isso que está sendo colocado aqui. É ela que vai, em grande parte,
3888 encaminhar as questões que foram levantadas aqui.

3889
3890 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3891 **Brasil)** – Ok. O Alex vai dar umas informações importantes de inversão de pauta.

3892
3893 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Recebi uma ligação aqui
3894 também da SESGE, Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, que
3895 o José Monteiro, diretor de operações, foi chamado para a Casa Civil, amanhã de
3896 manhã, às 10h, que era o horário que ele viria aqui. Então, ele vai vir à tarde, às 14h. A
3897 única coisa que nós temos a fazer é inverter a pauta da manhã, com a da tarde, jogar o
3898 tema livre, os informes e deliberações para a parte da manhã, e às 14h teria aí essa
3899 audiência com a Sesge.

3900
3901 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3902 **Brasil)** – E a formação das câmaras.

3903
3904 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A formação das câmaras, que
3905 está prevista, nós já fazemos isso amanhã, na parte da manhã. Mais um informe também
3906 de interesse, daqui a 15 minutos vai ter o nosso lanche, às 16h30. Eu acho que poderia ir
3907 caminhando para encerrar esse bloco da reunião. Eu acho que foi do Bicalho, o próximo
3908 inscrito?

3909
3910 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Boa-tarde. É somente
3911 para somar às propostas que já foram feitas aqui. Que nós possamos conhecer a
3912 construção e a implementação do SUAS, que é o Sistema Único de Assistência Social.
3913 Acredito que ele seja muito mais próximos de nós, não somente pelo período em que ele
3914 foi construído, depois do SUS, mas como também pela própria dificuldade de
3915 construção de um sistema, haja vista que na época de sua construção, em 93, a
3916 assistência social, assim como hoje a segurança pública, ela não era, de forma alguma,
3917 um sistema. Então, eu acho que pode ser uma proposta também, que nós possamos
3918 conhecer essa experiência.

3919
3920 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3921 **Brasil)** – Eu queria dar uma sugestão. Esse tempo que nós estamos no CONASP, nós
3922 vimos sempre alguns momentos muito tensos e que, certamente, não foram produzidos
3923 por acaso, mas que nunca renderam aquilo que quem tensionou obteve resultado. É
3924 porque nós precisamos ter uma ideia de harmonia para poder chegar onde queremos.
3925 Nós podemos construir, divergindo dentro de uma harmonia. A harmonia acolhe as
3926 divergências. Então, eu gostaria de dar uma sugestão a esta plenária, para se juntar as
3927 sugestões, que todas elas são maravilhosas, pertinentes. É de que essa comissão, esse
3928 grupo, ou o que nós fizermos agora e aprovarmos, primeiramente, possamos conversar

3929 com a nossa secretária. Eu vou dizer por que. Porque nós precisamos criar sintonia do
3930 Conselho com as outras instâncias do governo e do ministério, e ela, como é secretária
3931 nacional, ao mesmo tempo em que é presidente, está envolvida em coisas da secretaria
3932 que podem parecer para nós que ela não está dando atenção ao CONASP. Pode não ser.
3933 Então, a ideia é que nós façamos essa comissão e eu sugiro à plenária que nós possamos
3934 aprovar a nossa ida à secretária Nacional. E nessa articulação dessa comissão com a
3935 nossa secretária Nacional, que é, coincidentemente, presidente do nosso Conselho, nós
3936 vamos estabelecer um diálogo de tal maneira que nós vamos criar todas as saídas
3937 possíveis. E trazer já para cá de forma já uma coisa que, em vez de ser separado, se
3938 juntar. Houve época de dizer assim: “A secretária não está aqui presidindo o negócio,
3939 então nós vamos fazer uma comissão, vamos aprovar, para ir direto ao ministro”. Aí o
3940 conselho ia ao ministro, e podendo ter aliada da presidenta, que é secretária, e ficamos
3941 nessa. Então, como nós temos a nossa presidenta, que é secretária Nacional, eu acho que
3942 a nossa comissão, seja o modelo que nós aprovarmos, seja a forma como nós
3943 aprovarmos, que nós possamos ir ao encontro dela. Está certo? Ao encontro do
3944 secretário Nacional, que pode ser a Regina Milki agora, em outro momento pode ser
3945 outro secretário. Mas que vamos nessa linha. É a minha sugestão.

3946
3947 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3948 **Brasil)** – Nós construímos ali uma proposta. A comissão tem que ser tripartite. Nós
3949 nunca pensamos aqui em construir uma comissão sem ser essa ideia de tripartite. Nós
3950 podemos pensar em quantidade. Eu sugeriria, também, que nós tenhamos uma reunião,
3951 que poderia se juntar, assim, para o mês nós temos a mesa diretora se reunindo para
3952 produzir a pauta. Será que nós não poderíamos fazer juntos? Mesa diretora e essa
3953 comissão?

3954
3955 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
3956 **Periciais do Brasil)** – Almir, mas não ficou claro ainda o que é que o conselho decidiu.
3957 Tem que colocar os encaminhamentos, o que ficou decidido. O que nós, enquanto
3958 conselheiros, enquanto coletivos queremos. Não ficou claro. Surgiram várias sugestões,
3959 foi melhorando, mas não foi aprovado nada e nem qual vai ser a metodologia do que for
3960 aprovado.

3961
3962 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3963 **Brasil)** – Mais uma sugestão, conselheiro Beto, a metodologia, se o conselho realmente
3964 se agigantar para fazer a sugestão de um SUSP, seja rompendo com os antigos
3965 paradigmas, sei lá a maneira, isso demandará recursos, demandará tempo de trabalho,
3966 equipe, tudo isso aí. Bom, mas aí isso vai ser proposta posterior, depois dessa conversa
3967 com a nossa secretária. Vamos nos sentar com ela, uma comissão. A proposta, Beto, é
3968 essa, fazer uma comissão para ir em vez de direto ao ministro ou ao grupo de trabalho,
3969 nós irmos à secretária Nacional. Essa é a nossa sugestão. Esse grupo que foi apresentado
3970 pelo Pazinato, com cinco, seis itens. Então, vamos colocar lá. Vamos colocar lá,
3971 Eduardo, porque senão nós nos perdemos. Gente, vamos fazer o seguinte, o Eduardo vai
3972 construir o texto, o esqueleto, e nós vamos para o lanche. Enquanto isso, quem quiser
3973 dar a contribuição, chega ali e faz a sua contribuição.

3974
3975 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Inclusive de outras propostas,
3976 que seja da questão das passagens aéreas. De tudo, que quando voltarmos, já teremos o
3977 texto pronto para emendar ou corrigir.

3978

3979 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
3980 **Brasil)** – Vamos ao texto.

3981

3982 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Então, nós
3983 sistematizamos a ideia da proposta que é estabelecer uma **comissão temporária** com os
3984 seguintes objetivos: 1 - estabelecer interlocução com o Ministério da Justiça, através da
3985 Secretária Nacional de Segurança Pública, e Câmara dos Deputados, através do
3986 deputado Efraim Filho, Subcomissão de Reforma do Sistema de Segurança Pública; 2 -
3987 receber e sistematizar as contribuições dos conselheiros e das conselheiras da CONASP
3988 acerca da necessidade de institucionalização do SUSP. Nós não falamos PL, porque
3989 pode ser que não seja PL. O fato é o tema da institucionalização do SUSP. 3 -
3990 Contribuir com o parecer técnico que vai ser elaborado pelo CONASP, sob a relatoria
3991 do conselheiro Alberto que foi deliberado na primeira reunião, originária do CONASP
3992 em 2013. 4 - Compartilhar as deliberações dos rumos da comissão, com o pleno do
3993 CONASP; 5 - Compatibilizar agendas de reuniões com as da mesa diretora do
3994 CONASP; 6 - Construir metodologias participativas de radicalização do processo
3995 democrático, de construção ou para a construção do citado SUSP, via PL ou PEC.
3996 Pendências: qual é o tamanho da comissão? Qual é a composição? Qual é o período?
3997 Por que é temporária? E colocamos uma observação, no sentido de harmonizar a
3998 presente proposta, com a discussão de amanhã, pela manhã, sobre as câmaras temáticas,
3999 e proposta de aperfeiçoamento do desenho institucional, porque, eventualmente, se uma
4000 câmara vá tratar disso, não precisaremos de uma comissão temporária. Então, cuidar
4001 para que não haja sobreposições de instâncias.

4002

4003 O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do
4004 Brasil) – Algum conselheiro gostaria de se posicionar?

4005

4006 **O Sr. Wesley Bastos (Agentes Penitenciários)** – Só a título de esclarecimento. Essa é
4007 a proposta só para a comissão temporária?

4008

4009 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Sim. São várias, acredito,
4010 que sejam várias propostas. O estabelecido antes do intervalo foi que quem tivesse
4011 alguma deliberação para ser votada disso tudo que foi discutido, que escrevesse. E agora
4012 nós vamos discutir o texto, e aprovar os textos. Essa aí eu acredito que está tratando só
4013 desse assunto. Não impede outras aprovações de outros textos, entendeu?

4014

4015 **O Sr. Wesley Bastos (Agentes Penitenciários)** – É porque foi feita uma fala sobre o
4016 GT vir até ao CONASP para poder explicitar o que já foi produzido até agora. Como
4017 não foi contemplado ali, eu fiquei com essa dúvida.

4018

4019 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4020 **Brasil)** – Mas está dentro da missão desta comissão.

4021

4022 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –
4023 Não, é só um esclarecimento. Já foi colocada, pelo Eduardo, a questão das câmaras
4024 técnicas, a primeira trata do sistema de segurança pública e instituições policiais. É uma
4025 câmara que o tema é esse. Então, seria uma comissão permanente, temática.

4026

4027 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4028 **Brasil)** – Existem outras que também contemplam. São sete. Aí existem outras que
4029 contemplam. É que não dá para cobrir tudo.

4030
4031 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –
4032 Mas, essa é específica. Sistema de segurança pública e instituições policiais, é a
4033 primeira. Depois, acompanhamento e princípios e diretrizes da CONSEG. Mobilização
4034 social, segunda. Segurança municipal, política integrada da prevenção e o papel da
4035 sociedade civil, é a terceira. Sistema prisional, sistema de justiça criminal e acesso à
4036 justiça, quarta. Segurança pública e combate aos discriminados, a quinta. Políticas de
4037 segurança pública e financiamento, a sexta.

4038
4039 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4040 **Brasil)** – Essa também poderia estar também.

4041
4042 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –
4043 Porque já tem. Acho que talvez não seria mais produtora, que se trabalhasse já com a
4044 câmara.

4045
4046 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4047 **Brasil)** – É porque o papel da câmara, a nossa aprovação dessa comissão provisória é
4048 imediata e de imediato começar. Um trabalho para a câmara, é para a câmara se reunir,
4049 ela não decide nada, ela vai emitir um parecer, esse parecer vem para o plenário, aí o
4050 plenário vai atender a sugestão, então vai levar tempo. Não tem como. A sugestão do
4051 Denilson foi colocada? Sim. Acertou. Acertou aí.

4052
4053 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Eu não sei se caberia também
4054 mencionar o nome do conselheiro relator nominalmente, porque se quiser substituir ou
4055 se ele não quiser mais. Só colocar “o relator, definido pela plenária”, no caso hoje é o
4056 Alberto. Vamos fazer uma alteração, agora, no item 3: em vez de relatoria do Conasp,
4057 pelo relator indicado pela plenária, e apaga até o final desse item.

4058
4059 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4060 **Brasil)** – Vamos subir para as pendências agora? O tamanho da comissão. Está aberto
4061 para sugestão.

4062
4063 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
4064 **Identificação-FENAPPI)** – Dois de cada segmento. Comissão muito grande fica pouco
4065 produtivo. Eu acho que dois, porque se algum faltar, sempre vai ter mais um de cada
4066 segmento.

4067
4068 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
4069 **MNDH)** - Eu acho que seria importante nós retomarmos um pouco o debate sobre o
4070 papel dessa comissão, exatamente o que ela vai fazer, porque aí eu chego numa ideia de
4071 composição.

4072
4073 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4074 **Brasil)** – Não, já está nos itens que nós colocamos? É só para aquilo. É só provisória.

4075

4076 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
4077 **MNDH)** - Não. Entendi. Então, eu concordo com a proposta do Antônio.

4078

4079 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4080 **Brasil)** – Então, vamos lá para a pendência. Estamos prontos para a votação? Há
4081 consenso com dois de cada segmento? Então, aprovado por consenso.

4082

4083 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Coloca assim: “estabelecer
4084 uma comissão temporária”, vírgula, “composta por dois membros de cada segmento”,
4085 vírgula, “com os seguintes objetivos”. É temporária. Mas o período...

4086

4087 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4088 **Brasil)** – O período é até a próxima reunião. Quando da devolutiva da próxima reunião.
4089 Cento e vinte dias? Sim.

4090

4091 O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Então coloca: pelo prazo de 120
4092 dias.

4093

4094 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4095 **Brasil)** – Então, 120 dias, a partir da data da sua aprovação. Embaixo vai ficar datada,
4096 aprovada pela plenária. Gente, eu acho que nós cumprimos a pauta de hoje. Tem alguma
4097 coisa que os conselheiros? Falta a decisão colegiada solicitando à nossa presidenta e
4098 secretária Nacional, a ampliação da Secretaria Executiva.

4099

4100 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – O texto não está pronto. Não
4101 adianta votar agora. Eu acho que talvez quando nós voltássemos do intervalo, que o
4102 texto estaria pronto. Mas se não está, deixa isso aí para amanhã de manhã. Então, quem
4103 tem outra proposta de resolução de decisão colegiada, que trouxesse amanhã de manhã,
4104 a questão da secretaria-executiva, das passagens, tudo o que tiver, trazer pronto, para
4105 adiantar o trabalho.

4106

4107 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4108 **Brasil)** – A passagem já foi aprovada.

4109

4110 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Não, mas não tem o texto.

4111

4112 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4113 **Brasil)** – E a solicitação para ampliação da Secretaria, pelo menos com duas pessoas
4114 mais, eu acho que não tem muita complicação. É só construir um texto solicitando isso.
4115 E nós podemos aprovar. Amanhã é só apresentar o texto.

4116

4117 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4118 **Brasil)** – Há consenso para ampliar a Secretaria? **Então, aprovado por consenso.** Essa
4119 sugestão à secretária Nacional. Pessoal, pelo que nos cabe aqui hoje, eu gostaria de
4120 parabenizar aos conselheiros pelo pragmatismo que fomos tomados hoje, desde a
4121 manhã, e nós estamos de parabéns por tudo que nós fizemos durante o dia de hoje e
4122 convidá-los para amanhã, às 9h, nós estarmos aqui para dar continuidade com a nossa
4123 reunião. Obrigado e boa-noite.

4124

4125

07/06/2013
MANHÃ

4126
4127
4128

4129 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
4130 **Brasil)** – Vamos pactuar os temas por conta da inversão de pauta e, certamente, naquilo
4131 que poderá ser mais produtivo para nós nesta manhã. Temos como pendências os textos
4132 da decisão colegiada da questão das passagens. Peço ao conselheiro Humberto, que fez
4133 a primeira intervenção, se ele puder ajudar com o texto. E a outra decisão é a
4134 composição. Vamos esperar os conselheiros para conversar com os representantes de
4135 cada segmento. E temos que ver a questão das câmaras temáticas. Vamos ver o e-mail
4136 enviado com a composição anterior, as instituições que faziam parte, se vão permanecer
4137 nela e tal. Vamos dar uma olhadinha nas câmaras técnicas! 1ª Câmara técnica: Sistema
4138 de segurança pública e instituições policiais. Da sociedade civil participava o
4139 Movimento de Direitos Humanos e Viva Rio. Dos Trabalhadores a Cobrapol. Gestores:
4140 o Conselho Penitenciário e Departamento de Polícia Federal. 2ª Câmara Técnica:
4141 Acompanhamento dos princípios e diretrizes e mobilização social. Na sociedade Civil:
4142 Rede Desarma Brasil, Rede da Maré. Trabalhadores: Anaspra, Adepol. Gestor:
4143 Conselho de Dirigentes dos órgãos policiais. 3ª Câmara Técnica: Segurança municipal,
4144 políticas integradas de prevenção e o papel da sociedade. Sociedade civil: Conselho
4145 Federal de Psicologia e CEN. Dos trabalhadores: Fenappi. Gestores: Conselho Nacional
4146 das Guardas Municipais e de secretários. 4ª Câmara Técnica: Sistema Prisional e
4147 Sistema de Justiça Criminal e Acesso à Justiça: Pastoral Carcerária e Sidapef, Condef e
4148 CNMP e pelos gestores: Secretaria de Direitos Humanos. 5ª Câmara Técnica: Segurança
4149 Pública e Combate a discriminados, Abong, que não está mais neste mandato; 5ª
4150 Câmara Técnica: Política de Segurança Pública e Financiamento, Icera também não está
4151 mais. 6ª Câmara Técnica: Avaliação e Gestão da Informação. As opções que temos são
4152 essas.

4153

4154 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
4155 **Brasil)** – Vamos abrir para os conselheiros se posicionarem em qual dessas câmaras
4156 permanecem ou se querem outra.

4157

4158 **O Sr. Joel Malta de Sá (Conselho Nacional das Guardas Municipais)** – Bom-dia a
4159 todos e todas. Só manifestar o interesse do Conselho Nacional das Guardas Municipais
4160 de permanecer na Câmara Técnica Segurança Municipal, Política Integrada de
4161 Prevenção e o papel da sociedade.

4162

4163 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Robson, você poderia ir já
4164 fazendo as alterações aí?

4165

4166 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eu fiquei bem
4167 sensibilizado pelas falas do Denilson e Rildo ontem, acho que precisamos realmente de
4168 dar uma radicalizada inclusive na questão do desenho do Conasp. Eu queria
4169 compartilhar mais ou menos como eu penso o desenho do Conasp e quem não
4170 participou desde o início, que está chegando e quer contribuir. Eu vejo assim: o Conasp,
4171 o Pleno, nessa interface Secretaria Executiva, abaixo do pleno, as câmaras temáticas.
4172 Hoje é essa estrutura padrão do Conasp. Em minha opinião, essa estrutura não dá conta
4173 da nossa missão que foi muito bem lembrada pelo Almir ontem. Precisaríamos
4174 reformular isso e aproveitar este momento de manhã para reunir algumas das questões
4175 que falamos até aqui. Por exemplo, bom, temos o pleno, criamos uma comissão

4176 temporária que prevê regimentalmente. As câmaras temáticas hoje são muitas câmaras,
4177 nós não temos pernas, salvo melhor juízo, para dar conta dessa profusão de câmaras e
4178 não fazemos nenhum trabalho de monitoramento mais amiúde, nem dos atos normativos
4179 tampouco das câmaras. Eu acho que precisaríamos propor como recomendação à
4180 Senasp e também estabelecer um diálogo institucional, não só recomendar, fazer
4181 diálogo com a secretária, sensibilizar o ministro, para que nós tivéssemos, pelo menos, 3
4182 novas contratações de novos consultores, um consultor que ficaria responsável por criar
4183 o Observatório do Conasp para monitorar os encaminhamentos da Conseg, os atos
4184 normativos do Conasp, resoluções, decisões colegiadas, moções, e estabelecer uma
4185 interface com o Poder Legislativo. O Novacki nos enviou uma planilha de Excel com
4186 mais de 800 projetos que tramitam na Câmara e no Senado, precisamos estabelecer uma
4187 interlocução com o Senado e a Câmara para que as proposições aqui guardem alguma
4188 relação tática do que está sendo discutido do debate do Legislativo. Então, nós
4189 precisamos constituir um Observatório, essa é a minha proposta, através de um
4190 consultor, Pnud, Unesco, contrata um consultor, ele vai trabalhar diretamente com a
4191 Secretaria Executiva e conosco e vamos estruturar esse Observatório. Com isso, as
4192 câmaras 2 e 7 podem ser reposicionadas, não precisaria ter a Câmara de
4193 Acompanhamento dos Princípios e Diretrizes da Conseg, porque teremos o
4194 Observatório que vai fazer isso. E segundo, não precisaríamos ter uma Câmara de
4195 Avaliação e Gestão da Informação porque outro elemento que acrescentaríamos ao
4196 Observatório é a interface do Conasp com o Sinesp, que em setembro, foi dito aqui, vai
4197 ser lançado. Estamos já atrasados para que estejamos preparados para isso. Segundo
4198 consultor que acho necessário: comunicação. Alguém que contratemos que vai
4199 reformular todo o site do Conasp, vai recuperar o site da Conseg, agregar todos os
4200 documentos, produções, artigos, tudo que foi produzido e vai nos ajudar a produzir uma
4201 publicação com tudo que fazemos para que possamos chegar ao Rio Grande do Sul,
4202 entregar às pessoas que nos veem viajando para cá e não sabem o que estamos fazendo
4203 aqui, inclusive para a academia, ela também pode nos ajudar a colocar o tema da
4204 participação por meio do Conasp na agenda pública. Terceiro consultor, um consultor
4205 para construir metodologias participativas, na linha do que o Rildo disse ontem. Temos
4206 aí resoluções várias falando da 2ª Conseg, mas também isso, precisamos pensar no
4207 desenho para chegar à 2ª Conseg, fóruns regionais, diálogos cooperativos, seminários,
4208 conferências preparatórias, etc. Acho que não vamos fazer isso sem que estejamos com
4209 esses atores. A câmara temática 6 que é de política de segurança e financiamento, na
4210 minha opinião, esse é o tema central da comissão temporária que está tratando do Susp.
4211 E aí acho que teríamos que ter duas câmaras: Instituições de Segurança Pública e Justiça
4212 Criminal, polícias, guardas, Ministério Público, Defensorias, secretários municipais de
4213 segurança, representantes penitenciários, polícia civil etc., que pegaria as câmaras
4214 técnicas hoje 1 e 4, e outra que chamaria Participação Social, Prevenção das Violência e
4215 Promoção dos Direitos Humanos que abarcaria então a 3 e também a 5. Com isso
4216 ganharíamos um pouco mais de resolutividade e, evidentemente, que construímos uma
4217 agenda positiva, pois aqui não temos agenda, só temos arquitetura institucional, o
4218 esqueleto. Precisamos da agenda, não vamos falar de homicídios, de drogas, acabou de
4219 votada uma lei que coloca o Brasil na contramão, inclusive, da OEA, e não temos
4220 nenhum debate aqui sobre isso. Bom, mas podemos criar grupos temáticos que prevê o
4221 regimento, dentro dessas câmaras, e objetivamente trazer o capital social das pessoas
4222 que estão militando nessa área. Eu gostaria de ouvir o Rildo falar sobre políticas sobre
4223 drogas. Inclusive daí gerar um documento que pudéssemos encampar.
4224

4225 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Só para esclarecer
4226 um pouco. Esses temas tais como homicídios, modelo de polícia, todos que aqui foram
4227 tratados, foi criada uma metodologia para que o Conasp pudesse tomar uma posição a
4228 respeito deles, seriam antecedidos de uma audiência pública. E nós realizamos com
4229 relação às drogas, e também a audiência com participação do Conselho Federal de
4230 Psicologia, com especialistas. Esses temas podem ser pautados com audiência pública,
4231 sempre foram realizadas na quarta, antes da reunião ordinária. Então, pode seguir esse
4232 rito que já está desde o início dos trabalhos, podemos pautar esses temas, sejam eles
4233 quais fossem, basta nós aprovarmos.

4234

4235 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Perfeito. Eu só
4236 acho que precisamos ter pouco mais de potência, um pouco mais de influência nos
4237 debates da agenda da segurança em nível nacional, por exemplo, audiência pública ser
4238 feita sempre aqui para contemplar a nossa vinda e facilitar os custos, é uma opção, mas
4239 será que essa audiência pública não teria que ser regional. Em vez de audiência,
4240 conectar os seminários, falar com as assembleias, falar com o Poder Legislativo lá.

4241

4242 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Não teria nenhuma
4243 dificuldade. A questão é sempre aquela que bate aqui, não tem como superar isto,
4244 tivemos a ousadia de o nosso conselho até se reunir regionalmente. Ele não era só aqui.
4245 Tivemos dificuldade e não deu continuidade com relação a isso. Eu acredito que
4246 possamos propor ao ministério as regionais, a única coisa que, no passado, batia era a
4247 questão de recurso, isso superado, não tem e nunca houve problema nenhum.

4248

4249 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Tranquilo. Só
4250 que as minhas sugestões, talvez não tenhamos pernas para uma reposição desse desenho
4251 institucional, novas pessoas a colaborarem nesse processo para nos dar mais concretude,
4252 sabemos como fazer, mas eu acho que a questão dos recursos vem como uma primeira
4253 justificativa, e as outras questões prévias que precisam ser acordadas de pactuação para
4254 superar o financiamento, porque senão em qualquer área pública e privada sempre falta
4255 gente e sempre falta dinheiro, não é só na segurança pública, então, temos que otimizar
4256 e ver como fazer, senão corremos o risco de aquilo que o Denilson disse, acabar o ano
4257 nas 3 próximas reuniões e termos aquela sensação de frustração, que é própria inclusive
4258 de quem milita na área de segurança, temos que resignificar isso inclusive.

4259

4260 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Feneme)** – Bom-dia a todos. Pegando o gancho que ele
4261 disse, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizada da Câmara
4262 dos Deputados frequentemente tem audiência pública para tratar do assunto de
4263 segurança pública, eu nunca vi o Conasp presente, convidado pelo menos. Eu já fui, vi
4264 várias pessoas aqui individualmente indo lá. Mas, o Conasp nunca participou. A minha
4265 sugestão é que o Conasp provoque isso com o presidente dessa comissão para que se
4266 tiver assunto relevante participe. E nessa comissão todos os projetos de segurança
4267 pública o início é lá, depois eles são despachados para outras comissões. Eu acho que
4268 seria uma sugestão para o Conasp ser convidado e aí indica um conselheiro, quem está
4269 mais atinente à área do projeto vai defender a posição do Conasp. E sobre câmaras
4270 técnicas se forem mantidas, já que estamos agora com mandato novo, nós gostaríamos
4271 de fazer parte da primeira câmara técnica.

4272

4273 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
4274 **Ministério Público)** – Algumas pessoas que queiram falar poderiam optar, mas ele fez
4275 uma proposta anterior que é preliminar no caso, se ficam todas as câmaras ou não.
4276

4277 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
4278 **Identificação-FENAPPI)** – Bom-dia. Achei interessante a colocação do Eduardo e do
4279 próprio Marlon também. Por exemplo, em Goiás, tem o conselho estadual, a
4280 representante do conselho que era a Simone na gestão anterior, sempre procurava o
4281 conselho para fazer parte, nunca foi considerado. Eu acho que se não sair da Senasp
4282 uma recomendação para valorizar os conselheiros nos seus estados, eles fazem essas
4283 reuniões lá, eu não sei nem o que acontece. Agora um conselheiro que representa o
4284 Conasp no estado não é convidado, não é estimulado a participar. Até chegar o
4285 momento que deixa de procurar o conselho. É importante então fortalecer os
4286 conselheiros nos estados para participar dessas discussões que são diversas e são muito
4287 no campo teórico mesmo. Nós poderíamos estimular a participação municipal para
4288 coisas mais práticas mesmo. E em relação às câmaras, eu acho extremamente
4289 importante a colocação do Eduardo na extinção de duas câmaras que o retorno dessas
4290 câmaras é muito desnecessário. Temos que focar aqui, o tempo é curto, os temas mais
4291 importantes. Se for para escolher, se não for mudar, eu gostaria de ficar no primeiro
4292 tema.
4293

4294 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
4295 Só um esclarecimento. O que a doutora Ana Rita colocou não dá para ninguém se
4296 candidatar a nenhuma comissão antes de decidir quais são elas.
4297

4298 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Nós estamos numa fase de
4299 debates do que foi levantado pelo Pazinato e Marlon. Estamos conversando sobre o que
4300 foi proposto.
4301

4302 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** –
4303 Bom-dia a todos. Eu acho o que Eduardo está discutindo não é só uma reconfiguração
4304 dos grupos de câmaras técnicas. O que está na discussão central e que eu concordo é o
4305 que este conselho irá fazer e como ele vai fazer a incidência em nível nacional dos
4306 debates que aqui se travam. E como o Conasp é um conselho de governo, obviamente,
4307 isso teria que estar em tese alinhavado com que o governo está pensando ou fazendo em
4308 relação à questão da segurança pública. De maneira que se este conselho não tiver uma
4309 incidência política que possa estabelecer concreto com o governo no sentido de
4310 estabelecer uma agenda, nós vamos ter o tema da segurança pública em nível nacional
4311 um pouco na minha forma de ver não priorizado e continuando ausente, solto nos
4312 estados, para que cada instituição se resolva no salve se puder. O Novacki levantou aí
4313 mais de 800 projetos de lei em torno da segurança pública que com certeza tem a ver
4314 com a discussão do Susp por exemplo. Porque se pretendemos discutir, esse desejo, esse
4315 ideal político de construirmos de fato um sistema único de segurança pública e que
4316 passa a ser não só o norteador, mas um orientador da política pública de segurança em
4317 nível nacional, seria impossível que não tivesse o conhecimento de todos os projetos de
4318 lei que estão tramitando, e não só os que estão tramitando, como as próprias leis
4319 esparsas referentes aos mesmos temas. Então, há necessidade de ter, por exemplo,
4320 consultorias, eu acho dentro da proposta do Eduardo fundamental. Até porque seria
4321 humanamente impossível que algum de nós aqui assumíssemos essa consultoria
4322 voluntariamente, sendo que apesar de termos todos representações aqui políticas das

4323 instituições, eu creio que todos aqui de alguma maneira têm que trabalhar, ganhar o seu
4324 pão a partir do seu esforço de trabalho. O que o Eduardo está propondo não é só a
4325 reconfiguração de câmaras se é essa é menos ou mais importante, acho que está sendo
4326 colocada aqui é uma estrutura de funcionamento do conselho e que ele, de fato, produza
4327 uma incidência em nível nacional, a pauta que nos é dada, enquanto conselho de
4328 governo. Então, essa discussão que nós devemos retomar, até porque, Almir, é fato que
4329 o Conasp realizou algumas audiências públicas em relação a alguns temas, mas se essas
4330 audiências de fato tivessem penetrado, tivessem tido capilaridade nas instituições e o
4331 Conasp tivesse tido uma incidência com o tema abordado, nós não estaríamos aqui
4332 repondo determinados temas, o próprio tema da droga trazido pelo Conselho
4333 Federal, que fez aqui uma bela exposição, é como se depois disso não tivesse acontecido
4334 e tivéssemos a sensação da necessidade de repetir. Isso que ele está propondo, a ideia de
4335 uma consultoria que recupere essas informações exatamente para que haja uma
4336 incidência do Conasp, não só nas entidades do conselho, mas naquelas que não estão
4337 aqui representadas, mas que também tratam do tema. Acho que esse é o assunto
4338 principal que temos. Não sei como iremos estabelecer uma metodologia aqui hoje, se é
4339 só rediscutir a reconfiguração ou a inserção das entidades nesses grupos técnicos. Mas,
4340 se não discutirmos essa questão central do conselho que vamos fazer e como
4341 pretendemos construir essa agenda de incidência política, essas câmaras técnicas vão ter
4342 só os nossos nomes, vamos nos reunir e em 2014 o novo conselho que tomar posse vai
4343 dizer que está faltando debates e tal, e corremos o risco de não sedimentar as decisões e
4344 a incidência que temos aqui no conselho.

4345

4346 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Bom-dia
4347 a todos. Na verdade, eu ia começar a minha intervenção perguntando se haveria alguma
4348 avaliação das câmaras do último mandato. Quando eu vi a configuração projetada eu
4349 achei que eram muitas as câmaras. Eu não sei se os conselheiros mais antigos têm a
4350 mesma avaliação, acho importante até que quem tem mais experiência pudesse fazer
4351 essa avaliação, pois observando ali e considerando tudo de trabalho que se tem para
4352 fazer, não só nas câmaras, mas que cada instituição que participa das câmaras também
4353 faz, eu fiquei pensando como elas funcionavam e existem temas ali que têm interfaces.
4354 Essa é uma avaliação importante a fazer e para repensar esse modelo. A proposta do
4355 Eduardo é interessante porque ela dá uma perspectiva de continuidade e consistência
4356 aos trabalhos. Parece-me que algumas instituições, por exemplo, não estão mais ali e
4357 como é feita essa transição? São questões que precisam ser avaliadas até para embasar
4358 uma nova configuração e que está dentro do espírito que foi ontem de repensar o papel
4359 do Conasp, pois sabemos que existe o papel institucional do Conasp, o cons. Almir leu
4360 ontem, mas eu me refiro ao papel político que é outra coisa e que acho que se estamos
4361 pensando neste papel político de intervenção e de colocar o Conasp no centro dos
4362 debates sobre segurança pública, e esse é o caminho, são vários os debates se realizando
4363 e temos que interferir e orientá-los também. E isso é um trabalho grande e essa
4364 configuração me parece não atende a esse desejo. Em princípio, concordo com o
4365 Eduardo e gostaria até de poder entender um pouco mais, isso poderia até virar uma
4366 apresentação aqui mais tarde, em seguida, para debatermos. Então, eu acho que precisa
4367 ser feita a avaliação do como funcionou e avançarmos nesta reconfiguração e no novo
4368 caminho, fico muito feliz com isso.

4369

4370 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Bom-dia a todos. Eu estou na mesma linha
4371 do Eduardo, do Rildo e do companheiro lá das Redes. Eu confesso que o número de
4372 grupos e a temática de cada um, fiquei extramente preocupado e a primeira pergunta

4373 que me veio foi se há capacidade de atender a todas elas que são extremamente
4374 relevantes, mas são bastante amplas e na minha origem de trabalho foi
4375 internacionalizada que missão dada, missão cumprida, mas quando vi o tamanho da
4376 missão fiquei bastante preocupado, e concordo que devemos partir para um
4377 reposicionamento das câmaras, pois quando tudo é prioridade acaba que nada é. E com
4378 relação ao tema de drogas, concordo que estamos na contramão, o Viva Rio participou
4379 daquele documento da OEA, eu estive presente lá, foi um trabalho bastante
4380 enriquecedor e, lamentavelmente, estamos vendo que o país vai, mais uma vez, na
4381 contramão.

4382

4383 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
4384 **Ministério Público)** – Bom-dia a todos. Eu também sou nova, estou chegando, mas a
4385 primeira vez que eu vi esse número de câmaras temáticas perguntei ao Humberto sobre
4386 a efetividade delas. O que foi produzido disso? Eu sou muito prática, geralmente
4387 promotores de justiça são muito práticos e gostamos de ver o que dá efetividade de fato,
4388 pois é muito belo quando se cria algo, mas se não sai do papel a efetividade foi zero.
4389 Então, a pergunta é: de todas essas câmaras criadas, de todas as discussões feitas, o que
4390 se gerou de prático? Criou eco? A fala do colega foi extremamente sábia,
4391 principalmente em chamar uma consultoria, pois nós não nos vendemos bem. Na Encla,
4392 fizemos exatamente a mesma coisa, nós não somos marqueteiros, não sabemos expor o
4393 que queremos, precisamos ter todo o site refeito para que o cidadão comum, e até nós
4394 mesmos, chegar à página e ter conhecimento de quais foram as últimas deliberações, a
4395 reunião extraordinária como foi etc. Outra coisa dita pelo colega também, várias dessas
4396 câmaras se tocam, elas têm interfaces realmente e você pode eliminá-las, formando uma
4397 que abarque o tema. Outra coisa que já disse aqui desde a primeira reunião ordinária, o
4398 Conasp está dentro do governo, temos que nos lembrar disso, estamos atrelados ao
4399 governo. Então, as discussões que saem daqui, não estou dizendo que tenhamos que
4400 anuir a todas as políticas postas pelo governo, não é isso, mas temos que daqui tirar
4401 discussões e resoluções razoavelmente alinhadas ou que produzam eco, de fato, nas
4402 políticas do governo, pois senão, todas elas redundarão em um imenso zero. Então, as
4403 discussões têm que de fato crescer ou ter eco junto à política de governo, caso
4404 contrário as nossas recomendações não serão ouvidas. Nós temos aprender a negociar,
4405 não se pode recrudescer. Esta mesa, este fórum é para isso, e é por isso que não se tem
4406 voto aqui, é por consenso como na Encla? Eu não posso votar? Só direito a voz, então é
4407 por isso que estou rebelde, pois eu queria ter direito a voto, vamos conversar direito
4408 sobre isso, precisamos ter esse direito. Mas, se existe voto aqui, não se pode existir
4409 vencedores ou perdedores em um fórum como este, pois você ganha com isso a
4410 indisposição do órgão que perde, isso é um fato. Então, temos que buscar, mesmo com o
4411 voto, pelo menos consenso interno nas discussões. Eu sei que cada um de nós vem da
4412 sua base com uma postura já formada, claro, todos aqui representam o sentimento do
4413 órgão a que pertence, porém, recrudescer sem que haja uma discussão que nos leve a
4414 algum lugar torna este fórum inepto, e também não teremos deliberações práticas ou de
4415 encaminhamento. Então, proponho que se vote logo o que o caro colega disse,
4416 eliminam-se as câmaras e quais delas, para que possamos avançar na discussão.

4417

4418 **A Sra. Luciana Guimarães (Instituto Sou da Paz)** – Eu só queria fazer uma
4419 consideração ao ouvir os demais conselheiros: concordo em diminuir o número de
4420 câmaras, consultorias, é muito importante fazer esse resgate do que já temos e não
4421 perder a memória, é isso que o Eduardo traz. Mas, acho que tem uma coisa que é
4422 fundamental para que nós possamos inclusive rever essas decisões e para ver qual é o

4423 grau também de compromisso e a implicação de cada um de nós, eu acho que a Senasp
4424 tem que vir aqui, Alex, a secretária que é a presidente do conselho tem que vir ao
4425 Conasp. Olhar um pouco o histórico do Conasp e ver como foi isso, precisamos resgatar
4426 este lugar para entender, não é o papel descrito no decreto que cria o conselho, mas qual
4427 é a importância dada no cenário dos projetos da Secretaria Nacional de Segurança
4428 Pública para o Conasp? Porque também nos enfiamos em câmaras técnicas, vamos
4429 trabalhar como malucos, todos com dedicação e tal, para quê? Para nós mesmos? Então,
4430 apresentar quais são os projetos prioritários da Senasp, o que está sendo feito? Como
4431 isso se encaixa nesses anos e o ano que vem será ano de eleição e tal. Como tudo isso
4432 está sendo colocado para que o nosso trabalho seja alinhado, ainda que seja no sentido
4433 de críticas, mas atrelado a um contexto, pois caso contrário fica uma conversa entre nós
4434 mesmos e nenhum de nós temos tempo a perder. A ideia do Eduardo é excelente, gosto
4435 disso, vamos melhorando a partir de uma visualização da história, mas não dá para
4436 perdermos a discussão de fundo que é a relação do Conasp com a Senasp. A secretária é
4437 a presidente do conselho, mas, e aí? Onde está? E não é só a presença dela, mas é a
4438 presença do projeto da Senasp, quais são os projetos? Precisamos saber, não é possível
4439 que o Conselho não conheça o todo que está acontecendo na Secretaria Nacional de
4440 Segurança Pública. Então, gostaria muito de fazer essa marcação aqui e deixar
4441 registrado o quanto vale o nosso empenho neste processo.
4442

4443 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – A secretária esteve presente à
4444 primeira reunião, esteve a maior parte do tempo conosco, o ministro veio, empossou os
4445 conselheiros, por orientação do ministro, ela vai participar das reuniões, nesta reunião
4446 ela está ausente porque coincidiu com as férias dela, já estava marcada há mais tempo.
4447 Mas, a orientação do ministro é que ela esteja aqui a maior parte do tempo.
4448

4449 **O Sr. Pedro Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Bom-dia. Primeiro, eu
4450 gostaria de resgatar alguns modos de funcionamento da última gestão, eu fiquei aqui
4451 nos quatros últimos meses, mas ainda vivi algumas coisas: primeiro é a ideia das
4452 audiências públicas que antecederiam as nossas reuniões e que tinham como função
4453 problematizar e trazer melhor um tema a ser discutido. Uma dessas audiências públicas
4454 foi o tema das drogas e uma das nossas decisões, que, inclusive, não foi cumprida, foi
4455 que o Conasp chamasse uma reunião interconselhos, nós elencamos o Conad, o CNS, o
4456 CNE e faríamos então esses quatro conselhos uma discussão interconselhos porque
4457 entendíamos que poderia ser extremamente potente para a discussão que queríamos
4458 fazer. Lembrando essa decisão, acredito que poderíamos revivê-la, não exatamente para
4459 rediscutir o tema drogas, mas para discutir esses modos de funcionamento dos
4460 conselhos. Acredito que a discussão que estamos fazendo aqui que é da real eficácia dos
4461 conselhos, para que nós servimos, ela é extremamente importante, até porque isso diz
4462 respeito a certo modo de funcionamento democrático que nós mesmos construímos
4463 neste país e entendemos que este sentimento de perfumaria dos conselhos é algo muito
4464 ruim para o funcionamento democrático do país, não exatamente para o nosso
4465 funcionamento aqui. Eu acredito que esse sentimento não seja só nosso. Esse
4466 sentimento dos conselhos que não estão exatamente tendo uma eficácia nas políticas é
4467 algo que perpassa outros conselhos. Então, eu queria propor que pudéssemos resgatar a
4468 ideia de fazer um evento, um encontro, uma reunião interconselho para discutirmos
4469 inclusive esse modo nosso de funcionamento e pensar a estratégia conjunta de uma
4470 maior eficácia. O Conasp ser protagonista nessa chamada interconselhos pode ser
4471 extremamente potente para nós.
4472

4473 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Bom-dia a
4474 todos. Eu queria fazer das palavras do Edson as minhas; o cons. Pedro que ressaltou
4475 novamente a questão de recuperar as ideias passadas; a conselheira Luciana. Estou
4476 enxergando que há consenso em termos objetividade, eu queria colocar também a minha
4477 posição nesse sentido, se não for possível agora, mas que em um momento posterior
4478 tenhamos conhecimento dos trabalhos passados das câmaras e, por fim, corroborar com
4479 o Pazinato quanto às alterações.

4480

4481 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Eu gostaria
4482 de um esclarecimento: como foi criado esses 7 itens? Como chegou a eles? Eu entendo
4483 a proposta do colega de mudar, mas eu gostaria de saber como foi iniciada essa
4484 configuração.

4485

4486 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
4487 **Brasil)** – Bom, eu acho que tudo que estamos conversando aqui está convergindo para
4488 aquilo que começamos na tomada de decisão ontem à tarde, tanto as decisões técnicas,
4489 quanto decisões políticas sensatas que possam produzir resultados. Pelo que senti, esta
4490 nova plenária está buscando isso, um nível de criticidade nesses quatro anos, buscar o
4491 papel do Conasp, todos os conselheiros estão sempre fazendo e isso é bom. Mas, as
4492 câmaras temáticas foram surgindo porque aqui temos os três segmentos e o momento
4493 político também, então, por exemplo, a classe dos trabalhadores gostaria de ver aquilo
4494 que ela estava trabalhando contemplado numa câmara técnica e não ficasse incluído em
4495 outro tema que poderia se perder, da mesma forma as demais instituições. Então, foi se
4496 constituindo na época isso e a plenária achou que essa seria a melhor forma. A verdade
4497 é que a plenária aqui é plena para rever inclusive isso. Não existe impedimento, se essa
4498 é a nova proposta de resolução, a plenária é quem decide. Quando estava ouvindo vocês
4499 sobre a recuperação das edições anteriores do Conasp, me vem também uma dificuldade
4500 que temos nas nossas próprias instituições de repassar as informações, os conselheiros
4501 devem compartilhar tudo que receberam aqui, e pode ter acontecido que o representante
4502 anterior não ter passado ao novo representante isso. É preciso refletir sobre isso da
4503 dificuldade das nossas instituições também. No nosso caso, somos da maçonaria e lá
4504 não tem como tomar uma decisão sem não nos reunirmos com eles, porque senão essa
4505 decisão não é legitimada. Então, está aberta a discussão a uma nova configuração,
4506 vamos ver o que é melhor, o pleno é que decide. Acredito que o caminho que tomamos
4507 ontem de conversar com o governo, com a secretária, estamos no caminho técnico e
4508 político.

4509

4510 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –
4511 Bom-dia a todos e todas. Gosto muito da objetividade das propostas do Eduardo.
4512 Ganhamos muito com a otimização do trabalho. É um enxugamento, mas que não retira
4513 o grau de profundidade com que os temas serão tratados. É uma proposta extremamente
4514 interessante. Mas, alinho-me ao que o conselheiro Pedro disse a respeito dessa
4515 transversalidade entre os conselhos. Há cerca de um mês, houve uma reunião do CNDH
4516 que está criando uma comissão de segurança pública e 3 ou 4 GTs que trabalharão
4517 temas de segurança pública. O Fenop foi convidado a participar, justamente, pelo tema,
4518 a questão da violência institucional. Naquela oportunidade, quando foi criada a
4519 comissão, uma das coisas que eu questioneei à ministra foi a razão pela qual o Conasp
4520 não constava ali como um dos órgãos que deveria estar presente naquele conselho, é
4521 justamente essa transversalidade interconselhos. Havia uma preocupação se poderia

4522 constar ali ou não por uma questão regimental. Eu havia participado havia pouco tempo
4523 aqui e tomei essa iniciativa para pelo menos provocar isso. Obrigada.

4524

4525 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4526 **Brasil)** – Vamos começar a alinhar os textos das propostas. Pedimos ao Eduardo que
4527 coloque a proposta dele.

4528

4529 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Deixe-me passar um informe:
4530 O Robson criou uma página no facebook, você poderia mostrar aí? Quem tiver perfil e
4531 quiser entrar, não vai ser por enquanto um canal oficial, o canal oficial, dos
4532 conselheiros, é o e-group, mas aproveitando as novas tecnologias, já temos mais esse
4533 grupo de discussão. É na página do Conasp, no facebook, é só entrar lá, o grupo vai
4534 aceitando as inscrições. Quem quiser, pede ao Robson para ser adicionado.

4535

4536 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4537 **Brasil)** – Vamos a um intervalo de 15 minutos para que os segmentos possam conversar
4538 sobre a composição. Vamos retornar? Vamos ao parágrafo do desenho institucional para
4539 fazermos a leitura.

4540

4541 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Bem,
4542 colocamos ali desenho institucional e colocamos objetivo até para uma questão que não
4543 havia falado antes. Vou ler para avaliarmos: “Propõe-se a reorganização do desenho
4544 institucional do CONASP, notadamente no que se refere ao reposicionamento
4545 estratégico de suas Câmaras Temáticas e demais instâncias organizativas, cabendo à
4546 Secretaria Executiva a proposição de documentos norteadores das reuniões, dos seus
4547 encaminhamentos e devidos monitoramentos, alterando, sobretudo, o modelo de atas
4548 para o de planos de ação, os quais servirão de base para as agendas do CONASP”. Isso
4549 eu não tinha colocado, mas, particularmente, acho que ata de condomínio para lermos os
4550 encaminhamentos, para fins só de registro não, mas para tirarmos um plano de ação, o
4551 que, quando, onde e quem é o responsável para monitorarmos, até para fazer uma ata
4552 para guardar nos anais do Ministério da Justiça, mas para fins executivos tem que ser
4553 uma coisa mais propositiva. Isso eu não tinha falado, coloquei ali só como registro. Vou
4554 ler para não ficar monopolizando, depois faremos a revisão, não havia um organograma,

4555 isso é apenas um ensaio devido ao tempo:



4556
4557

4558 “2 - Propõe-se a criação do Observatório do CONASP com a finalidade de monitorar a
4559 eficácia e a efetividade das produções normativas do Conselho, assim como das
4560 deliberações da Conseg. O referido Observatório será potencializado, inicialmente, com
4561 a contratação de consultor técnico para o desempenho dessa atividade, em conjunto com
4562 a Secretaria Executiva e Pleno do CONASP. Caberá também ao Observatório coligir e
4563 sistematizar as contribuições advindas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
4564 no que concerne aos projetos do Poder Legislativo na área da segurança, da justiça e dos
4565 direitos humanos, entre outras interfaces correlatas com a ENASP e o novel SINESP. 3
4566 - Propõe-se a contratação de consultor técnico para desenvolver ferramentas de
4567 comunicação (interna e externa) para o CONASP, a exemplo de Portal, redes sociais,
4568 etc. Caberá, ainda, ao referido consultor, em conjunto com a Secretaria Executiva e
4569 Pleno do CONASP, organizar e sistematizar as produções do CONASP, com vistas a
4570 estruturação de uma linha editorial (com Revistas, Cadernos Temáticos e afins). 4 -
4571 Propõe-se a contratação de consultor técnico voltado a construir metodologias
4572 participativas de atuação e interlocução do CONASP com a sociedade civil e
4573 instituições de Estado. Caberá, igualmente, a esse profissional contribuir para a
4574 preparação da II Conseg, assim como instrumentos participativos inovadores de
4575 sensibilização da temática da segurança na agenda municipal, estadual e nacional, a
4576 exemplo de Diálogos Regionais, Reuniões Interconselhos, Audiências Públicas, etc.”.
4577 Eu incorporei a sugestão do Henrique. 5 - Propõe-se a contratação de, pelo menos, 3
4578 (três) estagiários, entre eles 1 (um) específico para a área de Informática e/ou TI, para
4579 qualificar e aperfeiçoar o assessoramento da Secretaria Executiva tanto nas reuniões do
4580 Pleno quanto das Comissões Temáticas e Temporárias”. Isso para mim não é razoável
4581 que as comissões temáticas, com a saída dos conselheiros, tenha sido embora, isso não
4582 existe. A Secretaria Executiva tem que arquivar os planos de ação, monitorar e jogar nas
4583 agendas do pleno. Se não tem estrutura tem que reclamar.

4584

4585 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4586 **Brasil)** – Por favor, Eduardo, vamos ao item 4 da Conseg? O consultor será responsável
4587 por construir a metodologia? Eu não sei se todos sabem quem é responsável pela

4588 coordenação das futuras conferências nacionais de segurança pública é este pleno. Não
4589 terá um coordenador-geral, o coordenador é o pleno, já foi decidido por este Conasp, a
4590 não ser que esta plenária mude essa decisão. Aí é só para a metodologia, não é para
4591 coordenar as conferências? Ok, perfeito. As câmaras temáticas, pelo regimento interno,
4592 terão que ser criadas por uma nova resolução. A nova proposta será dirigida à nossa
4593 presidente por uma decisão colegiada. Vamos compilar, está aberto para agregar ou
4594 suprimir algo ao texto. A pergunta que faço de modo prático é: são duas câmaras com
4595 15 membros, essas duas câmaras comportarão os 15 conselheiros cada uma? É
4596 suficiente? Estou falando para suscitar o debate.

4597

4598 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
4599 **Ministério Público)** – Ao invés de justiça criminal podemos colocar segurança e
4600 sistema de justiça, que abarca tudo.

4601

4602 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4603 **Brasil)** – Eu acrescentaria ali, a cultura de paz, que ficaria mais completo. O que está
4604 sendo proposto é que das sete câmaras foram reduzidas para estas duas. Serão criadas
4605 por resolução. A outra provisória, que vocês estão vendo, já foi criada e aprovada ontem
4606 e já tem os nomes que cada segmento vai dizer divulgar aqui agora. Tudo que nós
4607 escrevemos aqui passa também pelo crivo da Assessoria Jurídica do ministério. Há
4608 consenso nessas duas?

4609

4610 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – São duas coisas: a
4611 primeira, em relação a ser somente duas câmaras temáticas, uma das coisas a se
4612 perguntar é se nós precisamos de fato que todas as entidades estejam dentro das
4613 câmaras, pois são câmaras do Conasp, não são câmaras das nossas entidades. Então,
4614 aquela primeira pergunta: será que duas câmaras são suficientes para abrigar todos os
4615 segmentos? Talvez não precise de todas as entidades estarem dentro das câmaras.

4616

4617 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A Comissão Temporária
4618 também é equivalente a uma câmara, a entidade que está ali talvez não precise estar, até
4619 porque pode ser que não tenha perna para acompanhar tudo.

4620

4621 **O Sr. Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – E a observação é para
4622 garantir que a Comissão Temporária esteja de fato junto com mesa diretora.

4623

4624 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4625 **Brasil)** – A Câmara Temporária estará junto com a mesa diretora, ontem foi decidido
4626 isso, vamos colocar no texto, só no trabalho, quando estará reunida a mesa diretora,
4627 também estará a Comissão Temporária. Bom, nós já vamos partindo para aquele
4628 momento que estamos prontos para decidir ou votar, se for o caso. Estamos
4629 modificando uma estrutura. Isso é muito importante, não tem mais nenhuma proposta?
4630 Então, vamos colocar em regime de votação. A criação de proposta de resolução de
4631 modificação das câmaras temáticas substituindo a anterior. Há consenso nessa criação?
4632 **CONSENSO, APROVADA POR UNANIMIDADE.** E agora vamos à escolha dos
4633 membros da Comissão Temporária. Os gestores. Já estão preparados para divulgar os
4634 nomes?

4635

4636 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
4637 Dra. Ana Rita como titular e Joel...

4638
4639 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4640 **Brasil)** – Regimentalmente ela não pode, pois é convidada. Acredito que não possa, até
4641 depois ela não ter frustração.
4642
4643 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu acredito não ter objeção,
4644 até porque a Comissão Temporária, nós é que criamos aqui, está prevista no regimento,
4645 mas...
4646
4647 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4648 **Brasil)** – Perfeito. Só queria essa explicação.
4649
4650 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
4651 Gestores: dra. Ana Rita como titular e Joel Malta como suplente.
4652
4653 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
4654 **Identificação-FENAPPI)** – Dos trabalhadores ficaram Antonio Maciel Aguiar Filho da
4655 Fenappi e o Wesley Barreto Bastos do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –
4656 Sindarspen.
4657
4658 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** –
4659 Sociedade civil: Pedro Bicalho do Conselho Federal de Psicologia e o Edson Diniz
4660 Nóbrega Júnior, Redes de Desenvolvimento da Maré.
4661
4662 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4663 **Brasil)** – Bom, vamos agora criar o texto da resolução? O Alex vai criar consoante as
4664 normas técnicas, seria bom pegar a anterior.
4665
4666 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Um minuto, na parte o José
4667 Monteiro da Secretaria de Grandes Eventos virá às duas horas, então, se deixarmos para
4668 votar isso depois, vai haver falta de quórum, sugiro votar antes.
4669
4670 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4671 **Brasil)** – Não tem mais nada para aprovar não. Está tudo aprovado.
4672
4673 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Assim, provavelmente, ele
4674 não ficará até o final da tarde, então até 5 da tarde a reunião continua, então, poderíamos
4675 aproveitar para votar alguma coisa. A partir das 5 horas fica difícil ter o quórum
4676 necessário para votar, então, o que tiver que votar terá que ser agora.
4677
4678 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4679 **Brasil)** – Não é só o texto da resolução, são os textos das decisões colegiadas que foram
4680 tiradas. Foram aprovadas, mas o texto delas não foi construído.
4681
4682 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A questão da composição das
4683 câmaras, eu pergunto quem quer participar?
4684
4685 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
4686 **Sindarspen)** – O formato composição das instituições não é na mesma linha da

4687 formatação do Conasp, representantes dos trabalhadores, segmento da sociedade civil,
4688 segmento dos gestores? Não há paridade?

4689

4690 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Não, você está sendo
4691 voluntário.

4692

4693 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
4694 **Sindarspen)** – As anteriores tinham essa paridade.

4695

4696 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Como agora são só duas, é
4697 difícil que nas duas não tenham representados os segmentos.

4698

4699 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Vamos lá, São duas câmaras.
4700 A primeira: **CT Instituições de Segurança Pública e Sistema de Justiça:** 1 – Antonio
4701 Maciel; 2 – Marlon; 3 – Cel. Mesquita; 4 – Eduardo Pazinato; 5 – Luciana Guimarães; 6
4702 – Márcio Godoy; 7 – Marco Antonio Pampolha Gomes da Silva; 8 – Joel Malta; 9 –
4703 Ana Paula Diniz; 10 – Sandro Santos; 11 – Rildo Marques; 12 – Patrícia Couto; 13 –
4704 Silvana da Silva; 14 – Massimiliano Russo; 15 – Henrique Mendonça de O. Queiróz; 16
4705 – Ana Rita.

4706

4707 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4708 **Brasil)** – Não pode constar nas duas comissões. Nas sete não podiam participar uma das
4709 outras.

4710

4711 O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Segunda: CT Participação
4712 Social, Prevenção das Violências e Promoção dos Direitos Humanos e da Cultura de
4713 Paz: 1 – Alberto, Carlos Magno, Pedro Bicalho; Edson, Clovis.

4714

4715 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A segunda câmara está com
4716 5, todos da sociedade civil. São 16 na primeira. 21 conselheiros se manifestaram,
4717 existem mais 9 que ainda podem fazê-lo.

4718

4719 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4720 **Brasil)** – Mas aí todos gostariam de ficar nas duas. Vamos pensar novamente a
4721 composição. (*intervenções fora do microfone*).

4722

4723 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Já poderemos considerar que
4724 não temos recursos para efeito de planejamento.

4725

4726 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Encaminhamos
4727 o que estamos propondo. Vamos discutir agora como. A Mesa Diretora vai ter que
4728 sentar com a área orçamentária ou com a secretária nacional e dizer que o desenho
4729 constitucional do Conasp foi mudado e para que funcione será preciso que emitir xis
4730 passagens a mais, a Secretaria Executiva vai nos ajudar a prever, ou se não têm recursos
4731 para as passagens, o retorno terá que ser dado ao Conasp. E cabe ao Senasp auxiliar a
4732 organização do Conasp. Mas, imagine, se não tem recursos para duas câmaras
4733 temáticas, por que tinha para sete?

4734

4735 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
4736 **Brasil)** – É a mesma coisa, as sete estavam diluídas.

4737

4738 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Então, coloca
4739 uma reunião de uma câmara de manhã, a outra à tarde e a passagem para todo mundo à
4740 noite.

4741

4742 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Gente, aí vira outro dia de
4743 reunião de um dia do Conasp. Só que de manhã terá um tema e à tarde outro. A pessoa
4744 vem para Brasília, mas acaba participando das duas. Na quarta-feira seria reunião das
4745 câmaras temáticas?

4746

4747 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Vamos ver, nós
4748 encaminhamos tudo, voltamos a nos reunir em agosto, e até lá?

4749

4750 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do
4751 Brasil)** – Vamos fazer a proposta, veremos as possibilidades.

4752

4753 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –
4754 MNDH)** - São duas propostas: uma seria fazer como ele está propondo e, no último
4755 caso, não tendo recurso, juntar com a reunião do Conasp, fazer o quê?

4756

4757 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Mas, aí não, eu
4758 acho que não porque a câmara temática não prepara os processos, aí a lógica atuarial,
4759 orçamentária e financeira impera para definir aquilo que o Rildo está dizendo, os rumos
4760 da política pública. Aí não dá, se não temos condições de tirar passagens da Senasp em
4761 três reuniões até o final do ano, por favor, vamos ter que fechar.

4762

4763 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do
4764 Brasil)** – Bom, não temos essa informação agora, temos que consultar o ministério.
4765 Então, a aprovação nossa foi para consulta ou foi criando das duas comissões? Foram
4766 criadas as duas. A discussão é se poderá participar das duas.

4767

4768 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –
4769 Os conselheiros que estão ausentes poderão depois se posicionar?

4770

4771 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do
4772 Brasil)** – Sem dúvida, pode sim. E está faltando muitos, inclusive de gestores. Vamos
4773 consultar o ministério. Vamos em frente.

4774

4775 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Só para
4776 lembrar então, como ficaram as comissões? Como ficou a segunda? Tinham 5 membros
4777 só, são 7 agora, porque eu e o Marlon, nos colocamos à disposição, e a Lu também,
4778 então, somos 8.

4779

4780 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Eu proponho ver a questão
4781 de orçamento, ver como vai ser operacionalizadas as reuniões.

4782

4783 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Então, têm
4784 mais 8 pessoas que querem participar das duas, como é que fica?

4785

4786 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Vamos lá então, nós vamos
4787 consultar: Pazinato, Alberto, Ana Paula, Silvana, Rildo, Patricia, Carlos Magno, Clovis,
4788 Godoy/Henrique, Malta, Luciana.

4789
4790 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
4791 É compartilhamento de cadeira, então, fica a APCF na CT 1 e a ABC na CT 2.

4792
4793 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Alex, a
4794 ABC e a APCF é compartilhada, uma reunião ele é titular e na outra eu sou suplente.
4795 Mas, temos o trabalho conjunto.

4796
4797 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Agora vamos ver a
4798 composição como ficou da CT2: Alberto, Carlos Magno, Pedro Bicalho; Edson, Clovis,
4799 Pazinato, Ana Paula, Silvana, Rildo, Patricia, Godoy/Henrique, Joel Malta, Luciana,
4800 Patrícia Couto. Aqui temos membros das duas, temos que fazer a transposição depois.
4801 Uma coisa que com certeza não vai dar é titular e suplente, um em cada CT, vai dar 30
4802 em cada uma.

4803
4804 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eu acho que é
4805 importante, antes de chegarmos aqui ao segundo turno, que várias terão que retornar a
4806 seus estados de origem, que a Secretaria Executiva, Alex, em meia página, elenque o
4807 que nós encaminhamos, quem são os responsáveis e quais são os prazos. 1 - Nós
4808 encaminhamos com a Comissão Temporária de fazer uma reunião junto com a Mesa
4809 Diretora com a secretária nacional; quando teremos o retorno, quando isso vai se dar
4810 etc. 2 – Nós encaminhamos que vamos fazer a alteração do desenho institucional e vai
4811 ser feita uma consulta à Conjur, quando terá o retorno; 3 – Nós encaminhamos a
4812 composição das câmaras. Isso para mim é o plano de ação, pois as pessoas passarem 48
4813 horas em Brasília, com todo esforço pessoal de renúncia, e chegar ao final não ter o
4814 começo, meio e fim, quem foi, quando, não dá.

4815
4816 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Vamos colocar isso na
4817 planilha, e na semana que vem terá uma resposta desses prazos. Eu não sei quanto
4818 tempo a Conjur vai levar.

4819
4820 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Perfeito. Só
4821 que chegar em agosto na reunião do pleno para discutir isso, aí eu vou propor outro
4822 nível de encaminhamento, pois na segunda reunião do ano, chegar na terceira e a Conjur
4823 não conseguiu fazer um parecer em dois meses de um parágrafo!

4824
4825 **INFORMES**

4826 **7/6/2013**

4827 **Manhã**

4828
4829 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, fechando essa questão
4830 das câmaras temáticas, vamos abrir para temas livres que são os informes dos
4831 conselheiros. Primeiro, o cons. Pedro Bicalho pediu para distribuir este material que
4832 está sendo distribuído.

4833
4834 **O Sr. Pedro Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – O CFP está participando da
4835 Assembleia Geral da OEA na Guatemala, cujo tema é a política de droga da América

4836 Latina e esse foi o material que levamos para distribuir por lá. Quando o Eduardo falou
4837 sobre a questão das drogas, eu liguei ao Conselho Federal e pedi para trazer uma cópia
4838 para cada um. Na verdade, a nossa inserção na temática em função de uma série de
4839 discussões que diz respeito às internações voluntárias, compulsórias, há uma política de
4840 drogas ainda no campo do proibicionismo, esse é o material que é também lúdico, isso
4841 aqui é um vídeo com alguns episódios de historinhas, como se fosse um desenho
4842 animado, cada episódio tem um livrinho dizendo o que é, então, na verdade, é numa
4843 linguagem bem acessível e acreditamos que isso possa contribuir para um debate mais
4844 qualificado do tema.

4845

4846 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
4847 **Sindarspen)** – O tema que eu trago neste momento, inclusive depõe contra tudo que
4848 nós estamos tentando construir em relação não só à questão da segurança pública, até
4849 mesmo depõe contra a democracia neste país e que, recentemente, atingiu, frontalmente,
4850 um dos nossos conselheiros, o policial militar Pedro Queiróz da Silva, que é o
4851 presidente da Associação Nacional dos Militares que, inclusive, não está aqui conosco
4852 hoje por um fato que vou tentar relatar bem rápido. Acontece no estado do Ceará, onde
4853 eu resido, os policiais militares, há uns dois anos, tomaram decisões políticas de
4854 organização, através de suas associações, para melhoria de sua condição de trabalho e
4855 de vida. Dentre esses estados, no estado Ceará, houve realmente uma paralisação dos
4856 militares, mais precisamente no mês de janeiro de 2012, durante quatro dias, a
4857 segurança pública do estado Ceará tornou-se comprometida pela ausência desses
4858 policiais militares nos seus respectivos postos de trabalho. Diante disso, houve um
4859 acordo com o governo do estado, com a participação de vários segmentos da sociedade
4860 civil, sindicatos, AOB, Ministério Público, dentro desse acordo, o governo do estado
4861 firmou um termo de acordo para atender as reivindicações desses trabalhadores, parte
4862 delas foi atendida de imediato, e as demais foram prometidas em acordo para os meses
4863 seguintes. Infelizmente, após um ano de tentativas dos policiais militares em reaver o
4864 compromisso e o firmamento do acordo com o governo do estado, não prosperou.
4865 Diante disso, os policiais militares organizaram manifestações na Assembleia
4866 Legislativa, aqui no Congresso Nacional etc. E no último Diário Oficial, publicado em
4867 22 de maio de 2013, documentos que tenho arquivados aqui na minha pasta, o
4868 controlador geral adjunto de disciplina, no Ceará não tem corregedoria, agora tem uma
4869 Controladoria dos Integrantes dos órgãos Públicos, que era a antiga Corregedoria das
4870 Polícias Civil e Militar e Corpos de Bombeiros. Hoje existe uma Controladoria Geral
4871 dos Trabalhadores de todas as áreas, incluindo sistema penitenciário: “Visando apurar a
4872 responsabilidade dos policiais militares, soldado PM Pedro Queiróz da Silva, pelos fatos
4873 noticiados do Ofício...”, ele cita o ofício do Comando-Geral, “referido militar teria
4874 participado de uma reunião ocorrida no dia 3 de janeiro de 2013, sob a liderança de
4875 integrantes da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do estado do Ceará,
4876 resolve punir, com demissão, os policiais militares, dentre os quais o soldado Pedro
4877 Queiróz da Silva”, atual conselheiro deste Conasp. Diante dos fatos, presidente,
4878 secretário executivo e demais conselheiros, eu queria propor uma manifestação de apoio
4879 e solidariedade a essas pessoas que foram demitidas sumariamente, tendo em vista o ato
4880 político realizado e propor nota de repúdio ao governo do Ceará por tamanha atitude
4881 desrespeitosa, contrário a todo esse compromisso firmado que criou inclusive este
4882 Conasp que, certamente, foi criado através da base social do nosso país. Este é o meu
4883 informe e a minha sugestão: uma nota de solidariedade aos trabalhadores que foram
4884 demitidos e uma nota de repúdio ao governo do estado do Ceará por tamanha
4885 arbitrariedade.

4886

4887 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos) –**
4888 Para nós do Movimento Nacional de Direitos Humanos consideramos essa notícia
4889 trazida pelo Augusto, sentimos isso da maior gravidade de violação do direito de
4890 participação, direito consagrado na Constituição Federal e que ainda os regulamentos
4891 militares, de alguns estados, não contemplam esse direito que é, inclusive, universal.
4892 Não só ele como representante lá da sua liderança, dos policiais militares do Ceará, mas
4893 também como membro deste Conselho, eleito, a sua entidade foi eleita e ele indicado
4894 como representante como se então ele não podendo fazer reuniões no Ceará, não
4895 poderia também fazer as reuniões neste Conselho. É um contrassenso. E a sua
4896 associação ao permitir que ele venha para cá exatamente pelo exercício constitucional
4897 da democracia pela participação, eu não queria só uma nota de repúdio, que eu acho
4898 muito pouco, acho que este conselho tem que procurar um diálogo no governo do
4899 Ceará. Temos que determinar aqui alguém que faça uma interlocução no governo
4900 daquele estado e que mostre o que significa inclusive este Conselho Nacional. Vou dar
4901 um exemplo: o ano passado teve uma manifestação aqui, minha e do conselheiro
4902 Benedito Mariano, em relação ao que o governo do estado de São Paulo está fazendo
4903 dentro da Ouvidoria de Polícia, que um dos órgãos do controle da atividade de policiais
4904 que mais tem contribuído naquele estado na relação de sociedade entender as questões
4905 da polícia. E o sr. governador Geraldo Alckmin há dois anos emperra o processo de
4906 escolha do novo ouvidor. Este conselho não encaminhou a moção de repúdio ao
4907 governador no sentido de que ele garantisse o que está na lei, não é nem um favor que
4908 ele estaria fazendo. Estive ontem com a companheira Patrícia Couto, na Fnop, que está
4909 com o problema da Ouvidoria de São Paulo na mão, imediatamente, a Ouvidoria de
4910 Direitos Humanos encaminhou ao SDPH que já vai fazer interlocução com o governo,
4911 mostrando a força do Conselho de Direitos Humanos. Este conselho tem que mostrar a
4912 sua força. E se ele não mostrar a sua força agora no caso do cons. Pedro Queiróz, eu
4913 fico pensando que nós vamos ter muita dificuldade de fazer quaisquer dessas coisas de
4914 câmaras técnicas, Susp, comissão, porque isso é uma violação política, da sua dignidade
4915 enquanto pessoa humana e que o Ministério da Justiça, junto com a Secretaria de
4916 Direitos Humanos, já baixou uma Portaria Interministerial nº 002/2010, permitindo que
4917 os policiais militares, inclusive de baixa patente, possam ter sim participação em
4918 reuniões. Mais do que uma nota de repúdio, eu queria encaminhar que este conselho
4919 designasse junto com um documento solicitando ao governador do Ceará a revisão da
4920 medida tomada, a restauração do cargo do Pedro Queiróz e dos outros que foram
4921 afetados pela medida e o conselho terá que fazer esse encaminhamento.

4922

4923 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional) – Reitero,** e concordo
4924 com o cons. Rildo nessa medida. Eu quero espaço aqui para fazer solicitar a
4925 concordância dos conselheiros para que seja encaminhado ao e-mail do grupo, por mim,
4926 os vídeos das diversas autoridades que estiveram presentes ao seminário sobre sistema
4927 prisional realizado pela Pastoral Carcerária. Tenho alguns Power Point que eles
4928 entregaram para nós, o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal que eu fiz
4929 a leitura dos problemas que ele apresentou, da coordenadora do Centro Operacional de
4930 Direitos Humanos do Ministério Público e Fiscalização da Atividade Policial de Minas
4931 Gerais e outros falando, inclusive, da Justiça Restaurativa. Dada à dificuldade de
4932 reunião, de tema e tal, eu queria divulgar isso e pedir os destaques de todos os senhores
4933 para isso, são slides curtos, mas eu acho que poderá acrescentar muito. E, por fim, eu
4934 falei aqui ontem sobre a Decisão Colegiada nº 6, eu queria pedir ao Alex que trouxesse
4935 ou informasse pelo e-mail do grupo sobre esse posicionamento, pois eu não ouvi

4936 nenhum comentário ou posição sobre a resposta da decisão colegiada de 6 de dezembro
4937 de 2012, eu li aos senhores e repito: “...Que garanta a participação de representantes do
4938 Conasp junto ao grupo de trabalho do Ministério da Justiça que vai investigar os
4939 problemas do sistema prisional.”. Então, eu gostaria de ter um retorno, mesmo que seja
4940 meramente por e-mail para nosso conhecimento da decisão tomada.

4941

4942 **O Ten. Cel. Mesquita (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Comandantes**
4943 **Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG-PM/CBM) –**
4944 Bom-dia a todos e todas. A respeito dessa notícia vinda do Ceará, eu julgo de extrema
4945 necessidade que o conselho seja em primeiro lugar, diligente, para tratar desse assunto,
4946 pois no serviço público uma pessoa que tem estabilidade, pela informação que está
4947 divulgada no site, não é sumariamente exonerada, demitida e colocada para fora das
4948 fileiras de uma instituição permanente como a Polícia Militar. Então, eu sugiro que
4949 verifiquemos primeiro se houve o devido processo legal, se houve amplo direito à
4950 defesa e ao contraditório, tudo isso, tomar pé da situação, se inteirar melhor de todos os
4951 fatos, antes de fazer qualquer manifestação. Eu entendo essa medida de já fazer uma
4952 moção de repúdio ou outro instrumento qualquer, é precipitada sem antes termos todas
4953 as informações necessárias, pois poderá arranhar a imagem do conselho. O conselho
4954 tem que ser pontual? Sim; tem que ser cirúrgico? Sim, mas de uma forma cautelosa,
4955 diligente, e que tenhamos todas as informações em mãos sob pena de ser colocada a
4956 credibilidade do Conasp à prova. Essa é a minha consideração.

4957

4958 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**
4959 **Estaduais - Feneme) –** Na verdade, a minha manifestação vai ao encontro ao que o
4960 conselheiro Mesquita disse. Há que se ter prudência nesses casos. Até que o regime
4961 jurídico dos militares, queiramos ou não, até que a lei não mude, é um pouco
4962 diferenciado. E, realmente, quem tem estabilidade, quem não conhece, é submetido a
4963 conselho, tem direito de defesa e tal, assim, sumariamente não foi, e têm instâncias
4964 todas para procurar. Eu recomendaria prudência, talvez até o conselheiro vir aqui e se
4965 manifestar.

4966

4967 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) –** Talvez um pedido de
4968 informações...

4969

4970 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**
4971 **Estaduais - Feneme) –** Uma informação para depois sim em face ao que for recebido
4972 que o conselho tome uma medida ostensiva, digamos assim, para depois ele não ser
4973 rechaçado por algo que não tenha o domínio da informação.

4974

4975 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
4976 **Ministério Público) –** Olhe, senhores, eu não sei quem é o conselheiro Pedro Queiróz,
4977 mas qualquer atento a direitos e às garantias individuais merece o nosso total repúdio,
4978 entretanto, eu preciso ter conhecimento do todo. E uma coisa é fato, você lançar uma
4979 nota de repúdio sem se apropriar da informação do todo, uma coisa é certa: põe em
4980 cheque a nossa credibilidade sim. O que foi digo pelo cons. Rildo que precisa abrir um
4981 canal de fala com o governo do estado, até um pedido de informação, usando a chancela
4982 deste conselho para que diga o que foi que houve e aí sim tendo total conhecimento de
4983 todas as informações prestadas uma nota técnica saia com maturidade, com peso e com
4984 conhecimento de causa. De outra forma, corremos o risco de, sem ter o conhecimento
4985 da matéria, vir outra nota, da outra parte, nos acusando de posicionamento sem ter

4986 conhecimentos dos fatos. Deve rechaçar sim toda postura que venha de encontro aos
4987 direitos e garantias, todo cidadão tem direito de se reunir, mas para que uma nota
4988 técnica saia daqui deste conselho, eu mesma não estou habilitada a por o nome do
4989 CNMP sem que eu saiba do todo. Temos que fazer uma nota técnica sim, após a
4990 sapiência do todo.

4991

4992 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
4993 **Sindarspen)** – Bem, conselheiros, inclusive na minha ingênua compreensão e na minha
4994 certeza de compreensão do que seja um papel de um conselheiro, seja que instância o
4995 conselho se insere e, principalmente, membro de Conselho Nacional de Segurança
4996 Pública, certamente, qualquer um de nós devamos nos pronunciar fundamentados em
4997 relatos, em documentos públicos e não só em informações jornalísticas apenas.
4998 Certamente, tomei todas essas cautelas, inclusive, sugeri ao nobre cons. Pedro Queiróz
4999 que encaminhasse à Secretaria Executiva do nosso conselho todo o relato,
5000 fundamentando o que aconteceu, as publicações no Diário Oficial, tudo. Quero trazer
5001 aos senhores que no dia 5 de junho agora, o conselheiro deslocava-se para o aeroporto
5002 vindo para esta sessão ordinária do conselho quando foi abordado por dois oficiais de
5003 polícia no aeroporto de Fortaleza que lhe comunicaram da necessidade de ele entregar a
5004 identidade funcional militar, o fardamento e todo e qualquer apetrecho de propriedade
5005 da Polícia Militar. Tendo sido comunicado do fato in loco, o nobre conselheiro,
5006 infelizmente, não pôde se deslocar para esta sessão, portanto, a ausência dele foi ou
5007 deve ser comunicada à secretaria, e sugeri que ele encaminhasse à secretaria do Conasp.
5008 Portanto, concordo plenamente que temos que nos respaldar, conhecer todos os teores
5009 dos fatos. Quando me referi ao processo de forma sumária, porque pelo registro dos
5010 acontecimentos, a reunião foi em 3 de janeiro e agora no dia 5 de maio foi feita a
5011 publicação, eu falei sumário foi devido nesse tempo tão hábil que a Controladoria do
5012 estado do Ceará teve para demitir esse funcionário público que tem a efetividade e
5013 estabilidade. Mas, ele enviou a documentação justificando a ausência, que já deve estar
5014 na caixa postal da Secretaria Executiva, e eu sugeri que ele fizesse isso e anexasse toda
5015 documentação. Certamente, até o final desta reunião ou até mesmo antes vai chegar
5016 aqui.

5017

5018 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Até hoje de manhã ainda não
5019 tinha chegado.

5020

5021 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
5022 **Ministério Público)** – Quando chegar repassa isso para mim? Depois de todos nós
5023 lermos todo esse material no nosso fórum virtual nos posicionarmos. Agora eu disse, eu
5024 senhor trouxe uma notícia, não é descrédito nela, só quero que o senhor entenda. E
5025 nossa nota precisa ser firme, agora precisa ser embasada desde que nós nos apropriemos
5026 do fato como um todo.

5027

5028 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
5029 **Sindarspen)** – Presidente, terminando o meu posicionamento, quero dizer que concordo
5030 plenamente com os demais conselheiros, reafirmo a minha proposta, não só de
5031 solidariedade aos que foram punidos de forma arbitrária e também de repúdio ao
5032 governo do estado tomando as devidas cautelas, e tenho certeza de que essas cautelas
5033 foram tomadas, eu não sei ainda por que ainda não chegou na Secretaria Executiva, mas
5034 chegará antes do final desta sessão.

5035

5036 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
5037 **Brasil)** – A manifestação do Conasp se dá por resolução, parecer, moções,
5038 recomendações e decisão colegiada. Nesse caso, será uma moção, regimentalmente, é
5039 uma moção, só para esclarecer.

5040
5041 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Com todo
5042 respeito à doutora Ana Rita, mas eu queria saber se a posição de convidada no conselho
5043 vai trazer essa possibilidade de implicar a pessoa dela perante o Conselho Nacional do
5044 Ministério Público, perante o procurador-geral da República, pois se a decisão colegiada
5045 ou moção vai expor a pessoa do convidado nos termos do regimento interno.

5046
5047 **A Sra. Ana Paula Diniz de Mello Moreira (Secretaria Especial de Direitos**
5048 **Humanos – SEDH)** – O Rildo citou aqui a Secretaria de Direitos Humanos e aí eu vou
5049 fazer algumas lembranças. Eu não sei se o Conasp é o órgão jurídico para analisar esse
5050 caso específico. Aqui é um órgão político, é uma posição política. Existe uma portaria
5051 interministerial que trata das diretrizes de direitos humanos dos profissionais de
5052 segurança pública que é de 2010 que foi citada pelo Rildo e essa portaria, assim como o
5053 PNH III, assim como uma própria Conasp em relação aos regulamentos das Polícias
5054 Militares está sendo tocada, existe uma posição sim, pois o PNH III é um decreto, existe
5055 sim uma portaria interministerial falando sobre a questão do direito de participação e
5056 direito de voto, aliás, é um direito eletivo dos policiais militares e é um grande problema
5057 que foi detectado quando da formulação dessa portaria. E sobre isso, nesse foco,
5058 acredito que o Conasp não tem que atuar como advogado de defesa de um conselheiro,
5059 não é esse o papel do Conasp, o papel é se manifestar sobre a perda de um direito
5060 fundamental, um direito que é retirado realmente dos profissionais militares, dos praças,
5061 acho que é essa a questão que foi dita aqui pelo Rildo e é essa questão que tem que ser o
5062 foco. Em relação ao Queiróz especificamente eu não sei se nem o Estatuto da
5063 associação permitirá que ele permaneça como presidente da associação se ele não é
5064 mais policial militar. Isso é uma questão que vai ter que ser discutida na associação, é a
5065 representação dele. E isso tem desdobramento com o Conasp sim. Agora, eu gostaria
5066 muito que fossem lembrados esses dois instrumentos que eu citei: a Portaria
5067 Interministerial de 2010 que trata especificamente sobre as diretrizes e os direitos dos
5068 profissionais de segurança pública, que entre eles está o direito de participação e o
5069 direito de voto; e o PNH III também que trata da reestruturação da Polícia Militar com
5070 relação a seus regulamentos disciplinares, que é um problema que foi detectado e saiu
5071 de uma conferência nacional. Eu não estou dizendo aqui que vai sair uma carta ao
5072 governador do estado do Ceará, talvez seja uma orientação ao Brasil inteiro, que isso
5073 seja respeito e instituído. Só gostaria de fazer aqui esse aparte porque são coisas que já
5074 existem, não estou aqui inventando a roda. Obrigada.

5075
5076 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Eu falo agora como oficial reformado da
5077 Polícia Militar. Acho pouco provável que a Polícia Militar lá do Ceará tenha
5078 descumprido as formalidades estabelecidas, mas o que se verifica é que a legislação
5079 castrense permite uma celeridade muito maior do que o servidor público civil e que o
5080 processo, pelo menos no Rio de Janeiro, em fatos parecidos, também se deu no prazo de
5081 4, 5 meses de percurso na sua formalidade administrativa. A grande questão está
5082 exatamente no que a conselheira acabou de falar, esses profissionais nos seus 26 estados
5083 e no Distrito Federal ficam numa posição de quem não tem como fazer suas
5084 reivindicações de natureza de trabalho e sobre questões salariais. Essas questões são por
5085 competência e atribuição do comandante-geral que aqui entre nós é ingenuidade achar

5086 que o comandante-geral que não tem a estabilidade que tem, por exemplo, um
5087 procurador de justiça de estado, vai ter capacidade para reivindicar na medida do
5088 necessário perante o governador que com uma canetada exonera no dia seguinte esse
5089 profissional. Então, nós vimos aí que em momentos passados que as Polícias Militares
5090 do país tiveram algumas conquistas sim, mas como em Minas Gerais, com mortes,
5091 inclusive de policiais em confronto com policiais militares, pois da nossa natureza
5092 militar é de impedimento à greve, é de cumprimento das nossas obrigações castrenses,
5093 inclusive os regulamentos disciplinares que estabelecem uma série de imposições e de
5094 proibições que não é comum a outros servidores públicos civis. Portanto, nós que
5095 falamos aqui na discussão do sistema de segurança pública do país, esse é um dos
5096 pontos que precisam ser encarados, pois não há canal de reivindicação regular como nas
5097 outras categorias. Já que é proibido associação, ou melhor, permitida a associação, mas
5098 ela pode ao nível de reivindicação que uma vez estabelecido ou passado de um
5099 determinado ponto a critério da conveniência da autoridade do governo estado, nesse
5100 caso, aplica-se o regulamento disciplinar com as consequências que são exatamente a
5101 exclusão das fileiras da corporação, cumprindo as formalidades regulares, legais,
5102 estabelecidas. Então, são profissionais, não só os praças, mas também oficiais, embora
5103 em alguns estados haja um diferença de tratamento sim em questão salarial entre o
5104 oficial e o praça. Só finalizando, a questão do Tião, ele teve um AVC, exatamente na
5105 reunião de posse, ele voltou a trabalhar na segunda-feira passada praticamente sem
5106 sequelas, só um pouco na voz ainda, mas prontamente restabelecido frente ao quadro
5107 inicial que foi bastante grave. São rápidas considerações.

5108

5109 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
5110 **MNDH)** – Eu pedi a palavra de novo para dizer o seguinte: eu e o Almir Laureano
5111 estivemos em um evento em janeiro da Anaspra na cidade de Salvador, e o Pedro
5112 Queiróz já se queixava de uma possível perseguição de seus mandantes em razão da
5113 Anaspra publicamente defender a desmilitarização das polícias e outro novo modelo de
5114 polícia. É isso que está em jogo no Ceará. Isso para nós ficou muito claro. Isso não é um
5115 fato novo. Isso o Almir pode me garantir isso. A segunda questão eu queria dizer ao
5116 Sandro com relação a obedecimentos de procedimentos. Nenhum procedimento adotado
5117 nas corporações policiais hoje obedece a Constituição Federal, sobretudo, porque os
5118 praças sequer tem direito á defesa, pelo menos acontece com a Polícia Militar em São
5119 Paulo, onde 8 praças foram detidos por 72 horas porque no facebook apoiaram a greve
5120 de seus companheiros na Bahia naquele ano. Não tiveram nem defesa, foram presos
5121 imediatamente. Quer dizer, a vigília que se faz inclusive na intimidade da vida de um
5122 profissional da segurança pública a partir de seu comando. Outra questão que é
5123 importante relatar é que todos sabemos como funciona essa relação entre oficiais e
5124 praças, sabemos como funciona. Nós estamos aqui querendo garantir que esse sistema é
5125 perfeito, nós sabemos que ele não é perfeito, sabemos inclusive que um dos pontos que
5126 afeta a questão da violência policial são os policiais que não têm direitos garantidos.
5127 Vários deles já relataram isso, o que são obrigados a fazer em razão de uma
5128 desobediência. E o engraçado é que no dia da viagem dele para o Conselho Nacional, no
5129 aeroporto, como se não houvesse um sistema de inteligência, poderia ele colocar a
5130 público toda a situação, ele foi detido praticamente, na hora do voo, gente, só não vê
5131 quem não quer o que está acontecendo com o Queiróz, são questões que queria analisar
5132 com vocês. Segundo, que o e-mail já foi repassado para a Secretaria Executiva e terceiro
5133 que acho que não somos um tribunal, ou nós estabelecemos uma relação de confiança
5134 das informações que estão sendo passadas aqui pelo conselheiro Augusto, eu querer
5135 obter hoje uma informação de quem aplicou a punição para saber se esta é certa ou

5136 errada, eu não sou tribunal, eu preciso me reportar aos fatos políticos, ao que está
5137 acontecendo, e isso foi relatado pelo conselheiro Augusto, e pelo conselheiro Queiróz
5138 que por uma questão técnica o e-mail dele deve estar chegando. Então, eu queria
5139 ponderar isso com vocês e finalizar, talvez, as pessoas aqui não se sintam à vontade em
5140 mandar uma nota porque acham que a informação que está sendo colocada aqui não seja
5141 real, quer ter mais certeza porque dificilmente o comando do Ceará poderia fazer algo
5142 errado, tudo bem, é verdade, eu acho as pessoas devem ter o direito de cercar dígitos, e,
5143 claro, este conselho precisa ter ou ele pode não ter absolutamente nada, mas no mínimo
5144 uma recomendação para a Secretaria de Direitos Humanos, que acho que lá talvez ele
5145 tenha escuta, Ana Paula, e acho inclusive inseri-lo no programa de proteção. O P.
5146 Queiróz hoje não é só perder o cargo, ele corre o risco de perder a vida por todo
5147 histórico e narrativa que já ouvimos da Anaspra, inclusive do pessoal do conselho
5148 anterior. O sacrifício e a luta que têm sido os policiais de baixa patente quando vão para
5149 organização, que aconteceu com os Bombeiros no Rio de Janeiro, o que aconteceu com
5150 os policiais militares de São Paulo que eu acabei de narrar, entre outros policiais
5151 militares de São Paulo que estão uma série de problemas, um sargento que sumiu
5152 porque queria propor direitos humanos dentro do Batalhão, pois não adianta este
5153 conselho querer fechar os olhos, o problema existe e é real em todos os estados, essa
5154 diferença de patente, esse modelo disciplinares inconstitucionais inclusive e que o
5155 governo federal já deu as orientações a partir da portaria, como a Ana Paula aqui bem
5156 lembrou, acho que este conselho deveria se manifestar sobre ela, inclusive em caráter de
5157 recomendação. Então, se nós não temos condições aqui de fazer algo hoje de imediato,
5158 respeitando os obstáculos dos demais conselheiros, que nós então encaminhamos o caso
5159 do P. Queiróz para a Secretaria de Direitos Humanos ou para a Ouvidoria de Direitos
5160 Humanos que eu tenho certeza de que lá pelo menos o governo vai provocar algum tipo
5161 de reação.

5162

5163 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Uma questão de
5164 encaminhamento. Agora já é meio dia e vinte minutos agora e o diretor José Monteiro
5165 irá chegar às 14 horas em ponto e terá que sair por volta das 15 horas. Então, para não
5166 comprometer muito nosso almoço, acho que não poderemos alongar muito essa
5167 discussão aqui. Em vista disso, eu acho que será possível continuar o tema livre após a
5168 saída do dr. Monteiro. Então, eu proponho que nós encerremos as inscrições agora...

5169

5170 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
5171 **Brasil)** – Eu proponho inclusive interromper e voltar depois com esse tema.

5172

5173 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – As pessoas que pediram para
5174 falar, eu peço que sejam breves.

5175

5176 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)** –
5177 Eu acho que não se pode pensar em promover ou defender direitos humanos da
5178 sociedade civil como um todo se não começar na promoção em defesa para os
5179 trabalhadores. O Rildo e o Sandro já disseram quase tudo sobre a questão da
5180 formalidade, eu tenho absoluta certeza de que em questão formal o procedimento deve
5181 ter sido perfeito. Mas, a questão não é a forma, a questão é o conteúdo, e se nós
5182 pegarmos a solução dessa sindicância, seja o que for que foi utilizado, o instrumento
5183 legal que foi utilizado pela corporação, lá na solução vai dizer exatamente qual é o
5184 fundamento legal para a demissão, isso é suficiente para nos deixar plenamente
5185 imbuídos de como deveremos nos posicionar. Porque se ali estiver dito que a razão da

5186 demissão é por conta da participação de uma reunião, isso para mim já é suficiente para
5187 entender de que é sim uma violação de direitos humanos grave em relação a esse
5188 servidor. Era isso.

5189

5190 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré) –**
5191 Atendendo a solicitação, eu vou ser breve, a Patrícia tocou no ponto. O cons. Augusto
5192 leu o Diário Oficial e lá está lá que a demissão é por conta da participação de uma
5193 reunião que reivindicava o acordo que não foi cumprido no passado. Então, para mim
5194 está claro qual foi a motivação. Tudo bem que tem a questão do processo, mas no
5195 Diário Oficial diz a motivação é essa, pela participação em uma reunião, inclusive com
5196 a data da reunião. E parece todos lá sabem qual era o conteúdo da reunião. É uma
5197 questão política de tolher os direitos de participar de manifestações.

5198

5199 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
5200 **Sindarspen)** – Eu quero manter a minha sugestão adequando a pena ao formato do
5201 regimento interno, moção, solidariedade, moção de repúdio e com a sugestão de
5202 voltarmos a esse assunto depois, se não houver consenso para as sugestões, há outro
5203 previsto que há uma votação. Eu queria manter a minha proposta de moção, de
5204 solidariedade àqueles que foram demitidos por esse ato, que é o que está publicado no
5205 Diário Oficial, que eles foram demitidos em função de uma reunião realizada no dia 3
5206 de janeiro de 2013. É por esse fato que eles foram demitidos, a formalidade do processo
5207 deve ter sido feito com os melhores formatos possíveis. Eu quero registrar que eu quero
5208 manter a minha sugestão, se não houver consenso, que seja encaminhado em votação.

5209

5210 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
5211 **Brasil)** – Todas as votações se iniciam por consenso, não tendo, vão para o voto, não há
5212 outro jeito.

5213

5214 **O Ten. Cel. Mesquita (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Comandantes**
5215 **Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG-PM/CBM)** –
5216 Somente dizer que estamos em um ambiente de pluralidade e representatividade e que
5217 nós busquemos o consenso, eu só entendo que o consenso passa pela fase do respeito.
5218 Então, o respeito ele é uma coisa mínima básica, então ninguém venha colocar palavras
5219 na minha boca, somente isso.

5220

5221 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação dos Oficiais da Polícia Militar e dos**
5222 **Bombeiros – Feneme)** – Eu queria ressaltar novamente tem que ter conhecimento. O
5223 Diário Oficial não é o bastante em minha opinião para se chegar à conclusão. E outra
5224 coisa que quero dizer ao conselheiro Rildo que os oficiais são endiabrados no Brasil
5225 todo, claro que existem lugares a ou b, como têm instituições civis a ou b. A OIT, por
5226 exemplo, o Brasil é signatário, se não me engano, se é para ir para esse debate, mas
5227 rapidamente porque a coisa está descambando por outro lado, resolução 176 que diz que
5228 são garantidos aos agentes públicos direitos reivindicatórios, inclusive aos militares,
5229 mas quando o governo regulamentou isso deixou fora os militares, não quis mexer. E
5230 nós fomos à Espanha e lá tem um conselho que é bipartite que faz as negociações. Todo
5231 mundo negocia. Existem alguns equívocos, existem. Qualquer lugar tem. Então, tem
5232 que ver o que aconteceu, conheço o P. Queiróz aqui, foi feita uma reunião e se a reunião
5233 foi armada? Sei lá, alguém aqui se atreve a dizer? Não desconfiando do conselheiro,
5234 claro que não, tem que haver essa prudência para ver exatamente o que aconteceu e se
5235 posicionar firmemente. E todos nós somos militares e estamos submetidos a

5236 regulamentos aqui agora, têm limites, eu sei o meu limite. Estou há 12 anos em
5237 associação local, nacional, trabalhando nisso, nunca tive sequer uma punição. E olha
5238 que já enfrentamos muita coisa, eu perdi o comando geral em Santa Catarina por uma
5239 posição que eu tive, política, mas foi arriscada, salário, não me arrependo de nada. Tem
5240 que ver exatamente o que aconteceu, alguém disse aqui, para o conselho não ficar
5241 desgastado politicamente. Essa é a minha manifestação, eu pedi prudência para não ter
5242 desdobramentos para o conselho.

5243

5244 **A Sra. Ana Rita Nascimento (Promotora de Justiça/Conselho Nacional do**
5245 **Ministério Público)** – Em primeiro lugar, quem está aqui sentada não é a Ana Rita
5246 Nascimento, quem está sentada aqui é a representante do doutor Roberto Monteiro
5247 Gurgel dos Santos, designada por ofício por ele. Então, quando eu falo aqui não é o que
5248 Ana Rita acha, Ana Rita acha um monte de coisas, mas Ana Rita que responde pelo
5249 Conselho Nacional do Ministério Público, mesmo que como convidada, eu não esperava
5250 uma recepção dessa por me manifestar enquanto conselho nacional e o estado
5251 democrático de direito. Segundo, eu não trago dúvidas para o que foi dito pelo
5252 conselheiro Augusto em momento algum houve descrédito quanto à fala dele e quanto
5253 ao que foi dito por ele. Nem duvidar do que foi posto por ele. Mas, uma existe uma
5254 coisa que eu trago na minha profissão e aqui não é um tribunal mesmo não, mas é um
5255 colegiado político em que nós representamos as nossas associações de classe, nossos
5256 órgãos sim, então, não é lançar dúvidas ao que foi dito, é ter apropriação total dos fatos,
5257 não é tribunal realmente, mas aqui não podemos viver de achismos, o senhor estava lá
5258 na reunião em janeiro, eu não estava, eu não sei o que houve. E eu não vou ficar no
5259 fulano disse, beltrano disse. Eu lido com papel, eu lido com o que está posto. Eu não
5260 posso apenas tecer alguma consideração com o que alguém disse que viu ou ouviu, pois
5261 eu presto contas sim. Depois com a nossa manifestação eu vou prestar contas por que
5262 ela saiu. No nosso mundo que é o mundo organizacional o disse-me-disse não existe, o
5263 “eu acho” não existe, existe o fato, existe o que está posto por escrito, existe o que nós
5264 podemos ter apropriação devida, legítima para nos manifestar. Quando eu falo pelo
5265 Conselho Nacional do Ministério Público eu tenho que motivar os meus
5266 posicionamentos e eu só motivo quando eu tiver o dado escrito concreto. Já está no e-
5267 mail passe, Alex, para que possamos lê-lo e manifestar.

5268

5269 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Eu vou à linha
5270 da proposta de encaminhamento. Temos que ser resolutivo e não se limitar unicamente a
5271 emitir uma opinião que não tenha concretude. Ao invés da moção, como ideia síntese,
5272 nós poderíamos propor uma recomendação, acho que a conselheira Ana e o conselheiro
5273 Rildo poderiam nos ajudar na redação, remontando esses atos do governo federal que
5274 corroboram evidentemente um posicionamento à violação dos direitos humanos, em
5275 abstrato e, ao mesmo tempo, remeter essa recomendação por ofício ao governador do
5276 estado do Ceará solicitando uma audiência, senão com ele, com um representante dele,
5277 não é só fazer a recomendação, não é só fazer mandar ofício, é tirar aqui quem vai
5278 representar o Conasp nessa audiência com o governador, com o controlador, não sei,
5279 para verificar, posto que há, pelo menos, indícios que tenha havido, usando um
5280 linguagem jurídica, violações de direitos fundamentais, e, ao mesmo tempo esse mesmo
5281 ofício poderá ser enviado à Secretaria de Direitos Humanos ou até ao conselho ou a
5282 ambos, para que seja, quem sabe, uma comissão interconselhos, como sugeriu o Pedro
5283 em outro contexto, mas podemos replicar aqui, para fazer essa verificação *in loco*. Com
5284 isso, teremos uma ideia sintética. Uma recomendação em abstrato, remontando
5285 evidentemente os documentos normativos que embasam o posicionamento e uma

5286 comissão que mediante esse ofício vai requerer uma audiência com o governador,
5287 controlador, quem quer que seja, de preferência que seja articulado com a Secretaria e
5288 com o Conselho, pois são dois órgãos de segurança e direitos humanos fazendo um
5289 trabalho de *advocacy*, que é justamente atuando propositivamente para além do gabinete.
5290 Só não dá para terminar a reunião hoje e esses assuntos não ficarem consignados e nós
5291 acompanharmos o andamento. Não dá para chegar a agosto e o ofício ainda não saiu por
5292 isso e tal.

5293

5294 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
5295 **Brasil)** – Só não sairá se não tiver quórum.

5296

5297 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Por isso que
5298 estou propondo para encaminharmos isso agora. Para encerrar o assunto, pois se há uma
5299 violação, ela é com certeza a mais central do que a violação do direito ao almoço, mais
5300 15 minutos. Vamos combinar que aí tem que ter um pouco de bom-senso.

5301

5302 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
5303 Eu quero só trazer a memória do conselho. Não vou entrar no mérito. Nós tivemos um
5304 caso na gestão passada parecido, mas não com essa gravidade, mas em uma audiência
5305 pública um dos palestrantes, após palestrar, era um perito aqui do Distrito Federal, era
5306 sobre autonomia dos órgãos periciais, e no dia seguinte a Associação dos Delegados, me
5307 parece, ou um membro dos delegados, fez uma queixa à Corregedoria e esse perito,
5308 inclusive ainda hoje, não sei em que é está, está respondendo pela palestra e ele é o
5309 presidente da Associação Brasileira de Criminalística. Quando ele foi falar sobre
5310 autonomia, e foi representando na Corregedoria da Polícia Civil. Este conselho se
5311 manifestou unanimemente, eu trouxe o caso, apesar de eu representar os gestores, e este
5312 conselho se manifestou por enviar um ofício à Polícia Civil do DF para que pudesse
5313 esclarecer e este conselho só se pronunciaria após o pronunciamento da Polícia Civil do
5314 DF. Foi feito o ofício, acredito que o Conasp deva ter enviado, mas pela falta de
5315 acompanhamento das decisões deste colegiado, eu, para ser sincero e justo comigo
5316 mesmo, não me recordo se houve o *feedback*. Estou só dizendo como se manifestou,
5317 não quero dizer que vamos nos manifestar do mesmo jeito diante deste fato. O
5318 colegiado anterior falhou por não ter esse acompanhamento. Poucos atos deste conselho
5319 teve acompanhamento. Foi dito aqui, o que nos falta é monitoramento e
5320 acompanhamento das ações do Conasp.

5321

5322 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp - Grande Oriente do**
5323 **Brasil)** – Temos que ter o texto para votar. Vamos aprovar o posicionamento, e se for
5324 construído um texto que não contemple?

5325

5326 **O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil)** –
5327 Nós temos um encaminhamento. Existe outra proposta?

5328

5329 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Então, um é pedir audiência
5330 na linha de pedir informações.

5331

5332 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – A proposta é
5333 muito simples. A recomendação reportando aos documentos normativos que foram
5334 levantados pelo Rildo e pela Ana, e, ao mesmo tempo, oficiar, de preferência
5335 juntamente essa recomendação requerendo uma audiência para tratar do assunto, se

5336 possível de forma integrada com o Conselho Nacional de Proteção de Direitos Humanos
5337 das Pessoas, Secretaria de Direitos Humanos, se possível, para emprestar um peso
5338 institucional e não deixar que aconteça exatamente aquilo que o conselheiro Humberto
5339 reportou. Na próxima reunião do conselho, esse será assunto de pauta.

5340

5341 **O Sr. Augusto César Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
5342 **Sindarspen)** – Existem duas propostas: a que eu encaminhei no início a moção e a do
5343 conselheiro Eduardo, a do conselheiro Eduardo. Eu estou contemplado, na verdade, é
5344 uma soma aqui do Rildo porque ele já tinha levantada essa questão no início de dar
5345 efetividade ao que está posto, com essas recomendações e audiência com o governador
5346 do estado *in loco*. E aí eu retiro a minha proposta, eu não sei se vai ser consenso não.

5347

5348 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Então, aprovamos por
5349 consenso a proposta de recomendação, juntando toda documentação e oficiar pedindo
5350 audiência, sem entrar no mérito, e aí se tira uma comissão aqui do Conasp e se possível
5351 articulada com a Secretaria de Direitos Humanos.

5352

5353 **A Sra. Ana Paula Diniz de Mello Moreira (Secretaria Especial de Direitos**
5354 **Humanos – SEDH)** – Essa articulação com a Secretaria de Direitos Humanos pode ser
5355 feita de duas formas. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos que, provavelmente,
5356 vai receber algum tipo de denúncia sobre esse caso, obviamente, já mandou aqui
5357 inclusive, e o CDPH tem câmaras e grupos de trabalho que inclusive foi publicado
5358 recentemente e um dos temas é sobre a questão dos direitos dos profissionais de
5359 segurança pública. Eu acho que também caberia se for o caso mandar esse material para
5360 esse grupo que vai ser montado, porque eu reafirmo aqui, a questão não é exclusiva do
5361 estado do Ceará, essa questão é uma questão maior que já tem essa preocupação, já tem
5362 atos normativos que levantam esse problema, concordo que a questão militar é tratada
5363 de uma forma diferenciada, mas é o grande nó. O Conasp tem que se posicionar em
5364 algum momento se ele é a favor realmente da reforma dos regulamentos disciplinares,
5365 se ele concorda com isso, então, nós já temos uma posição política que garante essa
5366 política do fato, então já temos argumentos mais do que suficientes para se mandar uma
5367 recomendação baseada nesses documentos que já foram aprovados e assinados. Não
5368 vejo o mínimo problema e de se procurar fazer essa reunião lá *in loco*. E se possível até
5369 se fosse em outros estados porque a Anaspra deveria trazer os casos que acontecem no
5370 Brasil inteiro.

5371

5372 **O Sr. Pedro Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Tendo em vista o fato de nós
5373 entendermos de isso não ser um fato isolado do estado do Ceará, a minha sugestão é que
5374 esse arrazoado genérico, digamos assim, sem o pedido da audiência fosse distribuído
5375 para todas as Polícias Militares de todos os estados.

5376

5377 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Vamos ao almoço, às 14 horas
5378 estaremos de volta.

5379

TARDE
07/06/2013

5380

5381 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Boa-tarde. Estamos aqui com
5382 o último convidado desta 22ª Reunião Ordinária do Conasp, doutor José Monteiro,
5383 Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos, que vai aqui fazer uma explanação de
5384 como está o planejamento da segurança nos eventos dos próximos anos no Brasil.
5385 Passamos a palavra já para o doutor José Monteiro.

5386

5387 **O Sr. José Monteiro (Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos)** – Boa-
5388 tarde, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o Conasp por esse convite e,
5389 antecipadamente, pedir desculpas, as coisas estão muito corridas, estamos a uma semana
5390 da véspera da Copa das Confederações, então, eu estou tendo que fazer uma corrida de
5391 reuniões nos estados para afinar tudo. Mas, só para que os senhores entendam, eu vou
5392 contextualizar do que é a secretaria, como o governo federal pensou a organização no
5393 que concerne à segurança desses grandes eventos. No dia 1º de agosto de 2011, foi
5394 publicado o decreto que criou a Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos no
5395 âmbito do Ministério da Justiça. Até então, todas essas interlocuções da segurança de
5396 grandes eventos estavam sob a égide da Senasp e em razão da enorme quantidade de
5397 trabalho que a Senasp já tem nas suas atividades que tratam de Brasil todo e tratam de
5398 políticas permanentes de segurança pública, a nossa presidente decidiu então pela
5399 criação da secretaria. A secretaria é responsável pela coordenação, avaliação, execução
5400 da segurança de todos esses grandes eventos. Nós já vamos começar agora com a Copa
5401 das Confederações, já começamos de maneira preliminar com os sorteios das chaves da
5402 Copa das Confederações, e depois ano passado, no Anhembi, nós tivemos o sorteio do
5403 próprio evento. De lá para cá, temos trabalhado muito forte, não só pela Copa das
5404 Confederações, uma vez que o escopo do nosso trabalho é: Copa das Confederações,
5405 Jornada Mundial da Juventude, que começa dia 23 de julho e vai até 28, com uma
5406 preocupação também com a Semana Missionária, que antecede a Jornada Mundial da
5407 Juventude, alguns atos da Jornada, a maioria deles no Rio de Janeiro, um ato com a
5408 presença do Papa na Basílica de Aparecida e o Papa foi convidado a vir a Brasília, mas
5409 ainda está em negociação com a Presidência da República para ver se ele virá ou não.
5410 Nós preferimos que não, porque cada deslocamento desse é uma logística muito grande,
5411 então, gostaríamos que se mantivesse o acordado inicialmente. Mas, com a mudança do
5412 Papa houve uma série de mudanças também na sua programação. Temos também a
5413 Copa do Mundo em 2014, complementando as outras seis sedes, além dessas que
5414 participam dessas que participam da Copa das Confederações, e 2016 Jogos Olímpicos
5415 e Paraolímpicos que coroam nosso trabalho e esses últimos são de fato o maior desafio
5416 que temos em razão da complexidade e da quantidade de países representados aqui no
5417 Brasil durante os jogos. Então, nós começamos ainda no ano de 2011 trabalhando em
5418 algumas frentes onde foram estabelecidas algumas premissas que nortearam nosso
5419 trabalho até agora. Uma dessas frentes é a aquisição de equipamentos de tecnologia para
5420 dotar a estrutura do estado e a estrutura de órgãos federais com uma capacidade
5421 adicional para atendimento desses grandes eventos. Então, para isso foi disponibilizado
5422 o orçamento de um bilhão, cento e setenta milhões, nós executamos do ano passado
5423 para cá metade desse valor, e agora estamos executando outra metade, fica ainda um
5424 pouquinho para o ano que vem que é o custeio de deslocamento de policiais, pagamento
5425 de diárias etc. Três eixos que foram elencados pela SEGE desde o início dos seus
5426 trabalhos quando nós iniciamos o planejamento estratégico e só a respeito disso, nós
5427 elaboramos a primeira versão do planejamento estratégico, isso aí foi sendo revisada, a
5428 última revisão que houve incluiu as atribuições do Ministério da Defesa nesse esforço, e
5429 agora no dia 8 de março deste ano foi publicada a última versão do planejamento
5430 estratégico que aí passa a ser não mais o planejamento estratégico de segurança pública
5431 para grandes eventos, mas um planejamento estratégico para grandes eventos, mas um
5432 plano estratégico de segurança e defesa para a Copa do Mundo. Em relação à Jornada,
5433 nós emitimos uma diretriz operacional de segurança pública, é ela que está valendo, e
5434 para os Jogos Olímpicos estamos trabalhando no nosso primeiro planejamento. Mas, em
5435 relação ao planejamento estratégico para a Copa do Mundo foram três eixos

5436 identificados como os mais importantes, que como eu falei foram as premissas para
5437 todos os nossos esforços a partir de então. O primeiro AMEAÇAS EXTERNAS,
5438 segundo eixo A SEGURANÇA OU A PROTEÇÃO DOS NOSSOS PORTOS,
5439 AEROPORTOS E PONTOS DE FRONTEIRA e o terceiro eixo A ESTABILIDADE
5440 INTERNA. Então, a preocupação se inicia fora do país com eventual vinda, por
5441 exemplo, torcedores violentos ou pessoas ligadas de alguma maneira à criminalidade ou
5442 terrorismo. Nesse eixo em particular desde há muito tempo já estabelecemos contato
5443 com diversos países, estamos trocando informações, são cerca de 50 países, eles nos
5444 informam aquilo de que precisamos saber em relação a todas as preocupações. Então,
5445 em relação a torcedores violentos, temos acesso às informações de bancos de dados de
5446 torcedores que são assim classificados em seus países. Existe uma série de legislações
5447 diferentes, a depender do país que trata do assunto, e uma das mais rígidas é a da
5448 Inglaterra, inclusive proíbe aquela pessoa identificada como *hooligan* de sair do seu país
5449 quando a seleção britânica joga fora do seu país. Outros países não têm essa legislação
5450 tão forte como é o caso do Brasil, mas, de alguma maneira, vamos ter condição de não
5451 permitir a entrada de um cidadão que conste na base de dados do país para que não
5452 cause problemas para nós. Além disso, estamos preocupados também, e a lógica é a
5453 mesma, com a questão do terrorismo. Temos contato com todos os países que têm o
5454 terrorismo como problema e qualquer informação relativa ao terrorismo e que de
5455 alguma maneira possa vir a interferir ou macular o nosso evento aqui, essa informação
5456 nos é transmitida para que possamos tomar as medidas necessárias que o caso requiera.
5457 Ainda nesse primeiro eixo das ameaças externas, nós trabalhamos muito fortemente
5458 com a capacitação em diversos países, principalmente nos Estados Unidos, capacitamos
5459 em convênio com o governo americano, cerca de 2.500 profissionais das mais diversas
5460 instituições em nível federal, estadual e municipal, todos eles numa mesma sala de aula,
5461 o que possibilitou uma integração maior, um convívio entre essas instituições e é
5462 exatamente aquilo que buscamos, a integração das forças. Em relação ao segundo eixo
5463 que é o controle de portos, aeroportos e pontos de fronteira, nós, além de reforço que
5464 está neste momento já em cada ponto de fronteira, em cada aeroporto de interesse e em
5465 cada porto de interesse, nós também estamos dotando aqueles agentes de segurança que
5466 lá estão de ferramentas que lhes possibilitam acessos de informações que até então não
5467 eram acessíveis por esse público. Nós falamos, por exemplo, da emigração, do controle
5468 aduaneiro, lá no aeroporto, por exemplo, nós temos aquela série de instituições que
5469 fazem já o seu trabalho rotineiro no aeroporto, mas agora com protocolos conjuntos, o
5470 trabalho fica mais integrado. Por exemplo, nós temos a Polícia Federal com o seu
5471 controle de emigração e a atividade de segurança aeroportuária, todos os aeroportos
5472 com aumento substancial de efetivo lá empregado, temos a Receita Federal com a
5473 questão da aduana e outras questões que a Receita trata dentro do aeroporto, tudo isso
5474 em linhas específicas para atendimento a públicos também específicos. Então, uma
5475 seleção nacional que chega ao Brasil não passa naquelas linhas normais que nós
5476 passamos normalmente quando chegamos a um país, é um tratamento especial, tanto da
5477 Polícia Federal quanto da Receita Federal e ainda da Agência Nacional de Vigilância
5478 Sanitária e Agência Nacional de Vigilância Agropecuária. Esse é o esforço dos órgãos
5479 federais nos aeroportos, mas temos também o trabalho da Polícia Militar como reforço o
5480 seu policiamento, da Polícia Civil também tratando das delegacias dos aeroportos de
5481 atendimento muito mais rápido, até porque as pessoas que vão às cidades-sede fazem
5482 com que o volume de turistas aumente naturalmente. E a propósito do número de
5483 turistas, mas a Copa das Confederações, apesar de ser um evento de visibilidade
5484 internacional, não é um evento de público internacional substancial. Nós temos em
5485 todas as cidades-sede em torno de 70 a 80% do público local, da própria cidade-sede,

5486 região metropolitana, até 200 km de raio da capital, e temos entre 20 a 25% de pessoas
5487 de outros locais do país e temos em média 2 a 3% chegando num pico de 4% a uma
5488 cidade específica de estrangeiros que vêm à Copa das Confederações. Então, aquela
5489 preocupação que, certamente, teremos na Copa do Mundo de aumentar muito mais
5490 ainda os efetivos de controle migratório na Copa das Confederações essa preocupação
5491 não há porque o volume de torcedores é muito pouco, o país que tem mais pessoas
5492 vindo ao Brasil é o México, de acordo com estatísticas de venda de ingressos. Então,
5493 voltando ao aeroporto, temos então a Polícia Militar, a Polícia Civil, os órgãos de
5494 trânsito, uma série de instituições que participam da escolta, a segurança aproximada e
5495 os batedores dos comboios que chegam ao Brasil, são públicos muito específicos e
5496 temos que ter uma atenção toda especial, a começar pelas delegações que no âmbito da
5497 Fifa são chamados *PIEMES*, temos também as delegações de árbitros, cada delegação
5498 de árbitro é composta de 5 pessoas, árbitro, substituto, um coordenador de arbitragem,
5499 mais os dois auxiliares. Além disso, temos o presidente e o secretário-geral da Fifa que
5500 numa classificação da Fifa são os *vvips*, os *very vips*, e além deles, temos a nossa chefe
5501 de Estado e os chefes de Estados estrangeiros. Esse grupo de pessoas fazem jus a uma
5502 série de cuidados adicionais da segurança pública e da segurança privada também, e nós
5503 estabelecemos algumas políticas operacionais com o comitê organizador local da Fifa e
5504 elas preveem então esse deslocamento com uma série de cuidados adicionais para esses
5505 públicos. E aí esse modelo se desdobra nos deslocamentos, tanto no aeroporto para os
5506 hotéis e dos hotéis para os campos oficiais de treinamento, que temos pelo dois em cada
5507 cidade-sede, para estádios, para zonas turísticas, então, temos rotas protocolares ligando
5508 todos esses locais, rotas principais e alternativas, e esse fluxo de delegações e
5509 autoridades que vão fazer uso dessas rotas protocolares que é uma preocupação nossa.
5510 Esse fluxo é muito bem enxergado e fiscalizado. Falando da segurança e estabilidade
5511 interna que é o nosso eixo, aí temos aquela série, acho que 95% do nosso trabalho estão
5512 aí. Desde o início dos nossos trabalhos na secretaria, nós estabelecemos duas premissas
5513 básicas para tudo que formos planejar, isso vem sendo seguido, a primeira premissa a
5514 integração; a segunda premissa o legado. Não adianta que saíamos do outro lado do
5515 evento em 2016 se nós não aproveitarmos a oportunidade de fortalecer as estruturas
5516 permanentes de segurança pública. Então, foram feitas diversas aquisições, mas a joia
5517 da coroa das nossas aquisições se chama Sistema Integrado de Comando de Controle. É
5518 uma rede de centros de comando e controle, cuja cabeça do sistema é o Centro
5519 Integrado de Comando de Controle Nacional é o CICCEN. Ele é baseado aqui em
5520 Brasília e tem uma redundância, um centro alternativo que funciona no Rio de Janeiro,
5521 caso dê problema no principal temos o alternativo. Além desses centros nacionais,
5522 temos 12 centros regionais nas sedes de cada Secretaria de Segurança de cada estado da
5523 Copa do Mundo, agora a Copa das Confederações e depois a Copa do Mundo. Cada
5524 Secretaria de Segurança forneceu o local e nós então adquirimos todas as soluções
5525 tecnológicas, de hardware, software, para que nós pudéssemos então recheiar esses
5526 centros. Além deles, temos ainda mais 12 centros locais, uma em cada arena da Copa do
5527 Mundo e temos mais 27 centros móveis. São grandes caminhões, nós já os recebemos,
5528 falta um pequeno complemento, até semana que vem vão estar todos nas cidades-sede,
5529 treinados inclusive, e todos esses centros de comando e controle são interligados,
5530 contratamos a tecnologia para interligá-los. Então, eu tenho condição de um centro
5531 móvel que vai fazer, por exemplo, aqui em Brasília, uma segurança de uma grande festa
5532 que eles vão fazer na Esplanada dos Ministérios, além do jogo, nós temos uma grande
5533 festa promovida pelo governo do Distrito Federal, eles falam em 300 mil pessoas, mas
5534 nós julgamos que será um pouco menos do que isso, mas esse centro móvel tem
5535 condição de estar ali com toda a tecnologia, com acesso às câmaras, ele próprio tem

5536 câmaras e sensores, e essas imagens são todas vistas pelo centro regional e pelo centro
5537 nacional. Falando de governo federal, nós vamos ter condição de fazer uma visualização
5538 nacional da operação e intervir se o nível daquele incidente se as estruturas regionais
5539 não tiverem capacidade para resolver aquele problema. O nosso centro nacional que é
5540 aqui em Brasília com redundância no Rio, isso funciona para a Copa do Mundo, para a
5541 Copa das Confederações nós invertemos isso, vamos fazer o centro principal no Rio de
5542 Janeiro para testá-lo, até porque o Rio tem 3 jogos na Copa das Confederações, entre
5543 eles a final, e Brasília só tem um jogo, então fizemos a opção de inverter. Eu serei o
5544 coordenador nacional do sistema, na figura de coordenador do Centro Integrado de
5545 Comando de Controle Nacional. Além dessas aquisições, nós buscamos então adquirir
5546 outros equipamentos de tecnologias que também permitissem essa interligação, um
5547 exemplo, delegacias móveis. Elas não serão entregues agora para a Copa das
5548 Confederações, isso faz parte de um cronograma que foi feito, ele fica só para a Copa do
5549 Mundo e também tem acesso a informações dos centros e vice e versa. Temos
5550 equipamentos de imageamento aéreo, são aquelas câmeras as mais modernas do mundo,
5551 hoje num total de 30 câmeras que foram produzidas no mundo com essa tecnologia, 12
5552 foram compradas pelo governo brasileiro, instaladas já nas 6 aeronaves, uma em cada
5553 sede da Copa das Confederações e também condição de fazer uma visualização daquilo
5554 que aquela câmera vê, tanto do centro regional quanto do centro móvel, quanto do
5555 centro nacional. Temos também outros equipamentos que se chamam plataforma de
5556 observação elevada, que são caminhões de modelos, um modelo que emite uma haste
5557 que sobe e dele tem uma série de câmera também para controle de multidões e outro
5558 modelo que sobe uma cabine e dali os policiais, além das câmeras, têm condição de
5559 verificarem aquilo que está acontecendo. Isso também de maneira integrada e sendo
5560 visualizada em todos os centros. Temos mais uma série de aquisições que não vou citá-
5561 las, são muitas aquisições que beneficiam a Polícia Federal, as Polícias Cíveis e
5562 Militares, Corpos de Bombeiros, são itens que buscam sempre a integração. Falando
5563 ainda de integração, através do legado, nós temos outras áreas de integração, nós temos
5564 a integração através de áreas de protocolo conjuntos de atuação. A grande dificuldade e
5565 eu posso dizer isso porque já fui policial militar, hoje da Polícia Federal, mas sou da
5566 segurança pública já há 20 anos, é a dificuldade de exercer uma atuação ou uma
5567 operação de maneira integrada com os planejamentos integrados. Isso nós conseguimos
5568 para a Copa das Confederações, vamos fazer para a Jornada Mundial da Juventude e
5569 para a Copa do Mundo. Então, temos dois tipos de atuação possíveis para cada
5570 instituição. A primeira atuação é a atuação ordinária. É aquilo que está programado para
5571 acontecer e que deve acontecer durante o evento. Então, se eu tenho, por exemplo, a
5572 necessidade de efetuar uma escolta de uma delegação de um país estrangeiro, eu tenho
5573 que estar previsto já a data, a hora, a atividade, quem vai fazer, qual é o efetivo e quem
5574 são as pessoas. E nós já temos todas essas atividades para cada cidade-sede já
5575 estabelecidas e desenhadas. Temos uma média de mil atividades para cada sede da Copa
5576 das Confederações, para a Copa do Mundo esse número sobe aí para 3 mil linhas de
5577 planejamento, e todas elas serão checadas no sistema de comando e controle, porque
5578 neste centro de comando e controle todas as forças estarão representadas. Então, seu eu
5579 tenho uma atividade que necessariamente tem que ser feita e ela por algum motivo não
5580 se iniciou, eu tenho um representante no centro de controle que imediatamente faz o
5581 contato com o responsável para ver o que houve. Pode ter havido que ela não ocorreu ou
5582 pode ter havido que o operador não informou ao centro. Então, essa situação está bem
5583 equalizada. Essa é a primeira maneira de atuação das forças. A segunda é reativa.
5584 Ocorreu um acidente, o que eu faço diante de um acidente? Por exemplo, isso aconteceu
5585 lá em Minas Gerais, no jogo entre Brasil e Chile, evento teste, foi encontrada uma

5586 mochila largada nas imediações do estádio. O que fazer? Quem vai? Quem não vai?
5587 Quem faz? Hoje em dia na atuação comum da segurança pública há uma confusão, todo
5588 mundo querendo fazer, mas há uma desorganização eventual porque mais de uma
5589 instituição quer executar aquela atividade. Para os grandes eventos, nós já temos
5590 estabelecido, isso vai ser aperfeiçoado para a Copa do Mundo, mas é um trabalho já
5591 bem adiantado, caso aconteça, para cada incidente está prevista a atuação de cada uma
5592 das instituições. Então, num caso como esse, por exemplo, eu tenho a Polícia Militar
5593 fazendo o isolamento da área, eu tenho o Corpo de Bombeiros já se deslocando, eu
5594 tenho, eventualmente, o órgão de trânsito já fazendo o desvio daquela localidade, têm o
5595 Ministério da Defesa e a Polícia Federal com as suas forças especializadas de
5596 contraterrorismo. E todas elas sabendo o que fazer e segundo o que a outra instituição
5597 está fazendo. Isso evita retrabalho, torna mais efetiva a atuação da segurança pública e
5598 economiza recursos públicos, racionaliza o tempo naturalmente. Então, esse conjunto de
5599 providências que idealizamos lá atrás e que estamos tendo êxito, com a participação
5600 essencial de cada um dos estados dos órgãos federais, sem os órgãos federais e os
5601 estados nós não faríamos nada, nós somos os indutores dessas políticas, mas quem faz
5602 em coordenação conosco são as forças estaduais. Então, esse conjunto de medidas está
5603 sendo implementado e acreditamos será um grande salto para a segurança pública do
5604 Brasil. E falando dessa questão da integração em conjunto com o legado, nós temos
5605 então lá no final do grande evento a produção de três grandes legados: primeiro legado:
5606 material, são os equipamentos, tecnologias, carros, motos, as câmeras, os sistemas,
5607 softwares, que estamos adquirindo, são legados materiais que talvez seja o mais visível.
5608 Mas temos também um legado operacional, que decorre exatamente do fato que a partir
5609 de agora as instituições passam a trabalhar juntas. E eu duvido, posso estar enganado,
5610 estou falando aqui com especialistas, talvez pessoas que sabem muito mais do que eu a
5611 respeito do tema, mas eu duvido que após essa experiência do grande evento
5612 acontecendo de maneira integrada dentro do centro de comando e controle muito
5613 dificilmente nós não vamos ter uma mudança de paradigma dentro da segurança, pois é
5614 mais fácil e mais efetivo trabalhar, seguindo a maneira que estamos propondo, que já é
5615 uma maneira praticada em diversos países. Então, esse é o segundo legado, o
5616 operacional. E o terceiro legado é o legado doutrinário. Nós estamos construindo,
5617 quando digo nós, é o Brasil, as forças, uma doutrina brasileira de segurança de grandes
5618 eventos. Nós tivemos oportunidade de estar na Alemanha, na Inglaterra, Israel, Estados
5619 Unidos, Espanha, México, em diversos países, e lá a ideia era extrair aquilo que havia
5620 de melhor em cada modelo, fazer uma reunião desses pontos ótimos de cada um desses
5621 locais, adaptá-los à realidade brasileira de segurança pública e a partir construir esse
5622 modelo brasileiro. Outro dia dava uma palestra em conjunto com a Embaixada
5623 Americana e eu falava que eu tinha certeza que uma doutrina brasileira de segurança de
5624 grandes eventos seria e ela é muito mais aplicável do Equador para baixo do que uma
5625 doutrina de um país desenvolvido, porque as estruturas dos nossos países ao sul do
5626 Equador são muito mais semelhantes entre si do que semelhantes em relação a países
5627 desenvolvidos. E é exatamente isso que está sendo reconhecido, não só por nós da
5628 segurança pública, mas também em nível internacional com as próprias empresas que
5629 prestam consultorias pelo mundo afora, elas estão reconhecendo como um trabalho
5630 digno de um país da importância do nosso Brasil. Então, trabalhamos com essa questão
5631 da integração que falamos aqui, do legado, e a junção dessas duas vertentes de trabalho
5632 foi fundamental para que nós, lá atrás, produzíssemos nosso planejamento estratégico, a
5633 partir daí produzimos os nossos planos táticos para cada uma das cidades-sede, e agora
5634 estamos já com deslocamento de pessoas da minha secretaria nos seis estados da Copa
5635 das Confederações e estamos colocando uma vírgula, tirando um ponto ali, finalizando,

5636 mas eu acredito que todas as cidades-sede já estão prontas para enfrentar esse desafio da
5637 Copa das Confederações. Fizemos uma série de eventos-teste, o último foi Brasil-
5638 Inglaterra, que foi um evento sob o ponto de vista da segurança sem qualquer incidente
5639 e considerando que começamos, além de tudo isso que eu disse, com um paradigma
5640 dentro de estádio, agora, as arenas têm como primeira resposta a figura do *Stuart*, do
5641 segurança privado, ele faz a orientação ao público, ele faz a primeira resposta, tanto da
5642 área de segurança pública quanto da área de emergência médica a esse público e a
5643 polícia, a segurança pública, não está fora do estádio, mas ela está em salas de prontas
5644 respostas, localizadas em todos os níveis do estádio, eu terei lá 4 salas de pronta
5645 resposta que tenham espectadores naturalmente, caso ocorra alguma incidente que a
5646 segurança privada não seja capaz de enfrentar ou de debelar, então, teremos a força
5647 pública em condições de rapidamente atender aquela ocorrência. No Brasil e Inglaterra,
5648 para não dizer que não houve nenhuma atuação na segurança pública, houve uma
5649 atuação: na torcida da Inglaterra houve em algum momento o deslocamento de algumas
5650 pessoas dos assentos para os corredores das arquibancadas. Então, os *stewarts* foram lá e
5651 os ingleses não são exatamente o povo mais gentil no que diz respeito aos torcedores, e
5652 os *stewarts* foram lá, mas eles não obedeceram as solicitações, foi informado ao centro
5653 de comando local dentro do estádio, nós deslocamos para lá alguns policiais militares,
5654 pouca gente, 2, 3, 4 policiais militares e diante do policial militar não houve discussão,
5655 eles voltaram a seus assentos e não houve nenhum incidente. Então, essa foi a única
5656 atuação dentro do estádio que nós precisamos utilizar a força pública. Para vocês
5657 entenderem cada arena da Copa das Confederações e da Copa do Mundo tem alguns
5658 perímetros que são muito específicos. Cada arena tem uma cerca, quem teve a
5659 oportunidade de ir ao jogo do Flamengo e Santos aqui ou ao jogo Brasileiro e Brasília
5660 já viu essa realidade. Da cerca para fora, é o perímetro que chamamos de perímetro de
5661 segurança pública que é onde a força pública atua, a Polícia Militar, e as outras forças
5662 públicas atuam porque já é o perímetro que elas atuam normalmente, como uma única
5663 exceção, já que nesse perímetro o ir e vir das pessoas é normal, as pessoas podem ir lá e
5664 ficar lá. Mas, os veículos não. Nós temos os pontos de verificação de veículos, aqui em
5665 Brasília temos, o mais evidente é para quem sobe ou para quem gostaria de subir o Eixo
5666 Monumental em dia de jogo não pode subir, ali só passa veículo credenciado. Então, eu
5667 tenho um livre trânsito de pessoas, mas eu tenho acesso restrito de veículos. Essa
5668 restrição é feita com o apoio da segurança pública, mas é feita pelo Comitê Organizador
5669 Local da Fifa, áreas funcionais de transporte e segurança que fazem a verificação da
5670 credencial do veículo. Então, se alguém tentar ultrapassar de maneira não autorizada, é
5671 claro que o Detran estará ali, a Polícia Militar para resolver essa situação. Um pouco
5672 mais restrito que o perímetro de segurança pública, temos a área de restrição comercial.
5673 A área de restrição comercial, segundo a Lei Geral da Copa, é aquela área com um
5674 perímetro com até 2 km na qual não é permitida a comercialização de produtos não
5675 autorizados pela Fifa e não é permitida a publicidade de marcas não autorizadas da Fifa
5676 e essa é uma responsabilidade da segurança pública, claro, não só da segurança pública,
5677 mas também da segurança pública, primariamente que atua são as secretarias de ordem
5678 pública social, em alguns lugares as secretarias de marketing das prefeituras, que fazem
5679 o controle da propaganda, mas se isso não der certo, a segurança pública tem que ir lá
5680 prender o material, enfim, tomar as atitudes necessárias. Então, temos perímetros de
5681 segurança pública, áreas de restrição comercial, chegamos ao cercamento do estádio. Da
5682 cerca do estádio até as catracas chamam perímetro externo do estádio. O perímetro
5683 externo tem dois *checking points*, um deles é o *checking points* de pessoas que são os
5684 *magbags* que são aqueles equipamentos iguais ao do aeroporto, o *mag* é o
5685 magnetômetro, o portal, e o *bag* é onde se coloca a bolsa. Ali é uma atividade que

5686 desenvolvida pela segurança privada, o controle de acesso é da segurança privada e só
5687 pode acessar o perímetro externo as pessoas que se encaixam em três situações,
5688 primeiro, o portador de ingresso, segundo, credenciais, é a força de trabalho, que vai
5689 estar credenciada, inclusive a segurança pública, e esse credenciamento da força pública
5690 é feita pela minha secretaria e o convite da Fifa. Então, para a pessoa entrar no
5691 perímetro externo os pertences têm que ser checados e portar um desses três
5692 documentos. E também temos a entrada de veículos. Aí eu falo de grandes caminhões
5693 de *broadcasting* de emissoras de TV, eu falo de caminhões de MacDonalDs, uma série
5694 de veículos que precisam acessar o perímetro externo, todos eles são vistoriados,
5695 passam por uma vistoria antibomba, que é feita pela força pública e não mais pela
5696 segurança privada. Entrei no perímetro externo, lá eu vou enxergar alguns
5697 estacionamentos, algumas estruturas temporárias, aquelas grandes tendas da Sony, do
5698 MacDonalDs, da Visa, área de hospitalidade, tudo no perímetro externo. Chega às
5699 catracas. Nelas é feita a verificação eletrônica do ingresso e da credencial, uma vez que
5700 lá nas *magbags* é feita simplesmente uma verificação visual daquela credencial ou
5701 daquele ingresso ou credencial. Cheguei na catraca, que também é uma atividade de
5702 segurança pública com o apoio da segurança privada com o apoio da segurança pública,
5703 caso alguém não autorizado a Polícia Militar vai lá e tem que atuar. Passei da catraca,
5704 entrei nas áreas internas do estádio. Então, da catraca até o meio do campo aquilo que se
5705 chama área interna do estádio. A partir que se denomina perímetro interno. Então, eu
5706 tenho perímetro de segurança pública, área comercial, perímetro externo, perímetro
5707 interno, cheguei nas arquibancadas, áreas vips, campo, aquelas áreas de 1 a 9 que foram
5708 classificadas de 1 a 9 pela Fifa e cada lugarzinho desse que consta na credencial dá
5709 direito a um acesso a cada uma dessas áreas. Então, nessas áreas da segurança privada é
5710 na orientação e no primeiro atendimento como eu já havia falado. A segurança pública
5711 deixa de ser apoio e passa a ser, entre aspas, uma força de contingência à segurança
5712 privada. É esse novo modelo, se já não foi presidente discutido aqui no âmbito do
5713 conselho, certamente em algum momento terá que ser, como fica esse modelo para além
5714 da Copa do Mundo? Como fica um modelo em que eu tenho uma mureta de 80 cm
5715 separando o torcedor do campo e eu vou conseguir fazer isso com segurança privada?
5716 Eu não sei mesmo. Pode ser que alguns lugares que já têm feito isso, como é o caso do
5717 Mineirão com a Minas Arena que é a empresa contratada para fazer a segurança lá,
5718 também com o apoio da segurança pública, temos o Estádio do Grêmio que já vem com
5719 um novo conceito. Temos discutido esses assuntos, eu faço parte da Comissão Nacional
5720 de Prevenção à Violência em Instalações Esportivas. Como esse modelo vai sobreviver
5721 ou se nós temos interesse que ela sobreviva após a Copa do Mundo. O Estado brasileiro
5722 e a sociedade brasileira vão ter em algum momento de discutir esse tema. Nós,
5723 internamente, acreditamos que um evento privado que gera lucro ao seu organizador,
5724 traz para ele alguma responsabilidade na segurança, tem que trazer, porque quando nós
5725 deslocamos um efetivo da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros para aquele local,
5726 nós estamos tirando de algum outro lugar, muitas vezes como é o caso de Brasília tendo
5727 que pagar à sociedade que paga uma hora extra, entre aspas, para aquele policial estar
5728 lá. É um assunto que tem que ser discutido e acho que este conselho é o fórum
5729 adequadíssimo para colaborar também no estudo deste tema. Eu estou estourando o meu
5730 tempo aqui porque vamos ter agora um debate, aqueles que quiserem fazer perguntas
5731 fiquem à vontade. Mas eu poderia falar mais uma semana sobre isso, porque cada ponto
5732 desse tem uma série de desdobramento, mas como visão geral da operação, só para
5733 finalizar, falando um pouquinho de Olimpíadas. Nós estamos iniciando um trabalho de
5734 orçamento, precisamos do orçamento para começar a executar no ano que vem para que
5735 tenhamos 3 anos de orçamento, 2014, 2015 e 2016, e nós estamos idealizando algo

5736 parecido com o conceito de *safety city* que já utilizado em vários países e achamos que o
5737 Rio de Janeiro merece isso. Eu não sei se tem alguém do Rio aqui nós queremos não só
5738 com a Copa do Mundo, não só com a Jornada, temos conversado bastante com o
5739 secretário Beltrame, uma excelente figura, um homem formidável, para que possamos
5740 avançar então nesse conceito de cidade segura com a implantação de diversos sensores e
5741 tecnologias que possam aprimorar o excelente trabalho que já vem sendo feito ali pelas
5742 sociedades fluminense e carioca. Então, Alex, de minha parte era isso, desculpem a
5743 correria, é muito denso e muita informação, mas eu permaneço aqui pelo menos na
5744 próxima meia hora para responder qualquer pergunta que os senhores tiverem.

5745
5746 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Bom, doutor Monteiro, muito
5747 obrigado pelos seus esclarecimentos e informações, vão ser úteis. Já temos pessoas para
5748 fazer perguntas, eu também tenho, é o seguinte. Já estive presente em duas Copas do
5749 Mundo, uma de férias de turismo e outra já como observador da Senasp na África do
5750 Sul, e muita gente discutindo o nosso modelo de doutrina, eu vejo que a Fifa replica
5751 muito, ela tem o padrão dela e acha que vai replicar em todos lugares. Por exemplo, o
5752 sr. mencionou o caso da torcida da Inglaterra que é necessário trazer policiais brasileiros
5753 ali dentro do estádio. Uma coisa que eu vi na Alemanha, policiais fardados ingleses com
5754 a farda inglesa na rua da Alemanha atuando junto à torcida da Inglaterra, certamente,
5755 isso dá, além da questão da língua, um respeito maior, o *hooling* vê que tem um policial
5756 inglês que sabe quem ele é, que vai falar a língua dele, eu queria saber como será isso
5757 no Brasil, se essa cooperação também inclui a presença de diálogo com policiais
5758 estrangeiros usando a farda do país dele junto com a torcida correspondente. A segunda
5759 é a questão dos anéis, os perímetros em torno dos estádios. Tem aquela área de
5760 exclusividade econômica, mas é uma área externa do estádio que eu acredito que o
5761 policiamento seja da segurança pública. Eu queria saber então como vai ser esse
5762 controle, se o policial vai atuar, porque a Fifa tem aquela preferência por estádio fora do
5763 perímetro urbano, primeiro por questão de segurança e para facilitar essa área de
5764 exclusividade econômica. Mas nem todos os estádios conseguem ter um raio de 2 km,
5765 nem aqui em Brasília, o Mané Garrincha não consegue ter isso sem pegar a W3, o Setor
5766 Comercial. Aí vai ter o Posto de Gasolina que vai vender uma cerveja e tal. Como vai
5767 ser feito esse controle? A segurança pública vai atuar para garantir essa exclusividade,
5768 questão de pirataria de produtos? Também faço parte do Conselho Nacional de Pirataria
5769 e o pessoal está muito preocupado porque aqui no Brasil temos a questão do vendedor
5770 de rua, às vezes na Alemanha e em outros países não tenham, mas aqui tem. Terceiro
5771 problema também é o controle de veículos que a Fifa não encontrou em outros países,
5772 mas vai encontrar aqui são os guardadores de carros. Imagina como vai ser isso aí no
5773 entorno do perímetro. E não só nos estádios, você mencionou que no jogo Brasil e Japão
5774 vai haver uma festa patrocinada pelo Governo do Distrito Federal, é a FanFest da Fifa?
5775 Não é. FanFest é uma coisa que a Fifa faz, além do estádio, existem esses locais de
5776 exibição que também é restrito, para entrar tem controle de entrada e para consumo de
5777 produtos lá dentro só se pode consumir produtos de patrocinadores. Mas, as Fan Fests
5778 onde eu vi, inclusive na Eurocopa na Polônia são dentro do perímetro urbano. Não tem
5779 esse polígono de isolamento, em torno da FanFest não tem, e a Fifa escolheu, segundo o
5780 modelo dela, um lugar em cada cidade, o que eu acho um absurdo em São Paulo terá
5781 uma FanFest que será no Anhangabaú, para 300 mil pessoas, mas em São Paulo devia
5782 ter pelo menos uns três, mas a Fifa não quer fazer e vai ser aquela reunião de torcedores,
5783 e aqui temos uma tradição, quer dizer, na África do Sul não tinha porque lá a Copa
5784 competia com o rugby futebol. Mas aqui no Brasil temos essa rivalidade de torcida, de
5785 violência, talvez na Europa tenha, mas não tanto quanto aqui, aqui a coisa é mais

5786 pesada, e aí vai reunir torcedores, num lugar só, tudo isso, como vai ser esse
5787 policiamento nas FanFests da Copa? Eu me alonguei aqui. Vamos fazer num bloco só
5788 em razão do pouco de tempo.

5789

5790 **O Sr. Pedro Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Boa-tarde, eu entendo que
5791 um dos grandes legados desses grandes eventos seja a produção do conhecimento e a
5792 articulação entre conhecimento operacional e o conhecimento científico. Nós temos
5793 percebido com muita clareza que em função desses grandes eventos uma série de editais
5794 de pesquisa, uma aproximação muito clara entre a operacionalidade desses grandes
5795 eventos e a pesquisa científica se dá de uma forma intensa, com exceção da segurança
5796 pública, não teve nenhum grande edital de Capes, CNPq, fundações estaduais, nem do
5797 Ministério da Justiça que possa produzir de fato essa maior articulação. Isso fica como
5798 uma questão. Na verdade, eu vou só me aproveitar de sua presença aqui, que é uma
5799 grande dificuldade que tenho, eu sou oficial psicólogo da Polícia Militar do Rio e hoje
5800 sou professor da URRJ e sou professor também de um curso de mestrado e doutorado
5801 no Instituto de Polícia da Universidade de Dundee na Escócia, inclusive algo que nós
5802 não temos algo nem parecido aqui, um mestrado e doutorado para policiais. Em função
5803 dessa articulação, nós vamos realizar ainda este um evento no Rio de Janeiro,
5804 envolvendo pesquisadores e lideranças de polícias da Escócia, Irlanda do Norte e do
5805 Brasil. Um grande evento para pensarmos algo sobre o policiamento nas Olimpíadas. E
5806 temos tentado um contato com a Secretaria de Grandes Eventos daqui e não temos
5807 conseguido resposta. Já está tudo certo das pessoas da Irlanda do Norte, da Escócia, mas
5808 do Brasil não ainda não conseguimos. Então, eu queria saber de que maneira nós
5809 podemos fazer isso. Eu fui pessoalmente lá ao Ministério da Justiça, no Anexo, enviei
5810 três e-mails, mas não obtive resposta. Então, eu queria saber se há inclusive interesse de
5811 participação neste nosso evento, já que o próprio governo brasileiro não está tendo esse
5812 tipo de iniciativa, as universidades então estão tentando cumprir aquilo que
5813 historicamente inclusive o campo da segurança pública tem como defasagem que é essa
5814 aproximação com a produção de conhecimento sistematizado da universidade.
5815 Obrigado.

5816

5817 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**
5818 **Estaduais - Feneme)** – De certa forma até já foi respondido, minha preocupação é
5819 sobre o legado, porque o legado pode ser negativo em determinados casos, pois o
5820 público é diferente, as arenas foram construídas para um público diferente, os stewarts,
5821 sei lá como eles estão chamando, são em número enorme e isso custa dinheiro, será que
5822 quando tiver as rugas das torcidas organizadas lá no estádio, para quem vai sobrar? Vai
5823 ser difícil implementar isso, porque custa dinheiro de ter toda essa segurança privada lá
5824 dentro, então é uma preocupação, junto com essa cultura e legado tem que ter algum
5825 trabalho com essas torcidas, eu acho muito difícil, as organizadas são tenebrosas, é um
5826 público diferente. E vão ter inúmeros problemas, como aconteceu na Bahia, por
5827 exemplo, as tais caxirolas que, graças a Deus, acabaram com ela, pelo menos estão
5828 pensando nisso. Vai ser um legado que se não for tratado adequadamente vai estourar na
5829 mão da polícia, porque os clubes não têm estrutura. E segundo assunto, é o seguinte, a
5830 Lei Geral da Copa alterou o Estatuto do Torcedor? Porque nesse estatuto diz que a
5831 segurança tem que ser pública, interna e externa nos estádios, eu só estou alertando
5832 porque não se trata nada disso lá na Lei Geral, a Lei Geral diz que a segurança de
5833 eventos esportivos é de responsabilidade do poder público, a Lei Geral da Copa trata de
5834 pirataria, de tudo isso, no sentido de resguardar esse período, mas eu não vi nada que
5835 fale da segurança na Lei Geral da Copa.

5836

5837 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
5838 **Identificação – Fenappi)** – Eu tive uma reunião bem no começo com outro secretário,
5839 não sei bem qual era a função, dos Grandes Eventos, na qual se discutia a participação
5840 do papiloscopista no processo de identificação de massa que método iria ser utilizado
5841 nesse sentido. A pergunta que eu faço é que se essa interlocução, pelo menos com a
5842 federação não houve mais, sabemos que a biometria, a impressão digital é um processo
5843 rápido e já tem, por exemplo, Brasília que é cidade-sede, Porto Alegre que também é
5844 cidade-sede, elas já têm identificação civil no sistema Afis, quer dizer, todas as pessoas
5845 estão cadastradas civilmente, poderia ter sido usado, eu não vi trabalho nesse sentido.
5846 Nós ficamos discutindo aqui questão de recursos na área de segurança pública, de
5847 repente não tem limite, por exemplo, para esses eventos, segurança privada, por
5848 exemplo, de repente o montante que se investe nesse evento pontual seria extremamente
5849 importante para as polícias estaduais, nem que fosse dos estados que são sedes.
5850 Certamente, isso iria alavancar qualidade, investimento de tecnologia porque existe um
5851 sucateamento enorme, o legado que poderia ser repassado para as polícias civil e militar
5852 nesses eventos pelo menos nos estados, eu acho que seria importante. Faltou discussão,
5853 qual é o processo de biometria que será utilizado para identificação. Por exemplo, no
5854 meu estado nós temos um cadastro de todas as torcidas organizadas lá porque ocorrem
5855 muitos homicídios e tudo. Foi feito o cadastro dessas torcidas organizadas? Como será
5856 identificada no processo muito rápido de passagem? Existe um controle de tecnologia
5857 facial que é usado ou mesmo de impressão digital? Eu tenho muita preocupação em
5858 relação a isso, como vai ser o processo de identificação dessas pessoas, porque não
5859 temos história de Copa no Brasil, só tivemos em 1950, mas é um negócio que fica fora
5860 de controle se acontecer alguma coisa.

5861

5862 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
5863 **Periciais do Brasil)** – A Paraíba fica 150 km de Natal e 150 km, aproximadamente, de
5864 Recife, ambas as cidades são cidades-sede. E, com certeza, nós iremos acomodar
5865 turistas até pela questão da proximidade e também do atrativo. Eu queria saber se há
5866 uma preocupação, algum tratamento especial em função de ser uma cidade que está
5867 entre esses dois polos, essas duas sedes.

5868

5869 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Eu sou subcoordenador de segurança
5870 humana da Viva Rio e oficial inativo da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Mais uma vez
5871 a questão do legado. Mesmo o Rio sendo um dos estados menor da Federação, nós
5872 temos diversos portos e aeroportos que não são atendidos pela Polícia Federal e isso é
5873 um problema por causa de tráfico de entorpecentes, tráfico de armas etc. O que foi
5874 imaginado para esses portos e aeroportos que não são atendidos, alguns legalizados,
5875 como temos em Cabo Frio, Macaé, Aeroporto de Jacarepaguá, não sei se tem
5876 representação da Polícia Federal lá, mas o que foi pensado para esses legalizados e
5877 aquelas pistas que são clandestinas, mas muito comumente utilizadas. Na Rio+20, nós
5878 tivemos alguns eventos de manifestações e passeatas, movimentos que não estavam
5879 previamente agendados. A Polícia Militar, por conhecer as características da população
5880 e de algum modo os movimentos que ali estão no Rio, e alguns internacionais que se
5881 sabia que iriam participar, já se preparou de alguma maneira para atender essas
5882 contingências. Mas, naquela oportunidade, pelo planejamento ter ficado muito a cargo
5883 do Exército brasileiro em algum momento houve, de certo modo, um distanciamento
5884 que essas contingências não foram incluídas no planejamento originário e isso gerou
5885 algumas consequências que não foram de maior envergadura por conta de uma

5886 preparação paralela para tratar dessas contingências. Como elas têm sido observadas aí
5887 no planejamento?

5888

5889 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Em Cuiabá,
5890 nós estamos como cidade-sede. Quando foi anunciado que seríamos sede da Copa, o
5891 governo no todo fez um trabalho de divulgação, de propaganda que seriam feitos
5892 investimentos, a questão do legado, principalmente, na área de segurança pública.
5893 Transcorreu todo esse período, havia muito projetos na área de segurança pública, tanto
5894 na área de medicina legal, na criminalística, de identificação, e ficou no papel. Era uma
5895 das exigências os IMLs estarem preparados, com estrutura, e existia projeto de um
5896 complexo da Politec, no entanto, isso não aconteceu. E não aconteceu também para a
5897 Polícia Civil, para a Polícia Militar, estou falando em nível estadual, não aconteceu, e o
5898 próprio secretário de Segurança e outros já se manifestaram que não vai acontecer nada
5899 do que foi anunciado no início. Então, nos preocupa essa questão, pois a estrutura para
5900 podermos atender a realização desta Copa, principalmente em Cuiabá, que, com certeza,
5901 terá essa demanda na área de documentoscopia, outras áreas. Eu vejo, como presidente
5902 do Sindicato também atuando na área de documentoscopia, uma estrutura para dar esse
5903 suporte. Eu gostaria de saber qual é a visão, o projeto de vocês para essas situações, se
5904 existem possibilidades de investimento, capacitação para esse grande evento?

5905

5906 **O Sr. José Monteiro (Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos)** – Vamos
5907 lá. Anotei aqui os pontos que foram colocados. Policiais estrangeiros. De fato, esse foi
5908 um trabalho que se iniciou mais fortemente na presença de policiais estrangeiros no
5909 país-sede durante a Copa da Alemanha, foi replicado na Copa de África, aqui do Brasil,
5910 por exemplo, nós tínhamos policiais federais na Copa da África, não no campo, mas
5911 fazendo um trabalho junto à delegação brasileira. No Brasil, para a Copa do Mundo, já
5912 finalizada muito em breve a adaptação do local onde vai ser esse centro, chama-se
5913 Centro de Cooperação Policial Internacional. Ele contra, primeiro, de policiais
5914 convidados, que nós convidaremos a estarem presentes, tanto no interior do centro,
5915 quanto acompanhando suas delegações, quanto nos estádios. Vamos ter nas arenas, já
5916 sabemos que não teremos a quantidade que a Alemanha teve em relação aos países
5917 europeus, a facilidade de deslocamento lá é muito grande, talvez tenhamos aí uma
5918 dupla, ou algo parecido, mas se ocorrer incidente com um cidadão estrangeiro eu com
5919 um ou dois policiais daquele país desarmados, acompanhados por um policial brasileiro
5920 sempre, pela facilidade de cultura, do idioma, da maneira como tratar, estamos também
5921 co isso no nosso plano. Policiamento no perímetro externo: para cada uma das áreas de
5922 interesse internacional, aí falo de estádio, falo de zona turística, falo de FanFest no caso
5923 a Copa do Mundo, esses locais de exibição pública, falo de aeroportos, de portos, de
5924 uma série de outras áreas que é denominada área de interesse internacional, nós temos
5925 uma razão de policial para presente. E todas essas razões constam num documento que
5926 foi assinado pelos ministros dos Esportes, da Justiça, Defesa, governador e o prefeito de
5927 cada local, chamado Matriz de Responsabilidade. Só para dar um exemplo já que se
5928 falou aqui no perímetro externo, para a área do estádio, tanto interna quanto externa, nós
5929 temos uma razão de um agente de segurança para cada 50 espectadores. Não só
5930 espectadores, 50 pessoas presentes no estádio. Então, se eu tenho, por exemplo, a
5931 capacidade de um estádio de 50 mil pessoas, eu vou ter então mil policiais que atuam no
5932 perímetro interno, externo e no perímetro de segurança pública ao redor do estádio. E aí
5933 falando sobre esse perímetro externo, foi citada também a área de restrição comercial.
5934 Nós temos algumas situações que são excepcionalizadas pela Lei Geral da Copa relativa
5935 à área de restrição comercial. Uma delas é o que se chama, não quero ser pedante

5936 quando digo esses termos em inglês, mas é só para identificar como a Fifa fala, o
5937 *business as usual*, que é o comércio que já existe, aquele bar que está nessa área de
5938 restrição comercial continua trabalhando sem nenhum problema. O que ela poderá fazer
5939 é associar a sua imagem à imagem do evento. Mas, se ele vende pepsi-cola e não coca,
5940 ele poderá continuar vendendo a pepsi sem nenhum problema, isso está previsto na Lei
5941 Geral da Copa, não há que se falar nisso. Em relação ao vendedor ambulante, nós
5942 julgamos que não haverá problema na área de restrição comercial quanto ao vendedor
5943 ambulante, isso baseado nas experiências dos eventos-teste que fizemos. Fizemos
5944 eventos-teste em Recife, Salvador, Brasília, Rio de Janeiro, em nenhum deles houve a
5945 presença, porque como eu trabalho com uma saturação de área com o efetivo da
5946 segurança pública e todo esse efetivo sabendo dessa proibição, isso é até um problema,
5947 porque aqui em Brasília houve uma formação de filas aqui em razão do número ou de
5948 uma gestão não tão adequada dos equipamentos de *maggie-bags* e havia pessoas lá que
5949 ficavam duas horas na fila, um sol, com filhos e não tinha nenhuma água para comprar,
5950 não tinha vendedor ambulante, e todos reclamando onde é que estava o caro do isopor, e
5951 não tinha. Em relação, a *FanFest* e *Publics View*, de acordo com a Matriz de
5952 Responsabilidade, nós temos um agente de segurança para cada 80 espectadores no
5953 perímetro interno na *FanFest*, pois *FanFest*, é um local fechado, mas que no caso de
5954 Copacabana, por exemplo, é fechado e ficou aquela multidão do lado de fora, é normal.
5955 Para um local fechado nos temos um agente de segurança para 80 pessoas. E para o lado
5956 de fora, nós temos um número um pouco mais generoso, pois é muita gente e nós não
5957 teremos de fazer uma média como essa em local que tivesse, por exemplo, 100 ou 200
5958 mil pessoas. Não efetivo para isso. Em relação a respeito dessa *dobradinha* operacional
5959 com o científico. Na verdade, para ser bastante claro, eu não sou político, eu sou
5960 técnico, sou policial também, não só na área de segurança pública, mas em outras áreas
5961 também, nós não tivemos o prazo necessário para desenvolvimento de uma série de
5962 coisas, a secretaria foi criada em 2011. A Inglaterra, por exemplo, para as Olimpíadas
5963 começou a sua preparação com 7 anos de antecedência. Então, de fato, havia muitas
5964 coisas, inclusive outras que foram apontadas aqui que eram parte de plano, e muitas
5965 vezes não deu tempo para fazer. Apesar disso, eu só discordo em relação a esse trabalho
5966 científico que não houve, ele houve. Não houve com a participação da academia, mas
5967 ele houve. Todas as aquisições de tecnologia que fizemos passaram por estudos
5968 profundíssimos, não só por nós, mas fizemos diversas audiências públicas com
5969 especialistas do mercado, que assim como o meio acadêmico, são pessoas que também
5970 têm conhecimento profundo, porque trabalham com isso no seu dia a dia. Então, o
5971 sistema integrado de comando e controle que nós desenvolvemos, com os sistemas
5972 adquiridos de acordo, eu estava conversando com um representante da IBM que é um
5973 dos provedores de algumas soluções que compramos, se nós conseguirmos atingir nossa
5974 meta nessas duas cidades-sede, não há no mundo nada parecido com o que vamos fazer
5975 aqui, a capacidade de captação de dados, a capacidade de trabalhar esses dados e gerar
5976 um produto quer permita uma tomada de decisão adequada. Então, sempre em qualquer
5977 lugar do mundo é interessante incluir o meio acadêmico, pois são as cabeças pensantes
5978 de um país, não há dúvida disso, mas é um processo que demora um pouco mais
5979 também, ainda mais quando se trata de serviço público. Se eu vou fazer uma parceria ou
5980 estabelecer algum tipo de relacionamento com a academia, eu tenho uma série de pré-
5981 requisitos formais, antes que isso aconteça, sinceramente, nós não tínhamos tempo para
5982 isso. Nós somos uma secretaria hoje que dispõe de cerca 150 pessoas e para os senhores
5983 terem ideia para os Jogos Olímpicos de Londres, tinham lá trabalhando na organização
5984 cerca de duas mil pessoas. É uma estrutura enxuta, mas, na primeira oportunidade,
5985 certamente, vamos tentar fazer isso. A questão do mestrado para policiais, na verdade,

5986 existe um mestrado sim para policiais aqui no Brasil, é na Universidade Estadual do
5987 Amazonas, é um mestrado de segurança pública, talvez o único do país que eu tenha
5988 conhecimento, precisamos avançar muito nisso também, não só no mestrado, mas
5989 também no doutorado, este não temos, nós nos socorremos muitas vezes à FGV para
5990 fazer um mestrado na área de administração pública e fazer aí uma monografia, um
5991 trabalho voltado para a área de segurança pública. O evento do final: nós temos sim
5992 interesse de participar, talvez o canal não tenha sido o mais eficiente, não digo o mais
5993 adequado porque não foi culpa sua, nós não estamos sediados no prédio do Ministério
5994 da Justiça, a nossa sede é no Setor Policial Sul, mas acabando aqui que passo meus
5995 contatos e vamos aprofundar isso. Questão de o público ser diferenciado, de fato é. Eu
5996 vou o meu testemunho aqui, eu comprei dois ingressos para a Copa das Confederações,
5997 um para a minha esposa e outro para meu filho, aqui em Brasília, eu paguei 350,00
5998 reais. Então, não é todo mundo, infelizmente, que tem essa condição de comprar um
5999 ingresso como esse. Mas, quando falamos de legado, esse também é uma das facetas do
6000 legado, e é exatamente essa discussão que eu estava propondo, posso colaborar no
6001 futuro com essa experiência que estamos adquirindo, mas o legado, felizmente, vai para
6002 além da arena, embora tenha uma interface muito grande com arena, mas quando falo,
6003 por exemplo, do sistema integrado de comando de controle ele passa a servir depois do
6004 evento para a segurança pública da cidade, da região metropolitana e do estado, por que
6005 não dizer isso? Eu concordo, temos que avançar nisso, pois para que seja viável
6006 economicamente a manutenção do *Stewart* deve haver uma mudança no modelo de
6007 negócios do futebol brasileiro, mas a Inglaterra conseguiu há algumas décadas depois de
6008 alguns desastres que houve lá, ela conseguiu avançar bastante. É pelo menos uma fonte
6009 de inspiração que poderemos buscar para resolver esse problema. Falando da Lei Geral
6010 da Copa, nós temos uma série de marcos legais e marcos de entendimento, eu digo nós
6011 o Brasil, que é nosso norteador ali, e eu tenho, por exemplo, uma das principais fontes de
6012 pesquisa nossa é o dossiê de candidatura do Brasil para sediar a Copa do Mundo, temos
6013 um dossiê para a Copa, um dossiê para a Jornada, temos o dossiê para as Olimpíadas.
6014 Esse dossiê quando o Estado brasileiro encaminha, porque a Fifa fala o seguinte, assim
6015 como o Comitê Olímpico, eu tenho uma série de necessidades que são intransponíveis,
6016 dentre outros documentos, o Caderno de Encargos talvez seja um dos mais importantes,
6017 e quando o Brasil anui em encaminhar o dossiê de candidatura, ele encaminha isso antes
6018 de qualquer coisa, para ele se candidatar ele tem que encaminhar aquilo lá, ele já se
6019 compromete de uma série de obrigações. E o ideal seria que estivesse isso na Lei Geral
6020 a Copa, mas ainda que não esteja na Lei Geral da Copa nós temos algum passivo
6021 normativo que antecede a Lei Geral da Copa que também tem que ser observado. A
6022 identificação biométrica. Na verdade, nós temos para a questão do acesso, porque nesse
6023 ambiente de Copa do Mundo e Olimpíadas, são dois os locais nos quais a identificação
6024 biométrica é mais visível ou pelo menos deveria ser mais visível: primeiro controle
6025 emigratório quando a pessoa chega ao país, nos Estados Unidos, é muito evidente isso, e
6026 na arena, no estádio. Falando da arena, toda essa parte de credenciamento, de emissão
6027 de ingressos, de emissão de convites, não é algo que caiba ao governo brasileiro. Isso aí
6028 cabe à Fifa. A Fifa é quem credencia, é a Fifa que emite o ingresso, é a Fifa que controla
6029 o acesso e é a Fifa que convida as pessoas. Isso faz parte tanto da Lei Geral da Copa,
6030 isso contém nessa lei, então os requisitos de segurança que a Fifa utiliza aqui no Brasil
6031 são os requisitos de segurança que ela costuma usar pelo mundo. Os requisitos que ela
6032 está usando no Brasil ainda são melhores que ela usou tanto na Copa do Mundo da
6033 Alemanha como da África do Sul, porque é um aperfeiçoamento normal do processo.
6034 Quanto à entrada do país, a questão do controle emigratório, não estou resumindo isso
6035 não, nós temos essas aplicações para o controle biométrico, estou falando só de duas que

6036 ressaltam aqui. A primeira coisa que fizemos quando a secretaria foi criada nós
6037 chamamos os 12 secretários de segurança e *staff* aqui em Brasília individualmente, não
6038 vieram as 12 comitivas, nos reunimos na sede da Secretaria de Segurança aqui do DF, e
6039 pedimos a eles que nos encaminhassem as necessidades do estado de cada um, as
6040 necessidades mais prementes do estado, mas que eles fossem econômicos, pois todo
6041 orçamento é finito. Passou cerca de um mês, começamos a receber as tabelas dos
6042 estados e essas tabelas davam em torno de 10 bilhões de reais. E aí considerando que o
6043 recurso todo para a Copa do Mundo é de 30, não seria razoável 10 bilhões para uma
6044 área por mais importante que seja, por mais carente que fosse a segurança pública, mas
6045 no contexto isso não era possível. E aí nos vimos num dilema, o que fazer? Porque eram
6046 tão diferentes os pedidos, nós tínhamos pedido de bola de futebol a avião, pintura de
6047 instalação a helicóptero, passando por viaturas, e não estou julgando não, é a
6048 necessidade do estado e cada estado é que sabe. Então, partimos pelo contrário, ao invés
6049 de buscar aquilo que era diferente, vamos buscar aquilo que é igual, porque menos
6050 conseguiremos atender todos os estados naquilo que é uma demanda que é muito
6051 parecida entre estados, nós teremos condições de fazer uma licitação centralizada, que é
6052 o que nós estamos fazendo, tudo aquilo que os estados recebem sou eu quem licita,
6053 tudo. Por quê? Porque ganho em escala, uma coisa é eu comprar um caminhão e outra
6054 coisa é comprar 20 caminhões. Eu ganho na escala e tenho condições de comprar mais
6055 coisas. Então, chegamos num orçamento já com muitos cortes e começamos a levar
6056 então esse orçamento às instâncias do governo federal que assim como é lá nos estados
6057 temos a Secretaria de Planejamento, Secretaria de Fazenda, Casa Civil, que todos eles
6058 dão sua contribuição, então, nós, também passamos a sofrer um monte de cortes, era um
6059 processo normal de orçamento. E chegamos então nesse 1bi e 170 milhões e um dos
6060 itens que foram cortados foram a parte de perícia, tínhamos muita coisa de perícia que
6061 estavam presentes, lá na secretaria temos alguns peritos que têm a expertise, houve uma
6062 decisão, mas é uma decisão política de cortar alguns itens, salvar outros, mas é a
6063 decisão política que o estado democrático direito preconiza. Nesse contexto, alguns
6064 equipamentos que são de controle biométrico foram cortados. Onde é que está sendo
6065 usado o controle biométrico na Copa das Confederações e na Copa do Mundo? É na
6066 identificação dos *stewarts*, então na fiscalização de segurança privada que é feita pela
6067 Polícia Federal, existem aqueles equipamentos PDAs que a Polícia Federal antes de
6068 cada um dos jogos faz uma conferência geral de todos os *stewards*, todos têm que
6069 colocar seu dedinho ali e checam. Talvez seja esse controle biométrico que está sendo
6070 feito. Investimento na segurança privada. Todo investimento de segurança privada é
6071 Fifa, o governo federal não coloca um real na segurança privada, não contrata *stewards*,
6072 não contrata segurança privada, não contrata nada, é um recurso da Fifa. Os nossos
6073 custos são diretamente aplicados na segurança pública. E no caso das Olimpíadas, a
6074 segurança privada é do Comitê Olímpico, eles fazem essas contratações, não somos que
6075 fazemos isso. João Pessoa, além de João Pessoa temos algumas outras cidades que pela
6076 proximidade pelas cidades-sede, que, muito provavelmente, não é certo, é provável,
6077 sejam um centro de treinamento, os turistas, certamente, vão para lá. E acho que agora é
6078 um momento interessante para diferenciar o trabalho que é um trabalho da nossa
6079 secretaria, da Sesge, de outras estruturas de governo federal. Quando nós fomos criados,
6080 houve uma delimitação muito clara do nosso trabalho que todos os nossos orçamentos
6081 deveriam, é uma implicação legal, ser utilizados nos locais que sediam os grandes
6082 eventos. Sempre tivemos a percepção, e João Pessoa sempre é citada, porque fica
6083 exatamente entre as duas cidades, de que haveria a necessidade de ampliar para cidades
6084 que pudessem servir como centro de treinamento. O centro de treinamento é aquele
6085 local onde a seleção fica hospedada e treina no local ali, o que não temos para a Copa

6086 das Confederações, só para a Copa do Mundo, Copa das Confederações temos só os
6087 campos oficiais de treinamento. Nós não conseguimos recursos, não fomos autorizados
6088 a fazer nenhum investimento nos locais que não fossem sede e a tendência é que nós
6089 avancemos muito mais com questões operacionais, apresentar sugestões para as outras
6090 cidades daquilo que estão sendo feito nas cidades-sede para que se federativamente
6091 aquela Secretaria de Segurança Pública concordar com isso, nós teremos aí uma série de
6092 colaborações que não serão financeiras, até porque nosso orçamento se fechou lá no ano
6093 retrasado e não foi permitido nenhum avanço em relação a isso. O centro de treinamento
6094 é escolhido pelas seleções e nós não temos nem as seleções ainda. E nós só teremos as
6095 seleções e teremos os locais onde as seleções ficarão baseadas a partir de 6 de dezembro
6096 deste ano que é o *draw for the World Cup*, que é o sorteio para a Copa do Mundo, e nós
6097 só teremos os locais onde as seleções ficarão baseadas, nós temos indicações muito
6098 claras daquilo que poderá vir a acontecer, mas não sabemos o que vai acontecer. Portos
6099 e aeroportos não atendidos pela PF no Rio de Janeiro. A nossa preocupação, nós temos
6100 uma série de preocupação relacionada a aeroportos. Eu até citei aeroporto como uma
6101 área bem específica. E outras preocupações, não só no aeroporto, mas com as vias de
6102 acesso, rodoviária, terminais públicos etc. Temos uma preocupação voltada para o
6103 aeroporto que talvez seja a principal, que é aquele aeroporto de entrada de estrangeiros.
6104 Na verdade, formalmente, eu só tenho entrada de estrangeiros naqueles aeroportos que
6105 são credenciados da TAM pela Anac, e nesses aeroportos temos a presença da Polícia
6106 Federal. A Polícia Federal tem duas grandes atividades no aeroporto, controle
6107 emigratório e de segurança aeroportuária. Isso é constitucional. Em todos esses grandes
6108 aeroportos onde haverá o desembarque de estrangeiros e de nacionais, Rio de Janeiro,
6109 muito claro ali, grosso modo, Santos Dumont e Galeão. Então, ali já temos um trabalho
6110 que é feito com a Polícia Federal. Haverá necessidades adicionais na Copa do Mundo e
6111 das Confederações de nós deslocarmos efetivo da Polícia Federal para outros locais, por
6112 exemplo, base aérea, eu tenho algumas delegações, a delegação do Japão desembarca na
6113 Base Aérea aqui de Brasília. A única delegação que vem diretamente a Brasília do
6114 exterior. Então, estamos deslocando uma estrutura de Polícia Federal, de Receita, de
6115 todos aqueles órgãos públicos para fazer esse trabalho na Base Aérea. Todas as saídas
6116 de aeroporto são complicadas, então, do ponto de vista da segurança ter uma delegação
6117 saindo de uma Base Aérea onde não tem aquele afluxo de veículos e de pessoas nas
6118 imediações, é melhor para nós. O risco é menor. Na verdade, nós nem sabemos se os
6119 Estados Unidos vêm à Copa ainda. Eles não estão na Copa das Confederações. Aqui em
6120 Brasília só o Japão. A grande maioria das seleções chega por São Paulo. Mas São Paulo
6121 não dá para comparar o Aeroporto de Guarulhos, por exemplo, do que o daqui. O
6122 Aeroporto de Guarulhos tem outras saídas alternativas para serem utilizadas. Mas, se
6123 não me engano, é só a Base Aérea de Brasília que vai ser utilizada para a Copa das
6124 Confederações. Se perguntarem a nossa opinião a respeito de uma eventual chegada de
6125 uma delegação norte-americana, eu vou sugerir que seja na Base Aérea. Facilita e muito
6126 nosso trabalho. Uma coisa é uma preocupação voltada aos grandes eventos, outra coisa
6127 é aquela preocupação permanente que tem que ser tratada permanentemente, por
6128 exemplo, uma pista clandestina, isso aí para além da preocupação com o grande evento,
6129 tem que ser uma preocupação permanente. Mas e se o avião decolar ali da pista
6130 clandestina, quem terá esse controle? Nós temos em cada uma das cidades-sede a partir
6131 da arena, no dia do jogo, uma área de restrição aérea. Então, nós temos uma área que é
6132 vermelha, uma área que amarela e outra branca. Nessa área vermelha ninguém voa sob
6133 pena, ainda hoje está seguindo para a presidenta da República uma adicional para
6134 permitir o abate, Lei do Abate, sem muitas facilidades durante a Copa do Mundo se for
6135 necessário. Então, se vem um avião em direção ao estádio, ele vai ser abatido antes de

6136 chegar ao estádio, pela Força Aérea Brasileira. Isso está na mesa da presidente para
6137 assinatura, deve sair muito em breve. Estávamos discutindo isso ontem na Casa Civil da
6138 Presidência da República. Manifestações e passeatas não agendadas. Na verdade, assim
6139 como na Rio+20, eu não trabalhei na Rio+20, só participei como observador, estava a
6140 cargo do Ministério da Defesa, a premissa é a seguinte, vivemos em estado democrático
6141 de direito, onde a manifestação é livre, a passeata faz quem quer, na hora que quiser,
6142 desde que comunique a Secretaria de Segurança Pública, mas tem muita gente que não
6143 comunica. Mas, nós enxergamos essa questão dessas passeatas sobre alguns vieses. O
6144 primeiro viés é o viés da inteligência. Nós temos toda estrutura de inteligência dos
6145 estados e das cidades voltadas para o grande evento e nós imaginamos que vamos
6146 conseguir através de controle de mídias sociais, nós temos controle eletrônico de mídias
6147 sociais e além da atividade humana de inteligência para detecção dessas passeatas e tal.
6148 Pode haver alguma? Pode. Mas não temos contingências tanto da segurança pública, eu
6149 falo, por exemplo, na Força Nacional de Segurança Pública que vai estar à disposição
6150 como troca reserva e temos tropa de segurança pública que pode ser utilizada como ser
6151 reservada. Para se ter ideia, num jogo regular da Copa das Copas das Confederações, nós
6152 vamos ter nas imediações do estádio, Maracanã nós vamos ter cerca de 1.500 policiais
6153 por aí, mas temos mais 6.000 policiais militares, especialmente dedicados ao grande
6154 evento. Além daqueles de sua escala rotineira. Então, teremos condição de 4.500
6155 militares em outras áreas que se pode destacar. Em último caso, em cada cidade-sede,
6156 temos cerca de 2.000 militares das Forças Armadas em contingência, dentro dos
6157 quartéis para atuar caso seja necessário. Investimento de segurança pública em Mato
6158 Grosso. Quando nós começamos esse trabalho de orçamento e nós estamos investindo
6159 em média em cada estado, alguns um pouco mais, outros um pouco menos, mas nós
6160 estamos investindo em média o correspondente de 10 a 15 anos de investimento
6161 ordinário da segurança pública nas suas instituições, em valores, eu demoraria sem a
6162 Copa do Mundo, sem o investimento federa, eu demoraria 15 anos para atingir os níveis
6163 de investimento que o governo federal está fazendo em cada estado-sede. Fazendo uma
6164 conta aqui muito por alto, eu tenho um bilhão e cento e setenta milhões, nós tiramos um
6165 parte disso que é para os órgãos federais, uma parte menor e o restante dividido por
6166 doze. São mais de cem milhões de reais em investimento, por exemplo, a Polícia Militar
6167 de um estado grande, qual é o orçamento? 3 bilhões. Quanto é a folha? 2 bilhões,
6168 novecentos milhões, e ainda o custeio da máquina, mais setenta milhões, sobram 30
6169 milhões. Isso é fato, não vou citar o estado, mas sobram 10 milhões para a Polícia
6170 Militar de investimento, 10 milhões para a Polícia Civil e 10 milhões para os
6171 Bombeiros, acabou. Eu tenho possibilidade de ter em alguns estados dez, doze anos de
6172 investimento. Sempre tratamos esse investimento do governo federal sobre dois
6173 aspectos: contrapartida, uma série de itens previstos na matriz de responsabilidade, que
6174 eu citei aqui, são efetivos, algumas instalações de comando e controle que são
6175 disponibilizadas pelo estado, mas tem um segundo aspecto que é o da
6176 corresponsabilidade. A responsabilidade de investimento, não só na segurança pública,
6177 mas também na segurança pública para a cidade-sede que se candidatou, ninguém
6178 obrigou o Brasil, por isso que o governo federal entra com recurso a receber a Copa do
6179 Mundo e ninguém obrigou a nenhum estado a receber a Copa do Mundo. Todos os
6180 estados se candidataram. De nossa parte, nós acreditamos que poderia ser muito melhor,
6181 eu sou um aficionado pela segurança pública e gostaria de poder ampliar esse
6182 orçamento em dez vezes, se fosse o caso, pois eu sei da necessidade, já fui da polícia
6183 estadual, sou da Polícia Federal hoje. Mas, de certa maneira, estamos fazendo a nossa
6184 parte. E esses investimentos são, naquilo que são estruturantes, o sistema de comando e
6185 controle é um equipamento que vai durar pela próxima década e que são, de fato,

6186 promotores da integração. Agora o conceito de corresponsabilidade, o governo federal
6187 não pode tudo, não tem orçamento para isso tudo. Nós sempre deixamos muito claro
6188 para os próprios secretários de Segurança Pública com os quais nos reunimos, doutor
6189 Alexandre Bustamante, eu converso com ele quase que semanalmente ao telefone, meu
6190 amigo, e deixamos claros que sabemos nossas limitações e sabemos que os estados têm
6191 as suas limitações também, mas acreditamos que o esforço tem que ser o esforço de mão
6192 dupla. Então, gostaríamos de fazer muito mais, mas o que foi possível fazer foi o que
6193 apresentei nestas poucas linhas durante a tarde.

6194

6195 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Para
6196 acompanhar esses investimentos que estão feitos nos estados, o valor é alto, mas nós
6197 que somos da segurança pública, não tomamos conhecimento dessas informações.

6198

6199 **O Sr. José Monteiro (Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos)** – Eu vou
6200 deixar o meu contato aqui com o Alex, me mandem um e-mail depois que eu envio as
6201 planilhas, nós já temos prontas. Eu sei as dificuldades do fluxo de comunicação dentro
6202 das instituições, isso é normal, acontece em todos os níveis. Eu criei há coisa de um
6203 ano, por causa disso que o senhor está falando, uma página bem prosaica no facebook
6204 que se chama Segurança em Grandes Eventos. É um grupo fechado, hoje tem cerca de
6205 300 pessoas que fazem parte, e tudo aquilo que fazemos lá, equipamentos que chegam,
6206 eu tiro foto, colocamos as informações todas lá. Eu vou deixar também o meu facebook
6207 aqui, é só chegar lá e pedir para entrar no grupo. Nós colocamos todas as informações
6208 ali, de investimento inclusive. Vou deixar meu contato e encaminharemos sem nenhum
6209 problema.

6210

6211 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
6212 **FNOP)** – Não sei se é exatamente uma diretriz, mas consta no Caderno da Fifa, a
6213 previsão da participação das Ouvidorias de Polícia nesse sistema de controle durante a
6214 Copa das Confederações e, provavelmente, a Copa do Mundo. Só que a exemplo do que
6215 já aconteceu já para a Copa das Confederações, pelo menos foi o que disse o ouvidor da
6216 Bahia, não houve essa conversação, nós ficamos lá letra morta nesse caderno da Fifa.
6217 Foi uma surpresa que eu nem sabia que as ouvidorias estavam ali previstas. Como está
6218 isso para a Copa do Mundo, se as ouvidorias vão efetivamente participar, e eu tenho
6219 uma preocupação especial, pois em Porto Alegre, o senhor deve saber, o ano passado
6220 houve uma manifestação estudantil e o tatu-bola foi desinflado, existe uma discussão,
6221 em Brasília também houve esse evento pelos espaços públicos, local inclusive onde vai
6222 ser a FanFest, no centro de Porto Alegre, centro histórico. São essas breves
6223 considerações.

6224

6225 **O Ten. Cel. Mesquita (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Comandantes**
6226 **Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG-PM/CBM)** –
6227 Somente uma pergunta: a estrutura básica da Secretaria Extraordinária hoje é composta
6228 por quem? Quem é o grupo de trabalho? É só a Polícia Federal? Tem a PRF, tem a
6229 Polícia Militar? Tem a Guarda Municipal? Tem a Polícia Civil? Quem compõe esse
6230 grupo de trabalho que está elaborando toda essa estratégia, essa contemplação que terá
6231 esse legado depois?

6232

6233 **O Sr. Edson Diniz Nóbrega Júnior (Redes de Desenvolvimento da Maré)** – Só uma
6234 dúvida que ficou. O Sandro perguntou e o senhor respondeu sobre a questão das
6235 manifestações. Eu sou do Rio também. Lá no Rio há um questionamento grande sobre a

6236 questão dos grandes eventos. Há toda uma movimentação, o senhor deve estar
6237 conhecendo bem. Então, há um potencial de manifestação bastante grande, inclusive já
6238 existem algumas manifestações, alguns grupos que estão questionando. Eu só queria
6239 tirar uma dúvida, qual é a orientação da segurança para lidar com as manifestações que
6240 muito provavelmente, já estão acontecendo, e vão acontecer com a proximidade do
6241 evento, isso deve estar ganhando as ruas.

6242

6243 **O Sr. José Monteiro (Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos)** – Vamos
6244 lá, ouvidorias. O nosso trabalho, voltando ao conceito de corresponsabilidade, em
6245 interfaces com as polícias é um trabalho voltado à área operacional, nós fazemos em
6246 conjunto com cada uma das polícias, cada uma das forças estaduais e municipais, o
6247 planejamento e a operação em si. Nós temos uma série de estrutura nas polícias e é uma
6248 estrutura importantíssima que é a ouvidoria, outra estrutura importantíssima é a própria
6249 corregedoria, que, na verdade, apesar de guardarem uma relação próxima, porque lidam
6250 muitas vezes com as consequências da operação, mas elas não estão no escopo do nosso
6251 trabalho, estão no escopo do trabalho da instituição enquanto estado federado. O decreto
6252 que nos criou delimita a nossa atuação para a operação em si. As decorrências da
6253 operação no nível administrativo não fazem parte do escopo do nosso trabalho. A
6254 estrutura da secretaria. Nós temos uma estrutura central da secretaria que é composta
6255 por policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais militares, policiais civis,
6256 integrantes dos corpos de bombeiros, guardas municipais, órgãos de trânsito, Ministério
6257 da Defesa, peritos, servidores administrativos dessas forças, temos do Ministério da
6258 Justiça, vamos esquecer alguns, mas só para citar alguns, Rio Grande do Sul, Paraná,
6259 Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Mato Grosso,
6260 Espírito Santo, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, esqueci vários, temos todas as
6261 forças representadas de vários estados. Essa é a estrutura central, 150 pessoas em média.
6262 Além disso, nós criamos em cada uma das cidades-sede uma Comissão Estadual de
6263 Segurança Pública e Defesa Civil para Grandes Eventos. Essa comissão é formada por
6264 todas as instituições de segurança pública e defesa da cidade-sede e é de lá que saem os
6265 planejamentos. Então, o planejamento não desce, as premissas, muitas vezes, descem
6266 porque tem que ser criada uma doutrina nacional, mas as soluções encontradas em cada
6267 cidade-sede para fazer frente a cada um desses desafios nasce lá na cidade-sede, porque
6268 só quem sabe fazer polícia nos estados é o próprio estado. E isso é uma coisa que
6269 buscamos fazer também com ineditismo que o governo federal tem uma mania muito
6270 feia de querer fazer pacotes achando que aquilo vai caber em todo lugar, e sabemos que
6271 não é assim. Então, na parte da segurança, nós procuramos contar com o apoio
6272 valiosíssimo das forças locais para esses planejamentos. Manifestações no Rio de
6273 Janeiro. Temos acompanhado. Só para dar um exemplo, no jogo Brasil/Inglaterra agora,
6274 nós tivemos 7 manifestações, tínhamos de anárquicos pank a Brasil Sem Copa, enfim
6275 eram sete, todas acompanhadas pelo nosso pessoal de inteligência, e quais são as
6276 orientações com relação às manifestações: primeiro, a manifestação vai ocorrer, pelo
6277 menos é o que vai se tentar fazer é a negociação com a liderança da manifestação para
6278 estabelecer algumas regras básicas de convivência com a sociedade, porque senão a
6279 coisa não funciona. E outra orientação é a seguinte: a manifestação só chega até onde
6280 ela pode chegar. Eu não posso ter uma manifestação querendo entrar no estádio. E se ela
6281 quiser entrar no estádio a qualquer custo, vai ter o uso da força. É o estado democrático
6282 de direito. Em dois locais que isso é muito comum, talvez seja o local mais comum
6283 onde as polícias que estão mais acostumadas, foi falado aqui, a polícia do Rio de Janeiro
6284 e a polícia de Brasília, há manifestação todos os dias aqui. Então, essa é a orientação,
6285 ela vai acontecer num clima pacífico, a polícia vai estar lá para garantir a segurança

6286 daquela manifestação, mas temos que estabelecer aqueles limites mínimos para que as
6287 coisas ocorram de maneira ordeira, sem nenhum prejuízo ao evento.

6288

6289 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, doutor Monteiro,
6290 obrigado pela sua presença, pela sua contribuição de enorme valor aos trabalhos deste
6291 conselho, enriquecendo a nossa democracia participativa, esses debates com os órgãos
6292 que têm a importância da Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos são muito
6293 importantes para todos aqui O senhor está com a agenda apertada, está deixando o
6294 contato como prometido, vou colocá-lo no e-group. Vamos dar continuidade aos nossos
6295 trabalhos.

6296

6297 **O Sr. José Monteiro (Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos)** –
6298 Realmente, é um privilégio estar aqui, esses fóruns de discussão qualificada, e este é um
6299 desses locais, também enriquecem muito o nosso trabalho, infelizmente hoje foi uma
6300 pauta muito mais expositiva, mas eu gostaria de poder voltar, talvez no segundo
6301 semestre, com um pouco mais de calma para assistir de fato uma reunião e poder
6302 colaborar e até aprender com os senhores e senhoras, é um prazer estar aqui, desculpe,
6303 mais uma vez a correria, mas tenho pelo menos uma meia dúzia de reuniões por aí para
6304 tratar de Copa das Confederações. O meu contato está aqui, se eu demorar um
6305 pouquinho para responder, pode ser até a Jornada Mundial da Juventude, são dois
6306 eventos muito fortes pela frente, mas eu respondo a todos os e-mails e permanecemos
6307 em contato. Muito obrigado e bom trabalho.

6308

6309 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Bom, cumpridos já
6310 90% da nossa pauta. Agora, vamos entrar nos informes. Eu queria fazer uma sugestão
6311 por conta da viagem de alguns conselheiros, eles vão precisar sair. Vamos terminar os
6312 informes antes do *coffee breack*, e já terminamos com ele, pois aí libera os conselheiros
6313 para o deslocamento ao aeroporto. A próxima data da reunião do Conasp será 1, 2 e 3 de
6314 agosto de 2013.

6315 **INFORMES**

6316 **07/06/2013**

6317

6318 **O Sr. Joel Malta de Sá (Conselho Nacional das Guardas Municipais)** – Eu só peço
6319 para passar o calendário da próxima reunião. Tenho aqui dois companheiros que
6320 também não receberam. E também peço que a presidente peça a confecção das
6321 credenciais dos conselheiros.

6322

6323 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Com relação às
6324 credenciais que, certamente, vamos falar com a Secretaria-Executiva, precisamos enviar
6325 foto escaneada.

6326

6327 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Eu já tinha falado na parte da manhã sobre
6328 o Tião, o titular do Viva Rio que é o cel Ubiratan foi ontem para o Haiti e por isso a
6329 minha presença e não a dele, eu só queria reafirmar, já foi votada na parte da manhã, a
6330 questão lá do companheiro da Polícia Militar, a minha fala alguns não entenderam
6331 muito bem, eu vou tentar ser mais claro. Em momento algum eu quis dizer que não há
6332 problema entre os praças e os oficiais, muito pelo contrário, quis confirmar que esses
6333 problemas existem, eu tenho certeza que lá no caso do Ceará o pano de fundo foi a
6334 reivindicação salarial, não tenho dúvida nenhuma, mas a decisão publicada será com
6335 algum subterfúgio ou algum embasamento feito nos regulamentos disciplinares das

6336 corporações. O que a conselheira Ana Paula disse que os regulamentos disciplinares são
6337 todos inconstitucionais, até acredito que parte deles seja sim, mas são eles que estão
6338 vigorando nas instituições, então, continuam sendo aplicados. Foi isso que eu quis dizer.
6339 Então, esse é o pano de fundo, a reivindicação salarial, mas é a questão passa
6340 exatamente pela ausência de canais para encaminhar as reivindicações salariais.
6341 Enquanto isso não for solucionado, nós vamos continuar tendo problemas rotineiros nos
6342 27 estados na Federação. É um problema muito grave que acontece em todas as
6343 instituições de segurança, porque há dois públicos sempre, no caso militar, é mais
6344 acentuado entre oficiais e praças, mas nas outras categorias como Polícia Federal,
6345 Polícia Civil também se dividem entre delegados e profissionais outros. Basicamente
6346 era isso.

6347

6348 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Esse tema já foi
6349 vencido. Eu pediria que fossem só os informes.

6350

6351 **O Sr. Sandro Costa Santos (VIVA RIO)** – Mas, naquela hora foi dito que voltaríamos
6352 ao tema.

6353

6354 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Não, vencemos lá,
6355 por unanimidade.

6356

6357 **A Sra. Silvana Ribeiro da Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra - Fonajune)**
6358 – Só uma dúvida porque desde a primeira região nós tínhamos decidido sobre a decisão
6359 colegiada a respeito das passagens. Se o texto vai ser apresentado agora?

6360

6361 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Vai sim. Ele não foi
6362 construído, a Secretaria-Executiva vai construir e mandar por e-mail, vamos tomar
6363 conhecimento, são as passagens e diárias.

6364

6365 **O Sr. Carlos Magno (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
6366 **Transexuais)** – Eu tenho um informe que, na verdade, eu acho que pode gerar um
6367 debate na próxima reunião é que o concurso para a Polícia Militar de Minas Gerais
6368 exigiu nesse último edital o exame de HIV. E nós mandamos carta ao governador do
6369 estado, ao secretário de Saúde porque isso é um princípio nosso de que o exame HIV
6370 não seja impeditivo para qualquer profissional e que seja de caráter sigiloso e autônomo
6371 do indivíduo. Recebemos uma resposta agora que eles vão continuar exigindo o exame
6372 HIV e nós vamos entrar no Ministério Público sobre essa questão.

6373

6374 **O Sr. Clovis Nunes (Rede Desarma Brasil)** – Bom, em nome da Rede Desarma Brasil,
6375 nós gostaríamos de pedir o apoio explícito e dominante deste conselho porque nos
6376 próximos dias 25 e 26 de junho estará sendo realizado no Rio de Janeiro, com o apoio
6377 do Ministério da Justiça, da CBF, com a coordenação da Rede Desarma Brasil e da
6378 Secretaria de Ação do Governo do Estado do Rio de Janeiro e de algumas empresas que
6379 são patrocinadoras da Copa do Mundo, um seminário internacional pelo desarmamento
6380 que tem como finalidade dar o desenvolvimento das primeiras ações da Lei da Copa,
6381 aprovada pelo Senado Federal e sancionada pela presidente Dilma em 6 de junho de
6382 2012, cujo tema social é “Por um Mundo sem Armas, sem Drogas, sem Violências e
6383 sem Racismo”. A Rede Desarma Brasil deu enfoque no principal tema que é o
6384 desarmamento. A seleção brasileira está entrando no campo, como entrou no jogo do
6385 Chile, no jogo contra a Inglaterra do Maracanã e no próximo domingo em Porto Alegre

6386 e aqui em Brasília na inauguração do estádio na Copa das Confederações com uma faixa
6387 com o tema social da Copa pedindo um mundo sem armas. O Brasil tem dois mil e
6388 duzentos postos para entrega voluntária de armas que são indenizadas pelo Ministério
6389 da Justiça num valor que vai de 150 a 400 reais, a depender do calibre da arma e nós já
6390 retiramos nessa campanha cerca de 600 mil armas da mão da sociedade civil com
6391 entrega voluntária. E toda vez que a seleção entra em campo com essa faixa aumenta na
6392 semana seguinte 80% a 90% a entrega de armas em todo o Brasil, conforme dados
6393 oficiais do Ministério da Justiça. Para esse seminário, está vindo delegações de quase
6394 todos os estados brasileiros e, principalmente, articuladores de todas as capitais onde
6395 terão jogos da seleção dos 12 estados, está vindo 17 países com conferencistas
6396 especialistas em desarmamento, está vindo dois vice-ministros de Estados, vários
6397 comandantes nacionais de segurança pública, 6 representantes das principais
6398 organizações internacionais da ONU, OEA, da ONUDOC, da Sueifor (?) e da Iansa, que
6399 é uma rede internacional de desarmamento que alberga mais de 50 países. A conferência
6400 de abertura está a cargo do ministro da Justiça, já confirmada em sua agenda, e a Rede
6401 Desarma Brasil convida a todos os integrantes do Conasp que desejem estar conosco lá
6402 nesse seminário importantíssimo para decidir as articulações desse projeto de
6403 desarmamento do Brasil que vai até a Copa do Mundo, onde estaremos realizando a
6404 Conferência Mundial do Desarmamento aqui no Brasil. É um evento importantíssimo
6405 que conta com o apoio do ministério ao qual nosso conselho é atrelado, e precisamos
6406 que o Conasp esteja conosco institucionalmente apoiando esse importante evento que,
6407 com certeza, ajudará salvar vidas, reduzir homicídios e o número de violência no Brasil.
6408 Muito obrigado a todos.

6409
6410 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – São dois
6411 informes telegráficos e um pedido. Semana que vem, eu distribui um material, nos dias
6412 11 a 13 em Canoas ocorre o 3º Fórum de Autoridades Locais de Periferia e teremos no
6413 dia 13 à tarde um debate sobre segurança, convidamos o Daniel Cerqueira do Ipea,
6414 representantes do Espírito Santo, Rio de Janeiro. Eu pedi que o município oficiasse ao
6415 Conasp, pelo e-mail do secretário executivo e que dentro do possível pudesse socializar
6416 para que os colegas pudessem estar presentes dentro das possibilidades de agenda,
6417 porque eu sei que está bastante em cima. Segundo, o 7º Encontro Anual Brasileiro de
6418 Segurança Pública, esse tem um pouco mais tempo, nos dias 16 a 19 de julho em
6419 Cuiabá, eu vou mandar por e-mail para fazermos uma socialização de como vai
6420 funcionar. Ainda tem alguma margem de proposição de mesa, os colegas da Pastoral
6421 Carcerária deu uma sugestão, de repente pode ser incorporada. E um pedido é que nós
6422 façamos uma solicitação à Secretaria de Comunicação do Ministério da Justiça para
6423 fazer uma matéria do resultado desta reunião que eu considero, particularmente,
6424 bastante produtiva com os principais tópicos que nós encaminhamos e colocasse no site
6425 do Ministério da Justiça e que nós possamos também divulgar nos nossos sites e que
6426 isso vire gradativamente uma prática, já que estamos pleiteado também um consultor
6427 para a área de comunicação, mas enquanto ele não vem, eu espero que o edital esteja
6428 lançado na próxima reunião em agosto para estarmos na reunião de outubro com os
6429 profissionais aqui qualificando ainda mais a gestão da Secretaria Executiva. Obrigado.

6430
6431 **O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
6432 **Civis - COBRAPOL)** – Como vocês perceberam, na parte da manhã tive que ir a Belo
6433 Horizonte que na próxima segunda-feira Polícia Civil entra em greve em Minas Gerais.
6434 Hoje teve uma reunião no gabinete de crise com o governo e parece que há um consenso
6435 de retirada desse projeto draconiano que foi enviado, gerou chacota no Brasil inteiro, as

6436 Polícias Militares conseguiram retirar os seus RDPMs e criaram os códigos de ética. Em
6437 Minas Gerais a Polícia Civil resolveu, a cabeça hoje ninguém sabe quem é o culpado, o
6438 secretário disse que não era com ele, o governador disse que também não era porque ele
6439 estava na Inglaterra, mas ninguém descobriu quem era o culpado. Em Minas Gerais,
6440 segundo esse projeto, a Polícia Civil estava proibida de dar informações sobre as
6441 estatísticas criminológicas, ou seja, favorecer a maquiagem, policial civil que desse uma
6442 entrevista para qualquer canal de TV seria punido, a reincidência seria pena de
6443 demissão, governador de estado deixa de ser instância administrativa recursal e passa a
6444 ser instância originária para aplicar pena em policiais, uma subversão total da ordem
6445 constitucional. Isso gerou uma indignação total na base e no dia 24 de maio foi decreta
6446 greve de acordo com o 7783, 15 dias *a posteriori* seria 10 de junho. Então, segunda-
6447 feira, a Polícia para. O acordo hoje foi para que todo caderno disciplinar fosse retirado
6448 desse projeto, todas as emendas que fizemos desde 2011 fossem acolhidas, premiações,
6449 valorizações, gratificações, ampliação do quadro efetivo porque em Minas Gerais é o
6450 mesmo efetivo desde a década de 80, apenas 9 mil policiais civis para atender 853
6451 municípios, 20 milhões de mineiros, um efetivo da Polícia Militar de 50 mil policiais
6452 militares. O ideal seria 18.500, estou revendo esse número. O acordo hoje foi muito
6453 bom. Mas, acredito que segunda-feira, dia 10, a greve será iniciada, mas vamos marcar
6454 uma assembleia geral da categoria para no máximo 5, 7 dias e deve ser suspensa, uma
6455 vez que está sendo revista essas garantias dos policiais. Os Direitos Humanos entrar nas
6456 delegacias, isso é importante. Eu vou deixar com os companheiros alguns diagnósticos
6457 que estamos fazendo um corpo a corpo com a sociedade, o diagnóstico do que é a
6458 polícia em Minas. É o estado mais conservador que vocês podem imaginar. Você vê, até
6459 exame de HIV para participação em concurso militar, isso é um absurdo. Esse corpo a
6460 corpo com a sociedade é bom até para não falarmos para nós mesmos, inclusive foi bom
6461 ouvir aqui o doutor José Monteiro o aparato que a PF vai ter para reprimir os
6462 movimentos sociais nesses eventos, a Polícia Civil de Minas participa dos eventos
6463 sociais lá. Então, já temos faixa nos três idiomas, inglês, espanhol, alemão, vamos
6464 colocar lá para todos perceberem o que acontece em Minas, e é bom nós sabermos por
6465 que no estado democrático de direito a principal característica que o policial não pode
6466 perder é a sua cidadania. Talvez façamos um abraço no Mineirão, no dia 13, junto com
6467 os trabalhadores da construção pesada, junto com o MST, vamos estar todos juntos para
6468 mostrar que tipo de segurança queremos para esses eventos. Então, talvez a greve seja
6469 suspensa, uma vez que está tendo negociação. É só isso.

6470

6471 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
6472 **MNDH)** – Bom, vocês sabem que nos últimos 15 dias foi aprovado o PL 763 que trata
6473 da política de drogas e que é política, segundo o próprio projeto que foi aprovado na
6474 Câmara é um projeto que faz um retrocesso no campo da saúde mental, aquilo que o
6475 Brasil já na saúde, inclusive dentro do SUS já evoluiu, há várias experiências de
6476 políticas públicas de saúde que são exitosas, podemos citar Campinas, São Bernardo do
6477 Campo, Mauá e parte de setores do município de São Paulo e que esse projeto vai na
6478 contramão, vai atrapalhar o que já temos de construído positivamente no setor público
6479 da saúde, ele criou muita confusão no estado de São Paulo, e os movimentos sociais, o
6480 Movimento Nacional da População de Rua, Frente Nacional de Drogas e Direitos
6481 Humanos que duramente tentou dialogar dentro do Congresso com relação a esse
6482 projeto sequer fomos ouvidos e escutados e também os trabalhadores da saúde pública e
6483 os trabalhadores de assistentes sociais que vêm nos últimos 5, 10 anos construindo de
6484 fato uma política pública digna na atenção psicossocial dos usuários de drogas. E esse
6485 projeto vem na contramão na medida em que ele permite trancafiar aquele usuário que

6486 abusa da droga e permite trancá-lo como forma de tratamento e isso quem é trabalhador
6487 da área de saúde não consegue conceber uma ideia desse tipo tamanha é a violação que
6488 trancar pessoas com problemas com saúde mental significa. A liberdade terapêutica é a
6489 grande reivindicação hoje de todos os trabalhadores de saúde pública inclusive dos
6490 movimentos sociais também. O nosso informe vai também no sentido deste conselho, e
6491 aí nesse sentido é uma reivindicação que no próximo nosso encontro possamos debater
6492 um pouco isso, até porque esse PL foi para o Senado e no Senado é a oportunidade de
6493 poder provocar as revisões necessárias e ver o que é possível melhorar e inclusive nós
6494 estamos vendo de que maneira chegar à presidenta Dilma de provocar alguns vetos de
6495 alguns elementos dessa lei que é realmente é um retrocesso á luta pela saúde mental que
6496 se estabeleceu no Brasil, a partir da década de 90. Então, eu queria assim propor isso. A
6497 outra questão, Alex, é que os sistemas que têm hoje de proteção e vítimas e
6498 testemunhas, de proteção de pessoas de direitos humanos e o de proteção aos
6499 adolescentes, a questão de ameaças, estão passando por certa crise. E eles infelizmente
6500 só são tratados no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos. E seria fundamental que
6501 este conselho soubesse exatamente o que está acontecendo com esses programas até
6502 para que colabore e ajude a fazer uma espécie de interlocução também com o Ministério
6503 da Justiça para que estes programas voltem a ter um funcionamento mais adequado.
6504 Então, na verdade, são duas reivindicações.

6505

6506 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Seria a participação do
6507 Conasp nos conselhos? Porque a Senasp já participa, a PF participa em alguns.

6508

6509 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
6510 **MNDH)** – Por exemplo, quando eu era do Conselho Nacional de Programa de Proteção
6511 de Direitos Humanos havia sempre uma ausência da Senasp, o que dificultava inclusive
6512 uma série de...

6513

6514 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Não, ausência de estar
6515 nomeado e a pessoa não ir. Desde este ano que fui nomeado, eu fui em todos.

6516

6517 **O Sr. Rildo Marques de Oliveira (Movimento Nacional de Direitos Humanos –**
6518 **MNDH)** – Mas no ano passado, por exemplo, criou-se uma série de problemas, mas o
6519 que eu acho que é importante, Alex, que esse tema venha para cá de alguma maneira
6520 neste conselho. São programas que membros deste conselho têm que se apropriar deles.
6521 Muitas vezes os problemas estão nos estados ou estão nas categorias.

6522

6523 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Tem como fazer isso, você
6524 que já participou sabe o sigilo que envolve todas essas questões de pessoas que estão
6525 nos programas.

6526

6527 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp-Grande Oriente do**
6528 **Brasil)** – Vamos colocar na proposta de pauta. Eu queria esclarecer e informar também
6529 nós tivemos um prazer enorme de estar presentes no Congresso Anual dos Praças
6530 através da Anaspra, em Salvador, devido a uma toma de posição dessa categoria em
6531 fazer interlocução com a sociedade. O convite que me foi feito, foi feito também ao
6532 Rildo, a Marco Rezende, vários da sociedade civil, é que os praças trabalhavam,
6533 reivindicavam, mas eles tinham sempre uma vivência intra. Então, tinha um legado,
6534 uma experiência, uma expertise, mas questões intra. E essa interlocução com a
6535 sociedade muitos dos praças não tinham. Então, esse congresso proporcionou essa

6536 abertura dos praças para se aproximar da sociedade e isso que a sociedade civil, nós
6537 aqui que fazemos parte do Conasp, tentamos fazer com os trabalhadores e deu certo
6538 aqui. Então, nós fomos lá, e estamos abertos para todas as categorias de trabalhadores
6539 que eu acho que é com essa aproximação que a cidadania cresce. Foi muito produtivo e
6540 receptivo o trabalho lá e desse conjunto fomos ao Comando-Geral da Polícia Militar,
6541 cel. Castro que nos recebeu, foi um diálogo muito franco, aberto, não houve
6542 constrangimento, falamos todos os aspectos, inclusive da greve que houve em Salvador,
6543 foi falado sobre o tema sem nenhuma afetação por causa dessa interlocução com a
6544 sociedade. Então, é para ficar registrado que não fomos falar sobre a questão da
6545 desmilitarização, nós tínhamos uma mesa, inclusive o Balestreli esteve lá, foi para essa
6546 interlocução da Anaspra com a sociedade civil. E desejamos fazer com a Cobrapol com
6547 todos. E quero agradecer ao Robson e perguntar se ele está com tudo ali no computador
6548 registrado.

6549

6550 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – Inclusive, a ideia de criar a
6551 página do facebook é dele.

6552

6553 **O Sr. Pedro Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Primeiro, é ratificar a
6554 proposta do Rildo para pautar o PL 7663 na próxima reunião e informar que no dia 20
6555 será oficialmente inaugurado o Movimento Estratégico do Estado Laico, um evento que
6556 vai ser organizado pelo Conselho Federal de Psicologia juntamente com a Plataforma
6557 Dhesca, vai ocorrer inclusive na nossa sede do conselho aqui em Brasília. Mais um ator
6558 para interlocução.

6559

6560 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Vamos para o *coffee*
6561 *breack* e de lá nos despedimos. Nossa reunião cumpriu a sua missão. Parabéns a todos e
6562 a todas. Até a próxima reunião.